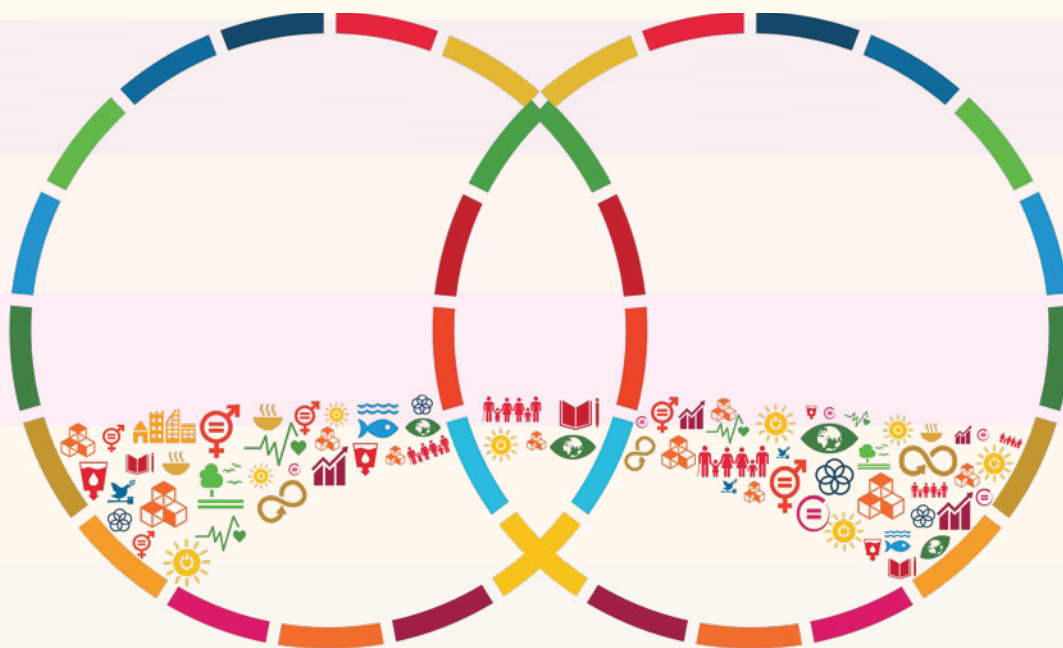


Boas Práticas na Cooperação

Sul-Sul e Triangular para o

Desenvolvimento Sustentável - Volume 2



Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul

Copyright © Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul
Todos os direitos reservados

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul
304 East 45th Street, FF 11th Floor
New York, NY, 10017, USA

Setembro de 2018

Os pontos de vista expressos nesta publicação são os do(s) autor(es) e não representam, necessariamente, os das Nações Unidas, incluindo, PNUD ou Estados-Membros da ONU. As designações utilizadas e a apresentação de materiais em mapas não implicam a expressão de qualquer opinião, de qualquer tipo, por parte do Secretariado das Nações Unidas ou do PNUD relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área ou suas autoridades ou relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites.

Criado pela YAT Communication

PREFÁCIO

A importância da cooperação Sul-Sul e triangular na aceleração do desenvolvimento sustentável ganhou uma dinâmica contínua nas últimas décadas. Existe um consenso crescente em torno da partilha de ideias, conhecimento e competências de modo a abordar desafios e a criar pontos fortes partilhados. Os países em desenvolvimento reconhecem, cada vez mais, as boas práticas da cooperação Sul-Sul e triangular como caminhos viáveis para acelerar o progresso no cumprimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O novo crescimento da cooperação Sul-Sul e triangular viu países do Sul a lutarem, cada vez mais, por soluções que abordem desafios comuns de desenvolvimento transnacional que seriam difíceis de colmatar de forma independente.

A segunda da sua série, Boas Práticas na Cooperação Sul-Sul e Triangular para o Desenvolvimento Sustentável sublinha a forma como a cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular conseguem acelerar o progresso no sentido da implementação e concretização dos ODS. Esta série introduz mais de 100 boas práticas apresentadas pelos Estados-Membros, agências das Nações Unidas e outros parceiros para o desenvolvimento. Este compêndio de boas práticas apresenta soluções importantes aos níveis nacional, sub-regional, regional e global para desafios cruciais enfrentados por países em desenvolvimento que vão desde esforços para erradicar a pobreza, à redução das desigualdades, ao apoio à ação para as alterações climáticas até à criação de sociedades coesas e pacíficas. Demonstra a forma como os países em desenvolvimento colaboram entre si para abordar desafios através da solidariedade, aprendizagem entre pares e a auto-suficiência coletiva. As evidências reunidas neste volume têm como objetivo beneficiar os países em desenvolvimento, procurando aumentar as iniciativas de cooperação Sul-Sul e triangular, particularmente na aplicação abrangente de políticas, estratégias e programas.

Na apresentação dos casos, foi dada prioridade ao destaque de iniciativas inovadoras que ilustrem as premissas centrais da cooperação Sul-Sul e triangular eficazes; iniciativas que envolvam e beneficiem um grande número de pessoas em dois ou mais países do Sul; abordagem de desafios de desenvolvimento transnacional; soluções que tenham sido testadas e expandidas e tenham resultados de desenvolvimento tangíveis que abordem o cumprimento da totalidade dos 17 ODS.

O Secretariado das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) tem como objetivo desenvolver uma plataforma de intermediação de parcerias e partilha de conhecimentos global para responder, de forma mais sistemática e eficiente, às necessidades dos países em desenvolvimento e colaborar com potenciais parceiros. A plataforma tem como objetivo complementar, ao invés de substituir, acordos institucionais regionais ou nacionais existentes. Irá preencher uma lacuna, fornecendo espaço que sistematiza conhecimento e está equipada para fornecer soluções corretivas com vista a reforçar a capacidade e promover parceiras importantes.



A handwritten signature in black ink that reads "Jorge Chediek". The signature is written in a cursive style with a horizontal line under the name.

Jorge Chediek
Diretor e Enviado do Secretário-Geral
para a Cooperação Sul-Sul

AGRADECIMENTOS

Esta publicação só foi possível através dos esforços de colaboração do Secretariado das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) e parceiros dos Estados-Membros, entidades da ONU, organizações intergovernamentais (OI) e outros parceiros de desenvolvimento. Contém 107 boas práticas na cooperação Sul-Sul e triangular e agrupadas de acordo com os 17 ODS.

Temos uma grande dívida de gratidão para com os colegas dos seguintes parceiros, pelo seu trabalho árduo e dedicação. Particularmente, dos Estados-Membros, gostaríamos de agradecer a: Lic. María Fernanda Jakubow do Governo da Argentina; Sarah MacCana do Prestador de Serviços de Implementação de VIH e Saúde, uma iniciativa do Governo Australiano; Dr. Shaheenur Rahman e Iqbal Abdullah Harun do Governo do <Bangladeche; Zhang Wei, Cai Yun e Liu Yang do Centro Internacional Chinês para Intercâmbios Técnicos e Económicos (CICETE); Sebastián Giraldo Mejía da Agência Presidencial de Cooperação da Colômbia (APC – Colômbia); Novi Dwi Ratnasari do Governo da Indonésia; Yasuhito Murakami e Atsushi Okada da Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA); Maria Rodriguez Dominguez da Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID); Jelena Lekovic do Governo do Montenegro; Helge Espe da Fredskorpset Noruega (FK Noruega) e Sirithon Wairatpanij da Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA).

Das OI, gostaríamos de agradecer a: Attiya Nawazish Ali da Câmara Islâmica do Comércio, Indústria e Agricultura (ICCI); Charlotte King e Dan Mejia da Organização Internacional Bamboo e Rattan (INBAR) e Carina Vance, Luana Bermudez e Beatriz Nascimento do Instituto Sul-americano de Governo em Saúde (ISAGS-UNASUL).

Das entidades da ONU, gostaríamos de agradecer a: Polina Tarshis da Comissão Económica para a Europa (CEE); Maria Misovicova da Comissão Económica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP); Dongxin Feng da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO); Ana Maria Currea das Instalações Globais de Ambiente (GEF); Maurizio Navarra do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD); Anita Amorium da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Chris Richter da Organização Internacional para as Migrações (OIM); Lin Yanming, Bobby Olarte e Arasu Jambukeswaran do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA); Mariana Crespo da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS); Chunying Stella Qian, Orria Goni e Vesna Gajic do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Clare Stark da Organização Educacional, Científica e Cultural das Nações Unidas (UNESCO); Ariesta Ningrum da Convenção de Enquadramento das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (UNFCCC); Ian Thorpe e Martha Santos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Weixi Gong e Aysen Toksoz da Organização para o Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas (UNIDO); Florian Eisele e Marlene Grundstrom do Programa de Colaboração das Nações Unidas para a Redução de Emissões de Desflorestação e Degradação Florestal em Países em Desenvolvimento (ONU – REDD); Rafael Martinez Gil do Programa de Voluntários das Nações Unidas (UNV); A.H. Monjurul Kabir da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade entre os Sexos e Empoderamento das Mulheres (ONU – Mulheres); Laurent Porte do Banco Mundial; Carola Kenngott e Ragini Malik do Programa Alimentar Mundial (PAM); Oswaldo Reques da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e Nicole Groot Zevert da Organização Mundial de Turismo (OMT).

A dedicação e o trabalho árduo da equipa central foram cruciais. A organização, investigação e redação deste documento foram supervisionadas por Xiaojun Grace Wang, (SNUCSS). Um agradecimento especial é extensível a Shams Banihani, SNUCSS, pela sua coordenação, investigação e revisão técnica em geral e a Michael Stewart e Nawra Mehrin, SNUCSS, pela sua revisão técnica dos manuscritos originais. Obrigado ainda a Leah Brumer, Barbara Hall e Peter Robertson pelo seu apoio editorial e a Mohamed Magdy e à equipa da YAT Communications pelo **design** e **layout** da publicação final.

Por fim, gostaríamos de expressar o nosso agradecimento a Achim Steiner, Administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que acolhe e apoia o trabalho da UNOSSC. Sem a sua liderança este relatório não teria sido possível.

ÍNDICE

PREFÁCIO			1
AGRADECIMENTOS			2
1	Erradicar a Pobreza	Centros Digitais	7
		Desenvolvimento Agrícola e Segurança Alimentar Melhorada na Região MENA e na Ásia Central	9
		TRANSFORMAR	11
		Programa de Intercâmbio de Jovens Voluntários da Ásia na República Unida da Tanzânia e na Zâmbia	13
2	Erradicar a Fome	Desenvolvimento de uma Cultura das Pescas em África	15
		Programa Mesoamérica sem Fome	17
		Projeto de Nixtamalização do Milho do México no Quênia	19
		Projeto-piloto de Cooperação Cidade-a-Cidade: Cabo Verde, Camarões e Senegal	21
		Diversificação do Rendimento das Mulheres das Zonas Rurais e Melhoria da Capacidade Comercial na Ásia Central	23
		Reforço das Estatísticas Agrícolas e das Informações sobre Segurança Alimentar em Países CARD através da Cooperação Sul-Sul	25
		Assistência Técnica ao Plano Estratégico do Setor Agrícola do Uganda através do Projeto de Cooperação Sul-Sul	27
		Cooperativas Agrícolas	29
		Generalização da Governação dos Solos no Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África	31
		Portal de Soluções Rurais	33
		Promoção de Políticas de Saúde Pública com vista a Abordar o Excesso de Peso e a Obesidade no Chile e na Comunidade das Caraíbas	35
		Cuba e o Pacífico: Apoio à Agricultura Biológica no Oceano	37
		Criação de um Sistema de Certificação Biológica nas Caraíbas	39
		Rede Ásia e Pacífico para Testes de Maquinaria Agrícola	41
		Tecnologia Indiana para Segurança Alimentar no Quênia	43
		Camarões: Reforço dos Meios de Subsistência de Pessoas Vulneráveis que Vivem com VIH	45
		Aumento da Eficiência do Programa Nacional de Refeições Escolares Caseiras do Quênia através de Transferências em Dinheiro	47
		Fundo Complementar de Doadores Emergentes	49
		Resposta das Fiji ao Ciclone Tropical Winston	51
		Programa Nacional de Proteção Social: Programa “Progresando con Solidaridad” (Prosoli)	53
		Iniciativa Aquisições para o Progresso (P4P)	55
		Aprendizagem Regional Entre Pares sobre a Fortificação do Arroz	57

3	Saúde de Qualidade	Projeto de Cooperação Piloto Austrália - China - Papua Nova Guiné sobre o Projeto para o Controlo da Malária (Projeto Malária Trilateral)	59
		Método Mãe Canguru	61
		Manual de Saúde Materno-Infantil na Indonésia	63
		Tailândia: Projeto de Desenvolvimento do Hospital da Província de Bokeo na RPD do Laos	65
		Banco de Preços de Medicamentos para a União de Nações Sul-Americanas	67
		Plano de Assistência Técnica Regional: Região UNASUL Livre de Cancro do Colo do Útero	69
		Apoio Cubano à Luta Contra o Surto de Ébola	71
		Tomada de Decisões com Base em Evidências sobre a Resistência aos Antimicrobianos	73
		Para uma Cobertura de Saúde Universal na Região do Grande Chaco da América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai	75
		Transferência de Tecnologia para a Produção da Vacina contra a Gripe e Reforço das Capacidades Reguladoras na Nicarágua	77
		Para a Erradicação da Tracoma na Guatemala e Colômbia	79
		Biblioteca de Saúde Virtual no Contexto da rede ePORTUGUÊSe	81
		Apoio e Reforço da Vigilância Médica Sub-regional e Pós-Ébola e Recuperação Socioeconómica na África Ocidental	83
		Promoção do Planeamento Familiar	85
		Replicação e Expansão da Monitorização de Programas e Iniciativa de Resposta sobre Saúde e Nutrição Infantil na Região da África Oriental e Austral	87
4	Educação de Qualidade	Reforço das Competências de Dobragem para Televisão em África	89
		Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira	91
		Transferência de um Modelo de Ensino Superior da Colômbia para a Costa do Marfim	93
		Iniciativa para a Primeira Infância México – Uruguai: Coexistência entre Arte, Direitos Humanos e Cidadãos	95
		Intercâmbio Recíproco de Pessoal Sul-Sul no Âmbito do Quadro de Cooperação Institucional	97
		Criação de um Centro de Aprendizagem para o Desenvolvimento de uma Agricultura Sustentável com Base na Filosofia da Economia de Suficiência da Tailândia	99
		Melhoria da Formação de Professores para Colmatar a Falta de Qualidade do Ensino em África	101
		Fundo Malala para o Direito das Mulheres à Educação	103
		Programa de Cooperação Malásia – UNESCO para a Melhoria da Cooperação Sul-Sul	105
		Universidade no Brasil Apoia o Desenvolvimento de um Currículo Nacional para o Ensino na Primeira Infância em São Tomé e Príncipe	107
5	Igualdade de Género	Cooperação Regional como Ferramenta Eficaz para o Progresso da Igualdade de Género	109
		Banco Familiar no Sudão	111
		Igualdade de Género: Inovações e Potencial na Cooperação Trilateral Sul-Sul	113
		Escolas para Maridos do Níger	115
		Financiamento Transformador para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres	117

6	Água Potável e Saneamento	Colômbia e Gana Combinam Esforços para Melhorar as Condições Sanitárias	119
		Melhoria da Capacidade de Gestão da Companhia das Águas Urbanas do Sudão do Sul	121
		Gestão Integrada de Recursos Hídricos e Águas Residuais nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento dos Oceanos Atlântico e Índico	123
		Guiné-Bissau Apoiar o Saneamento Total Liderado pela Comunidade em São Tomé e Príncipe	125
		Reforço do Processo de Reforma do Setor da Água na Nigéria	127
7	Energias Renováveis e Acessíveis	Transferência de Tecnologia de Energia Renovável da China para o Gana e a Zâmbia	129
		Operacionalização da Eficiência Energética em Marrocos	131
8	Trabalho Digno e Crescimento Económico	Fundo de Inovação de Serviços	133
		Academia de Economia Social e Solidária da OIT	135
		Parceria para Ação pela Economia Verde	137
		Proteção do Património Mundial nas Rotas da Seda	139
		Marrocos e Tunísia: Facilitação do Acesso ao Mercado para Cadeias de Valor Seleccionadas de Produtos Alimentares Típicos	141
9	Indústria, Inovação e Infraestruturas	Bangladeche: Formação em Empatia	143
		Promoção de Casas Pré-fabricadas a Preços Acessíveis na Libéria	145
		Rede Global de Centros Regionais de Energia Sustentável	147
		Workshops Internacionais sobre Aplicações de Nanociência e Nanotecnologia	149
		Tajiquistão: Modernização dos Ofícios Tradicionais para a Criação de Empresas Competitivas	151
		Microempresas de Serviços Públicos de Energia Solar para a Promoção de Energia Rural e Utilizações Produtivos	153
		Programa de Instituições Académicas OMPI	155
10	Reduzir as Desigualdades	Promoção de uma Gestão Abrangente da Migração através da Cooperação Sul-Sul e Triangular	157
11	Cidades e Comunidades Sustentáveis	Aliança das Cidades da Rota da Seda Marítima-Continental	159
		Bósnia e Herzegovina, Croácia, Montenegro e Sérvia: Programa Regional de Habitação	161
		Melhor Reconstrução para umas Caraíbas Mais Resistentes ao Clima	163
		Resposta de Emergência Pós-catástrofes no Sul da Ásia	165
		Reforço da Gestão do Risco de Catástrofes no Maláui	167
12	Produção e Consumo Sustentáveis	Programa de Desenvolvimento de Bambu Países Baixos – China – África Oriental	169
		Colômbia e República Dominicana Participam no Cultivo de Arroz Resistente ao Clima	171
13	Ação Climática	Transferência de Tecnologia de um Sistema de Energia Micro-hidroelétrica	173
		Implementação de Boas Práticas e Soluções para a Proteção Ambiental através de Análises de Desempenho Ambiental da UNECE	175
		Fundo Multi-doadores ESCAP para Tsunamis, Acidentes e Preparação para as Catástrofes Associadas ao Clima	177
		Programa Regional de Aplicação Espacial para o Desenvolvimento Sustentável na Ásia e Pacífico	179
		O Nepal Promove a Adaptação Baseada em Ecossistemas em Cooperação com a China	181
14	Proteger a Vida Marinha	Promoção do Cultivo de Algas Marinhas como Empresa Sustentável	183

15	Proteger a Vida Terrestre	Benim e Burquina Faso: Como Melhorar a Produção de Manteiga de Carité e Combater a Degradação do Solo	185
		Capacitação para o Desenvolvimento Turístico e Proteção da Biodiversidade na África Ocidental e Central	187
		Programa ONU-REDD	189
16	Paz, Justiça e Instituições Eficazes	Capacitação Local na Aplicação da Ciência Forense às Investigações sobre os Direitos Humanos	191
		TCV: Uma Ferramenta de Medição de Inovação para Melhorar a Prestação de Serviços Públicos	193
		Instituto Nacional para a Coordenação da Ablação e Transplantes de Órgãos	195
17	Parcerias para a Implementação dos Objetivos	Seguidor de ODS	197
		Centro de Desenvolvimento Sul-Sul China	199
		Promoção e Integração de Pequenas e Médias Empresas da Guatemala e das Honduras através da Plataforma ANTAD.biz	201
		Diplomacia da Saúde no Contexto da Integração Sul-americana	203
		Programa Especial das Nações Unidas para as Economias da Ásia Central (SPECA): Cooperação Sub-regional no Âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável	205
		Rede de Investigação e Formação em Comércio Ásia-Pacífico – ARTNeT	207
		Recenseamento da População e da Habitação de Mianmar	209
		Desenvolvimento de Capacidades Nacionais de Avaliação na Nigéria	211
		Projeto Conjunto Regional de Parceria para uma Economia Verde	213
		Fundo de Parceria de Desenvolvimento Índia - Nações Unidas	215
		Pensadores Globais Sul-Sul: A Coligação Global de Redes de Grupos de Reflexão para a Cooperação Sul-Sul	217
Reforço do Envolvimento da China no Desenvolvimento do Serviço de Voluntariado Internacional	219		
	Anexo	Lista de ODS e Metas	221



Centros Digitais

Alcançar o inalcançável no Bangladesh através de um modelo inovador de empreendedorismo público-privado

Desafio

Tal como acontece com muitos países em desenvolvimento, os gabinetes do Governo do Bangladesh aos níveis distrital e subdistrital prestam uma vasta gama de serviços públicos que consomem tempo e trabalho intensivo para quem fornece os serviços e para quem beneficia deles. Isto cria atrasos frequentes e tem tido um impacto adverso nos meios de subsistência dos pobres. A maioria dos cidadãos vive e trabalha em áreas rurais e, sendo assim, deslocam-se longas distâncias para aceder às instalações governamentais mais próximas, normalmente localizadas em áreas urbanas ou semiurbanas. Para além de longas deslocações, os beneficiários do serviço também enfrentam dificuldades no preenchimento de pedidos para acesso a serviços públicos e privados. Além disso, são confrontados com barreiras ao acesso a serviços bancários, financeiros e alguns serviços privados. Devido à falta de literacia de tecnologias da informação e ligações à Internet, não conseguem aproveitar os benefícios do comércio eletrónico. E, devido à falta de acesso a informações relativas aos processos e devido aos longos prazos envolvidos, os cidadãos tiveram de renunciar a atividades geradoras de rendimentos e incorreram em custos adicionais para aceder a serviços, incluindo transporte, alojamento e alimentação. Para as mulheres, para os mais velhos e para pessoas portadoras de deficiência, os desafios são ainda maiores.

Rumo a uma Solução

De modo a abordar estes desafios, o Acesso à Informação (a2i), um programa especial do Governo do Bangladesh, em parceria com a Divisão do Governo Local, criou centros digitais. Localizado no escalão mais baixo dos gabinetes administrativos governamentais como, por exemplo, a União Parishad, Pourashava e o gabinete do Vereador do Ward das Corporações Municipais, estes centros são pontos de acesso únicos para a obtenção de serviços públicos e privados. São operados por empreendedores que são selecionados de forma conjunta pelo Responsável de Upazila Nirbahi (diretor da administração de Upazila) e pelos vereadores da União/Pourashava presidente/ward da corporação municipal. O Governo não suporta os custos dos salários dos empreendedores uma vez que estes, homens e mulheres, gerem um modelo de negócio cobrando aos destinatários do serviço uma taxa de serviço mínima. As suas atividades são, por sua vez, monitorizadas pelos responsáveis de Nirbahi de Upazila. Uma vez que os centros empregam mulheres, as mulheres das zonas rurais foram encorajadas a procurar os serviços.

Desenvolveu-se uma plataforma de serviços online, Ek sheba, para os empreendedores. Até à data, mais de 136 serviços eletrónicos públicos e privados e a plataforma de comércio eletrónico ekShop foram integrados nesta plataforma. A plataforma presta, atualmente, mais de 136 serviços públicos e privados, serviços de agência bancária e apoio assistido ao comércio eletrónico de modelo rural através da Ekshop a cidadãos de zonas rurais. A a2i está a fazer a ligação com vários gabinetes governamentais e organizações privadas para a expansão do serviço através da plataforma Ek sheba.

Os centros digitais asseguram que as populações carenciadas como, por exemplo, as mulheres de zonas rurais, pessoas portadoras de deficiência e os mais velhos, conseguem aceder a serviços e informações vitais, independentemente do seu nível de literacia em termos das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) gerais e específicas relativo a T. Um centro digital típico fica a cerca de 4 km da casa de um cidadão rural normal, quando comparado com o gabinete governamental subdistrital, que fica a cerca de 20 km, e um gabinete distrital, a mais de 35 km de distância. O acesso a estes centros permite aos cidadãos receberem serviços, públicos e privados, eficientes e personalizados. Até à data, foram criados 5.286 centros digitais, prestando 150 tipos de serviços,



© a2i

públicos e privados, a uma média de 6 milhões de cidadãos carenciados, todos os meses, em menos tempo, com menos custos e com menor número de visitas (TCV). Em média, o tempo necessário para obter serviços foi reduzido em 85%, os custos foram reduzidos em 63% e o número de visitas foi reduzido em 40%. **Quase 323 milhões de serviços foram prestados a partir de centros digitais a 76,8 milhões de cidadãos, incluindo aproximadamente 2,1 milhões de trabalhadores migrantes que se registaram online e 4 milhões de cidadãos que receberam serviços bancários. No decorrer do processo, os empreendedores do centro digital ganharam mais de 32,95 milhões de dólares.**

Coletivamente, os centros digitais representam uma relação importante para a descentralização da prestação de serviços, reforço do governo local e ainda empoderamento de comunidades. Estes centros rápidos são essencialmente microempresas dirigidas por “cidadãos empreendedores” em parceria com representantes do governo local. Alavancam tecnologia moderna para fornecer aos cidadãos um acesso gratuito e mediante uma taxa a mais de 150 serviços públicos e privados. Os serviços públicos incluem registos de terrenos, registos de nascimento, telemedicina, pedidos de passaporte e candidaturas de trabalho no estrangeiro e ainda pedidos para vários outros serviços governamentais. Os serviços privados incluem serviços financeiros móveis, serviços de comércio eletrónico rural (através da ekShop), seguros e vários tipos de formação em informática e profissional. Esta iniciativa ganhou o Prémio WSIS da União Internacional de Telecomunicações (UIT) em 2014.

A a2i está a trabalhar com agências públicas e privadas interessadas na criação de políticas para disponibilizar aos cidadãos mais serviços a pedido através destes centros digitais. As divisões do governo local já criaram os quadros políticos necessários para instalar centros digitais e definir os termos e condições. A administração distrital e as administrações de upazila (ou seja, subdistrito) têm a tarefa de monitorizar estes centros e avaliar os empreendedores que os dirigem. Para além disso, como parte da simplificação do processo de serviço, a Divisão do Gabinete encoraja fortemente as agências governamentais a utilizarem os centros digitais como pontos de entrega de último recurso para centenas de serviços públicos. As empresas do setor privado estão também a começar a disponibilizar os seus serviços através destes centros que poderão ser os mais eficientes em termos de custos no sentido de chegarem a todo o país de forma mais rápida. Os centros digitais estão também a fornecer

unidades bancárias, permitindo aos cidadãos levantar subsídios, depositar poupanças e realizar outras transações financeiras através desses centros. A rede de centros por todo o país, juntamente com centenas de postos de correios e opções de pagamento digital inovadoras, emergiu como uma plataforma viável para as transações de comércio eletrónico, incluindo o movimento de bens nas zonas rurais.

O aumento da confiança dos cidadãos nos centros digitais como um balcão descentralizado do governo foi um fator-chave para a aceitação e popularidade que ganharam com o passar do tempo, facilitando, assim, a sua replicação. Tal replicação exige que os centros se tornem financeiramente sustentáveis, mantendo um equilíbrio cuidadoso entre os aspetos comerciais e a missão social. Devem ser recrutados empreendedores de qualidade ao mesmo tempo que se equacionam os aspetos financeiros e sociais dos centros e as suas capacidades devem ser desenvolvidas. A inclusão de empreendedoras mulheres deverá ser assegurada abordando, de forma eficiente, a situação social atual.

As agências governamentais e não-governamentais das Maldivas, Butão e Fiji estabeleceram parcerias com a a2i para replicar algumas das iniciativas bem-sucedidas, incluindo a iniciativa de centro digital. Estão a decorrer discussões com agências governamentais e agências de desenvolvimento noutros países para replicar o modelo, especialmente países em desenvolvimento, facilitado pela Rede Sul-Sul para Inovação no Serviço Público (SSN4PSI). Para replicar estes modelos de forma eficaz, deverão ser cumpridas certas condições como, por exemplo: criação de gabinetes ao nível hierárquico mais inferior dos gabinetes administrativos governamentais; criação de plataformas de prestação de serviços online; seleção adequada de empreendedores; criação de uma política por parte dos departamentos de governo local; realização de uma monitorização rigorosa por parte dos administradores locais; recrutamento de empreendedores do sexo masculino e feminino, e prestação de serviços públicos e privados.

Contacto:

Ohamad Ashrafur Amin, Subsecretário Assistente Principal e Consultor Nacional Especializado em Serviços Eletrónicos, Programa a2i, Bangladecheh, ashrafur.amin@a2i.gov.bd
Md. Shaheenur Rahman, Diretor Adjunto Principal, Divisão de Relações Económicas, Ministério das Finanças, Bangladeche, mailshaheenur@gmail.com ou sas-un5@erd.gov.bd

Nome do projeto: Centros Digitais do Bangladeche

Países/Regiões: Bangladeche, Butão, Fiji, Maldivas

Proposto por: Governo do Bangladeche

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1,4

Apoiado por: Governo do Bangladeche, PNUD e USAID

Entidade implementadora: Programa de Acesso à Informação (a2i), Divisão de TIC, Bangladeche

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2010-2018

URL da iniciativa: <https://a2i.gov.bd/one-stop-shop-2/>

Desenvolvimento Agrícola e Segurança Alimentar Melhorada na Região MENA e na Ásia Central

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



Promover a aprendizagem transversal e a cooperação técnica através de corredores de intercâmbio

Desafio

A água doce é um dos ecossistemas mais importantes para a vida. Em termos globais, a agricultura alimentada pelas chuvas é praticada em 83% das terras cultivadas e fornece mais de 60% dos alimentos do mundo. No entanto, este recurso está sob tensão devido aos desafios das alterações climáticas e a crescente população mundial tem um acesso limitado a água limpa e de boa qualidade. Tudo isto levou a um aumento dos conflitos relacionados com a água. De Marrocos ao Cazaquistão, a tensão da água nos Estados Árabes e na Ásia Central é a mais elevada do mundo. Para além disso, estatísticas demonstram que a fome no mundo está novamente a aumentar, após um declínio prolongado, devido à escalada de conflitos e a choques, normalmente exacerbados, climáticos. Dada a interligação destes dois problemas, abordá-los exigirá uma abordagem integrada.

Rumo a uma Solução

Tendo por base o acima mencionado, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola ((International Fund for Agricultural Development, IFAD, FIDA) (International Fund for Agricultural Development, IFAD)), o Banco de Desenvolvimento Islâmico e o Secretariado das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) estão a apoiar um projeto regional que procura abordar o desafio da crescente insegurança alimentar e pobreza rural e da crescente exigência de gestão de recursos hídricos fazendo avançar a cooperação técnica e os intercâmbios entre países selecionados do Médio Oriente, Norte de África, Ásia Central e Europa. Os países envolvidos são a Argélia, Hungria, Cazaquistão, Quirguistão, Marrocos, Sudão, Tunísia, Turquia e Uzbequistão. Esta iniciativa FIDA-UNOSSC beneficia da Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST) para alavancar a partilha de conhecimentos e boas práticas entre os países participantes.

O projeto tem três objetivos principais:

- Transferir, de forma bem-sucedida, soluções inovadoras em tecnologias de preservação de água, cultivo de colheitas eficientes em água e criação de gado;
- Criar espaços institucionais e políticos mais favoráveis à expansão (ou seja, replicação, adaptação ou expansão) de soluções favoráveis na produção agrícola e na geração de rendimentos; e
- Facilitar o intercâmbio de conhecimentos Sul-Sul com base em soluções e metodologias documentadas bem-sucedidas e ainda através do acesso online a soluções e especialização relevantes.

A iniciativa de parceria CSST-ADFS (Desenvolvimento Agrícola e Segurança Alimentar Melhorada) foi lançada oficialmente a 18 de novembro de 2014 no quadro da EXPO Global de Desenvolvimento Sul-Sul 2014. Entre junho de 2015 e dezembro de 2017, os três corredores temáticos inicialmente identificados para a iniciativa de parceria foram alargados de modo a incluir tópicos adicionais de interesse para os países participantes, tudo isto graças ao contributo adicional do Banco de Desenvolvimento Islâmico que se juntou à iniciativa de parceria em 2016. Como consequência disso, os parceiros acordaram oito corredores regionais temáticos. Cada um deles assumiu a responsabilidade pelas atividades de partilha de conhecimento no domínio no qual tem conhecimentos especializados adequados. As áreas temáticas alargadas são:

- Organizações de agricultores (Turquia);
- Biotecnologia Agrícola (Hungria);
- Desenvolvimento Eficaz da Pecuária (Argélia);



© UNOSSC

- Irrigação sustentável e utilização sustentável de recursos hídricos (Marrocos);
- Parcerias público-privadas relativamente ao desenvolvimento agrícola e à segurança alimentar (Sudão);
- Desenvolvimento hortícola (Uzbequistão);
- Utilização eficaz de pastagens e turismo rural (Quirguistão); e
- Aquacultura sustentável (Tunísia).

Os Ministérios da Agricultura e as Agências de Cooperação para o Desenvolvimento beneficiaram das formações orientadas para a procura realizadas no âmbito do projeto. Até 25 especialistas-chave em cada país obtiveram conhecimentos específicos sobre a coordenação SSTC de modo a satisfazer as necessidades de desenvolvimento agrícola. Ao nível nacional, foram indicados pontos focais para servir de base ao planeamento, implementação e expansão dos chamados “componentes nacionais” com vista a maximizar a cooperação técnica e partilhar boas práticas e soluções entre os países-alvo. Os parceiros nacionais assumiram a liderança total e os pontos focais colaboraram, de forma bem-sucedida, para identificar e acordar sobre intercâmbios de especialistas, projetos bilaterais, diálogo ao nível das políticas e institucionalização de cooperação entre os seus respetivos países. Uma característica-chave do projeto foi a sua extrema flexibilidade na resposta às propriedades de nível nacional em mudança relativamente ao avanço da CSST nos temas centrais, pois as atividades do projeto e os “componentes nacionais” são desenvolvidos com base na procura.

Desde que as atividades do projeto tiveram início em 2015, foram organizados 12 workshops de intercâmbio, envolvendo mais de 700 participantes, abrangendo especialistas técnicos, funcionários governamentais, representantes de cooperativas de agricultores, centros de investigação e serviços de extensão. Até à data, 71 soluções práticas e inovadoras nacionais que abordam os desafios de desenvolvimento nos países participantes foram documentadas num portal de mapeamento de soluções online (agro.southsouthworld.org). O projeto iniciou a adaptação e a replicação prática de soluções tidas como bem-sucedidas nos países de origem. Por exemplo, a aplicação móvel Extensão Móvel de Valor Acrescentado (MEVA), desenvolvida no Uzbequistão, que fornece acesso a informações da cadeia de valor a agricultores, foi adaptada e desenvolvida para teste na Hungria, Quirguistão, Sudão e Turquia.

O projeto continua a identificar oportunidades para sinergias com outras iniciativas apoiadas por participantes nacionais e internacionais e serve como enquadramento para novas iniciativas de parceria e acordos entre os países participantes. Foi, por um lado, o caso da Argélia, Marrocos e Tunísia e, por outro, o caso da Hungria e do Sudão. Estes países celebraram acordos para melhorar a sua cooperação bilateral e triangular nos setores das pastagens transfronteiriças e cooperação institucionalizada ao nível político.

Os países beneficiários expressaram um forte interesse na continuidade da parceria triangular com todos os países membros, UNOSSC, FIDA e o Banco de Desenvolvimento Islâmico. Estão a decorrer conversações entre a SNUCSS e vários governos para alargar a associação da iniciativa de partilha de conhecimento e aprendizagem transversal integrando a cooperação Sul-Sul e triangular na região MENA, Ásia Central e outras.

Contacto:

Abdelkarim Sma, Economista Regional, Divisão NEN, Gestor de Subsídios FIDA, a.sma@ifad.org
Edem Bakhshish, Diretor, Divisão para os Estados Árabes, Europa e CIS, Gestor de Subsídios SNUCSS, edem.bakhshish@unoss.org

Nome do projeto: Desenvolvimento Agrícola e Segurança Alimentar Melhorada (ADFS) na Região MENA e na Ásia Central
Países/Regiões: Argélia, Hungria, Cazaquistão, Quirguistão, Marrocos, Sudão, Tunísia, Turquia, Uzbequistão

Proposto por: Divisão FIDA – NEN

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.1, 1.2, 1.B, 2.3, 2.4, 2.A

Apoiado por: FIDA, Banco de Desenvolvimento Islâmico, UNOSSC

Entidade implementadora: UNOSSC, parceiros nacionais

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2014 - 2019

URL da iniciativa: goo.gl/LLENos



TRANSFORMAR

Desenvolver competências técnicas e liderança com vista a atingir a proteção social para todas as pessoas em África através da Cooperação Sul-Sul

Desafio

Apesar de algumas histórias de sucesso e países vencedores, a África Subariana continua a ser a região do mundo com a mais baixa cobertura de proteção social.¹ Os desafios incluem a falta de competências técnicas e de conhecimento entre os funcionários públicos africanos, em todos os níveis, relativamente à importância e aos caminhos bem-sucedidos no sentido de uma cobertura universal de proteção social. A capacidade é particularmente inexistente nos processos administrativos e operacionais para uma governação bem-sucedida e na implementação de políticas e programas de proteção social em África. Isto é também demonstrado pela discrepância entre as aspirações baseadas em direitos normalmente articulados na legislação nacional, planos de desenvolvimento ou estratégias de proteção social e o mau desempenho dos sistemas e esquemas de proteção social na prática. Embora exista uma riqueza de experiência em África, estas experiências não são exploradas de forma sistemática e não há currículos ou oportunidades de aprendizagem africanas para adquirir as competências técnicas e práticas relevantes para o contexto africano. No entanto, a proteção social é primordial em termos de alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, particularmente quanto ao seu potencial para cumprir a promessa de não deixar ninguém para trás.

Rumo a uma Solução

O principal objetivo da iniciativa TRANSFORMAR é criar pensamento crítico e capacitar os decisores e profissionais, ao nível nacional e descentralizado, de modo a melhorar a conceção, a eficiência e a eficácia dos sistemas de proteção social. A iniciativa TRANSFORMAR tem como objetivo divulgar conhecimentos de última geração que se adequem aos desafios enfrentados pelos países da região e encorajar os formandos a assumirem a liderança na mudança e na transformação de sistemas de proteção social definidos ao nível nacional.

Dada a importância da proteção social na agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, em particular, o objetivo principal extensível à pobreza (meta 1.3 do enquadramento de resultados), a capacidade de proteção social para facilitar a transformação estrutural da economia e a transição lenta para sistemas de segurança social administrados a nível nacional em muitos países africanos, a capacidade dos governos africanos de melhorarem os seus sistemas de proteção social deverá ser reforçada. Isto é atingido através da cooperação Sul-Sul e da aprendizagem entre pares entre especialistas.

O pacote de aprendizagem TRANSFORMAR está disponível para profissionais de proteção social aos níveis nacional e subnacional e inclui um conjunto de materiais modulares para formadores e formandos de modo a proporcionarem uma gama de eventos de aprendizagem (formações) personalizáveis, presencialmente ou online.

A metodologia TRANSFORMAR é única e inovadora uma vez que reconhece a importância da prática. **A TRANSFORMAR encoraja os formandos a aprenderem uns com os outros e a assumirem a liderança para mudar e transformar sistemas de proteção social definidos a nível nacional. O pacote de aprendizagem centra-se no ambiente específico dos participantes. Não se limita a descrever o que funciona, mas luta com as complexidades sobre o como e o porquê de as coisas funcionarem. A este respeito, estimula a cooperação Sul-Sul e a aprendizagem entre pares.** A metodologia dá ênfase à promoção da mudança. Na medida do possível, as sessões de formação deverão levar ao desenvolvimento de compromissos pessoais ou planos de ação para utilizar a liderança na transformação.



Valentina Barca



Taonga Mshanga

¹ Relatório Sobre Proteção Social Mundial OIT 20017 – 19, p.9

De forma mais importante, a TRANSFORMAR é desenvolvida e ministrada por profissionais e especialistas, empoderando os especialistas para se tornarem formadores e continuarem a aprender uns com os outros, gerando, assim, uma rede de formadores e especialistas Sul-Sul. O pacote foi criado num formato que permite que os formadores nacionais o repliquem de forma fácil. A iniciativa é estruturada de modo a facilitar e institucionalizar o desenvolvimento conjunto contínuo e a atualizar os materiais.

A primeira Formação de Formadores TRANSFORMAR realizou-se em outubro de 2017 na Zâmbia. Os 23 formadores representaram governos, universidades, o setor privado e o sistema da ONU da Etiópia, Gana, Quênia, Lesoto, Maláui, Maurícias, Moçambique, África do Sul, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué. Os participantes foram selecionados através de um convite de apresentação de candidaturas distribuído através das redes de parceiros regionais da TRANSFORMAR. De modo a obter certificação, os formadores participaram primeiro na formação. Numa segunda etapa, deram eles formação com o apoio de formadores responsáveis. Isto irá permitir a criação de um grupo de formadores em África. Uma comunidade de formadores TRANSFORMAR regionais irá facilitar as interações entre países do Sul.

O projeto cria ainda parcerias com instituições académicas locais e iniciativas de criação de capacidade, aos níveis nacional e regional, para assegurar a sustentabilidade e o impacto. Procura ainda institucionalizar uma comunidade real de prática que irá assumir a liderança para transformar os sistemas de proteção social em África. Estão ainda a ser encetados esforços para adaptar e personalizar o conteúdo do currículo noutras regiões da África Ocidental e do Norte e na Ásia. Estão a decorrer planos para personalizar o pacote TRANSFORMAR de acordo com as necessidades das formações específicas de nível nacional no Quênia, no Maláui na África do Sul e para traduzir os materiais para português e para francês.

Aproximadamente 250 especialistas de cinco países da África Austral e Oriental participaram em workshops presenciais de formação TRANSFORMAR entre 2017 e 2018. Oferecer versões online do curso ajuda a atingir um alcance máximo; participantes de 19 países do mundo estão a seguir a primeira versão online do curso.

O reforço dos sistemas de proteção online envolve a criação de instituições, algo que é um processo a longo prazo. É muito cedo para avaliar a contribuição da iniciativa TRANSFORMAR para a construção de melhores sistemas de proteção social em África. No entanto, a iniciativa TRANSFORMAR é, com certeza, o primeiro passo certo neste percurso. As formações que apresentam soluções já prontas sob a forma de boas práticas correm o risco de recomendar abordagens predeterminadas que não se adequam às circunstâncias locais.

A iniciativa TRANSFORMAR também tem sido instrumental, a nível internacional, na melhoria da coordenação e consistência nas abordagens de proteção social no seio de agências da ONU, uma vez que o pacote está a ser integrado com os programas de desenvolvimento de capacidade OIT, UNICEF, PNUD, IPG-IG, Irish Aid e UE-SPS. O estabelecimento de parcerias institucionais e o alinhamento do pacote de aprendizagem com as iniciativas de capacidade de proteção social existentes na região é crucial para assegurar a sustentabilidade e o impacto. As estratégias de institucionalização e transmissão assumem uma abordagem tripla, envolvendo os níveis nacional, regional e global.

A estrutura e as metodologias da iniciativa TRANSFORMAR podem ser replicadas em qualquer região e para qualquer uma das questões incluídas na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Os conteúdos relativos à liderança e à transformação poderão ser facilmente transferidos, enquanto os conteúdos substantivos terão de ser desenvolvidos caso a caso, respeitando os princípios de:

- Tomar partido dos conhecimentos locais e práticos;
- Minimizar a abordagem de “aula” que transmite conhecimentos pré-fabricados e, ao invés disso, maximizar a aprendizagem com base na experiência através da demonstração, exercícios práticos, abordagens para a resolução de problemas e discussão;
- Institucionalizar a partilha de conhecimentos e desenvolver/atualizar materiais, e
- Aumentar a cooperação Sul-Sul.

Contacto:

Luca Pellerano, Conselheiro Técnico da Segurança Social para o Maláui, Moçambique e Zâmbia, OIT, pellerano@ilo.org

Nome do projeto: TRANSFORMAR - Liderança e Transformação de Currículo na Criação e Gestão de Bases de Proteção Social em África

Países/Regiões: África regional, Etiópia, Quênia, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia

Proposto por: OIT

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.3, 3.8, 5.4, 8.5, 10.4

Apoiado por: União Africana, UNICEF, PNUD, OIT, IPC-IG, UE-SPS, Irish Aid, Rede de Especialistas em Proteção Social da África Austral – SASPEN

Entidades implementadoras: OIT, UNICEF, IPC-IG, PNUD

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2015 - 2020

URL da iniciativa: <http://socialprotection.org/institutions/transform>

Programa de Intercâmbio de Jovens Voluntários da Ásia na República Unida da Tanzânia e na Zâmbia

O intercâmbio de voluntários para capacitação com vista a promover a erradicação da pobreza através da inovação agrícola e do crescimento económico

Desafio

A África Oriental e a África Austral são vulneráveis às alterações climáticas, à insegurança alimentar e à escassez de água. Estes problemas foram exacerbados devido ao rápido crescimento da população, à urbanização e ao sobrepastoreio. Mais de 36 milhões de pessoas enfrentam a fome na África Oriental e África Austral, essencialmente devido à seca e às altas temperaturas.

A Zâmbia é um país suscetível à seca, que está a viver os efeitos dos problemas ambientais na segurança alimentar. As práticas de agricultura sustentável são uma prioridade para conseguir um desenvolvimento sustentável. A promoção de práticas agrícolas eficientes e o reforço das capacidades nacionais são a chave para atingir o ODS 2 (Acabar com a fome, atingir a segurança alimentar e melhorar a nutrição) e o ODS 1 e o ODS 12 (padrões de produção sustentável). A República Unida da Tanzânia procura ainda melhorar o seu crescimento económico, os níveis de emprego e a redução da pobreza com foco na promoção de pequenas e médias empresas (PME) e na captação do seu potencial de turismo. O reforço das capacidades das PME e da Câmara do Comércio da Tanzânia e da Confederação do Turismo da Tanzânia são cruciais para atingir o ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico) e o ODS 1.

Rumo a uma Solução

O Programa de Intercâmbio de Jovens Voluntários da Ásia (Asia Youth Volunteer Exchange Programme, AYVEP) tem como objetivo fornecer um mecanismo para o intercâmbio de conhecimentos, competências e capacitação entre países do Sul, particularmente países africanos e asiáticos, nas áreas da agricultura sustentável e do desenvolvimento do setor privado. Em termos de conceção, o programa foi baseado no impacto de desenvolvimento dos voluntários da cooperação Sul-Sul uma vez que partilharam competências, conhecimentos e boas práticas entre nações em desenvolvimento. No total, 33 Voluntários da ONU da Tanzânia e da Zâmbia e de sete países asiáticos (Afeganistão, Bangladeche, Índia, República da Coreia, Nepal, Paquistão e Filipinas) trocaram conhecimentos sobre agricultura sustentável em competências-chave asiáticas, como por exemplo, produção de arroz e desenvolvimento de PME.

Na Zâmbia, o programa tinha como objetivo promover práticas agrícolas inovadoras ao nível da comunidade e a capacitação para a utilização, adoção e sustentabilidade destas práticas através do voluntariado da comunidade. A longo prazo, a utilização de práticas agrícolas mais sustentáveis, eficientes e resilientes tem como objetivo contribuir para uma maior segurança alimentar no país, maior produtividade agrícola e tem um impacto favorável no rendimento dos agricultores comunitários.

Na República Unida da Tanzânia, o programa tem como objetivo melhorar e apoiar o crescimento de PME. Os voluntários da Ásia disseminaram conhecimentos e formaram comerciantes e a câmara do comércio em áreas como, por exemplo, redação de propostas comerciais, gestão para produtividade e marketing, incluindo comércio eletrónico e troca de contactos (**networking**). A revitalização da Associação Hoteleira da Tanzânia para promover a indústria do turismo do país foi outra pedra angular crucial das intervenções na República Unida da Tanzânia.

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



2 ERRADICAÇÃO DA FOME



8 EMPRESAS (MÉDIAS E PEQUENAS) E CRESCIMENTO ECONÓMICO



12 CONSUMO RESPONSÁVEL



© UNV

Na Zâmbia, os voluntários asiáticos, a trabalhar com voluntários da Zâmbia, introduziram a produção de fertilizantes de pequeno porte utilizando vermicultura, novos métodos de colheita de arroz, tecnologia de biogás, diversificação de colheitas, recolha de água para irrigação e gado, produção de vegetais em cápsulas (PVC) utilizando material reciclável e práticas de integração colheita/animal. **No total, 400 agricultores adotaram práticas agrícolas de conservação, técnicas agrícolas modernas e práticas sustentáveis e 300 agricultores obtiveram conhecimentos sobre como produzir fertilizante biológico com a vermicultura e estão agora a utilizar a técnica para melhorar o rendimento das suas quintas. Também deram formação a outras comunidades agrícolas interessadas; 100 agricultores receberam formação em técnicas de enxerto, alporquia e florescimento.** No final do projeto, os agricultores que receberam formação conseguiram produzir as suas próprias sementes, criaram viveiros e vendem mudas a outros agricultores da zona. Os responsáveis agrícolas do distrito foram apoiados no desenvolvimento de manuais e guias sobre a produção de arroz e técnicas de propagação de plantas assexuadas, que foram distribuídos aos agricultores e irão ajudar a conservar conhecimentos para o futuro.

Através do componente do programa na República Unida da Tanzânia, os Voluntários da ONU nacionais e asiáticos deram apoio especializado à Câmara do Comércio, Indústria e Agricultura da Tanzânia (Tanzania Chamber of Commerce, Industry and Agriculture, TCCIA), que tem mais de 16.000 associados em vários setores empresariais. Os comerciantes em 21 regiões do país, incluindo a Ilha de Zanzibar, desenvolveram as suas capacidades em marketing para PME como, por exemplo, como realizar uma pesquisa de mercado e melhorar a utilização de tecnologias da informação. O programa contribuiu ainda para o reforço da capacidade das associações empresariais como, por exemplo, câmaras de comércio e institutos de desenvolvimento de gestão (IDG), de modo a satisfazer as necessidades dos membros em matéria de serviços de aconselhamento. Por exemplo, criou-se uma linha de ajuda às PME e permitiu-se à Câmara

responder a várias questões e prestar melhores serviços aos seus membros. Criou-se um Diretório Empresarial Online da TCCIA (Diretório Eletrónico) e o Portal de Troca de Contactos (Networking) para apoiar as PME de modo a aumentar a sua visibilidade, com mais de 300 empresas listadas na primeira edição. Para além disso, criou-se o Diretório de Exportadores da Tanzânia e a Base de Dados de Exportadores que listam mais de 400 exportadores tanzanianos e aumentaram o seu acesso a mercados internacionais. No total, introduziram-se cinco inovações de tecnologias da informação (TIC) com o apoio técnico dos voluntários, incluindo um sistema de reporte online e de SMS de barreiras não-tarifárias e a emissão eletrónica do certificado de origem. No seu conjunto, os novos serviços e plataformas melhoraram o apoio ao desenvolvimento empresarial dinâmico da comunidade empresarial da Tanzânia.

A chave para o sucesso e para a sustentabilidade da AYVEP na Tanzânia e na Zâmbia foi o envolvimento de Voluntários internacionais da ONU da Ásia e voluntários nacionais da Zâmbia e da República Unida da Tanzânia. Os voluntários trabalharam em conjunto para transferir competências e disseminar conhecimento e boas práticas da Ásia para a África. Os voluntários asiáticos trouxeram práticas inovadoras, comprovadas e bem-sucedidas, enquanto os voluntários de África contribuíram com o seu entendimento do contexto local, das perspetivas culturais e a ligação imediata às comunidades locais. Tudo isto levou a uma fertilização transversal de ideias e também beneficiou os voluntários asiáticos, os seus países de origem e as comunidades locais. A ação voluntária desenvolveu o elemento da cooperação Sul-Sul através de contributos substantivos, práticos e transfronteiriços.

Contacto:

Annette Froese, Analista do Programa, VNU, annette.froese@unv.org

Rafael Martinez Gil, Especialista em Desenvolvimento de Parcerias e Ponto Focal da Cooperação Sul-Sul, VNU, rafael.martinez@unv.org

Nome do projeto: Programa de Intercâmbio de Jovens Voluntários da Ásia na Tanzânia e na Zâmbia (AYVEP)

Países/Regiões: República Unida da Tanzânia, Zâmbia

Proposto por: Escritório Regional UNV para a África Oriental e África Austral

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.1, 1.5, 2.1, 2.3, 2.4, 8.2, 12.2, 12.a, 12.b

Apoiado por: Governo do Japão (através do Fundo Fiduciário do Japão)

Entidades implementadoras: Voluntários das Nações Unidas (VNU), Ministério da Agricultura (MA), Câmara do Comércio, Indústria e Agricultura da Zâmbia e Tanzânia (TCCIA), Confederação do Turismo da Tanzânia (CTZ) e a Câmara do Comércio, Indústria e Agricultura de Zanzibar (ZNCCIA)

Estado do projeto: Fechado

Período do projeto: 2006 - 2016

URL da iniciativa: N/D



Desenvolvimento de uma Cultura das Pescas em África

Aumento do rendimento das pescas e das receitas da aquacultura

Desafio

O peixe e outros produtos de pesca são alimentos preferenciais em África uma vez que são ricos em proteína e micronutrientes. O peixe tem um preço razoável (mais barato do que outros produtos alimentares substitutos como a carne) e constituem uma parte integrante das dietas tradicionais. No entanto, devido aos efeitos combinados do rápido crescimento populacional e de uma diminuta produção de peixe para captura, o fornecimento per capita de peixe diminuiu em África. Muitos países importam uma quantidade significativa de peixe anualmente. Isto contribui para o défice alimentar e aumentar o preço de mercado do peixe. Uma vez que não é possível aumentar a captura de peixe do ambiente natural, os governos africanos aumentaram o seu foco na aquacultura para colmatar a lacuna entre a procura e a oferta de peixe para a segurança alimentar nacional.

Rumo a uma Solução

A aquacultura consegue mitigar a escassez da oferta de peixe na região de África, facto que está diretamente relacionado com o ODS 2 (Erradicar a Fome). Poderá ainda evitar a pesca excessiva, fornecendo uma opção alternativa no setor das pescas, que contribui para a concretização do ODS 14 (Proteger a Vida Marinha), fazendo uso de recursos marinhos mais sustentáveis.

O setor da aquacultura do Egito experienciou um rápido desenvolvimento nos últimos 20 anos. Está agora em 9º lugar, a nível global, na produção de peixe em aquacultura e em primeiro lugar no seio dos países africanos. Graças aos conhecimentos especializados egípcios, o intercâmbio de conhecimentos entre o Egito e os países vizinhos, ajudou a melhorar as capacidades daquele país, permitindo-lhes ser aplicadas para atingir o desenvolvimento e gestão adequados do setor da aquacultura dos seus próprios países.

O programa de formação, Programa de Formação de Países Terceiros (PFPT) sobre o Desenvolvimento da Cultura de Pescas, foi organizado pela Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), em colaboração com o Centro Internacional Egípcio para a Agricultura (EICA). Facilitou a capacitação de trabalhadores de extensão através de formação prática e conhecimento sobre condições climáticas, espécies de peixes de aquacultura e tecnologias de aquacultura na prática. Este programa fornece uma plataforma para formandos africanos para beneficiarem do curso de formação e para trocar opiniões e práticas com vista a aplicar os conteúdos do curso nos seus países de origem.

Foi apoiado pelo JICA e pelo Governo do Egito através de Agência Egípcia de Parceria para o Desenvolvimento (EAPD), com base no acordo do Programa de Cooperação Técnica Triangular Japão-Egito para a promoção da cooperação Sul-Sul em África.

Realizaram-se três meses de formação no Egito, todos os anos, desde 2004. **O curso de formação de grupo realizou-se no Egito com exercícios práticos no terreno para 191 participantes de 21 países africanos: Benim, Burundi, Camarões, Comoro, Congo, Eritreia, Gabão, Gana, Quênia, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Namíbia, Ruanda, Sudão do Sul, República Unida da Tanzânia, Togo, Uganda e Zâmbia.**

Quase um terço do curso (ou seja, um mês) é passado na sala de aula em aulas teóricas, discussões de grupo e **workshops** em módulos. Cada módulo começa com aulas conceptuais que abordam temas específicos na área. A parte restante do curso fornece dois meses de formação prática na qual os participantes visitam laboratórios para demonstrações e participam em visitas de campo e visitas de estudo. Os participantes ganham experiência real ao gerir os seus lagos atribuídos para realizar experiências no rácio macho/fêmea, intensidade da população e concentração de diferentes nutrientes.



© JICA

Como resultado da formação, os formandos deste programa são preparados para ajudar a aumentar a produção de peixe e os rendimentos da aquacultura nos países de origem. Por exemplo, os produtores do Maláui que receberam instruções de um graduado do programa (um trabalhador de extensão) aumentou a produtividade de tilápia e peixe-gato de 1-2 t/ha para 5,5 t/ha e 8,0 t/ha, respetivamente. Em 2016, o participante do Uganda aumentou o número de lagos de 50 para 110 (60 novos lagos) à sua responsabilidade. No Maláui, o participante anterior tornou-se a principal figura da força de trabalho a criar uma unidade de aquacultura. Os antigos participantes e professores estão ligados através de um grupo de WhatsApp para que possam discutir dificuldades e partilhar informações necessárias enquanto implementam as técnicas. Este grupo é transfronteiriço, com os participantes a contribuírem para a disseminação de conhecimentos no seu país.

De modo a assegurar a sustentabilidade desta iniciativa, os participantes selecionados no país deverão deter um cargo que lhes permita disseminar conhecimentos como, por exemplo, oficial de extensão ou instrutor numa instituição relevante. Em alguns casos, os formandos participam na seleção de novos candidatos porque isto pode ajudar a reforçar a relação entre os participantes antigos e os novos, permitindo-lhes tornarem-se líderes nos seus países.

Contacto:

Gabinete para Questões Globais e Parceria de Desenvolvimento, Departamento de Estratégia de Operações, Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), pdgdp@jica.go.jp



Nome do projeto: Programa de Formação de Países Terceiros (PFPT) sobre o Desenvolvimento da Cultura de Pescas
Países/Regiões: Benim, Burundi, Camarões, Comoro, Congo, Eritreia, Gabão, Gana, Quênia, Madagáscar, Maláui, Maurícias, Namíbia, Ruanda, Sudão do Sul, República Unida da Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia
Proposto por: Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)
Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 14.2, 14.7
Apoiado por: Apoio técnico por parte do Instituto de Formação: Centro Egípcio Internacional para a Agricultura (EICA)
Entidades implementadoras: JICA e o Governo do Egito através da Agência Egípcia da Parceria para o Desenvolvimento (EAPD)
Estado do projeto: Em curso
Período do projeto: 2004-2019
URL da iniciativa: goo.gl/JFxBAL



Programa Mesoamérica sem Fome

Quadros institucionais mais eficazes para melhorar o cultivo e a segurança nutricional e alimentar das famílias

Desafio

De acordo com o Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo 2017, o mais recente relatório das Nações Unidas sobre esta questão, o número de pessoas que sofrem de fome na América Latina e nas Caraíbas aumentou em 2,4 milhões entre 2015 e 2016, alcançando 42,5 milhões. Enquanto a subnutrição (um indicador da fome) subiu de 5% em 2015 para 5,6% em 2016 na América do Sul, os números para a Mesoamérica (América Central e México) caíram ligeiramente, de 6,7% para 6,5% para esses anos.

A menos que sejam tomadas providências para combater estas condições, a América Latina e as Caraíbas não irão alcançar o seu objetivo de acabar com a fome e a subnutrição em 2030, conforme definido nos ODS. Assim, são necessários esforços intensificados e outras ações relevantes. A iniciativa Mesoamérica Sem Fome foi lançada para apoiar a promoção, formulação e implementação de projetos de cooperação que reforçam os quadros institucionais ao nível local, nacional e regional e políticas sobre a segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar na Mesoamérica.

Rumo a uma Solução

A iniciativa Mesoamérica Sem Fome é um programa de cooperação Sul-Sul e triangular que começou em 2015 como resultado de um acordo de colaboração entre a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Agência Mexicana para a Cooperação e o Desenvolvimento Internacional (AMEXCID) sob a administração do antigo Presidente mexicano, Enrique Peña Nieto. O México comprometeu-se a financiar as atividades do programa no montante de 15 milhões de dólares num período de cinco anos.

Esta iniciativa serve para atingir o ODS 1 (Erradicar a pobreza), o ODS 2 (Erradicar a fome) e o ODS 6 (Água Potável e Saneamento) da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em nove países Mesoamericanos (Belize, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá) dando apoio para reforçar políticas e quadros institucionais para melhorar a segurança alimentar e nutricional e as práticas de agricultura familiar na região.

O programa contempla ações aos níveis nacional e local e ainda dentro da Mesoamérica (entre dois ou mais países). Para além disso, a iniciativa Mesoamérica Sem Fome facilita atividades de intercâmbio Sul-Sul **ad hoc** entre instituições mexicanas e entidades de outros países mesoamericanos. O objetivo é partilhar experiências e cooperar no reforço de capacidades relevantes através de mecanismos como, por exemplo, missões técnicas, sessões de formação e fóruns de diálogo.

A iniciativa Mesoamérica Sem Fome tem comissões de gestão nacionais em cada país. Identificam prioridades de acordo com os representantes mexicanos, a FAO, as autoridades nacionais e locais e os representantes da comunidade. Para além disso, a cada seis meses, a AMEXCID e a FAO reúnem uma comissão conjunta para acompanhamento estratégico à implementação do programa.

Os seguintes resultados destacam-se entre as principais concretizações da iniciativa Mesoamérica Sem Fome:

- Foi dado aconselhamento técnico para definir, caracterizar e registar agricultores familiares (Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras e Panamá);
- Promoveram-se sistemas de sementes sustentáveis orientados para a agricultura familiar na Nicarágua;



© FAO – AMEXCID

- Desenvolveu-se o primeiro modelo legislativo mundial sobre pesca de pequena escala e o modelo legislativo sobre agricultura familiar, ambos aprovados pelo Parlamento Latino-Americano (Parlatino);
- Apoiou-se a produção de frutas e vegetais em ambientes protegidos na Costa Rica e na República Dominicana;
- Criou-se e comercializou-se artesanato indígena na Guatemala;
- Criaram-se sistemas de recolha de água da chuva para consumo humano na Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Honduras e Panamá;
- Promoveram-se programas de alimentação escolar e jardins pedagógicos no Belize;
- Criaram-se redes de conhecimento na região para reforçar as capacidades dos grupos relevantes, incluindo conselheiros parlamentares, jornalistas e especialistas em sistemas de recolha de água da chuva, entre outros;
- Implementaram-se programas de extensão municipal para a agricultura familiar em El Salvador e nas Honduras; e,
- Capacitaram-se organizações e instituições locais e nacionais para fornecer assistência técnica nos países onde o programa opera.

Estes resultados foram possíveis devido a um elevado nível de apropriação local e, principalmente, ao envolvimento das autoridades e comunidades nacionais na identificação anual de desafios e prioridades para reforçar a segurança alimentar e nutricional e a agricultura familiar em cada um dos países onde funciona a iniciativa Mesoamérica Sem Fome.

Dado o sucesso da iniciativa Mesoamérica Sem Fome, as autoridades mexicanas e a FAO já previram uma segunda fase para o programa.

Contacto:

Escritório Sub-regional da FAO para a Mesoamérica, [mesoamerica – sin – hambre@fao.org](mailto:mesoamerica-sin-hambre@fao.org)
 Agência Mexicana para a Cooperação e o Desenvolvimento Internacional (AMEXCID), Direção Geral para o Projeto Mesoamericano, proyectomesoamerica@sre.gob.mx



Nome do projeto: Mesoamérica Sem Fome

Países/Regiões: Belize, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá

Proposto por: Agência Mexicana para a Cooperação e o Desenvolvimento Internacional (AMEXCID)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.1, 2.1, 6.a

Apoiado por: AMEXCID, FAO

Entidades implementadoras: AMEXCID, FAO

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2015 - 2019

URL da iniciativa: goo.gl/k3uo2o (em Espanhol); goo.gl/S1cDsG (em Espanhol)



Projeto de Nixtamalização do Milho do México no Quênia

Diversificar os produtos derivados do milho para melhorar a saúde e a nutrição

Desafio

O milho é um produto alimentar básico no Quênia. O seu consumo per capita é elevado (103 kg/ano) e constitui 31% da ingestão calórica dos quenianos. No Quênia, o milho é utilizado em mais de 10 produtos alimentares, ao contrário do México, onde é utilizado em mais de 600. As suas poucas utilizações no Quênia restringem tanto o consumo per capita como a procura pela produção dos agricultores, ao mesmo tempo o processamento limitado restringe a cadeia de valor do milho e impede oportunidades para a industrialização no Quênia. Para além disso, as consequências devastadoras da contaminação da aflatoxina são bem conhecidas no setor agrícola e são também visíveis no estado da saúde e da nutrição da população afetada.

Rumo a uma Solução

O México, enquanto berço do milho, tem uma vasta experiência na utilização de milho e desenvolveu diversos produtos alimentares que utilizam milho, principalmente derivados de um processo denominado nixtamalização que envolve cozinhar o grão numa solução de lima e embebê-lo, durante algumas horas, para assegurar a remoção de todo e qualquer componente biológico e álcalis em excesso. Isto foi visto como uma solução para abordar o desafio do Quênia.

O processo oferece inúmeros benefícios nutricionais, como por exemplo:

- redução do risco de pelagra aumentando a niacina (Vitamina B3);
- aumento da ingestão de cálcio uma vez que os grãos de milho o absorvem a partir da lima durante o processo de fervura;
- aumento da ingestão de fibras devido ao elevado conteúdo de amido resistente em produtos alimentares; e,
- redução de micotoxinas no milho.

O processo de nixtamalização oferece importantes benefícios nutricionais e para a saúde, especialmente em locais como o Quênia, onde o milho é um alimento básico e onde existe um elevado risco de contaminação de aflatoxina.

Após ter sido criada um comité diretor em 2014, uma delegação mexicana visitou o Quênia em 2016 para dar formação sobre o armazenamento de milho e o processo de nixtamalização. A Agência Mexicana para a Cooperação e o Desenvolvimento Internacional (AMEXCID) forneceu dois moinhos. Um foi instalado no laboratório da Organização Queniana para a Investigação em Agricultura e Pecuária (KALRO), onde cientistas quenianos realizam a nixtamalização, o teste à qualidade da lima e exercícios de moagem para produzir farinha de milho para preparar ugali (uma papa de farinha de milho tradicional). A AMEXCID está em vias de fornecer um segundo moinho, com o apoio a ser dado por especialistas mexicanos visitantes, que irão realizar workshops e dar formação adicional sobre a nixtamalização.

Os workshops promoveram a formação de autoridades do Departamento de Agricultura e Irrigação, KALRO, dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e de Comércio Internacional, de representantes do Centro Internacional de Melhoria de Milho e Trigo e de representantes de outras agências governamentais e instituições académicas e de investigação.

O sucesso do projeto e a eficiência dos seus resultados atraiu o interesse de instituições e universidades noutros países. Como resultado disso, realizaram-se **workshops** de introdução à nixtamalização no Gana e África do Sul.



© AMEXCID

Contacto:

Dr. Martha Navarro Albo, Diretora Geral da Cooperação Técnica e Científica, Secretariado dos Negócios Estrangeiros do México, mnavarro@sre.gob.mx



Nome do projeto: Projeto de Nixtamalização do Milho no Quênia

Países/Regiões: Quênia, México

Proposto por: Agência Mexicana de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (AMEXCID)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.1, 2.2

Apoiado por: Instituto Nacional de Investigação em Agricultura e Gado (INIFAP), Centro Internacional de Melhoria de Milho e Trigo; Conselho de Gestão da Indústria Mexicana de Milho e Seus Derivados A.C., Ministério da Agricultura do Quênia, Universidade Jomo Kenyatta de Agricultura e Tecnologia e a Organização Queniana para a Investigação em Agricultura e Pecuária (KALRO).

Entidades implementadoras: AMEXCID, FAO

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2013-2018

URL da iniciativa: www.gob.mx/amexcid



Projeto-piloto de Cooperação Cidade-a-Cidade: Cabo Verde, Camarões e Senegal

Empoderamento dos governos locais para tornarem as suas cidades e regiões interligadas mais seguras em termos alimentares

Desafio

O que acontece quando a urbanização ultrapassa a capacidade de uma cidade lidar com esse facto? A urbanização rápida trouxe enormes desafios, incluindo o aumento da pobreza urbana, os níveis de crescimento de insegurança alimentar e subnutrição, especialmente para as comunidades mais vulneráveis. A expansão urbana rápida e descontrolada é responsável pela redução da terra arável em volta das cidades, tornando a produção e o acesso periurbano e urbano a alimentos frescos e nutritivos difícil para as pessoas mais vulneráveis. Como consequência disso, muitos agregados familiares nas áreas urbanas gastam uma parte substancial da sua cesta alimentar em alimentos baratos, pobres em nutrientes ou densos em energia e enfrentam condições de higiene que são menos do que ideais. Estas comunidades normalmente sofrem do triplo fardo da mal-nutrição: subnutrição, deficiência de micronutrientes e excesso de peso e obesidade, que são responsáveis por perdas socioeconómicas devido a doenças não-comunicáveis relacionadas com a dieta.

Rumo a uma Solução

Através da Cooperação Sul-Sul, a iniciativa Cidade-a-Cidade procura empoderar os governos locais para tornarem as suas cidades e regiões interligadas mais seguras em termos alimentares. É construída sob a premissa de que as cidades do Sul, que frequentemente enfrentam desafios socioeconómicos e agro-económicos idênticos conseguem identificar-se mutuamente e que através da colaboração e dos intercâmbios entre pares, podem apoiar-se umas às outras na transição para sistemas alimentares mais sustentáveis. Dado o escasso espaço agrícola nas cidades-alvo do projeto, o intercâmbio Cidade-a-Cidade em microjardins permitiu que grupos vulneráveis produzam alimentos frescos em pequenos espaços urbanos como, por exemplo, telhados, pátios ou áreas vazias, abordando o desafio específico de produzir alimentos mais frescos, mais nutritivos e mais diversificados em áreas urbanas.

Mais especificamente, neste projeto-piloto, Dakar (Senegal) partilhou a sua experiência em tecnologias de microjardinagem com Douala (Camarões) e Praia (Cabo Verde) baseando-se em modalidades de cooperação Sul-Sul diferentes e flexíveis como, por exemplo, especialistas, formações, visitas de exposição a Dakar e ainda a organização de um **workshop** sobre o apoio ao desenvolvimento de uma estratégia e de uma política alimentar. Os objetivos da iniciativa Cidade-a-Cidade foram: chamar a atenção para políticas alimentares urbanas; capacitar técnicos de Douala e da Praia em técnicas de microjardinagem e apoiar ambas as cidades na implementação de projetos de microjardinagem ao nível local.

O projeto permitiu que os beneficiários e as famílias vulneráveis aprendessem e adaptassem a sua tecnologia de microjardinagem ao seu contexto, obtendo soluções de fornecimento de alimentos alternativos, o que contribuiu para a sua nutrição e segurança alimentar e ainda para diversificar as suas fontes de rendimento, vendendo a produção em excesso.

A iniciativa de cooperação Sul-Sul incluiu, essencialmente, demonstrações ao nível do terreno em Dakar, Douala e Praia, formação de formadores e apoio de **coaching** para a atualização de **know-how** como, por exemplo, técnica de microjardinagem que não exige materiais caros nem formação intensa e poderá ser facilmente implementada e adaptada a vários ambientes.

O processo foi participatório, uma vez que foi orientado pela procura e envolveu contributos em género das cidades-alvo. De modo a assegurar uma implementação mais fácil das atividades previstas por parte do projeto e ainda aumentar a apropriação ao nível local, uma Carta de Acordo



© FAO

(CAA) foi assinada em dezembro de 2016 entre a FAO Senegal e a cidade de Dakar, que agiu como fornecedor da cooperação Sul-Sul.

Os resultados principais do projeto-piloto incluíram:

- **Desenvolvimento de capacidades:** Realizou-se uma sessão de formação em microjardins em Dakar. Os participantes incluíram 10 técnicos e representantes dos municípios (cinco da Praia e cinco de Douala). A formação incluiu aulas sobre teoria de horticultura, recuperação de materiais, implementação de um centro de formação e demonstração, técnicas de microjardinagem e demonstrações/sessões práticas em centros de formação e demonstração em Grand Dakar e Patte d'Oie;
- **Assistência técnica no local (duas missões):** Os especialistas em horticultura senegaleses viajaram para a Praia e para Douala para fornecer apoio técnico **ad-hoc** às cidades, com base nas suas necessidades e para demonstrar como os microjardins podem ser utilizados para melhorar a segurança alimentar e a nutrição em comunidades vulneráveis em áreas urbanas, e
- **Conscientização:** Realizou-se um **workshop** de conscientização sobre sistemas alimentares sustentáveis e políticas alimentares urbanas em Dakar. As três cidades-alvo participaram, juntamente com representantes de Banjul, Niamey e Ouagadougou, e outros participantes envolvidos na iniciativa de Cooperação Cidade-a-Cidade. O evento permitiu que representantes de Dakar, de Douala e da Praia aprendessem com o exemplo de diferentes cidades da África Ocidental, partilhassem as suas experiências e fizessem recomendações.

Em termos de sustentabilidade e replicabilidade, os resultados adicionais incluíram questões de nutrição e segurança alimentar entre acordos geminados existentes entre cidades, chamando a atenção dos governos locais e reforçando o compromisso quanto a questões alimentares urbanas, despoletando, assim, atividades ao nível da cidade. Por exemplo, o município da Praia inaugurou um centro de demonstração sobre microjardins, promoveu ativamente

esta técnica através das redes sociais alcançando outros locais como, por exemplo, áreas periféricas e sensibilizou as famílias para cultivarem alimentos em casa. Para além disso, como acompanhamento desta iniciativa, o governo da cidade de Douala pediu assistência à FAO na elaboração de uma estratégia alimentar. Como resultado disso, foi assinado uma CA com a Communauté Urbaine de Douala em dezembro de 2017 que incluiu: i) desenvolvimento de uma avaliação rápida do sistema alimentar; ii) implementação de uma plataforma multiparticipativa; iii) promoção dos intercâmbios cidade-a-cidade com outras cidades. Por fim, esta iniciativa fez com que fosse possível à FAO entender como afinar a Cooperação Sul-Sul entre cidades no âmbito do mecanismo Cidade-a-Cidade de modo a replicar a colaboração ao nível local noutras cidades.

Contacto:

Else Kingue, Cidade de Douala kinguelengue@gmail.com,
Ndeye Ndack Mbodj, Cidade de Dakar, ndeyendack.mbodj@villededakar.org

Maria Aleluia Andrade, Cidade da Praia, andrademariaaleluia@gmail.com

Coumbaly Diaw, FAO Senegal,
Coumbaly.Diaw@fao.org

Cristina Alderighi, Unidade SSC, FAO,
Cristina.Alderighi@fao.org

Nome do projeto: Projeto-piloto de Cooperação Cidade-a-Cidade: Cabo Verde, Camarões e Senegal

Países/Regiões: Cabo Verde, Camarões, Senegal

Proposto por: FAO

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.1, 11.a, 12.2, 12.3, 12.a, 17.3, 17.6, 17.9

Apoiado por: FAO

Entidades implementadoras: Cidades com apoio da FAO

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: Janeiro 2017 - Dezembro 2017

URL da iniciativa: goo.gl/Zg8Q7T



Diversificação do Rendimento das Mulheres das Zonas Rurais e Melhoria da Capacidade Comercial na Ásia Central

Produção e comercialização de artesanato rural: Utilizar conhecimento da Hungria e Quirguistão para melhorar o estado económico e social das pessoas das zonas rurais no Quirguistão e no Uzbequistão

Desafio

Na Ásia Central, o setor agrícola não consegue absorver a população rural, forçando as pessoas a migrarem em busca de trabalhos e de rendimento. Apesar de a migração laboral ter atingido níveis sem precedentes na última década, as remessas nem sempre se traduzem em investimento rural direto e meios de subsistência social melhorados dentro das comunidades rurais. Um conjunto crescente de evidências existe relativamente ao efeito duplo da migração laboral no desenvolvimento local e nas famílias rurais deixadas para trás. A diversificação de rendimentos através da produção melhorada de artesanato rural e a ultrapassagem de barreiras comerciais podem ser eficientes em termos de custos na criação de uma fonte de rendimento sustentável e significativa para as comunidades rurais. No entanto, existem também desafios como, por exemplo, a necessidade de melhorar a qualidade e a competitividade dos produtos locais e adaptá-los às necessidades modernas. Embora alguns tipos de artesanato da região tenham evoluído para setores lucrativos nos últimos 20 anos, produzindo artigos para venda ao nível local, nacional e fora do país, outras áreas ainda representam uma fonte de potencial inexplorada em termos de criação de empregos e geração de rendimentos. Estes podem aumentar com apenas um pequeno investimento.

Rumo a uma Solução

A iniciativa de cooperação Sul-Sul entre o Quirguistão e o Uzbequistão tem como objetivo permitir que homens e mulheres do meio rural beneficiem, de forma igual, de cadeias de valor agroalimentares melhorando as competências das mulheres de zonas rurais para gerar rendimentos e melhorar a qualidade dos produtos rurais produzidos com a utilização de matérias-primas agrícolas locais em áreas-piloto destes dois países. A iniciativa de cooperação Sul-Sul incluiu, principalmente, **workshops** de formação piloto personalizados de acordo com as necessidades das mulheres das zonas rurais em aldeias remotas do Quirguistão e do Uzbequistão. A formação em artesanato rural foi dada por empreendedoras independentes do Quirguistão, incluindo criadoras conhecidas e um especialista em marketing, a mulheres de zonas rurais em cada país para melhorar as suas competências e para promover as vendas nos mercados local, regional e global.

Utilizando os conhecimentos especializados disponíveis ao nível local e utilizando a metodologia de “formação de formadores” (FF), a iniciativa de cooperação Sul-Sul ajudou a promover e a preservar uma grande variedade de motivos e técnicas artesanais tradicionais. Os ofícios tradicionais em ambos os países são desenvolvidos principalmente pela população mais envelhecida e estão em perigo de desaparecer num futuro próximo. Durante a iniciativa, os formadores FF foram identificados entre mulheres mais velhas de zonas rurais que possuem competências relativas ao artesanato tradicional. Foram encorajadas a transmitir as suas competências e os seus conhecimentos à geração mais nova. Os formadores FF receberam formação para melhorar a parte comercial e apelativa do produto, combinando os **designs** de produto atualizados, cores novas e uma produção de melhor qualidade com as suas técnicas artesanais tradicionais.



©FAO

A iniciativa da cooperação Sul-Sul promoveu a utilização de matérias-primas produzidas ao nível local para novos produtos artesanais. Todos os protótipos de artesanato durante os **workshops** de formação basearam-se na utilização de matérias-primas agrícolas (incluindo, por exemplo, lã, seda e algodão) produzidas no Quirguistão e no Uzbequistão ou em países vizinhos na região. Tais matérias-primas agrícolas estão disponíveis, de forma imediata, em mercados locais e são acessíveis aos artesãos locais. Desta forma, a iniciativa CSS contribui diretamente para o ODS 12 sobre a produção e consumo sustentáveis e, em particular, o ODS meta 12.2 sobre a gestão sustentável e a utilização eficiente de recursos naturais.

Embora a primeira ronda de workshops de formação organizada em 2017 se tenha centrado principalmente na melhoria dos designs do artesanato rural e na produção de produtos artesanais competitivos, a segunda ronda realizada em 2018 foi alargada para fornecer informações sobre preços, promoção e marketing de produtos, incluindo a utilização de TIC como ferramenta de marketing. Em particular, o especialista de marketing do Quirguistão mostrou como tirar boas fotos de produtos utilizando um telemóvel e como utilizar as redes sociais (como por exemplo, o Facebook e o Instagram) para promover os seus produtos. Tudo isto empoderou as mulheres do meio rural a reforçar a sua utilização das TIC e ajudou-as a atingir o sucesso em termos de empreendedorismo através da inovação agrícola.

Mais de 160 mulheres do meio rural adquiriram conhecimentos práticos e as competências necessárias para os negócios de artesanato através de workshops de formação em artesanato organizados através da iniciativa de cooperação Sul-Sul em 2017 – 18. Com base no conhecimento e nas competências adquiridas, estas mulheres conseguem agora lançar ou prosseguir os seus negócios lucrativos com uma produção artesanal mais competitiva. Para além disso, os formadores do Quirguistão desenvolveram um módulo de formação no decorrer dos chamado Fundamentos do Negócio de Artesanato Rural. O módulo foi testado com sucesso na segunda ronda de workshops de formação tanto no Quirguistão e no Uzbequistão. Poderia ser facilmente replicado e aplicado noutras aldeias nos dois países e ainda noutros países da Ásia Central.

A iniciativa de cooperação Sul-Sul foi apoiada pela FAO e partes interessadas não-estatais em parceria com a Associação de Apoio ao Artesanato da Ásia Central no Quirguistão. No Uzbequistão, em fevereiro de 2018, a iniciativa de cooperação Sul-Sul foi alargada e replicada com o envolvimento de Associações de Artistas Populares Húngaros e com apoio adicional da SNUCSS.

Contacto:

Dono Abdurazakova, Consultora para a Proteção Social e de Género, Gabinete Regional da FAO para a Europa e para a Ásia Central, Dono.Abdurazakova@fao.org
Serena Y. Park, South – Responsável de Cooperação do Sul, Gabinete Regional da FAO para a Europa e para a Ásia Central Yeonkyeong.Park@fao.org

Nome do projeto: Diversificação do Rendimento das Mulheres das Zonas Rurais e Melhoria da Capacidade Comercial na Ásia Central

Países/Regiões: Hungria, Quirguistão, Uzbequistão

Proposto por: FAO

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.4, 2.3, 4.4, 5.b, 8.2, 12.2

Apoiado por: FAO

Entidades implementadoras: FAO

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2017 - 2018

URL da iniciativa: N/D



Reforço das Estatísticas Agrícolas e das Informações sobre Segurança Alimentar em Países CARD através da Cooperação Sul-Sul

As boas práticas da cooperação triangular entre a África, o Japão e o Sudeste Asiático

Desafio

A África Subariana tem a mais elevada percentagem de pessoas subnutridas do mundo (aproximadamente 20%). Assim, a segurança alimentar é um dos desafios regionais mais urgentes. Simultaneamente, a procura de arroz aumenta bruscamente, tal como acontece com as importações de arroz, que agora totalizam quase 40% do total a nível mundial. Tendo em consideração esta situação, é muito importante mobilizar a cooperação internacional e as políticas de trabalho de modo a assegurar a segurança alimentar, particularmente no que concerne ao arroz. No entanto, a região tem falta de estatísticas fiáveis que são fundamentais para este tipo de atividade. As estatísticas da agricultura nesta região deverão, assim, ser melhoradas.

Rumo a uma Solução

O projeto procura melhorar a capacidade dos membros da Coligação para o Desenvolvimento de Arroz Africano (Coalition for African Rice Development, CARD) para obter e fornecer, de uma forma atempada, estatísticas fiáveis sobre as áreas de cultivo de arroz e/ou produções, com base em experiências e métodos estatísticos da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Association of Southeast Asian Nations, ASEAN) e o Centro para o Arroz de África (AfricaRice) enquanto também beneficia do Programa de Cooperação Sul-Sul da FAO. Estudos de produção de arroz fiáveis apoiam o planeamento do governo e contribuem para os esforços da comunidade internacional para eliminar a fome.

Este projeto foi criado para utilizar a especialização da ASEAN e de África reunida pelo Governo do Japão nos últimos anos. O Japão tem uma longa história de cooperação bilateral e multilateral no desenvolvimento estatístico em países ASEAN, especialmente através da criação do Sistema de Informações de Segurança Alimentar ASEAN (ASEAN Food Security Information System, AFSIS).

Estas atividades ajudam os Estados-Membros da ASEAN a desenvolver especialistas em estatísticas agrícolas. Esses recursos poderão ser utilizados em países Africanos para a transferência de tecnologia, especialmente para inquéritos de produção de arroz, uma vez que os Estados-Membros da ASEAN são os principais países de produção de arroz no mundo e têm experiência no desenvolvimento dos seus próprios métodos de levantamento de produção de arroz. Para além disso, o projeto financiado pelo Japão foi implementado para desenvolver um método de levantamento de produção de arroz adequado para África em cooperação com o AfricaRice. Esta experiência poderá também ser utilizada para criar capacidade em países-alvo.

As atividades do projeto incluíram três componentes principais:

- Identificar métodos de levantamento adequados: Identificaram-se os métodos de estudo adequados entre vários a ser implementados em países da ASEAN que podem ser implementados nos países CARD selecionados com base nas suas necessidades técnicas, a disponibilidade de dados atuais e a qualidade, os métodos estatísticos atuais e a necessidade de melhorias adicionais. Foi realizado um pré-teste para comparar vários métodos no Uganda de modo a identificar os métodos de levantamento adequados. Em linha com tudo isto, foram preparados manuais padrão para os métodos de estudo selecionados. Estes manuais são modificados com base nas necessidades e nas circunstâncias de cada país-alvo e são utilizados para o workshop de formação e o estudo-piloto;



© FAO

- Realização de workshops de formação: As capacidades das instituições locais/centrais e os enumeradores nos oito países destinatários alvo foram reforçadas através do workshop de formação e de apresentações por parte de especialistas da ASEAN e da AfricaRice que falaram sobre as suas experiências no estudo de produção de arroz; e
- Realização de estudos-piloto: Após o workshop de formação, foram aplicados os métodos selecionados e realizados estudos-piloto em oito países-alvo numa área geográfica limitada. Os objetivos do estudo-piloto foram melhorar as competências de estudo em países-alvo e fornecer resultados dos estudos recolhidos utilizando diferentes métodos. A partir de maio de 2018, o workshop de formação e o estudo-piloto foram implementados em seis países (Benim, Costa do Marfim, Etiópica, Gana, Quênia e Madagáscar).

Os métodos de estudo aplicados e as atividades específicas decidem-se com base em discussões com pontos focais em cada país-alvo. Isto serve para encorajar participação voluntária e uma forte apropriação. Durante os estudos-piloto, os funcionários instruem os enumeradores sobre a realização correta de estudos e fazem a supervisão. Os enumeradores realizam estudos no terreno com base nos conhecimentos obtidos na formação. Isto permite-lhes criar e realizar os seus próprios estudos de produção de arroz a nível nacional no futuro.

Os métodos de estudo que o projeto adota podem ser utilizados noutros países africanos, assumindo que: o projeto utiliza métodos de estudo que têm em consideração o sistema de estatísticas agrícolas e o cultivo de arroz ao nível de cada país e a viabilidade do método escolhido foi enfatizada, dada a falta de recursos humanos e financeiros em países africanos.

O projeto realizou workshops a nível regional e nacional para partilhar resultados e discutir os métodos de estudo adequados e para contribuir para a realização de um estudo a nível nacional em países-alvo no futuro com funcionários que estejam envolvidos no projeto e outras organizações internacionais relacionadas. Estas discussões permitem aos participantes melhorar o seu entendimento de como realizar um estudo a nível nacional.

Contacto:

Masahiro Hosaka, Coordenador de Projeto, Unidade de Cooperação Sul-Sul (DPSS), Divisão de Cooperação Parcerias e Sul-Sul (DPS), FAO,
Masahiro.Hosaka@fao.org



Nome do projeto: Reforço das Estatísticas Agrícolas e das Informações sobre Segurança Alimentar em Países CARD através da Cooperação Sul-Sul

Países/Regiões: Benim, Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Quênia, Madagáscar, Nigéria, Senegal, Uganda

Proposto por: FAO

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.1, 2.2, 2.4

Apoiado por: AfricaRice, ASEAN, Governo do Japão

Entidades implementadoras: FAO

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2013 - 2019

URL da iniciativa: N/D

Assistência Técnica ao Plano Estratégico do Setor Agrícola do Uganda através do Projeto de Cooperação Sul-Sul

2 ERRADICAÇÃO DA FOME



Fornecer assistência técnica e desenvolvimento de capacidades para promover a horticultura, os cereais, a aquacultura, o gado e as tecnologias transversais, incluindo comércio e investimento

Desafio

O grande setor da agricultura de subsistência na República do Uganda é caracterizado por baixa produção, produtividade e rentabilidade. Tal cenário afeta, de forma adversa, a segurança alimentar e de nutrição e a subsistência de mais de 70% da sua população. O Governo do Uganda identificou competências e conhecimentos limitados e o comércio e o investimento como as principais restrições ao seu desenvolvimento agrícola e à segurança alimentar.

Rumo a uma Solução

Com vista a este desafio, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a República Popular da China e a República do Uganda assinaram um Acordo Tripartido de dois anos para a Fase II da Cooperação Sul-Sul avaliada em quase 2,5 milhões de dólares para apoiar agricultores em pequena escala no país na melhoria da sua produção, inclusivamente através de tecnologias sustentáveis através do Programa de Cooperação Sul-Sul FAO - China em 2015. O projeto estava em linha com o Quadro de Programação Nacional FAO - Uganda (Country Programming Framework, CPF) 2015 - 2019 e procurou acabar com a fome, atingir a segurança alimentar e a nutrição melhorada e promover uma agricultura sustentável (ODS 2). Após o sucesso da Fase I do Projeto de Cooperação Sul-Sul FAO-China no Uganda, o novo projeto expandiu as prioridades no desenvolvimento de colheitas, horticultura, gado e produção de aquacultura e ainda a introdução de novas tecnologias, incluindo energias renováveis, maquinaria agrícola e métodos de irrigação e recolha de água melhorada.

Em junho de 2017, numa carta dirigida ao Presidente da China, Xi Jinping, o Presidente do Uganda, Yoweri Kaguta Museveni, quis “reconhecer a cooperação importante entre as nossas nações irmãs” e expressar “sincera gratidão” à FAO pelo seu envolvimento e “excelente supervisão” na Sede da FAO em Roma e no Uganda.

A metodologia utilizada para implementar o projeto baseou-se num plano desenvolvido em conjunto para abordar os desafios e as necessidades do Uganda. As atividades incluíram a deslocação de cinco especialistas chineses e onze técnicos chineses no período entre janeiro de 2016 e janeiro de 2018. Isto ajudou a melhorar as tecnologias utilizadas para produzir arroz, painço, milho, uvas de mesa, tomates cherry, cabras, porcos, ovelhas e para aumentar a quota de peixe importado da China.

Os parques industriais de cooperação agrícola foram desenvolvidos nos distritos de Luwero e Kalungu para permitir que o país transforme a sua agricultura de subsistência em agricultura comercial. Sete empresas chinesas também investiram no Uganda com apoio e orientação do projeto. Seis modelos empresariais sustentáveis, incluindo o modelo de “empresa/cooperativa juntamente com agricultores”, foram introduzidos no país para explorar formas de combinar práticas de agricultores com tecnologias chinesas e desenvolver negócios através de adição de valor.

Foram criados sete centros de tecnologia operacional com base no projeto. Para além disso, foram criados 36 locais de demonstração, incluindo horticultura, gado, cereais, peixe/arroz de aquacultura, processamento de alimentação de peixe em pequena escala, unidades de biogás local e chinês, processamento de batata doce e carne de vaca (adequada para o mercado chinês).



© FAO

Foi também desenvolvido um local de demonstração de maquinaria agrícola para a preparação de campo, incluindo um renovador, um picador de substrato de cogumelo, um debulhador de arroz e três armadilhas solares para insetos. Mais de 3.000 agricultores e 80 membros do pessoal beneficiaram de formação de horticultura, gado, arroz híbrido, painço, produção de aquacultura e construção biogás, fornecidos localmente no Uganda.

Os recursos-chave dos governos nacional e local participaram em setembro de 2016 numa viagem de estudo à China que se centrava na capacitação. Uma segunda viagem foi realizada em maio de 2017, com uma delegação de 20 funcionários de alto nível do Ministério da Agricultura, Indústria Animal e Pescas do Uganda. Para além disso, oito formadores foram formados na China quanto a técnicas de plantação de arroz com casca, intensificação da tecnologia de produção de sementes de arroz híbridas, tecnologias de cultivo e cultura de vegetais, técnicas de plantação de árvores de fruto, novas técnicas de agricultura tropical, criação de tilápia e agricultura de alto rendimento.

Para além disso, foi criada uma equipa de especialistas chineses da cooperação Sul-Sul e de colegas do Uganda para assegurar que as tecnologias chinesas transferidas são implementadas de forma sustentável. Foram construídos centros de tecnologia agrícola em áreas de produção prioritárias.

Tudo isto implicou uma abordagem de partilha de custos, com fundos disponibilizados pela FAO, China e Uganda.

Em linha com o ODS 2, o projeto ajudou a: **Aumentar a produção de arroz de 2,5 toneladas para 10 toneladas por hectare; produzir cinco toneladas de painço/hectare, quando comparado com as duas toneladas do painço local e ajudou a aumentar, significativamente, o rendimento dos agricultores até 3.514 dólares americanos/acre na área da cultura de arroz-peixe, melhorando, assim, a sua subsistência.** Outros resultados incluíram o aumento da produção de leite de 2 litros/vaca/dia para 7 litros/vaca/dia; aumento do stock de substrato de cogumelo em mais de 100% em resultado da tecnologia de picador de substrato, aumentando a criação em mais de 40% graças às variedades de cogumelos ostra introduzidas

pela iniciativa. Isto aumentou a produção anual de cogumelos de 1,5 toneladas para 1,8 toneladas numa quinta. Consequentemente, a cooperação agrícola entre os dois países foi reforçada.

O projeto introduziu inovações e melhorou a vantagem competitiva do país devido:

- À introdução de novas variedades chinesas de arroz híbrido e painço, de novas práticas de gestão de pomares de macieiras e cogumelos que levou a um aumento na produção e na produtividade;
- À produção de alimentos de pesca de baixo custo e de alta qualidade em quinta para reduzir os custos de transporte, e
- Ao estabelecimento do Parque Industrial de Tecnologia Agrícola Uganda-China para mostrar as boas práticas ao público local.

A sustentabilidade das boas práticas da cooperação Sul-Sul foi reforçada, não obstante das intervenções do projeto de integração nos programas contínuos do MAAIF. Foram assinados dois Memorandos de Entendimento muito importantes entre os Governos do Uganda, da China e a FAO para continuar a trabalhar na cooperação. Participantes da Tanzânia e de países da África Ocidental visitaram o Uganda para assinalar os sucessos do projeto e as partes interessadas locais assumiram o que aprenderam com os especialistas chineses e continuaram a fazê-lo após os mesmos terem deixado o Uganda.

Contacto:

Jinbiao Wang, Diretor Principal do Programa, Unidade de Gestão do Programa de Cooperação Sul-Sul FAO - China, Jinbiao.wang@fao.org

Zhongwei Liu, Diretor do Programa, Unidade de Gestão do Programa de Cooperação Sul-Sul FAO - China, Zhongwei.liu@fao.org

Hechu Zhu, Consultora da Cooperação Sul-Sul, Unidade de Gestão do Programa de Cooperação Sul-Sul FAO - China, Hechu.zhu@fao.org

Dr. James Tumwine, Coordenador Nacional do Projeto, Cooperação Sul-Sul Uganda-China, jtumwi2002@yahoo.co.uk

Dr. Charles Owach, Representante Adjunto da FAO/Programa, Uganda, owah@fao.org

Nome do projeto: Projeto SSC Uganda – China – FAO Fase 2

Países/Regiões: China, Uganda

Proposto por: Ministério da Agricultura, Indústria Animal e Pescas do Uganda

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.1, 2.3, 2.4, 2.A

Apoiado por: China, FAO

Entidades implementadoras: Ministério da Agricultura, Indústria Animal e Pescas do Uganda.

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2016 –2018

URL da iniciativa: goo.gl/aq36k6



Cooperativas Agrícolas

Rota de aprendizagem ROUTASIA-ASEAN sobre cooperativas agrícolas

Desafio

As organizações de agricultores (OA) na região da Ásia e do Pacífico têm um papel cada vez mais ativo no desenvolvimento económico rural, enfrentando os desafios de redução da pobreza rural, melhoria da segurança alimentar, garantia de oportunidades de desenvolvimento para pequenos agricultores e desenvolvimento de cadeias de valor de negócios agrícolas. As OA procuram, principalmente, representar os interesses de uma vasta gama de produtores de várias categorias socioeconómicas, fornecendo uma plataforma para que os seus membros expliquem os seus pontos de vista e expectativas no processo de tomada de decisão e fornecimento de uma gama de serviços para o apoio aos pequenos agricultores. No entanto, a influência e a eficiência das OA nas consultas políticas ocorrem principalmente num nível inicial de desenvolvimento. As suas instituições e operações devem ser reforçadas para aumentar a sua eficiência e reconhecimento como principal parte interessada no desenvolvimento socioeconómico nacional, sub-regional e regional.

Rumo a uma Solução

O Programa de Cooperação a Médio-Prazo com as Organizações de Agricultores na Região da Ásia e Pacífico, agora na Fase 2 (MTCP2), tem como objetivo reforçar as capacidades das OA na Ásia e no Pacífico para fornecer serviços melhorados e inclusivos aos seus membros, envolver-se no diálogo político eficiente e participar, ativamente, na implementação de programas de desenvolvimento e investimento relacionados com desenvolvimento agrícola e rural. O programa é articulado em volta de quatro componentes:

- O reforço das OA e das suas redes através da melhoria das competências organizacionais exigidas para criar uma plataforma eficaz para a representação e o diálogo político;
- O apoio da participação de OA nos processos políticos através da promoção da criação de um ambiente favorável que irá permitir aos agricultores e às suas organizações atingirem todo o seu potencial para influenciar as políticas agrícolas ao nível local e nacional;
- O apoio aos serviços das OA e ao envolvimento em programas de desenvolvimento agrícola assegurando que as OA fornecem serviços eficientes aos seus membros (formação, produção e cadeia de valor) e participando em projetos agrícolas existentes; e
- A melhoria da gestão e a coordenação do programa criando uma gestão operacional e estabelecendo uma unidade de ligação numa OA regional para assegurar a coordenação geral ao nível regional.

O MTCP2 ajudou a colmatar as lacunas na avaliação e no fornecimento de capacidades técnicas aos agricultores através de intercâmbios de aprendizagem técnica entre países.

Os resultados concretos ocorreram principalmente no Pacífico, incluindo uma sessão de intercâmbio técnico entre as Fiji e Tonga em abril de 2015, que incluíram uma série de formações sobre a produção de papaia; uma visita de intercâmbio das Agências de Implementação Nacional (AIN) das Fiji e das Ilhas Salomão à AIN do Vanuatu centrada na aprendizagem de práticas de gestão organizacional nas OA de Vanuatu e um "fórum de solo", organizado em setembro de 2015 para reunir o máximo possível de informações quanto a práticas de solo sustentáveis para os membros das OA.



@ FIDA

Ao nível político, no Sudeste Asiático, a Fundação ASEAN está a ajudar a ligar a MTCP2 a várias comissões ASEAN e processos relacionados com o desenvolvimento rural (ou seja, os Ministros da Agricultura e das Florestas ASEAN; AMAF). Neste contexto, a Rota de Aprendizagem ASEAN¹ sobre Cooperativas Agrícolas (ASEAN Learning Route on Agricultural Cooperatives, ALRAC) foi coorganizada em março de 2016 na Tailândia e nas Filipinas. O seu objetivo foi reforçar o papel dos pequenos agricultores e cooperativas agrícolas na abordagem de desafios e oportunidades da Comunidade Económica ASEAN (AEC).

Uma das áreas de ação estratégica-chave relacionada com a alimentação, a agricultura e o elemento florestal do Modelo da Comunidade Económica ASEAN 2025 é promover as cooperativas agrícolas ASEAN como meios para melhorar o acesso ao mercado. O sistema de marketing de produtos agrícolas em países ASEAN enfrenta vários desafios, especialmente no que concerne às cooperativas agrícolas. A ALRAC fornece uma oportunidade para aprender, diretamente no terreno, algumas das melhores práticas em: boa gestão de cooperativas agrícolas; desenvolvimento de estratégias de mercado transfronteiriças e acordos que envolvem os setores público e privado e políticas públicas, enquadramentos legais nacionais, programas e mecanismos para apoiar cooperativas agrícolas no âmbito do quadro da AEC. Aproveitando estas boas práticas, a partilha país-a-país apoiou o design de planos de inovação (PI)² para cada país participante, o que contribuiu para a melhoria da gestão cooperativa e para os resultados das atividades contínuas, complementando os esforços atuais desenvolvidos pelas instituições e organizações para melhorar a subsistência rural.

Desde 2006, através do seu programa de subsídios, o Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola (FIDA) implementou mais de 100 Rotas de Aprendizagem (LR) em 25 países na América Latina, África, Ásia e Pacífico. Na Ásia, o Fundo desempenhou um papel crucial como corretor de cooperação Sul-Sul e triangular, através do seu instrumento de subsídios ROUTASIA, facilitando o diálogo permanente no seio dos intervenientes do programa nacional do FIDA, Pontos Focais Procasur (PF) e outros parceiros.

Lições-chave:

- O MTCP, através das Agências de Implementação Regional (AFA/LVC), conseguiu mobilizar vários fornecedores de assistência técnica para expandir ainda mais as possibilidades de Gestão de Conhecimento (GC) na região;
- A metodologia LR desenvolvida pela ROUTASIA provou ser relevante, eficiente e eficaz para a SSTC. Os planos de inovação (PI) demonstraram ser um veículo adequado para intercâmbios em programas nacionais FIDA; e
- A expansão da abordagem LR abarca a formação de organizações parceiras a nível regional e nacional, levando a parcerias sustentadas e alargadas para além dos projetos financiados pelo FIDA.

Contacto:

Matteo Marchisio, Diretor de País e Responsável pelo Centro de Conhecimento Cooperação China Sul-Sul e Triangular, Divisão da Ásia e Pacífico, FIDA, m.marchisio@ifad.org

Nome do projeto: Cooperativas Agrícolas (Rota de Aprendizagem MTCP2 e ASEAN)

Países/Regiões: Bangladeche, Camboja, China, Fiji, Índia, Indonésia, República Democrática Popular do Laos, Mianmar, Nepal, Papua Nova Guiné, Filipinas, Samoa, Ilhas Salomão, Sri Lanka, Tonga, Vanuatu, Vietname

Proposto por: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.1, 1.2, 1.4, 1.5, 1.a, 1.b, 2.1, 2.4, 2.a, 2.b, 2.c

Apoiado por: FIDA, Agência Suíça para a Cooperação e Desenvolvimento (SDC), União Europeia (UE)

Entidades implementadoras: Implementadores ao nível regional, sub-regional e nacional. As agências implementadoras regionais são: A Associação de Agricultores Asiáticos para o Desenvolvimento Rural Sustentável (AFA), La Via Campesina (LVC), Fundação ASEAN e Procasur/ROUTASIA

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: Outubro 2013 – Setembro 2018

URL da iniciativa: <http://asiapacificfarmersforum.net/>; <http://asia.procasur.org/>

¹ A metodologia da rota de aprendizagem é promovida, a nível mundial, pela Procasur. Uma rota de aprendizagem é um processo contínuo da formação no terreno que procura alargar e diversificar os mercados de serviços técnicos rurais, dando especial ênfase às melhores experiências e ao conhecimento de instituições, associações, comunidades e famílias rurais (www.procasur.org). Engloba o envolvimento dos campeões locais e campeões do conhecimento, ferramentas de GC participativas, planos de inovação e investimentos intangíveis orientados similares em pessoas que prestam serviços de conhecimento para a mudança.

² Um plano de inovação (PI) constitui uma das principais ferramentas das Rotas de Aprendizagem. É um plano de ação estruturado elaborado por e para os participantes da Rota de Aprendizagem com base nos conhecimentos transferidos de agricultores como pares durante a LR. O PI tem como objetivo alterar as escolhas ambientais e tecnológicas, o desempenho organizacional, as condições socioeconómicas e/ou as abordagens empresariais para o desenvolvimento rural com vista à redução da pobreza.

Generalização da Governação dos Solos no Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África

2 ERRADICAÇÃO DA FOME



Melhorar o desenvolvimento agrícola e a segurança alimentar apoiando o desenvolvimento e a implementação de políticas da terra em África

Desafio

Os desafios relacionados com a governação da terra continuam a impedir a concretização de ODS, especialmente aqueles relacionados com a pobreza e com a fome (ODS 1, 2), igualdade de género e crescimento inclusivo (ODS 5,8), cidades sustentáveis (ODS 11) e paz e segurança (ODS 16). Os mesmos desafios também dificultam a concretização dos objetivos da Agenda 2063 da União Africana (UA) que estão bem alinhados com os ODS.

O primeiro Plano de Implementação de Dez Anos para a Agenda 2030 apela à Iniciativa da Política da Terra (IPT) (agora o Centro Africano da Política da Terra (African Land Policy Centre, ALPC) para promover a utilização do Quadro e das Diretrizes da Política da Terra em África com vista a assegurar os direitos sobre as terras. Para além disso, os Princípios Orientadores dos Investimentos de Larga Escala em Terras em África apelam à melhoria dos investimentos em terra e asseguram o aumento de benefícios dos pequenos produtores. Estes dois instrumentos foram desenvolvidos sob a liderança da IPT e aprovados na Cimeira da UA.

Rumo a uma Solução

A IPT desenvolveu uma estratégia de cinco anos para a implementação da Declaração sobre as Terras da UA de acordo com o Quadro e as Diretrizes. Um elemento-chave desta estratégia é a generalização da governação da terra nas agendas nacional e regional, incluindo o Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura de África (Comprehensive Africa Agriculture Development Programme, CAADP) da UA e os Planos Nacionais de Investimento em Segurança Alimentar e Agricultura (PNISAA).

Antes deste trabalho de generalização da governação da terra nos PNISAA do PADA, o ALPC realizou um estudo em 2012-2013 que analisava 30 NAFSIPS. Os resultados demonstraram que apenas um grupo de 30 países generalizou as questões de governação da terra para os Planos Nacionais de Investimento Agrícola (PNIA), apesar de estes planos serem as principais ferramentas que orientam a implementação do PADA e de estratégias agrícolas mais amplas ao nível nacional. Uma das recomendações-chave do workshop de validação, com a participação dos Estados-Membros e outras partes interessadas, foi de que a IPT desenvolva uma proposta para mobilizar recursos e apoio técnico para um projeto piloto de vários países.

O FIDA tem sido, desde o início, uma forte apoiante, ao nível técnico e financeiro. Como membro do Comité Diretor IPT/ALPC, está atualmente a apoiar o ALPC com um subsídio para o projeto “Generalização da Política e da Governação da Terra no CAADP” que se espera que esteja concluído em junho de 2018. O objetivo do projeto é apoiar o desenvolvimento e a implementação de políticas da terra em África de acordo com a Declaração sobre a Terra da UA e o Quadro e as Diretrizes sobre a Política da Terra em África, com vista a melhorar a segurança alimentar e o desenvolvimento agrícola. O objetivo é generalizar a política e a governação da terra nos PNISAA com vista a aumentar a produtividade e os investimentos agrícolas e ainda alcançar a segurança alimentar. Os objetivos específicos do projeto são: (i) contribuir para a consciencialização pública para o Quadro e as Diretrizes e para as Diretrizes Voluntárias sobre a Governação Responsável de Posse de Terras, Pescas e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional (DVGP), particularmente entre pequenos produtores e grupos vulneráveis; (ii) assegurar que as instituições e as organizações da sociedade civil



@ UNECA

(OSC) e outros parceiros-chave conseguem utilizar o quadro e as diretrizes para o envolvimento em plataformas de diálogo político com vista a melhorar a situação da posse de terras de pequenos produtores e grupos vulneráveis; e (iii) apoiar e facilitar a implementação da avaliação da posse de terras e planos de ação ao nível nacional que incluem medidas concretas baseadas no quadro e diretrizes e nas DVGP.

A abordagem de generalização foi desenvolvida e testada em seis países piloto: Congo, Costa do Marfim, Madagáscar, Maláui, Ruanda e República Unida da Tanzânia. O subsídio permitiu um progresso significativo na generalização das questões de política e governação dos solos em estratégias agrícolas e em planos de investimento de seis países. A abordagem participativa e a metodologia de implementação agilizaram este progresso; as equipas operacionais que integravam representantes dos ministérios da agricultura e organizações agrárias, universidades e organizações de agricultores, organizações religiosas e OSC lutaram e lideraram a implementação do projeto. As equipas operacionais trabalharam com as partes interessadas para assegurar que a governação dos solos e as questões políticas são generalizadas nos planos de investimento agrícola nacionais. As equipas operacionais asseguraram a coordenação e a colaboração entre as várias partes interessadas no desenvolvimento dos PNIA do país. Alguns dos resultados mais notáveis do projeto incluem:

- Conhecimentos gerados: Foram elaborados quatro relatórios de avaliação de país sobre a generalização da governação dos solos na agricultura para Madagáscar, Maláui, Ruanda e Tanzânia. Os relatórios documentam os desafios-chave relacionados com os solos em termos de agricultura e identificam práticas promissoras e inovações a este respeito. Com base no relatório de avaliação, os quatro países prepararam estratégias e planos de negócios. Durante o período de reporte, mais de 465 decisores-chave e partes interessadas de seis países piloto receberam produtos de conhecimento relacionados com a governação dos solos e as suas ligações à agricultura;

- Foram alcançados consensos e conhecimentos quanto à necessidade e às modalidades para generalizar as preocupações com a governação dos solos em estratégias agrícolas e planos de investimento em seis países piloto. Durante as missões em agosto/setembro de 2017 nos seis países piloto, e ainda durante os workshops iniciais continentais e nacionais, foram realizadas discussões com mais de 460 pessoas, 32% das quais eram mulheres. Estas partes interessadas incluíram ministros, secretários permanentes, parlamentares e outros decisores políticos seniores e ainda representantes de OSC, investigadores, organizações de agricultores, organizações religiosas e os média; e
- Foi melhorada a capacidade para generalizar a governação dos solos. Identificaram-se as necessidades de formação em quatro países, Madagáscar, Maláui, Ruanda e Tanzânia, para facilitar o desenvolvimento e a adaptação de programas de formação com vista a melhorar as capacidades dos recursos humanos entre formadores e partes interessadas. Realizaram-se três sessões de formação com a participação de 68 formadores-chave no setor agrícola incluindo líderes tradicionais, profissionais da área jurídica e responsáveis por investimento.

O projeto encorajou a aprendizagem de lições regionais e nacionais nas ligações entre a governação dos solos e a produtividade agrícola e sobre pontos de entrada potenciais que podem facilitar a generalização da política e governação dos solos através dos NAFSIP.

A experiência conseguida através do projeto irá apoiar o ALPC no desenvolvimento de uma linha orientadora para envolvimento futuro ao nível nacional. Irá também contribuir para documentar e partilhar práticas e abordagens inovadoras prometedoras que abordem os desafios de governação dos solos em toda a África. Com base na experiência e nos resultados encorajadores da fase piloto, a ALPC e o FIDA procuram replicar a abordagem de generalização da governação dos solos nos planos de investimento agrícola e expandi-la para outros países em África.

Contacto:

Harold Liversage, Conselheiro Técnico Agrário Principal FIDA, hl.liversage@ifad.org

Elisa Mandelli, Responsável Associada do Programa, FIDA, e.mandelli@ifad.org

Nome do projeto: Generalização da Governação dos Solos no Programa Abrangente de Desenvolvimento da Agricultura em África (Comprehensive Africa Agricultural Development Programme, CAADP)

Países/Regiões: Congo, Costa do Marfim, Madagáscar, Maláui Ruanda e Tanzânia

Proposto por: Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.4, 2.3

Apoiado por: FIDA - Divisão de Produção, Mercados e Instituições Sustentáveis (PMI)

Entidades implementadoras: Centro de Política Agrária Africana (ALPC)

Estado do projeto: Fechado

Período do projeto: 2015 - 2018

URL da iniciativa: <https://www.uneca.org/alpc>



Portal de Soluções Rurais

Partilhar conhecimentos para rendimento, segurança alimentar e nutrição melhorados

Desafio

Os pequenos produtores em países em desenvolvimento estão cada vez mais interessados na partilha e na obtenção de informações relativas a políticas e informações de marketing, oportunidades de financiamento, tecnologias e inovações disponíveis que sejam relevantes para o seu contexto. Tais inovações e soluções têm o potencial para apoiar os seus modos de subsistência, aumentar a produção e a produtividade agrícola, melhorar o seu acesso aos mercados e recursos financeiros e melhorar a sua capacidade de se envolverem em processos políticos aos níveis local e nacional. No entanto, devido à escassez de repositórios fáceis de utilizar, sistemáticos e centralizados, os pequenos produtores e as pequenas e médias empresas encontram dificuldades significativas no acesso e benefício de tais informações.

Rumo a uma Solução

Dada a sua experiência prática no apoio aos pequenos produtores na implementação de projetos para a transformação rural, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) desenvolveu e lançou uma plataforma de informações com base na web chamada Portal de Soluções Rurais, com o objetivo de responder aos desafios que enfrentam ao aceder a informações. O Portal foi desenvolvido e é mantido pelo FIDA que recolhe e dissemina as inovações, histórias de sucesso e estudos de caso que ilustram soluções de desenvolvimento rural e de agricultura implementadas pelo FIDA e outras organizações de desenvolvimento com vista a partilhá-las para maior rendimento, melhor segurança alimentar e melhor nutrição.

Uma solução de desenvolvimento rural é uma iniciativa que resolve desafios específicos no contexto rural, uma ferramenta que pode ser utilizada e reutilizada para abordar questões comuns como, por exemplo, a gestão de recursos, a marginalização de comunidades rurais, o acesso limitado a financiamento, a erosão, a poluição, o stress financeiro e os efeitos das alterações climáticas. Uma solução rural pode ser uma tecnologia como, por exemplo, uma fonte de energia sustentável, um esquema de financiamento que permite que as populações rurais tenham acesso a créditos e a poupanças ou um processo que apoia negócios rurais como, por exemplo, um programa de formação ou um centro de apoio à empresa rural.

Ao disponibilizar espaço para uma partilha de soluções, o FIDA e os seus parceiros têm como objetivo ligar mais pessoas e mais ideias para beneficiar as comunidades rurais em qualquer lugar.

Ao disponibilizar soluções, as comunidades rurais, os agricultores e os pequenos produtores podem aceder a um leque de inovações e a tecnologias que podem ajudar a ultrapassar os desafios diários. Assim que acederem à documentação disponível sobre a(s) solução(ões), os utilizadores do Portal poderão pedir para serem ligados aos fornecedores de soluções relevantes para receberem informações adicionais e obterem apoio para replicar a solução no seu próprio contexto de desenvolvimento.

O Portal de Soluções Rurais, ao exibir inovações e soluções para o desenvolvimento rural e agrícola e promover a partilha de conhecimento e a aprendizagem entre pares, desempenha um papel importante no cumprimento de vários OSD. Ao adotar e adaptar inovações no seu próprio contexto de desenvolvimento, os pequenos produtores rurais têm oportunidade de: melhorar a segurança alimentar e ainda a produção e a produtividade agrícola; aceder a tecnologias inovadoras para produzir energia limpa ou melhorar o acesso a água limpa e potável. As soluções disponibilizadas no Portal incluem esquemas financeiros que proporcionam aos pequenos produtores e às



@ FIDA

pequenas e médias empresas acesso melhorado a finanças, metodologias e políticas para melhorar a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres e ainda oportunidades para o emprego jovem.

Os principais utilizadores do Portal são representantes de organizações internacionais, sociedade civil, instituições nacionais, investigadores, organizações e associações de agricultores, formadores de desenvolvimento e pequenos produtores e agricultores familiares e ainda pessoal do projeto a trabalhar em organizações de desenvolvimento. Ao reunir tais atores e ao facilitar a sua interação, a partilha e a troca de informações, o Portal é a ferramenta-chave para reforçar parcerias e cooperação.

Recentemente foram lançados por uma série de organizações internacionais, incluindo Agências das Nações Unidas e organizações não governamentais, outros portais e plataformas web similares dedicadas a soluções de desenvolvimento. A este respeito, o Portal de Soluções Rurais irá complementar outros portais existentes, uma vez que será totalmente dedicado à exibição de inovações e soluções para o desenvolvimento agrícola e rural com vista à promoção dos OSD.

O Portal irá fazer avançar a Declaração de Brasília e a Agenda de Ação e que é o principal documento resultante adotado durante a Conferência Internacional sobre cooperação Sul-Sul e triangular, com o título Alavancagem de Inovações do Sul Global para Apoiar a Transformação Rural, realizada em Brasília, Brasil, em novembro de 2017, onde os participantes se comprometeram, em conjunto, a trabalhar juntos em áreas específicas para promover SSTC como instrumento para ajudar os países a atingir os OSD. A este respeito, o FIDA, no seu papel único como agência da ONU especializada e instituição financeira internacional dedicada à promoção da transformação rural, comprometeu-se a “atuar como intermediário para facilitar os acordos de cooperação Sul-Sul e triangular nas áreas da agricultura, desenvolvimento rural e transformação rural inclusiva, promovendo a cooperação técnica à base do conhecimento, trocas de conhecimento entre pares, partilha de boas práticas, tecnologia e know-how para melhorar a produtividade agrícola”.

O Portal de Soluções Rurais foi lançado em maio de 2018 e apresenta soluções de projetos financiados por subsídios e empréstimos do FIDA. Está atualmente a ser alargado com soluções de outros parceiros de desenvolvimento, incluindo instituições financeiras internacionais, agências da ONU e organizações governamentais, entre outras.

Contacto:

Maurizio Navarra, Especialista em Cooperação Sul-Sul e Triangular FIDA, m.navarra@ifad.org

Nome do projeto: Portal de Soluções Rurais

Países/Regiões: Global

Proposto por: FIDA - Divisão de Envolvimento Global e Relações Multilaterais

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.1, 2.3, 2.5, 2.a, 17.3, 17.6, 17.7, 17.9

Apoiado por: FIDA

Entidades implementadoras: FIDA

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2016 – atualidade

URL da iniciativa: <http://www.ruralsolutionsportal.org>

Promoção de Políticas de Saúde Pública com vista a Abordar o Excesso de Peso e a Obesidade no Chile e na Comunidade das Caraíbas

Alavancar experiências da legislação chilena sobre rotulagem e marketing para reduzir a obesidade

Desafio

O excesso de peso e a obesidade alcançaram proporções epidémicas em todos os grupos etários nas Caraíbas e no Chile, incluindo em crianças com menos de cinco anos. Isto aumenta o risco de doenças não comunicáveis (DNC), a mortalidade e a morbidez, e impõe enormes tensões financeiras em indivíduos, famílias, comunidades e sociedades de uma forma geral. Abordar esta epidemia exige leis e regulamentos eficientes que se dirigem ao ambiente obesogénico atual, conforme refletido nos inúmeros mandatos globais e regionais, incluindo o Plano de Ação para a Prevenção da Obesidade Infantil e em Adolescentes da Organização Pan-Americana de Saúde/ Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS) e o pacote de política de seis pontos base da Agência de Saúde Pública das Caraíbas (Caribbean Public Health Agency, CARPHA).

Rumo a uma Solução

O projeto “Políticas de Saúde Pública para Abordar o Excesso de Peso e a Obesidade no Chile e na Comunidade das Caraíbas” foi desenvolvido pela Comunidade das Caraíbas (CARICOM) e pelo Governo do Chile no âmbito da Cooperação OPAS no quadro de Países para o Desenvolvimento da Saúde (Cooperation among Countries for Health Development, CCHD), uma nova abordagem da realização da cooperação técnica da OPAS com o objetivo de desenvolver cooperação e alianças horizontais entre países. O projeto foi aprovado pelos Ministérios da Saúde das Caraíbas durante a 33ª reunião do Conselho para o Desenvolvimento Humano e Social (Council for Human and Social Development, COHSOD) em setembro de 2017, conferindo um mandato forte para atingir estes objetivos.

Esta iniciativa tem como objetivo apoiar o desenvolvimento e a implementação de regulamentações e legislação eficiente para abordar os ambientes obesogénicos atuais na Comunidade das Caraíbas enquanto ajuda a sistematizar, internacionalizar e consolidar a experiência do Chile como política estatal. Mais especificamente, o projeto centra-se na legislação inovadora sobre rotulagem de embalagens (LIRE) que consiste em avisos nutricionais com uma mensagem superior para facilitar escolhas mais saudáveis permitindo aos consumidores identificarem, de forma rápida e fácil, alimentos pré-embalados com elevado teor de sódio, gorduras saturadas, açúcar e/ou número total de calorias.

Para tal, o projeto inclui uma combinação de atividades específicas ao nível sub-regional e nacional para um maior impacto e um maior alcance. Ao nível sub-regional, os esforços concentram-se na revisão da norma CARICOM atual para a rotulagem de alimentos pré-embalados para incluir a rotulagem nutricional obrigatória e a FOPL e alargar a investigação para apoiar a elaboração de políticas com base em evidências. Esta abordagem sub-regional irá beneficiar vários países e evitar a duplicação de esforços, otimizando a utilização de recursos nacionais que poderiam ser direcionados para a implementação. O trabalho específico de um país consiste em assistência técnica direta para Barbados, Jamaica e Suriname de modo a operacionalizar um roteiro para uma abordagem por etapas para o desenvolvimento e a implementação da legislação FOPL.

Este trabalho também envolve a disponibilização de fundos iniciais para estimular a ação e o investimento ao nível nacional como estratégia para apoiar esforços. Adicionalmente, a iniciativa contribui para o desenvolvimento de ferramentas e recursos para fazer a FOPL avançar regionalmente como, por exemplo, sistematizando evidências disponíveis, realizando uma abordagem gradual para o desenvolvimento e a implementação de FOPL, compilando os argumentos e contra-argumentos

2 ERRADICAÇÃO DA FOME



3 SAÚDE DE QUALIDADE



@OPAS/OMS

frequentes, definindo a investigação suficiente para apoiar o desenvolvimento da legislação FOPL, tanto da perspectiva científica e legal e para criar um protocolo de investigação harmonizado para produzir tal investigação. Os resultados deste trabalho irão contribuir para a sustentabilidade do projeto, ao mesmo tempo beneficiam outros países e sub-regiões nas Américas.

Para facilitar a implementação das linhas de trabalho indicadas acima e ainda a transferência transnacional sistémica e a participação e a coordenação entre parceiros, foi criada uma equipa de projeto CCHD para supervisionar e orientar em termos gerais. Os termos de referência e o plano de trabalho da equipa do projeto CCHD foram acordados durante uma visita inicial ao Chile que proporcionou a oportunidade de envolver e estabelecer parcerias entre partes interessadas chilenas e das Caraíbas. Esta abordagem foi crucial para assegurar a aquisição e a coordenação adequada relativamente aos projetos em andamento. Através destes intercâmbios, as partes interessadas aprenderam com a experiência do Chile com o processo de desenvolvimento da política e a implementação dos regulamentos sobre rotulagem de embalagens.

Adicionalmente, o projeto inclui um objetivo orientado para a facilitação de intercâmbios entre o Ministério da Saúde do Chile e a CARICOM para identificar uma futura colaboração na área de reforço de capacidade de cuidados para abordar as DNC. A este respeito, as parcerias e as lições aprendidas a partir desta colaboração Sul-Sul estão agora a ser alavancadas para abordar outras áreas de interesse comum, com uma visita futura da delegação das Caraíbas a Santiago do Chile em 2018 para falar sobre uma potencial segunda fase do projeto CCHD.

Em termos de replicabilidade, outros mecanismos de integração regional como, por exemplo, o Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana (COMISCA) do Sistema de Integração da América Central (SICA) estão a utilizar a abordagem sub-regional para avançar o FOPL proposto com base neste projeto. O compromisso político é um fator-chave no sucesso da iniciativa uma vez que é um entendimento de que medidas devem ser adaptadas ao contexto em que vão ser implementadas.

Contacto:

Escritório de Coordenação Nacional e Sub-regional, OPAS, csc@paho.org



Nome do projeto: Promoção de Políticas de Saúde Pública com vista a Abordar o Excesso de Peso e a Obesidade no Chile e na Comunidade das Caraíbas

Países/Regiões: Comunidade das Caraíbas (CARICOM), Chile

Proposto por: OPAS/OMS

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.2, 3.4

Apoiado por: OPAS/OMS

Entidades implementadoras: OPAS, Secretariado de Saúde CARICOM, Organização Regional das Caraíbas para as Normas e a Qualidade (CROSQ), Gabinete de Negociação Comercial CARICOM (CARICOM Office of Trade Negotiation, OTN), Agência das Caraíbas para a Saúde Pública (Caribbean Public Health Agency, CARPHA), Coligação Caribenha para a Saúde (Healthy Caribbean Coalition, HCC), Universidade das Índias Ocidentais (UII), Centro do Instituto de Direito Caribenho (Caribbean Law Institute Centre, CLIC), Ministério da Saúde do Chile, Ministério da Saúde da Jamaica, Ministério da Saúde do Suriname e Ministério da Saúde de Barbados.

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: Junho 2017 – Outubro 2018

URL da iniciativa: www.paho.org/cchd/; goo.gl/MEH4As



Cuba e o Pacífico: Apoio à Agricultura Biológica no Oceano

Melhorar a produção ambiental e a proteção ambiental global para as comunidades

Desafio

Os países do Pacífico enfrentam os efeitos das alterações climáticas, da degradação do ecossistema e da perda de biodiversidade devido à utilização não sustentável de recursos terrestres e marinhos. Como resultado de uma agricultura mal gerida, a degradação dos solos é galopante e a produção alimentar está a diminuir.

Ao mesmo tempo, o setor agrícola está sob pressão para alimentar uma população maior utilizando a mesma quantidade de solos e a dependência dos alimentos importados está a aumentar. Uma solução para intensificar a produção é introduzir agroquímicos e fertilizantes na agricultura. Estes métodos têm efeitos secundários infelizes e os químicos são lançados no ambiente, afetando os ecossistemas e a saúde humana.

Rumo a uma Solução

A Comunidade Comercial Biológica e Ética e do Pacífico (Pacific Organic and Ethical Trade Community, POETCom) identificou a promoção da agricultura biológica como sendo a chave para resolver estes problemas. **A agricultura biológica tem o potencial para ter um impacto significativo e positivo no desenvolvimento sustentável de pequenos Estados insulares em desenvolvimento, ao mesmo tempo que reforça os serviços do ecossistema e aumenta a resiliência às alterações climáticas.** A sua ênfase na resiliência e na diversidade de colheitas estimula os agricultores a desenvolverem novas colheitas e sistemas agrícolas em resposta às alterações climáticas. A agricultura biológica ao nível da comunidade permite que os pequenos agricultores acedam a mercados e ajuda a proteger o conhecimento tradicional, diversificar as culturas alimentares e a segurança alimentar

O Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente (Global Environment Facility Small Grants Programme, GEF SGP) tem vindo a promover a gestão de solos sustentável, incluindo agricultura biológica e tem desenvolvido um modelo de agricultura ambientalmente sustentável que aumenta a resiliência dos sistemas agrícolas às alterações climáticas. Nos últimos anos, o GEF SGP Cuba implementou 14 projetos que colocaram 5.527 hectares de solos sob gestão melhorada e beneficiou 23 cooperativas agrícolas. Estes resultados forneceram a base para este intercâmbio facilitado pelo GEF SGP Cuba, Fiji e Ilhas Salomão.

Em maio de 2015, participantes de Cuba, El Salvador, Fiji, Guatemala e Ilhas Salomão encontraram-se em Havana, Cuba, para aprender com agricultores cubanos sobre práticas de agricultura ecológica e de baixo custo que são facilmente adaptáveis e transferíveis para o Pacífico como soluções para a premente questão da segurança alimentar e das questões ambientais partilhadas por muitos pequenos Estados insulares. Durante a formação, os participantes partilharam um diálogo frutuoso sobre a futura cooperação Sul-Sul nas áreas da agricultura biológica, sustentabilidade e desenvolvimento de resiliência nos frágeis ecossistemas dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento. O intercâmbio, facilitado pelo GEF SGP e implementado pelo PNUD em Cuba, permitiu ainda aos agricultores e profissionais de desenvolvimento receberem formação de representantes académicos e do Ministério da Agricultura em Cuba.

Para coordenar o intercâmbio, a POETCom, uma rede de produtores biológicos das Ilhas do Pacífico, selecionaram a Quinta de Investigação e Demonstração Biológica Zai Na Tina (ZNT) das Ilhas Salomão e a Tei Tei Taveuni (TTT) das Fiji. Estas organizações de agricultores são líderes de comunidade nos seus respetivos países. Durante o workshop, os participantes visitaram cinco cooperativas locais que



@SGP Cuba

implementarem práticas de agricultura urbana e biológica de forma bem-sucedida. Beneficiando da especialização no terreno dos agricultores locais, os principais tópicos discutidos incluíram a produção de fertilizante biológico utilizando resíduos de colheitas e excrementos de cultura de minhocas e compostagem; produção e conservação local de sementes; produção de plântulas; gestão de doenças e pestes agroecológicas; utilização de sistemas de colheita múltiplos e semiprotégidos e intercolheita.

Ao voltar para Taveuni, Fiji, a TTT utilizou os conhecimentos obtidos durante o intercâmbio, com a assistência de um técnico Cubano, para experimentar com minhocas locais para vermicultura. A organização também começou a explorar diferentes métodos de irrigação, incluindo bombas de água solares, em duas quintas de demonstração. A partir de 2017, a TTT está a trabalhar para criar 15 quintas de demonstração na Ilha Taveuni e para generalizar as lições aprendidas neste intercâmbio quanto a práticas de gestão de quintas. Isto inclui plantação, vermicultura, compostagem, poupança de sementes, agrofloresta e intercolheita de árvores de frutos em grupo para assegurar um rendimento estável e contínuo para os agricultores. A TTT está também a explorar formas de incorporar o agroturismo nas suas quintas de demonstração.

Similarmente, nas Ilhas Salomão, a ZNT implementou as lições aprendidas ao construir canteiros elevados e bem planeados seguindo as medidas que observaram em Cuba. Isto foi eficaz na prevenção da erosão dos solos que normalmente ocorre durante o período das chuvas nas Ilhas Salomão e é uma boa técnica de adaptação às alterações climáticas.

A ZNT também modificou as suas práticas de gestão de quintas incluindo a compostagem sistemática tendo em conta a qualidade e a densidade de nutriente do composto. Isto melhorou muito o acesso dos agricultores ao composto. A plantação em grupo também foi implementada e a calêndula e o manjerição doce são agora plantados de forma rotineira nos canteiros como repelentes naturais contra insetos. Crê-se que isto erradicou na totalidade a presença de caracóis africanos nas suas quintas. A ZNT está também a fazer prospeção bio para minhocas locais adequadas para utilizar na vermicultura de compostagem, uma vez que as restrições de importação impedem a utilização de minhocas cubanas para tal propósito. A ZNT ficou ainda impressionada com as atividades de agroturismo em Cuba e está agora a preparar a sua quinta de demonstração para visitas educativas. Para além disso, a ZNT assinou um contrato com o Governo das Ilhas Salomão para criar uma estadia de quinta para ecoturistas e recebeu financiamento do governo.

Espera-se que o intercâmbio ajude a melhorar a produção alimentar e a proteção ambiental geral para as comunidades envolvidas, contribuindo, assim, para os esforços de ambos os países.

Contacto:

Fabio Fajardo, Coordenador Nacional GEF SGP, Cuba, fajardo@undp.org

Nome do projeto: Cuba e o Pacífico: Apoio à Agricultura Biológica no Oceano

Países/Regiões: Cuba e o Pacífico

Proposto por: Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente (implementado pelo PNUD)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.3, 2.4

Apoiado por: Programa de Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente

Entidades implementadoras: Programa das Pequenas Subvenções do GEF e Comunidade Comercial Ética e Biológica do Pacífico (POETCom)

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2015 - 2017

URL da iniciativa: goo.gl/YuF3R5



Criação de um Sistema de Certificação Biológica nas Caraíbas

Reduzir a utilização de químicos na fertilização e gestão de pragas na produção alimentar para melhorar a saúde dos consumidores

Desafio

Existe um crescente movimento biológico em Barbados para reduzir a utilização de agroquímicos como, por exemplo, fertilizantes sintéticos, pesticidas e hormonas de crescimento na produção alimentar. O movimento está a aumentar a consciência do público sobre a forma como a agricultura industrial contribui para a poluição do abastecimento de água potável e para o ambiente marinho.

Em 2004, através do Instituto de Normas Nacionais de Barbados (Barbados National Standards Institute, BNSI), o país adotou normas biológicas com base nas diretrizes do CODEX Alimentarius da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura para agricultura biológica. No entanto, não foi desenvolvido qualquer sistema para fornecer esta norma e não havia uma metodologia estabelecida para inspecionar ou certificar estes produtos como biológicos. A principal associação de agricultura biológica de Barbados, a Associação dos Consumidores e Produtores Biológicos (Organic Growers and Consumers Association, OGCA), não tinha uma forma tangível para verificar se as práticas dos produtores cumpriam a norma e o reconhecimento merecido. A situação foi composta pela falta de uma entidade credível, suficientemente independente responsável pela realização de inspeções e atribuição de certificação biológica aos produtores e agricultores biológicos existentes que queriam mudar para a agricultura biológica.

Rumo a uma Solução

Em 2014, a OGCA recebeu apoio do Programa das Pequenas Subvenções GEF (GEF SGP) para desenvolver e implementar um sistema de certificação e inspeção biológica nacional. O projeto dirige-se principalmente a membros da associação através da sua capacitação para facilitar o processo de certificação e para cumprir os requisitos para a certificação biológica. A OGCA viu uma oportunidade para a cooperação regional aprendendo com a experiência da Jamaica na agricultura biológica uma vez que já tinha formado inspetores. A OGCA pretendia construir e manter uma rede caribenha para desenvolvimento de capacidades locais e regionais no sentido de um protocolo regional biológico.

O objetivo do intercâmbio entre Barbados e a Jamaica era implementar um sistema de certificação e inspeção biológica nacional em Barbados, com base na experiência do Movimento da Associação Biológica da Jamaica (Jamaica Organic Association Movement, JOAM) na implementação do seu próprio esquema de certificação. Como parte deste apoio à OGCA, o JOAM conseguiu ligar uma ONG de Barbados à Associação Internacional de Inspectores Biológicos (International Organic Inspectors Association IOIA). A IOIA trabalha para abordar questões e preocupações relevantes para os inspetores biológicos, dá formação e promove a consistência e a integridade no processo de certificação biológica. Tal organização disponibilizou um programa de formação internacionalmente certificado para futuros inspetores biológicos em Barbados.

O intercâmbio entre o Movimento da Associação Biológica da Jamaica e a OGCA ajudou Barbados a acelerar os seus processos aprendendo com os anos de experiência do JOAM a realizar um processo de certificação e a cumprir com a norma internacional para requisitos de certificação.

A JOAM também colocou a OGCA em contacto com o Movimento de Agricultura Biológica de Grenada (MABG) que alargou a colaboração Sul-Sul a Grenada. Os membros do MABG conseguiram participar na formação de futuros inspetores em Barbados, com apoio da GEF SGP.



@ SGP Barbados

Como resultado disso, com o apoio da MABJ e da IOIA, a OGCA facilitou a formação de futuros inspetores biológicos, ensinou aos agricultores a agricultura biológica e desenvolveu sistemas de reporte e monitorização para o processo de certificação. Foram identificados catorze candidatos adequados para receber formação como inspetores, uma mulher do BNSI, um grupo de três homens e uma mulher da MABG, um químico de Antígua, uma formadora do sexo feminino de Barbados de jovens na agricultura e horticultura, cinco agricultores biológicos (incluindo duas mulheres), um representante do Ministério da Agricultura de Barbados e um representante do Instituto Interamericano para Cooperação para a Agricultura. A OGCA e estes formandos assinaram um ME para futuros acordos de serviço.

Foram formados mais 22 agricultores biológicos em recolha de dados e manutenção de registos de quintas utilizando a tecnologia de informação e as ferramentas de gestão de projeto disponíveis. Como parte da atividade do projeto, os agricultores receberam informações e foram ensinados a utilizar uma aplicação chamada "Farmlogs" para facilitar a manutenção de registos eletrónicos. Criou-se um vídeo de formação, incluindo módulos sobre princípios de agricultura biológica, produção de mudas biológicas, a natureza e as propriedades do solo, gestão de fertilidade dos solos, gestão de doenças e pestes biológicas, gestão de água e certificação de quinta biológica. Para estabelecer a legitimidade e comercializar a marca biológica certificada e ainda encorajar mais produtores a participarem na agricultura biológica, elaboraram-se relatórios de inspeção de quintas biológicas que foram submetidos ao BNSI. Os benefícios reportados pelos agricultores melhoraram a manutenção de registos e a gestão da quinta. Em vários casos, os agricultores que não tinham registos conseguem agora fazê-lo num formato eletrónico.

O projeto tem agora o apoio total do Governo de Barbados, com recursos técnicos e financeiros para operacionalizar o processo de certificação. A formação dos funcionários do governo em biológicas inspeção de quintas demonstra ainda o compromisso do Governo.

A ACPB possui agora um processo de certificação operacional completo para assegurar a produção de alimentos biológicos genuínos para os consumidores.

Um dos benefícios do intercâmbio é de que no futuro a OGCA possa conseguir fazer com que inspetores de Barbados realizem inspeções em Grenada e vice-versa. Para além disso, a disponibilidade de inspetores biológicos certificados na parte oriental das Caraíbas irá reduzir, de forma significativa, o custo da certificação para os agricultores e gerar oportunidades para a criação de rendimento para os inspetores. Três pessoas de Grenada foram certificadas como inspetores biológicos com base neste projeto e espera-se que tal se replique em Grenada nos anos vindouros.

Este processo de certificação biológica em Barbados contribui diretamente para o ODS 12, reduzindo drasticamente a utilização de químicos na fertilização e gestão de pestes na produção alimentar e na melhoria da saúde dos consumidores. Os agricultores que recebem a certificação biológica irão ainda beneficiar de melhores produtos e maior rendimento tendo por base os preços mais altos que os produtos biológicos trazem para o mercado.

Com base no seu papel na criação deste processo de certificação, a OGCA foi identificada como parte interessada principal na ajuda à revisão do Plano Nacional de Desenvolvimento Físico, quadro nacional de desenvolvimento e crescimento sustentável de Barbados. A OGCA espera que cinco quintas sejam inspecionadas no primeiro ciclo de inspeção e irão receber o certificado provisório em 2017.

Contacto:

David Bynoe, Coordenador Nacional GEF SGP, Barbados,
David.bynoe@undp.org

Nome do projeto: Criação de um Sistema de Certificação Biológica nas Caraíbas

Países/Regiões: Barbados, Grenada, Jamaica

Proposto por: Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente (implementado pelo PNUD)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.3, 2.4

Apoiado por: Programa de Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente

Entidades implementadoras: Associação de Consumidores e Produtores Biológicos e Programa de Pequenas Subvenções GEF

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2014 - 2017

URL da iniciativa: goo.gl/mMiiCo

Rede Ásia e Pacífico para Testes de Maquinaria Agrícola

O desenvolvimento de padrões regionais harmonizados para testes de maquinaria agrícola

Desafio

Assegurar a segurança alimentar e nutricional continua a ser um dos desafios-chave que a região da Ásia-Pacífico enfrenta. No cômputo de mil milhões de pessoas com fome no mundo, dois terços vivem nesta região. Grande parte do ónus de enfrentar este desafio recai sobre o setor da agricultura. Fatores como, por exemplo, a migração urbana em larga escala, estão a levar a alterações substantivas na mão-de-obra rural que faz mover a agricultura, ao passo que a degradação ambiental causada pela agricultura tradicional está a impor enormes desafios à capacidade produtiva da região. A mecanização agrícola sustentável tem o potencial de aumentar rendimentos ao mesmo tempo que limita o impacto ambiental da agricultura. No entanto, os agricultores estão relutantes em investir em produtos desconhecidos e tendem a comprar apenas máquinas baratas que têm por base uma tecnologia desatualizada e investem em produtos químicos. Estando a produção da maquinaria agrícola concentrada apenas em alguns países, a falta de um acordo regional sobre comércio de maquinaria agrícola resulta em processos morosos para as importações e aumenta o preço para os utilizadores finais.

O desenvolvimento de normas regionais mutuamente reconhecidas para testes de maquinaria agrícola como, por exemplo, as que fazem parte da iniciativa da Rede Ásia e Pacífico para Testes de Maquinaria Agrícola (Asian and Pacific Network for Testing of Agricultural Machinery, ANTAM), simplificam os procedimentos comerciais e aumentam a confiança dos agricultores em tecnologia, melhorando a segurança e a qualidade da maquinaria comercializada e utilizada.

Rumo a uma Solução

A ANTAM desenvolve normas regionais harmonizadas para testes de maquinaria agrícola mutuamente reconhecidas em países participantes, para facilitar o comércio e a utilização de maquinaria agrícola segura, eficiente e amiga do ambiente. A ANTAM apoia ainda a abordagem transformativa promovida pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável integrando as necessidades locais com as normas internacionais e tira partido de parcerias de partes interessadas para encontrar soluções transversais a vários setores.

A ANTAM funciona em duas linhas paralelas:

- O trabalho técnico que se centra na elaboração de normas, realização de negociações internacionais entre países participantes, ajuda aos países membros no desenvolvimento de instalações para testes e formação ministrada aos engenheiros locais;
- O trabalho estratégico onde os Pontos Focais em cada país participante trabalham para conseguir apoio institucional, desenvolver instalações para testes e integração das normas RAPTMA na legislação e regulamentos nacionais.

Em apoio ao ODS 2, a ANTAM alavanca o papel da Comissão Económica e Social para a Ásia e Pacífico (ESCAP) como fórum regional principal para a cooperação de desenvolvimento com vista a mobilizar recursos, atualizar as infraestruturas rurais e promover o desenvolvimento tecnológico com o objetivo de melhorar a produtividade agrícola na região. A promoção do equipamento agrícola que foi testada de acordo com as normas internacionais de segurança e eficiência apoia as atividades produtivas de agricultores permitindo melhores retornos sobre o investimento e rendimentos aumentados gerados através da utilização de contributos de qualidade. Para além disso, a ênfase dada à abordagem do impacto ambiental das máquinas contribui para o ODS 13, promovendo máquinas que tenham os padrões mínimos aceitáveis. Mais ainda, relativamente

2 ERRADICAÇÃO DA FOME



@ UNESCAP

ao ODS 8, a ANTAM permite maiores níveis de produtividade promovendo atualizações e inovação tecnológica e, em linha com o ODS 12, apoia a capacidade tecnológica e científica de países em desenvolvimento para ir ao encontro de padrões de produção e consumo mais sustentáveis.

As normas ANTAM (Códigos) são redigidas através de um esforço regional único que envolve negociações técnicas internacionais e coordenação entre vários intervenientes na área da maquinaria agrícola. A redação dos Códigos e o processo de negociação são realizados por um conjunto de especialistas Propostos pelos países membros da ESCAP (atualmente, 15), em concertação com representantes de governos nacionais, institutos de investigação e testes, setor privado e representantes de fabricantes. Durante o processo de negociação, as melhores práticas aplicadas na região são harmonizadas com base nas condições agrícolas específicas dos países participantes.

Ao alavancar o conhecimento nacional dos países membros quanto aos testes de maquinaria agrícola, a iniciativa promove uma melhor coordenação entre mecanismos ao mesmo tempo que dissemina tecnologias amigas do ambiente em países em desenvolvimento. Para além disso, ao envolver fabricantes de maquinaria agrícola em todo o processo ANTAM, é dada ênfase às parcerias público-privadas de modo a assegurar que o setor privado possa criar equipamento capaz de passar nos testes de ambiente, segurança e eficiência promovidos pela ANTAM. O acordo de reconhecimento mútuo entre países, atualmente em desenvolvimento, irá permitir um acordo comercial baseado em regras, aberto e multilateral, para aumentar, de forma significativa, as exportações de maquinaria agrícola produzida em países em desenvolvimento. Para além disso, no futuro, enquanto estações de testes ANTAM certificadas, os países membros irão conseguir gerar receitas obtidas da realização de testes e irão contribuir, de forma ativa, para a sustentabilidade da iniciativa. Atualmente, alguns países participantes, incluindo países menos desenvolvidos, estão a considerar integrar os requisitos ANTAM na sua legislação e nos seus regulamentos regionais relativamente a maquinaria agrícola.

Até à data, **19 países participantes desenvolveram e adotaram, em princípio, três normas ANTAM relativas a motocultivadores elétricos, pulverizadores elétricos e transplantadores com assento.**

As metodologias nas normas foram aplicadas para a realização de testes voluntários em vários países membros da ESCAP, incluindo China, Índia, Malásia, Filipinas, Federação Russa, Sri Lanka e Turquia. A ESCAP - Centro para a Mecanização Agrícola Sustentável (Centre for Sustainable Agricultural Mechanization, CSAM) tem vindo a promover intensamente atividades de capacitação, tanto para recursos humanos como para desenvolvimento de infraestruturas. Até à data, na China, Nepal e Filipinas, mais de 60 engenheiros de testes receberam formação sobre a aplicação correta das normas e estratégias de capacitação nacional com vista a apoiar o desenvolvimento de instalações de testes modernas que foram desenvolvidas ou que estejam em processo de desenvolvimento.

A iniciativa da ANTAM atraiu interesse significativo e apoio de países membros. Está em curso um projeto de cooperação com o Governo do Japão que apoia o trabalho técnico da Rede e foi também estabelecida uma colaboração com algumas organizações-chave internacionais envolvidas na engenharia agrícola e testes, incluindo a Agência Nacional Italiana para a Mecanização Agrícola/Rede Europeia de Teste de Maquinaria Agrícola (ENAMA/ENTAM), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) que é membro do painel de aconselhamento da ANTAM e ajuda ao desenvolvimento da rede.

Aa normas mutuamente reconhecidas são uma ferramenta única para apoiar os esforços da comunidade internacional no estabelecimento de requisitos mínimos de segurança, eficiência e impacto ambiental. As normas que são desenvolvidas através de negociações internacionais podem reduzir as barreiras técnicas e processuais e minimizam os custos do comércio para maquinaria.

Contacto:

Anshuman Varma, Diretor do Programa, ESCAP – CSAM, varmaa@un-csam.org

Camilla Stelitano, Especialista do Programa, ESCAP – CSAM, stelitanoc@un-csam.org

Nome do projeto: Rede Ásia e Pacífico para Testes de Maquinaria Agrícola (ANTAM)

Países/Regiões: Arménia, Bangladeche, Camboja, China, França, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Nepal, Paquistão, Filipinas, Federação Russa, República da Coreia, Sri Lanka, Tailândia, Turquia, Vietname

Proposto por: Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e Pacífico (ESCAP)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.1, 1.2, 1.5, 2.3; 2.4; 2.a, 8.2; 8.4, 12.4; 12.6; 12.a,13.2, 15.1, 17.6; 17.7; 17.9; 17.11; 17.16; 17.17

Entidades implementadoras: ESCAP – Centro para a Mecanização Agrícola Sustentável (CSAM)

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2013 - presente

URL da iniciativa: un-csam.org, antam.un-csam.org



Tecnologia Indiana para Segurança Alimentar no Quênia

Melhorar a segurança alimentar e aumentar a riqueza dos agricultores através de operações agrícolas eficientes e com eficiência de custos

Desafio

A agricultura é uma importante fonte de rendimento para a maioria dos quenianos. Cerca de 75% da população ganha a totalidade ou parte da sua subsistência no setor que representa 18% do produto interno bruto (PIB).¹ Apenas 20% dos solos do país são aráveis e os rendimentos máximos não foram atingidos nestas áreas. Isto significa que existe um potencial considerável para aumentos de produtividade. A maioria dos agricultores trabalha sem tecnologia e sem sementes modernas ou serviços financeiros ou de extensão adequados.

Adicionalmente, o setor é o mais vulnerável aos impactos das alterações climáticas e eventos climáticos extremos. O aumento das temperaturas e as alterações nos regimes de precipitação levaram a uma adequabilidade reduzida das empresas agrícolas, reduziram a produtividade das colheitas, pecuária e pescas devido a stresses de temperatura e água e ao aumento dos custos de produção.

Rumo a uma Solução

Para abordar este desafio, a Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) juntou-se à Sociedade Indiana para Investigação e Iniciativas para Instituições e Tecnologias Sustentáveis (Society for Research and Initiatives for Sustainable Technologies and Institutions, SRISTI) e à Universidade Jomo Kenyatta de Agricultura e Tecnologia (Jomo Kenyatta University of Agriculture and Technology, JKUAT) para promover a segurança alimentar no Quênia através da transferência de maquinaria indiana para processamento alimentar, inovadora e a preços acessíveis. A SRISTI tem uma larga experiência na promoção de inovações de base para desenvolvimento inclusivo e sustentável. As inovações promovidas pela SRISTI no setor da agricultura são de baixo custo, acessíveis, flexíveis e de fácil adaptação.

O objetivo geral do programa é melhorar a produtividade agrícola e a segurança alimentar promovendo a mecanização entre pequenos agricultores através do recursos a inovações de base indiana e da utilização de maquinaria na agricultura para reduzir o poder para o aumento da produtividade agrícola e prolongar a vida útil e aumentar a adição de valor do produto que se danifica facilmente após a colheita.

O projeto melhorou a resiliência climática no Quênia melhorando a produtividade agrícola local e a segurança alimentar através da replicação do sucesso da Índia adotando inovações de base para mecanização de quintas. Três tipos de equipamento de processamento e mecanização de baixo custo foram transferidos para o Quênia, incluindo uma máquina de arar a motor (também chamada "Bullet Santi"), uma máquina de sementeira de covacho de sementes manual e uma máquina de processamento alimentar multifunções. A SRISTI e a JKUAT demonstraram e disseminaram estas tecnologias e iniciaram o fabrico local de algumas das tecnologias para assegurar uma sustentabilidade a longo prazo.

A partilha de conhecimentos e a aprendizagem prática ocorreram entre a SRISTI, da JKUAT e das partes interessadas locais no Quênia em três etapas. Em primeiro lugar, a JKUAT e os pequenos produtores quenianos forneceram à SRISTI pontos de vista sobre as circunstâncias, necessidades e restrições locais relativamente às atividades agrícolas e estratégias de enfrentamento local. Em segundo lugar, a SRISTI e a JKUAT fizeram uma demonstração da maquinaria agrícola proposta, facilitaram



© SRISTI, JKUAT, NMC, USAID

¹ <https://www.usaid.gov/kenya/agriculture-and-food-security>

utilizações de teste e solicitaram feedback relativamente a experiências de utilizador dos pequenos agricultores em 12 condados (Bomet, Bungoma, Busia, Kakamega, Kisumu, Kitui, Machakos, Makueni, Migori, Nairobi, Siaya e Vihiga). Em terceiro lugar, a SRISTI e a JKUAT, em consultan com as partes interessadas locais, nomeadamente a Numerical Machining Complex (NMC) Limited, realizaram as alterações necessárias ao desenho da máquina para garantir o cumprimento dos requisitos locais. As máquinas modificadas foram então novamente testadas por agricultores- nos condados selecionados e foi dada formação sobre a operação e a manutenção da máquina.

Com vista a melhorar a adequabilidade da máquina de arar a motor, a JKUAT e a SRISTI organizaram uma formação de uma semana na Índia para nove mecânicos de vários condados. Para além disso, os principais agricultores de todos os condados onde foram colocadas tecnologias (Bungoma, Kakamega, Machakos, Makueni e Migori) receberam formação sobre a operação funcional das máquinas. As melhorias incluíram a alteração do desenho da máquina de arar a motor de três rodas para quatro. Os técnicos quenianos receberam formação na Índia para reparar e manter as máquinas. Esta formação está agora a ser posta em prática por um ou dois técnicos em cada condado.

A JKUAT e a SRISTI estão agora a identificar empreendedores locais para fabricar a maquinaria e fornecer serviços de manutenção, e estão a apoiar os mesmos com o desenvolvimento de um plano de negócios financiável. A JKUAT está também a envolver o governo, bancos rurais e instituições financeiras de microconsórcio para facilitar o crédito e o apoio financeiro aos pequenos agricultores para a compra da maquinaria.

A JKUAT trabalhou com a Comissão de Mecanização do Ministério da Agricultura do Quênia no decorrer deste projeto. O ministério está a equacionar as opções de expansão do projeto tanto ao nível do condado como ao nível nacional. Para além disso, as normas para tratores de baixa potência (10 a 30 CV) Normas do Quênia para permitir a produção de unidades similares a nível local. O projeto pode ser expandido para os países vizinhos da África Oriental com condições climáticas e terrenos idênticos, tal como acontece nos 12 países em que as tecnologias foram testadas.

Contacto:

Prof. Christopher Kanali, JKUAT, ckanali@jkuat.ac.ke



Nome do projeto: Transferência de maquinaria agrícola e de processamento alimentar indiana para promover a segurança alimentar no Quênia

Países/Regiões: Índia, Quênia, Estados Unidos da América

Proposto por: UNFCCC

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.1,2.4

Apoiado por: USAID

Entidades implementadoras: SRISTI, JKUAT, USAID

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2013 - 2015

URL da iniciativa: goo.gl/Cj6q7s; goo.gl/h5ADhF

Camarões: Reforço dos Meios de Subsistência de Pessoas Vulneráveis que Vivem com VIH

2 ERRADICAÇÃO DA FOME



A colaboração intra-africana para reforçar a resiliência, a segurança alimentar e os meios de subsistência para as pessoas que vivem com VIH nos Camarões



Desafio

Existe uma elevada prevalência de VIH nos Camarões onde mais de 4% da população vive com a doença. Cerca de 620.000 pessoas vivem com VIH (PVVIH), sendo que este número inclui 341.000 mulheres, 240.000 homens e 39.000 crianças. Para além disso, as novas infeções e mortes anuais continuaram elevadas nos Camarões, em 44.000 e 33.000, respetivamente¹.

As regiões mais afetadas pelo VIH nos Camarões são a região oriental com 6,3% de prevalência e a região de Adamaoua com 5,3% de prevalência do VIH. São zonas que têm sofrido com elevadas taxas de subnutrição e insegurança alimentar crónicas com a entrada de refugiados da República Centro-Africana (RCA). Um inquérito de vulnerabilidade sobre pessoas que vivem com VIH em 2011 revelou que 14,1% dos agregados familiares sofrem de subnutrição e 49,1% não dispõem de segurança alimentar.

Rumo a uma Solução

Para abordar o desafio acima mencionado, o Programa Alimentar Mundial (PAM) iniciou um projeto nos Camarões que tinha como objetivo melhorar a subsistência e assegurar a segurança alimentar de forma sustentável no seio dos agregados familiares de pessoas que vivem com VIH, melhorando o seu acesso a alimentos seguros e nutritivos. O modelo Village Savings and Loans Associations (VSLA) combinado com formação teórica e prática sobre técnicas agrícolas e de pecuária melhoradas foram utilizados para criar os modos de subsistência da população vulnerável que vive com VIH nos Camarões.

O Governo da Etiópia tem tido sucesso na implementação de um Programa Urbano de Rede de Segurança VIH juntamente com o apoio do PAM. Este programa teve um impacto considerável nas vidas de pessoas que vivem com VIH na Etiópia. Com base nesta história de sucesso e com necessidades similares identificadas nos Camarões, organizou-se um intercâmbio Sul-Sul para aprender com a riqueza da experiência da Etiópia relativamente à implementação do pPrograma com visto a permitir aos Camarões compreenderem, modificarem e adotarem uma abordagem semelhante.

Este intercâmbio Sul-Sul envolveu a capacitação de funcionários governamentais dos Camarões para elaborarem a sua própria abordagem adaptada no modelo VSLA e criarem modos de subsistência para pessoas que vivem com VIH.

Este projeto foi construído para melhorar os modos de subsistência nos Camarões de pessoas que vivem com VIH utilizando os seguintes componentes metodológicos:

- Uma visita de intercâmbio de aprendizagem entre os Camarões e a Etiópia para compreensão da prática bem-sucedida do Programa Urbano de Rede de Segurança de VIH da Etiópia foi seguida pela adaptação para o programa de criação de resiliência nos Camarões.
- realizou-se uma avaliação de vulnerabilidade das pessoas que vivem com VIH para compreender a situação atual do apoio à nutrição e o estabelecimento de critérios de elegibilidade do projeto.
- Os beneficiários foram divididos em grupos de 15 a 25 membros para formar uma associação de poupança e créditos. Esperava-se que poupassem um montante mínimo todas as semanas e que conseguissem contraemprestimos com taxas de juro mínimas.

¹ Fonte: (UNAIDS, 2015)



@ PAM

- Os beneficiários foram apoiados na identificação da atividade em que se podiam envolver para reforçar as suas capacidades em técnicas agrícolas modernas, criação de gado, pequenas transações, transformação alimentar e competências de literacia financeira.
- Além desta formação, os beneficiários receberam kits start-up para atividades agrícolas, de criação de gado, de pequenas transações e moinhos trituradores para gerar rendimentos e aumentar as suas economias de grupo.
- Foram encorajadas reuniões semanais destes grupos que ajudaram a criar um fórum para o acompanhamento contínuo do cumprimento do tratamento, encaminhamento para o tratamento adequado, especialmente para a Prevenção de Transmissão de Mãe para Filho (PTMF) e formação sobre ações essenciais relativamente a práticas de nutrição, água e higiene (WASH).
- Estes grupos estiveram também ligados a instituições microfinanceiras locais que aumentam o seu acesso a serviços financeiros.

O processo de conceção e implementação do VSLA baseava-se numa abordagem participativa. Incluía consultas de várias partes interessadas como, por exemplo, pessoas que vivem com VIH, pessoal de tratamento e cuidados de VIH do Governo dos Camarões, autoridades locais e ainda outras organizações humanitárias e de desenvolvimento a trabalharem na mesma área de projeto.

O programa conseguiu um progresso considerável até à data e atingiu os seguintes resultados-chave:

- As 300 pessoas que vivem com VIH com insegurança alimentar foram organizadas em 13 grupos utilizando o modelo VSLA. Cada grupo recebeu fundos renováveis de cerca de 1.000 dólares. Utilizando o modelo VSLA, estes grupos já contribuíram com 1.250 dólares em menos de quatro meses.
- 56% dos beneficiários receberam formação sobre pequenas transações e receberam os kits start-up para pequenos negócios e 75% iniciaram atividades de vendas (por exemplo, alimentos frescos, farinha, alimentos básicos).
- 25% dos beneficiários receberam kits agrícolas e formação sobre técnicas agrícolas e desenvolveram ainda hortas na região.

- 19% dos participantes receberam gado de pequeno porte e estão a criar os animais para venda e para a criação de rendimento adicional.
- Foram gerados, por parte dos grupos, 200 dólares de rendimento dos moinhos trituradores.
- Não foi registada qualquer reincidência de subnutrição para os participantes.

Uma das obtenções chave de que a ligação de solidariedade, apoio entre pares, ajuda mútua, coesão social e empoderamento económico entre pessoas portadoras de VIH foi agora reforçado na região.

Os grupos VSLA receberam formação para funcionarem de forma independente; foram legalizados e registados no gabinete do governo autorizado para uma vida útil de 99 anos e são igualmente elegíveis para beneficiar dos programas da rede de segurança social do governo. As competências práticas adquiridas durante as sessões de formação e atividades de geração de rendimento existentes irão continuar a contribuir para a geração de rendimento, mesmo quando o Programa do PAM terminar.

Para que a transferência de conhecimentos seja bem-sucedida é necessário:

- Realizar um exercício de avaliação de necessidades para identificar as vulnerabilidades específicas na comunidade
- Definir critérios de elegibilidade do projeto e de vulnerabilidade para o programa e as opiniões das pessoas que vivem com VIH
- Reunir os intervenientes do governo nacional e as principais partes interessadas para um pacote de apoio integrado
- Monitorizar e avaliar continuamente o programa para acompanhar o progresso.

Contacto:

Sylvia Ngwa, Ponto Focal VIH Camarões, PAM,
ngwa@wfp.org

Nome do projeto: Reforço dos Meios de Subsistência de Pessoas Vulneráveis que Vivem com VIH (PVVVIH) após a conclusão de um programa de apoio alimentar do PAM nas regiões Oriental e de Adamaoua dos Camarões

Países/Regiões: Camarões, Etiópia

Proposto por: Programa Alimentar Mundial (PAM)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.1, 17.9

Apoiado por: Fundos do Luxemburgo e UNAIDS (Quadro Unificado de Orçamentos, Resultados e Responsabilidade)

Entidades implementadoras: Ministério da Saúde Pública através da Comissão Nacional de Luta contra o VIH/SIDA, Ministério da Agricultura, Ministério de Criação de Gado, Ministério dos Assuntos Sociais, Ministério do Empoderamento das Mulheres, ASAD (Associação para Assistência ao Desenvolvimento)

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2017 - 2019

URL da iniciativa: Indisponível

Aumento da Eficiência do Programa Nacional de Refeições Escolares Caseiras do Quênia através de Transferências em Dinheiro

Melhorar a nutrição e o ensino infantil ligando escolas à produção agrícola local

Desafio

No Quênia, 47% da população do país vive abaixo do limiar da pobreza. Elevados níveis de subnutrição afetam as pessoas mais pobres do país. Nas zonas áridas e semiáridas, cerca de 369.000 crianças com menos de 5 anos de idade sofrem de subnutrição aguda, com picos de um em três nas áreas mais afetadas. A subnutrição é a causa principal de morte entre crianças com menos de 5 anos de idade.¹

Rumo a uma Solução

Para abordar este desafio, o Programa Alimentar Mundial (PAM) trabalha com o Governo Queniano para implementar programas concebidos para promoverem uma maior segurança alimentar. Desde 2009, o PMA tem vindo a trabalhar com o Governo do Quênia para facilitar a passagem do seu programa de refeições escolares (envolvendo várias centenas de escolas) para o Governo e apoiar a transição para um modelo de refeições escolares caseiras.

O programa nacional de refeições escolares caseiras do Quênia contribui para a melhoria da saúde e nutrição infantil ligando escolas e a produção agrícola local. Isto é realizado através da transferência de fundos para as escolas, permitindo-lhes adquirir alimentos diretamente junto de agricultores e fornecedores locais.

O programa de refeições escolares caseiras do Quênia tem vários objetivos que se dividem em duas categorias: (i) aumentar a produção alimentar local e promover o acesso de pequenos produtores aos mercados; e (ii) melhorar a inscrição, frequência e conclusão escolar.

Após a transição para o programa de refeições caseiras liderado pelo governo, em 2012, o Ministério da Educação do Quênia pediu ao PAM assistência para alargar o programa às zonas áridas do Quênia. Em resposta a isto, o PAM implementou uma Transferência de Dinheiro Transicional para o projeto piloto Escolas no condado de Isiolo. AO PAM e o Governo do Quênia também começaram a procurar opções para introduzir alimentos frescos nas refeições escolares. Vários testes piloto de alimentos frescos estão em curso no condado de Nairobi, alcançando quase 80.000 alunos em 91 escolas.

Em 2016, o programa de refeições escolarescaseiras liderado pelo governo chegou a 950.000 crianças em condados áridos e semiáridos. Ao mesmo tempo, o PAM continuou a fornecer refeições escolares a 430.000 crianças nas áreas de solos áridos e virou-se para escolas nas povoações informais em Nairobi que ainda não estão cobertas pelo programa de refeições escolares caseiras. Para apoiar a expansão do programa, o PAM também preparou refeições escolares para 152.000 crianças.

No modelo de refeições caseiras do Quênia, os fundos são transferidos do Tesouro Nacional para o Ministério da Educação e depois para as contas das escolas. Cada comissão do programa de refeições escolares, composta por quatro professores e quatro pais, faz o lançamento de concursos e compra alimentos a fornecedores locais (comerciantes ou agricultores) com uma conta bancária das refeições escolares. Este modelo é utilizado nas áreas urbanas e rurais, ligando pequenos agricultores e comerciantes a escolas em ambos os contextos. O programa está a passar de um programa liderado pelo PAM para um programa liderado pelo governo. Em 2016, mais de 60% das refeições escolares servidas foram geridas pelo governo.

2 ERRADICAÇÃO DA FOME



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



17 PARCERIAS PELAS METAS



@ PAM

¹ PAM, 2017. Programa Alimentar Mundial: Quênia

O programa de refeições escolares caseiras do Quênia foi avaliado por um avaliador externo a meio de 2014 que concluiu que as escolas tinham recebido um total de 2,2 mil milhões de KES (21 milhões de dólares) para a aquisição de alimentos locais entre 2009 e 2014 com base no programa. Estes resultados demonstram a forma como efetivamente as refeições escolares se transformaram numa grande oportunidade de mercado para os agricultores locais.

O programa serviu, durante muito tempo, como inspiração para outros países em desenvolvimento, particularmente os pares na região. Por exemplo, a Namíbia e a Zâmbia, com apoio do PAM como intermediário da cooperação Sul-Sul (particularmente Gabinetes Regionais do PAM em Joanesburgo e Nairóbi), envolveram-se numa iniciativa de aprendizagem entre pares transversal a nível regional relativamente a programas de refeições escolares caseiras em 2016.

Para além da aprendizagem com o modelo do Quênia, os países participantes também aproveitaram esta oportunidade para trocar experiências quanto à monitorização e avaliação dos programas nacionais de refeições escolares. Por exemplo, a Namíbia apresentou a sua inovadora tecnologia de Sistema de Informação do Programa de Alimentação Escolar da Namíbia que promove melhorias imediatas na gestão dos sistemas nacionais de refeições escolares. Entre outras coisas, esta plataforma: (1) melhora a captura, análise e reporte de dados e assegura a consistência dos dados; (2) permite a ligação entre fornecedores e escolas; (3) assegura a responsabilidade das entregas de alimentos, utilização de alimentos e resíduos alimentares; (4) produz relatórios e visualizações gráficas automáticas e (5) proporciona uma base para a tomada de decisão de qualidade e atempada e para a mobilização de recursos.

Para além do envolvimento nos intercâmbios Sul-Sul com pares na região, o Quênia participou numa visita de estudo Sul-Sul ao Brasil. Uma delegação do Governo do Quênia visitou o Brasil em maio de 2016 para aprender mais sobre as iniciativas brasileiras em termos de refeições escolares, proteção social e Erradicação da Fome. Esta viagem contribuiu a preparação da Estratégia Nacional de Refeições Escolares e Nutrição do Quênia que foi lançada em 2017.

O programa de refeições escolares caseiras do Quênia provou ser sustentável sob muitas formas:

- **Apropriação Nacional:** o gGoverno lidera o programa de refeições escolares e está a assumir uma responsabilidade cada vez maior quanto ao financiamento. Em 2019, o Quênia poderá ter um dos maiores programas de refeições escolares financiados totalmente pelo governo e oferecido localmente em África;
- **Envolvimento da Comunidade:** as comissões de gestão escolar administram e gerem a implementação dos programas de refeições escolares caseiras ao nível da escola. Uma vez que a oferta local é uma característica fundamental deste modelo de refeições escolares, o investimento local e o envolvimento com o programa são elevados; e
- **Sustentabilidade Ambiental:** ao adquirir alimentos produzidos localmente, as refeições escolares caseiras ajudam a adotar um modelo de refeições escolares sustentável a nível ambiental.

O elevado nível de envolvimento e apoio orçamental político são essenciais de modo a criar um programa de refeições escolares caseiras verdadeiramente orientado pelo governo no Quênia e em outros países.

Os programas de refeições escolares caseiras baseados em dinheiro também exigem competências técnicas significativas de modo a replicá-los, incluindo:

- Análise de mercado;
- Coordenação e criação de parcerias;
- Gestão de projetos;
- Experiência dentro dos ministérios relevantes (educação e agricultura);
- Aquisição de alimentos; e
- Existência de procedimentos de monitorização e avaliação.

Contacto:

Charles Njeru, Responsável do Programa de Refeições Escolares, Escritório do PAM no Quênia, Charles.Njeru@wfp.org

Nome do projeto: Aumento da Eficiência do Programa Nacional de Refeições Escolares Caseiras do Quênia através de Transferências em Dinheiro

Países/Regiões: Brasil, Quênia, Namíbia, Zâmbia

Proposto por: Programa Alimentar Mundial (PAM)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.1, 2.2, 2.3, 4.1, 4.2, 4.5, 4.6, 17.9

Apoiado por: Governo do Quênia, PAM

Entidades implementadoras: Governo do Quênia

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2009 – atualidade

URL da iniciativa: N/D



Fundo Complementar de Doadores Emergentes

Mitigar os efeitos da crise alimentar de 2011/12 no Corno de África facilitando a cooperação Sul-Sul através de geminação e do Fundo de Doadores Emergentes do PAM

Desafio

Há décadas que a região do Corno de África é dependente da ajuda alimentar devido à produção insuficiente de alimentos e à recorrente falta dos mesmos, à seca e à fome. As chuvas, os elevados preços dos alimentos e dos combustíveis e os conflitos levaram a uma crise alimentar, em grande escala, em quatro países, que afeta mais de 10 milhões de pessoas. As organizações humanitárias aumentaram, rapidamente, as operações para gerir a escalada de emergência.

Rumo a uma Solução

Para além do apoio dos doadores tradicionais, os contributos procuram mitigar os efeitos da crise também através de parcerias com parceiros do Sul, facto que permitiu que países em desenvolvimento adotassem papéis mais importantes na ajuda alimentar.

Durante a crise alimentar de 2011/12 no Corno de África, a Etiópia, o Quênia e a Somália receberam contributos em género (incluindo arroz, açúcar, peixe, feijões e carne) no valor de mais de 13,9 milhões de dólares de países incluindo Angola, Cuba, Moçambique, Namíbia, Sri Lanka, Sudão, Tanzânia e Zâmbia. Só na Etiópia, estes contributos chegaram a 1,4 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar.

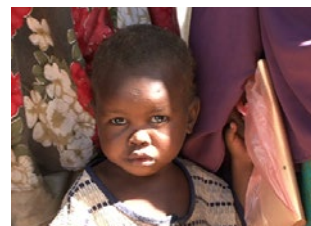
O PAM facilitou este acordo de parceria fazendo coincidir as contribuições em género do Sul com o cofinanciamento de contributos em dinheiro para a recuperação total de custos (incluindo transportes, distribuição e despesas gerais). É impressionante que os parceiros do Sul como, por exemplo, o México e a Namíbia, não apenas doadores tradicionais como, por exemplo, a Austrália e a Espanha, tenham fornecido o dinheiro necessário para a parceria.

Nos casos em que não houve possibilidade de encontrar um doador de dinheiro, as falhas foram colmatadas através de um Fundo de Correspondência de Doadores Emergentes (Emerging Donors Matching Fund, EDMF)¹. O EDMF foi a chave para o sucesso uma vez que abordou falhas quando os donativos em dinheiro eram inexistentes (ou escassos) de modo a recuperar, na totalidade, o custo de um contributo em géneros, tal como aconteceu com o contributo de arroz por parte do Sri Lanka para a Etiópia.

O colmatar destas falhas financeiras e a mobilização de recursos de doadores de dinheiro foram cruciais para esta parceria. O PAM foi capaz de conseguir contributos utilizando a sua rede global e o apoio de países parceiros e de Escritório de País do PAM na mobilização, gestão e programação de recursos.

A colaboração única com os países do Corno de África foi apoiada pelo PAM utilizando diferentes modalidades da cooperação triangular e Sul-Sul que ajudou a atingir um impacto ainda maior na segurança alimentar. Os contributos em género através de acordos de parceria em 2011/12 são um exemplo e a transferência de conhecimentos especializados no desenvolvimento de estratégias para a erradicação da fome, por exemplo, através da colaboração da Etiópia com o Centro de Excelência Contra a Fome do PAM, é outro exemplo.

¹ O FCDE é um fundo que fornece financiamento para os custos associados de contributos em género para parcerias.



@ PAM

Durante a crise, o PAM tomou medidas para além dos contributos em género e em dinheiro, uma vez que os países receberam apoio adicional para organizar os acordos de parcerias através de uma análise de segurança cuidadosa em países afetados e, em alguns casos, programação e gestão de recursos para os contributos recebidos.

Tirando partido das relações e do apoio existentes com os governos na região do Corno de África, o PAM utilizou a sua experiência, as ferramentas e as metodologias existentes na análise de segurança alimentar, programação e gestão de recursos e a sua memória institucional para lidar com crises alimentares em outros países.

Os resultados e benefícios-chave através de parcerias incluíram:

- Alcance: só na Etiópia, os acordos de parcerias alcançaram 1,4 milhões de pessoas com insegurança alimentar em 2011/12. Isto mostra que as parcerias funcionam se existir certificação de qualidade e fluxos de caixa previsíveis;
- Mecanismos de resposta reforçados: Os acordos de parcerias podem reforçar a economia do país e a capacidade para responder aos desafios alimentares e de nutrição quando o país regista défice alimentar;
- Remodelar formas de envolvimento com países: Os acordos de parcerias podem ser úteis no envolvimento com países menos desenvolvidos, com rendimento baixo e com rendimento médio baixo numa base de parceria equilibrada. Isto permite ao PAM e aos seus países parceiros irem além da antiga divisão Norte-Sul e das relações de "fornecedor-beneficiário";
- Complementaridade: Os contributos em género recebidos durante a crise permitiram ao PAM reduzir as despesas com a aquisição de alimentos. Isto possibilitou a ajuda às populações afetadas durante períodos mais longos. Para além disso, como a maioria da assistência em género foi de arroz, o PAM conseguiu distribuir esse arroz em campos de refugiados onde o arroz é o bem preferido e atribuir outros alimentos (por exemplo, trigo e painço) a diferentes campos de refugiados onde a população está habituada a comer estes alimentos;
- Eficiência de custos: As parcerias podem ser um mecanismo benéfico em termos de eficiência de custos: os custos normalmente são divididos entre os contributos em género e os contributos em dinheiro, permitindo que

ambas maximizem o impacto enquanto dividam os custos (fornecendo alimentos, transporte e gestão). Por exemplo, para o PAM, o custo geral pode ser inferior do que o custo com contributos em dinheiro ao abrigo das quais o PAM é responsável pela aquisição de alimentos e custos associados; e

- Reforço das parcerias e relações do sul: Os contributos em género de países em desenvolvimento para os países do Corno de África têm um efeito positivo nas relações políticas e nos negócios estrangeiros entre estes países. Como as relações entre governos são algo complexas, poderá ser difícil relacionar os resultados diretamente com um determinado caso de parceria, no entanto, isto poderá ser observado com o passar do tempo a partir de uma perspetiva de relações estrangeiras mais ampla.

A parceria tornou-se uma abordagem vencedora para os países patrocinadores, que elevaram os seus perfis como países do Sul, e os países do Corno de África, que receberam os contributos em género urgentes e testaram as suas funções de fornecedor dentro dos seus próprios países. Para o PAM, o acordo de parceria tornou possível a exploração de recursos adicionais para um maior impacto na resposta às crises de fome.

Para replicar mecanismos de parcerias, é importante notar que os mesmos exigem certificação de qualidade e coordenação e capacidades consideráveis ao nível nacional. Para além disso, devem existir fundos de apoio para gerir falhas imprevistas de parceiros de financiamento.

O programa de parcerias provou ser complementar e eficiente em termos de custos e ajudou a reforçar as relações e as parcerias do Sul. Estes são fatores-chave que contribuem para a sustentabilidade das parcerias. Teve uma influência positiva em relações políticas entre os países envolvidos e também ajudou a maximizar o impacto nos países do Corno de África ao dividir custos.

Contacto:

Carola Kenngott, Ponto Focal da Cooperação Sul-Sul, PAM, carola.kenngott@wfp.org
Andrey Shirkov, Diretor de Relações de Doadores, PAM, andrey.shirkov@wfp.org

Nome do projeto: Fundo Complementar de Doadores Emergentes (EDMF)

Países/Regiões: Cuba, Etiópia, Quênia, Namíbia, Somália, Sri Lanka, Sudão

Proposto por: Programa Alimentar Mundial (PAM)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.1, 2.2, 17.3, 17.6

Apoiado por: PAM

Entidades implementadoras: PAM

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2011 - 2012

URL da iniciativa: N/D



Resposta das Fiji ao Ciclone Tropical Winston

Oportunidade de expandir as redes de segurança de resposta ao choque na região do Pacífico

Desafio

A República das Ilhas Fiji, situada no Sul do Oceano Pacífico, é composta por um arquipélago de 332 ilhas (das quais, aproximadamente 110 são desabitadas). Nas últimas décadas, as Fiji têm sido afetadas por vários ciclones devastadores. A 20 de fevereiro de 2016, o ciclo tropical de categoria 5, Winston, atingiu as Fiji. Esta foi considerada uma das mais violentas tempestades alguma vez registadas no Hemisfério Sul. As perdas relacionadas com o ciclone foram estimadas em 1,38 mil milhões de dólares (31% do PIB), com um total de 44 vítimas, 30.369 casas, 495 escolas e 88 postos de saúde e instalações de cuidados de saúde a serem danificados ou destruídos; 40.000 pessoas necessitaram de assistência imediata com alimentos, abrigos, água, saneamento e serviços de saúde.¹

A resposta a emergências é tremendamente complicada nas Fiji e noutros países do Pacífico Sul devido ao grande número de ilhas espalhas, populações isoladas e elevada vulnerabilidade a eventos extremos associados à variabilidade e às alterações climáticas. A resposta com base na logística tradicional de transportar alimentos para distribuir às pessoas afetadas não é a única solução. A ligação dos sistemas de proteção social nacionais com a assistência humanitária de emergência e a utilização de diferentes modalidades de transferência, incluindo dinheiro e vouchers, pode ajudar a melhorar a segurança alimentar de milhares de famílias.

Rumo a uma Solução

As Fiji tornaram-se o primeiro país do Pacífico a canalizar assistência governamental e de parceiros externos pós-catástrofe através do seu sistema de proteção social existente. Esta prática demonstrou os benefícios dos sistemas de proteção social que respondem ao choque e que são propriedade nacional em tempos de crise. O Gabinete Nacional de Gestão de Catástrofes das Fiji liderou a resposta com todos os núcleos liderados pelo governo nacional ativados e com o apoio da comunidade internacional, incluindo o Programa Alimentar Mundial (PAM).

A metodologia do sistema de proteção social das Fiji baseia-se nos seguintes componentes para a resposta ao ciclone tropical Winston:

- Expandir as transferências de dinheiro: O governo complementou os pagamentos em dinheiro aos beneficiários da segurança social nacional. Um mês após o ciclone, todos os beneficiários receberam uma transferência de dinheiro numa quantia fixa, equivalente a aproximadamente três meses do valor dos pagamentos normais. A assistência em dinheiro ajudou a mitigar o impacto do desastre nos cidadãos mais vulneráveis das Fiji e injetou o dinheiro necessário na economia local.
- Majoração de assistência alimentar: Em colaboração com o Departamento de Assistência Social, o PAM complementou o esquema de vouchers alimentares do governo. Esta intervenção ajudou aproximadamente 72.000 beneficiários da assistência social em 12 áreas criticamente afetadas. Foram usados os mecanismos e a base de dados do governo e a distribuição foi sequenciada para acompanhar complemento dos pagamentos em dinheiro do governo.
- Distribuição de vouchers de alojamento: O Departamento de Assistência Social forneceu vouchers de alojamento para ajudar a reconstruir as casas das famílias de baixo rendimento que foram mais afetadas.



@ PAM, Francesca Ciardi

¹ PAM, 2016. Resposta de emergência das Fiji ao Ciclone Tropical Winston: Relatório Padrão do Projeto.

A eficiência e a validação dos esforços de proteção social das Fiji após o ciclone foram apoiados pelo relatório de avaliação de impacto do Banco Mundial que explicou que a utilização do componente de resposta de choque de benefícios de proteção social do governo nas Fiji foi rapidamente implementada e claramente orientada através das bases de dados de redes de segurança social existentes e ajudou as famílias afetadas a lidar com os impactos do ciclone tropical Winston. Os agregados familiares agiram de forma responsável e os complementos de pagamentos tiveram uma boa utilização, ajudando os beneficiários a recuperar mais rapidamente.

Como parte dos esforços da cooperação Sul-Sul para partilhar as boas práticas das Fiji, organizou-se um workshop em Suva, Fiji em setembro de 2016, com o objetivo de reunir partes interessadas envolvidas em diferentes níveis na resposta de emergência conjunta ao ciclone tropical Winston. Aproximadamente 35 partes interessadas participaram no workshop, incluindo doadores, agências governamentais, ONG, organizações multilaterais, representantes de agências das Nações Unidas e especialistas do PAM do Escritório de País do PAM nas Fiji e da Gabinete Regional do PAM Ásia-Pacífico.

Os participantes neste workshop sentiram que as lições da experiência das Fiji iriam beneficiaram uma ampla comunidade do Pacífico e propuseram partilhar as mesmas através de um Workshop de Resposta de Emergência e Proteção Social Regional no Pacífico envolvendo diferentes países da comunidade do Pacífico. O PAM expressou a vontade de facilitar tal iniciativa com a vista a apoiar as Fiji e outros governos na comunidade do Pacífico através da aprendizagem Sul-Sul quanto a prontidão e resposta de emergência.

Com o apoio dos sistemas de proteção social governamentais existentes em tempos de crise, o PAM consegue ajudar a reforçar as capacidades nacionais e de intermediação da cooperação Sul-Sul de modo a dotar os países de instrumentos para que cumpram as necessidades humanitárias e de desenvolvimento das suas populações.

A promoção de proteção social de resposta ao choque pode, assim, ajudar a colmatar a divisão histórica que existiu entre as respostas de emergência lideradas de forma externa e os programas de desenvolvimento liderados nacionalmente com um foco a longo prazo.

Relativamente à replicabilidade, para que um país consiga utilizar, de forma eficiente, o seu sistema de proteção social para responder a uma crise, esse mesmo país deve ter um sistema de proteção social forte e com medidas de resposta ao choque já implementado.

O Governo das Fiji e o PAM colaboraram para fornecer orientação detalhada quanto a procedimentos operacionais específicos que devem existir para assegurar o fornecimento adequado de uma resposta de crise através de sistemas de proteção social.

Estes procedimentos sublinham a importância:

- do desenvolvimento de acordos standby e procedimentos operacionais padrão com potenciais partes interessadas e definições claras de cargos, responsabilidades e calendários;
- do desenvolvimento de estratégias e ferramentas de desenvolvimento, gestão de informação e partilha de instrumentos e planos e mecanismos de coordenação externa e interna para que todas as partes interessadas se envolvam aos níveis central e local;
- de avaliações de emergência de alta qualidade e análise de vulnerabilidade e uma série de modalidades de assistência e mecanismos de prestação;
- da formação de pessoal pré-selecionado;
- do desenvolvimento de uma estratégia M&E.

Contacto:

Mulugeta Handino, Consultor de Transferências de Dinheiro e Proteção Social (EPR), Gabinete Ásia-Pacífico, PAM, Mulugeta.Handino@wfp.org

Shadiyana Begum, Diretor de Redes de Segurança Social e Transferências de Dinheiro, PAM Fiji, shadiyana.begum@wfp.org

Carola Kenngott, Ponto Focal da Cooperação Sul-Sul, PAM, carola.kenngott@wfp.org

Nome do projeto: Resposta de Emergência das Fiji ao Ciclone Winston

Países/Regiões: Fiji, Países do Pacífico

Proposto por: Programa Alimentar Mundial (PAM)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.3, 2.1 2.2 17.9

Apoiado por: PAM

Entidades implementadoras: Governo da República das Fiji, Secretaria Nacional de Gestão de Catástrofes das Fiji, Ministério das Mulheres, Crianças e Alívio da Pobreza), Departamento de Segurança Social com apoio da PAM.

Estado do projeto: Fechado

Período do projeto: Março 2016 - Maio 2016

URL da iniciativa: goo.gl/FVQzjp

Programa Nacional de Proteção Social: Programa “Progresando con Solidaridad” (Prosoli)

Alavancar plataformas de proteção social para uma nutrição melhorada

Desafio

Na República Dominicana, quase metade (45%) das mortes de crianças com menos de 5 anos de idade está relacionada com subnutrição. Não é apenas a subnutrição que mata, também impede que as crianças cresçam para viverem vidas saudáveis e produtivas como adultos, levando a um ciclo intergeracional contínuo de subnutrição.

A situação da nutrição na República Dominicana é marcada por deficiências generalizadas de micronutrientes e baixa diversidade nutricional, combinada com uma das mais baixas taxas de amamentação exclusiva de crianças com menos de seis meses de idade na região. A pobreza e a quantidade e qualidade desadequada ou acesso a recursos institucionais, econômicos e humanos, é a principal causa da subnutrição.

Rumo a uma Solução

Quando o Governo da República Dominicana reformou o seu setor social em 2009, pediu apoio ao PAM para incorporar uma intervenção alimentar com subcomponente da transferência em dinheiro condicional no programa nacional de proteção social chamado “Solidaridad”, com base na premissa de que o investimento em nutrição iria melhorar a ação do programa como um todo e atingir melhores resultados. Isto incluiu uma abordagem mista da formação, desenvolvimento de capacidades, promoção da monitorização do crescimento e cuidados infantis preventivos. O componente alimentar é fornecido através de cuidados de saúde primários e ainda através do fornecimento de pós micronutrientes a todos os beneficiários do programa de proteção social com idades entre os 6 e os 59 meses.

O componente de intervenção alimentar da iniciativa “Progresando con Solidaridad” foi primeiramente dirigido a todas as crianças entre os 6 e os 59 meses de idade, de famílias beneficiárias, que foram identificadas como vivendo em pobreza extrema ou moderada. Em 2012, o governo reviu o componente alimentar do “Progresando con Solidaridad” para incluir intervenções dirigidas a crianças subnutridas e alimentação de grávidas e mulheres a amamentar e pessoas idosas, fornecendo alimentos complementares fortificados e intervenções de saúde primárias.

Programas como o “Progresando con Solidaridad” demonstram que as iniciativas de proteção social com vários componentes alimentares podem contribuir, diretamente, para melhorar as dietas. Por exemplo, pode fornecer alimentos a beneficiários através de transferências alimentares e programas de refeições escolares. Para além disso, podem facilitar o acesso a cuidados de saúde primários através de transferências condicionais em dinheiro que encorajam a utilização de serviços de saúde e permitem que os agregados familiares acedam a artigos de higiene pessoal e da casa e água potável.

Atualmente, o componente de transferência condicional de dinheiro do programa “Progresando con Solidaridad” para o consumo alimentar está orientado para cerca de 800.000 agregados familiares pobres. A partir de janeiro de 2014 e até agosto de 2016, o componente alimentar serviu 132.882 beneficiários destes agregados familiares (78.882 crianças, 12.000 grávidas e mulheres a amamentar e 40.000 idosos). Para além disso, o componente alimentar apoia 20.000 profissionais de saúde pública e colaboradores da comunidade “Progresando con Solidaridad”.

2 ERRADICAÇÃO DA FOME



@ PAM

A metodologia de intervenção nutricional do programa “Progresando con Solidaridad” inclui as seguintes ações:

- Distribuição de pós macronutrientes a crianças entre os 6 e os 59 meses de idade para ajudar a prevenir e a controlar deficiências de micronutrientes;
- O fornecimento da educação alimentar para famílias que beneficiam do programa “Progresando con Solidaridad” para melhorar a sua capacidade para selecionar, de forma adequada, alimentos e, assim, melhorar a nutrição e o consumo alimentar;
- Reforço e alargamento da rede de voluntários da comunidade para chegar a beneficiários ao nível de agregados familiares, particularmente mães. Isto ajuda a assegurar o consumo adequado de pós micronutrientes, alimentos fortificados e complementares;
- Distribuição de um alimento nutritivo especializado chamado Progresina fortificada (Super Cereal plus) a crianças com idades entre os 6 e os 59 meses de idade para evitar e controlar a subnutrição aguda e crónica;
- Distribuição de um alimento nutritivo especializado chamado Progresina (Super cereal) a grávidas e mulheres a amamentar e idosos; e
- Reforço das capacidades nacionais e locais para realizar atividades de monitorização e avaliação.

Este componente de assistência em géneros complementa a parte do programa de transferência condicional de dinheiro chamado “Comer es Primero”. Apoiar a segurança alimentar dos beneficiários com uma transferência de cerca de 16 dólares por mês, condicionada pela participação dos beneficiários em atividades de cuidados de saúde preventivos, frequência escolar das crianças, frequência dos chefes de família em sessões de educação comunitária e obtenção de documentos de identificação.

Em termos de eficiência e validação, realizou-se em 2013 uma avaliação do componente de nutrição do programa “Progresando con Solidaridad” que concluiu o seguinte:

- 50% de redução na prevalência de anemia em crianças beneficiárias inscritas;
- Segurança nutricional e alimentar melhorada dos idosos;
- Diversidade alimentar melhorada das famílias-alvo, e
- Melhoria da capacidade nacional e local para a redução da subnutrição.

Graças a estes resultados positivos, o Vice-Presidente da República Dominicana e o PAM assinaram um Memorando de Entendimento em 2013 para implementar um componente de nutrição mais adequado centrado em crianças com menos de 5 anos de idade, grávidas e mulheres a amamentar e idosos para beneficiarem do programa “Progresando con Solidaridad”.

A proteção social e as redes de segurança são a maior área de foco do PAM para os intercâmbios Sul-Sul e triangular a nível mundial, até à data. O programa “Progresando con Solidaridad” foi selecionado para ser apresentado como um estudo de caso bem-sucedido Sul-Sul no Fórum Global de Nutrição - Proteção Social Sensível em setembro de 2015. O fórum é uma plataforma de aprendizagem Sul-Sul facilitada pelo Centro de Excelência do PAM contra a Fome no Brasil. O seu objetivo-chave é facilitar o intercâmbio de experiências e lições aprendidas sobre proteção social e redes de segurança através da partilha de conhecimentos Sul-Sul. Mais de 150 participantes de 20 países juntaram-se ao fórum e aprenderam com a experiência da República Dominicana.

O programa “Progresando con Solidaridad” é a principal estratégia do Governo da República Dominicana para a promoção do desenvolvimento humano e combate à pobreza. O componente alimentar e o compromisso do governo a todos os níveis de fornecimento contribuíram para a replicabilidade e sustentabilidade do programa. Deve existir um número de elementos-chave para replicar esta solução noutra local: a) um esquema de proteção social existente e bem-sucedido no qual as intervenções relativamente à nutrição podem ser incorporadas; e b) uma boa base de evidências para demonstrar o impacto das intervenções sensíveis à nutrição (no caso da República Dominicana, foi realizado um primeiro estudo de viabilidade de quatro meses, em 2009, e o sucesso deste teste levou à implementação nacional a partir de 2010).

Contacto:

Maria Altagracia Fulcar, Coordenadora do Projeto de Nutrição, PAM República Dominicana, maria.fulcar@wfp.org

Nome do projeto: Componente Alimentar do Programa “Progresando con Solidaridad” (Prosoli)

Países/Regiões: República Dominicana

Proposto por: Programa Alimentar Mundial (PAM)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.2, 2.3, 3.1, 3.2, 17.6, 17.7, 17.9

Apoiado por: Gabinete de Políticas Sociais do Vice-Presidente da República Dominicana

Entidades implementadoras: Prosoli, Gabinete de Políticas Sociais do Vice-Presidente da República Dominicana, Serviço Nacional de Saúde, Ministério da Saúde da República Dominicana, PAM

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2010 - 2020

URL da iniciativa: N/D



Iniciativa Aquisições para o Progresso (P4P)

Apoio do Chile a comunidades de pequenos agricultores para uma melhor nutrição na Guatemala e Honduras

Desafio

As áreas da América Central conhecidas como “corredores secos” enfrentam o risco climático das secas, chuvas excessivas e cheias graves. Os corredores secos existem nas regiões da Guatemala e das Honduras e as comunidades locais e os pequenos agricultores aí residentes são vulneráveis devido às condições climáticas adversas.

Estas áreas registam uma pluviosidade irregular e são marcadas por estações secas que levam à escassez de água para as pessoas e para as colheitas. As áreas são conhecidas como sendo frágeis e propícias a perigos naturais e alterações climáticas, o que destabiliza a produção de grãos básicos e afeta, de forma adversa, a segurança e a situação nutricional da população local.

Rumo a uma Solução

De modo a permitir uma maior resiliência face às alterações climáticas, dar apoio para aumentar o estado nutricional das colheitas e para melhorar os modos de subsistência dos pequenos agricultores a viver nos corredores secos da Guatemala e das Honduras, o PAM criou um projeto de cooperação Sul-Sul com o Governo do Chile para abordar o desafio acima indicado.

A iniciativa baseou-se na experiência de anteriores intercâmbios bem-sucedidos entre o Chile, Guatemala e Honduras e nas operações contínuas do PAM na região. Este projeto foi uma iniciativa da Purchase for Progress (P4P) que utilizou as modalidades Sul-Sul para transferir conhecimentos do Chile para a Guatemala e para as Honduras.

Através deste projeto, o Governo do Chile ajudou os Governos da Guatemala e das Honduras a promover a produção e o consumo de colheitas bio fortificadas, a reforçar a capacidade de pequenos agricultores, a aumentar os seus excedentes agrícolas, a reforçar os mercados locais e a melhorar a alimentação das suas famílias.

Esta iniciativa da cooperação Sul-Sul entre o Chile, Guatemala e Honduras, está diretamente ligada à concretização do ODS 2. Especialistas do Instituto Chileno para o Desenvolvimento Agrícola (INDAP) foram os parceiros técnicos deste intercâmbio Sul-Sul. O programa foi elaborado com base na experiência comprovada de especialistas chilenos de trabalho com colheitas fortificadas, pequenos agricultores, as suas famílias e organizações indígenas.

A equipa de especialistas chilenos deu apoio técnico contínuo durante os dois anos do projeto através de missões no terreno e workshops sobre conservação dos solos, alterações climáticas, produção de fertilizantes biológicos, recolha de água, alimentação, estratégias de género e marketing.

A metodologia utilizada nesta iniciativa incluiu:

- Missões de apoio e assistência técnica fornecida pelos especialistas do Chile;
- Formação ministrada pelos líderes da comunidade e capacitação operacional e organizacional;
- Intercâmbios de conhecimento e boas práticas através de workshops de participação e desenvolvimento e material de apoio como, por exemplo, manuais de nutrição e conjuntos de ferramentas; e
- Alianças com universidades e centros académicos para permitir a participação ativa de alunos da região.



© PAM

Os elementos-chave que ajudaram a atingir os objetivos ao abrigo desta iniciativa incluíram a participação ativa de várias partes interessadas aos níveis central e local, uma seleção correta de organizações de pequenos produtores, identificação de objetivos relevantes de acordo com as realidades locais e utilização das capacidades e dos conhecimentos das comunidades. As concretizações significativas da iniciativa na Guatemala e nas Honduras incluem:

- Guatemala: todos os pequenos produtores (selecionados como parte deste projeto) adotaram o consumo e a produção de colheitas bio fortificadas. A produção geral das organizações de produtores aumentou e agora têm acesso a assistência técnica e a formação sobre alimentação e à preparação de receitas utilizando alimentos bio fortificados. O projeto contribuiu ainda para a criação de redes de organização locais para a segurança alimentar;
- Honduras: os produtores locais têm acesso a assistência técnica para a implementação de boas práticas agrícolas. Todas as famílias do projeto adotaram colheitas bio fortificadas e reportaram melhorias em consumo alimentar e diversidade na sua dieta. O projeto também aumentou o número de associações de pequenos agricultores com conhecimentos jurídicos, o número de mulheres participantes e o envolvimento em processos dos mercados locais. Para além disso, foram tomadas medidas para avaliar os indicadores de estado nutricional. Observou-se uma diminuição significativa da subnutrição crónica moderada, crónica grave e crónica aguda.

Com a ajuda desta iniciativa, dois dos resultados-chave atingidos incluem: produção de colheitas e diversificação de dieta, e promoção de uma política de igualdade de género no âmbito das associações para aumentar a participação de mulheres no ambiente social e comunitário.

Os aspetos inovadores deste intercâmbio Sul-Sul e o apoio de ONG locais contribuiu para o sucesso do projeto, uma vez que as atividades foram coordenadas com as associações para apoiar o marketing e a comercialização de sementes bio fortificadas. A iniciativa adotou ainda uma abordagem eficiente em termos de custos e foi bem-sucedida na mobilização de recursos humanos e interesse políticos em ambos os países.

Em termos de sustentabilidade a longo prazo, registou-se um progresso considerável na Guatemala e nas Honduras. Nas Honduras, desenvolveram-se novos acordos entre as cooperativas de pequenos agricultores (CAC) e as entidades municipais que poderiam contribuir para a personalidade jurídica e para a capacidade de gestão já existentes das CAC. Também tem havido alianças colaborativas com parceiros como, por exemplo, a Universidade Autónoma Nacional das Honduras. Na Guatemala, criou-se a Rede de Organizações para a Segurança Alimentar (OPA).

Os resultados concretos atingidos durante o projeto aumentaram a motivação e o interesse entre governos, comunidades, parceiros e o PAM para continuar ações complementares em áreas similares e alargar esta experiência a outras regiões. No entanto, deverá ter-se em conta o seguinte antes de propor o projeto noutra país desenvolvido: deverá estar envolvido um nível mínimo de agricultores “organizados” para assegurar a replicabilidade noutras regiões e países e o governo nacional deverá concordar, e as academias técnicas devem apoiar, a introdução de grãos bio fortificados.

Contacto:

Camilo Luco, Agência Chilena para a Cooperação Internacional, cluco@agci.gob.cl

Carla Melillo, INDAP Chile, cmelillo@indap.cl

Carola Kenngott, Ponto Focal da Cooperação Sul-Sul, PAM, carola.kenngott@wfp.org

Maria Pino, Escritório Regional do PAM para a América Latina, maria.pino@wfp.org

Irma Palma, PAM Guatemala, irma.palma@wfp.org

Francisco Salinas, PAM Honduras, francisco.salinas@wfp.org

Nome do projeto: Iniciativa Aquisições para o Progresso (P4P)

Países/Regiões: Chile, Guatemala, Honduras

Proposto por: Programa Alimentar Mundial (PAM)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.1, 2.2, 2.3, 2.4

Apoiado por: Governo do Chile (através da Agência Chilena para a Cooperação e Desenvolvimento Internacional - AGCID e do Instituto de Desenvolvimento Agrícola - INDAP).

Entidades implementadoras: Governo da Guatemala: Ministério da Agricultura, Gado e Alimentação (MAGA), Instituto de Ciência e Tecnologia Agrícola (ICTA); Governo das Honduras: Secretariado da Agricultura e Gado (SAG), Direção da Ciência e Tecnologia Agrícola (DICTA) e PAM.

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2016 - 2017

URL da iniciativa: goo.gl/47cqzp; goo.gl/dRW2Vx



Aprendizagem Regional Entre Pares sobre a Fortificação do Arroz

Atrair investimentos em segurança alimentar e nutrição no Sri Lanka e promover a educação nutricional

Desafio

Apesar de as políticas de cuidados de saúde universais e de educação gratuita do Sri Lanka das últimas décadas terem ajudado a atingir a maioria dos objetivos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em 2015, a subnutrição e as deficiências de micronutrientes continuaram a ser obstáculos para atingir outros objetivos de segurança alimentar.¹ As deficiências de micronutrientes (DMN), também conhecidas como “fome oculta”, referem-se a um nível inadequado de vitaminas e sais minerais no organismo e continuam a ser amplamente prevalentes no Sri Lanka como resultado de uma alimentação inadequada ou de uma má absorção por parte do organismo.

Rumo a uma Solução

Para abordar este desafio, o Programa Alimentar Mundial (PAM) está a trabalhar com o Governo do Sri Lanka para eliminar a fome oculta. A fortificação alimentar é uma das abordagens que está a ser adotada e promovida como forma eficiente em termos de custos para abordar as deficiências de micronutrientes. Muitos países exigem agora, por lei, que certos alimentos sejam fortificados com algumas vitaminas e sais minerais.²

Foi implementado, entre 2015 e 2017, um programa conjunto entre o PAM e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Expandir a Nutrição através de uma Abordagem Multissetorial. Os dois principais objetivos do programa foram melhorar a eficiência e a eficácia dos investimentos do governo em termos de nutrição e segurança alimentar e promover a educação alimentar entre crianças em idade escolar e professores para atingir uma mudança de atitude e de comportamento.

O PAM apoiou o Governo do Sri Lanka para identificar uma utilização de alimentos fortificados, eficiente e eficaz em termos de custos, para abordar as deficiências de micronutrientes existente. Uma vez que o arroz é o principal alimento no Sri Lanka, o PAM está em processo de fornecimento de assistência técnica ao Governo do Sri Lanka para determinar o potencial de expansão da sua fortificação no país. Devido ao elevado consumo de arroz (300 gm/pp/dia) no Sri Lanka, o arroz fortificado proporciona um enorme potencial em termos de redução da anemia e outras deficiências de micronutrientes.

O PAM Sri Lanka deu apoio técnico e financeiro ao Ministério da Saúde do Sri Lanka para implementar um mapa nacional para a fortificação de arroz que foi desenvolvido em 2015. Com base no conhecimento existente nesta área, a nível nacional, o Grupo de Aconselhamento Técnico do Ministério da Saúde identificou intercâmbios regionais de conhecimento sobre alimentação e fortificação de arroz como um dos principais mecanismos que podem beneficiar o Sri Lanka.

Para facilitar a discussão nacional e a partilha regional, o PAM, em parceria com a Iniciativa Fortificação Alimentar, apoiou o Ministério da Saúde do país na realização de um workshop sobre fortificação alimentar em 2017. Este workshop reuniu mais de 100 participantes de diferentes setores, incluindo participantes da Índia (representantes do Governo do estado de Odisha e do governo nacional) e pessoal do PAM Bangladeche. Os resultados-chave incluíram a implementação da fortificação voluntária de arroz e o reforço da defesa da distribuição de arroz fortificado através dos sistemas da rede de segurança social nacional.

¹ UNESCAP, ADB e PNUD (2015). Relatório ODM regional Ásia-Pacífico (2014/2015). Banguete - Tailândia.

² Bezanson K, Isenman P. Scaling Up Nutrition – A framework for action. Food Nutr Bull 2010; 31: 178 – 86.



@ PAM

O workshop inspirou ainda um intercâmbio Sul-Sul de conhecimentos sobre fortificação de arroz no Bangladesh, Índia e Sri Lanka. O PAM Bangladesh organizou uma visita de partilha de experiências para a equipa do Butão e do Sri Lanka aprender mais com a iniciativa de fortificação de arroz do Bangladesh. O foco principal da missão foi os participantes compreenderem os processos de produção de sementes e arroz fortificado no Bangladesh. Para tal, o PAM Sri Lanka facilitou a visita do Diretor-Adjunto da Comissão Nacional de Promoção Alimentar (CNPA) sob a égide do Ministério da Agricultura do Sri Lanka, uma entidade que recebeu apoio do PAM para o estabelecimento de uma instalação de mistura de arroz fortificado no Sri Lanka, juntamente com o responsável pela nutrição do PAM Sri Lanka.

Este intercâmbio Sul-Sul ajudou os delegados do Sri Lanka a compreenderem a política nacional e o quadro regulamentar adotado pelo Governo do Bangladesh de modo a criar um ambiente promissor ao aumento da fortificação de arroz e a ser inspirado pelo envolvimento do setor privado na produção de arroz e de grãos fortificados. Vários intercâmbios com as autoridades do Governo do Bangladesh, parceiros do setor privado e a equipa do PAM relevaram o progresso revolucionário do Bangladesh em termos de fortificação de arroz. O envolvimento do setor privado foi uma das conclusões-chave e a Comissão Nacional de Promoção Alimentar irá agora organizar um fórum de defesa com o setor privado para identificar oportunidades de comercialização de arroz fortificado.

Após a visita ao Bangladesh organizou-se outro intercâmbio entre países. Uma delegação do Sri Lanka, incluindo 18 membros de vários ministérios, universidades e pessoal do PAM, visitaram Deli, na Índia. Encontraram-se com o Escritório de País do PAM Índia e com a Autoridade de Segurança e Normas Alimentares da Índia (Food Safety and Standards Authority of India, FSSAI) e aprenderam mais sobre os mecanismos adotados pela Índia para estabelecer diretrizes e normas de fortificação alimentar.

Este intercâmbio Sul-Sul forneceu aos delegados do Sri Lanka ideias concretas sobre como abordar, de forma adequada, a iniciativa dentro do seu contexto. Esta defesa baseou-se num forte compromisso do Governo da Índia e na sua compreensão da fortificação alimentar como adição de valor eficiente em termos de custos para abordar as deficiências de micronutrientes.

No Sri Lanka, a utilização de programas da rede de segurança social está atualmente a ser revista com vista a lançar a expansão da fortificação de arroz. A experiência do Bangladesh e da Índia no estabelecimento de normas e na utilização de redes de segurança social para a fortificação de arroz inspirou o Sri Lanka para criar o seu próprio programa.

Como resultado dos intercâmbios regionais do Sri Lanka com o Bangladesh e a Índia, o Ministério da Saúde do Sri Lanka irá enviar um memorando para obter a aprovação do gabinete para a utilização de arroz fortificado no programa da rede de segurança social nacional como, por exemplo, programas de refeições escolares. A isto seguir-se-á o estabelecimento de normas e regulamentos nacionais para o arroz fortificado e de medidas no sentido de estabelecer uma Rede Empresarial SUN que irá também ajudar a criar um contexto de apoio.

Para replicar esta boa prática, fatores como a paisagem para a introdução de arroz fortificado no país e o interesse e o compromisso do governo deverão ser avaliados antes do planeamento do referido intercâmbio. Apesar de o contexto de cada país variar, é crucial compreender o ponto de partida dentro do país e ter um objetivo claro para o intercâmbio. Por exemplo, os contextos na Índia e no Sri Lanka para a implementação de arroz fortificado diferem significativamente. No entanto, existem temas comuns como, por exemplo, o interesse na definição de normas e regulamentos face à fortificação voluntária, e ainda um interesse na utilização de alimentos fortificados no âmbito do programa nacional de rede de segurança social.

Contacto:

Saman Kalupahana, Diretor do Política do Programa, PAM Sri Lanka, Saman.kalupahana@wfp.org

Anusara Singhkumarwong, Nutricionista, PAM Sri Lanka, Anusara.Singhkumarwong@wfp.org

Nome do projeto: Fortificação de arroz

Países/Regiões: Bangladesh, Índia, Sri Lanka

Proposto por: Programa Alimentar Mundial (PAM)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.1, 2.2, 17.6, 17.9

Apoiado por: Governo de Espanha através de ODS - Fundos

Entidades implementadoras: PAM

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2015 - 2017

URL da iniciativa: N/D

Projeto de Cooperação Piloto Austrália - China - Papua Nova Guiné sobre o Projeto para o Controlo da Malária (Projeto Malária Trilateral)

3 SAÚDE DE QUALIDADE



Uma parceria trilateral inovadora para reforçar o diagnóstico da malária na Papua Nova Guiné

Desafio

Conseguir a eliminação da malária até 2030 exige parcerias transfronteiriças e regionais para combater esta doença mortal, mas que se pode prevenir. Na Região do Pacífico Ocidental, a Papua Nova Guiné (PNG) contribui com 75% dos casos de malária. Quase 95% da população de 8 milhões da PNG vive em áreas de alto risco para a transmissão da malária. Na última década, a PNG fez um progresso impressionante na redução dos casos de malária, mas existe ainda muito a fazer. Um terço dos casos de malária suspeitos na PNG não recebem um teste parasitológico, levando a um tratamento incorreto e a um desperdício de medicamentos e ao aumento do risco de resistência aos medicamentos. Os sistemas de vigilância nacional devem ser reforçados para gerar dados viáveis.

Rumo a uma Solução

Através da Cooperação Piloto Austrália - China - Papua Nova Guiné Projeto para o Controlo da Malária, o Governo da PNG está a trabalhar em colaboração com os Governos da China e da Austrália para reforçar a certificação de qualidade no sistema laboratorial da PNG e realização de atividades de investigação operacional para informar as intervenções nacionais de controlo da malária. O projeto utiliza o financiamento de ajuda australiano e mobiliza a especialização técnica em espécie (especialistas de laboratório, investigadores científicos e profissionais de saúde) dos três países com vista a apoiar o plano nacional da malária do Governo da PNG.

O projeto contribui para atingir o ODS 3 (saúde e bem-estar) na PNG através do reforço da deteção precoce e adequada (e tratamento) de casos de malária suspeitos. Os três países são apoiantes-chave dos esforços globais para a alcançar a eliminação da malária até 2030.

O projeto também tem um objetivo de parceria explícita: criar uma cooperação eficiente no seio dos Governos da PNG, China e Austrália na realização do projeto. O modelo coloca o ODS 17 em prática (reforço da implementação de uma parceria global) fornecendo um enquadramento de parceria com base nos princípios da tomada de decisões partilhada, benefícios mútuos, contribuição de recursos conjuntos, transparência e responsabilidade partilhada. Como resultado, cada país beneficia da troca de conhecimentos mútua e desenvolvimento de competências no seio das instituições participantes .

Dois anos após a implementação ção, o projeto conseguiu concretizações técnicas substanciais. De facto, uma Revisão de Médio Prazo independente concluiu que, em resultado do apoio do projeto, **a PNG aumentou substancialmente a qualidade do diagnóstico da malária e melhorou a sua capacidade de disponibilizar funções de laboratório de referência nacional. O projetou apoiou cientistas da PNG, China e Austrália na formação conjunta de mais de 300 profissionais de saúde, cientistas de laboratório e investigadores no seio dos serviços de saúde da PNG.** Vinte e um novos microscopistas de malária avaliados pela OMS estão agora certificados para detetarem, de forma eficiente, a malária e darem formação e supervisionarem laboratórios de nível inferior. Isto duplica a cobertura de microscopistas certificados no seio das 22 províncias da PNG de 30% em 2015 para 60% em 2017. Ao estabelecer uma técnica de diagnóstico molecular altamente sensível no Laboratório Central de Saúde Pública da PNG, cientistas chineses apoiaram a criação do primeiro banco nacional de malária da PNG. Assim, os microscopistas da PNG conseguem agora formar outro pessoal para detetarem corretamente as espécies e a densidade da infeção da malária.

17 PARCERIAS PELAS METAS



© Sarah Maccana

O projeto apoia o Instituto de Investigação Médica da PNG (IMR) na operação de quatro locais de vigilância sentinela da malária representativos em termos regionais, fornecendo dados longitudinais sobre a incidência da malária para informar intervenções de controlo da malária direcionada. Desde o início do projeto, os dados de vigilância revelaram que a taxa de declínio da transmissão desacelerou, alertando os decisores políticos e do programa para a necessidade de renovar compromissos para intervenções-chave para o controlo da malária. O IMR da PNG trabalhou ainda com colaboradores chineses e australianos de modo a realizar ensaios e a avaliar diferentes tipos de testes rápidos para o diagnóstico da malária. Também desenvolveu investigação na despistagem de causas de não malária de doença febril para melhorar a capacidade dos profissionais de saúde de fornecerem o diagnóstico diferencial para doença febril e reduzir as taxas de práticas de tratamento presuntivo para a malária.

O projeto utiliza uma abordagem de parceria internacionalmente reconhecida na qual os parceiros identificam um objetivo comum; reconhecem interesses individuais e partilhados; co-criam atividades, processos e soluções empresariais; partilham riscos e benefícios; comprometem-se com responsabilidade mútua e adotam uma abordagem de princípios para trabalharem em conjunto.¹ Quando da sua conceção, os três governos criaram uma Unidade de Gestão de Projeto (com pessoal localizado na PNG e na China) para apoiar as respetivas instituições para estabelecer e implementar este projeto colaborativamente. A Revisão de Médio Prazo independente do projeto concluiu que “a abordagem de parceria foi um motivo muito relevante para a eficiência do projeto trilateral tanto em termos dos objetivos técnicos como dos objetivos de cooperação.”

A abordagem de parceria permitiu que o projeto utilizasse uma metodologia de resolução de problemas adaptada localmente e interativa. Isto envolve reunir as pessoas certas, os que entendem o contexto local e os que têm os conhecimentos técnicos necessários, num espaço operativo flexível onde as pessoas conseguem trabalhar juntas para diagnosticar e resolver problemas, aprender lições e adaptá-las a novos desafios. No decurso do projeto, cientistas e investigadores da PNG basearam-se no seu conhecimento e especialização locais para identificar as prioridades-chave para apoiar e para se aproximar dos parceiros chineses e australianos com vista a contribuir para trabalhar no planeamento de atividades de acordo com as suas áreas de especialização específicas. O modelo alavanca, de forma bem-sucedida, a vantagem comparativa de cada parceiro.

Contacto:

Lulu Huang, Projeto Malária Trilateral , China, llhuang@nipd.chinacdc.cn

Nome do projeto: Cooperação Piloto Austrália - China - Papua Nova Guiné no Projeto para o Controlo da Malária

Países/Regiões: Austrália, China, Papua Nova Guiné

Proposto por: Governos da Austrália, China e Papua Nova Guiné,

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3.3, 3.d, 17.3, 17.9, 17.16

Apoiado por: Governos da Austrália, China e Papua Nova Guiné

Entidades implementadoras: PNG: Departamento de Monitorização e Planeamento Nacional, Departamento de Negócios Estrangeiros, Departamento Nacional de Saúde, Laboratório Central de Saúde Pública, Instituto de Investigação Médica; China: Ministério do Comércio, Comissão Nacional de Saúde, Instituto Nacional de Doenças Parasitárias (Centro Chinês para o Controlo e a Prevenção de Doenças); Austrália: Departamento de Negócios Estrangeiros e Comércio, Instituto de Doenças Infecciosas e Força de Defesa Australiana contra a Malária, Instituto Burnet, Instituto Walter e Eliza Hall, Universidades

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2016 - 2018

URL da iniciativa: <http://www.trilateralmalariaproject.org/>

¹ Esta metodologia de parcerias baseia-se em cinco princípios-chave: diversidade, equidade, abertura, benefício mútuo e coragem. Para mais detalhes, consultar Tennyson, R. (2005) "The Brokering Guidebook. Navigating effective sustainable development partnerships", Fórum Internacional de Líderes Empresariais.



Método Mãe Canguru

Diminuir a mortalidade neonatal e melhorar a qualidade de vida de bebês com baixo peso ao nascer

Desafio

Todos os anos, cinco milhões de crianças morrem durante o período neonatal em todo o mundo. Mais de 40% dessas mortes devem-se a causas relacionadas com baixo peso ao nascer (BPN) (menos de 2.500 g) e/ou prematuridade (nascidos antes das 37 semanas). Representam 10 a 12% (15 milhões) de todos os nados-vivos no mundo. É provável que isto cause 60% das doenças detetáveis nas crianças nos primeiros anos de vida. Noventa por cento destas crianças nascem em países do Sul.

Rumo a uma Solução

Para abordar este desafio, em 1978, o Dr. E. Rey Sanabria desenvolveu o método mãe canguru na Colômbia (KMC) que é promovido pela Fundação Mãe Canguru Bogotá. O objetivo é reduzir a mortalidade neonatal e melhorar a qualidade de vida das crianças prematuras. Desde 1989, a Fundação Mãe Canguru Bogotá realizou avaliações científicas do MMC e disseminou os resultados para demonstrar a sua eficácia.

O MMC é um método de cuidados alternativos para crianças prematuras que complementa os cuidados neonatais tradicionais. Diminui a mortalidade infantil e neonatal, humaniza os cuidados neonatais, melhora a qualidade de vida das crianças e das famílias, melhora a utilização de recursos humanos e técnicos e reduz os custos dos cuidados.

O MMC dirige-se a bebês pré-termo (menos de 37 semanas de idade gestacional ao nascer) e/ou crianças com baixo peso ao nascer (BPN) (menos de 2.500 g ao nascer) assim que estiverem estabilizadas e adaptadas à vida extra-uterina. O MMC tem três componentes principais: (i) a posição canguru ou o contacto pele-com-pele entre mãe e bebê iniciada assim que possível e durante o maior período de tempo possível; (ii) nutrição canguru (NC) com base na amamentação exclusiva sempre que possível e (iii) políticas de alta canguru. Estas políticas envolvem a alta antecipada na posição canguru em casa ou na enfermaria MMMC, dependendo do contexto, com duas visitas de acompanhamento: um acompanhamento canguru, até 40 semanas de idade gestacional e um acompanhamento de alto risco, até, pelo menos, um ano da idade corrigida.

A experiência com intercâmbio de conhecimentos demonstrou que a cooperação Sul-Sul é a forma mais adequada de transferir esta tecnologia. A Fundação Canguru utiliza uma formação de formadores de 15 dias para assegurar o intercâmbio de conhecimentos. Isto inclui ainda uma visita ao país recetor para assegurar o lançamento de um programa mãe canguru (PMC). Assim, mais de 70 equipas de 35 países, incluindo Equador, Gana, Quênia e República Bolivariana da Venezuela vieram à Colômbia¹ e a equipa colombiana foi aos Camarões para apoiar a formação regional.² Estas equipas compostas por um pediatra, enfermeiro e psicólogo observam o trabalho diário da unidade neonatal e a consulta de acompanhamento canguru em ambulatório para crianças prematuras e BPN que frequentam o Programa Método Mãe Canguru (PMMC).

¹ As visitas realizadas pelo Equador, Gana, Quênia e Venezuela foram apoiadas pela APC – Colômbia.

² A experiência dos Camarões foi realizada com base numa cooperação triangular financiada pela Grand Challenges Canada (GCC). Nos Camarões, uma equipa de especialistas viajou da Colômbia para Douala para apoiar o centro de excelência em KMCP nas suas primeiras sessões de formação regional. Três criaram um KMCP em funcionamento. Gana, Quênia e Venezuela têm o seu próprio KMCP.



© Fundacion Canguru

Os Camarões são um exemplo de resultados que podem ser atingidos: **Em 2016, a mortalidade neonatal diminuiu 35%. Para além disso, os aumentos de peso permaneceram adequados até os bebés atingirem as 40 semanas de idade gestacional. Para além disso, aumentou a amamentação exclusiva (em 85% sem malnutrição) e mais de 80% dos doentes frequentaram o PMMC para atividades de acompanhamento em ambulatório.** Esta intervenção tornou possível determinar o número de crianças com desenvolvimento psicomotor e neurológico anormal o que permitiu intervenções atempadas. Finalmente, o programa conseguiu determinar quantos doentes abandonaram o PMMC 50%/ano) e foi possível, então, criar políticas para aumentar a adesão.

O PMMC é inovador. Este programa alterou da prática de enfermagem e os hospitais com e sem unidades neonatais modificaram o acompanhamento destas crianças, independentemente da raça ou do local de nascimento. O programa criou unidades centralizadas para acompanhamento multidisciplinar e presta os cuidados mínimos de que estas crianças necessitam. Apesar destes benefícios, continua a haver resistência, sendo que é importante envolver as autoridades de saúde. Adicionalmente, o facto de a UNICEF, da OMS e várias ONG, como por exemplo, a USAIDS e a Fundação Bill e Melinda Gates apoiarem o PMMC ajuda a chamar a atenção.

O custo da criação de um PMMC é inferior aos dias extra que uma criança prematura/BPC deverá permanecer na unidade neonatal a aguardar o aumento de peso. Na Colômbia, o custo do pacote de acompanhamento canguru, que inclui todas as atividades até ao primeiro ano do bebé, é equivalente a três dias na unidade neonatal. A implementação adequada de um PMMC em qualquer hospital em qualquer país gera poupanças de aproximadamente 10 dias de hospitalização por criança. Um PMMC poupa fundos que podem ser investidos em alta tecnologia para unidades neonatais para servir doentes mais críticos.

A Fundação Canguru tornou isto possível promovendo um sistema de acreditação que controla a qualidade de todos os componentes do PMMC, a capacidade do programa para demonstrar os resultados de acompanhamento e a criação de centros de formação e centros de transferência PMMC. A Colômbia já tem 52 PMMC em funcionamento, 35 dos quais em hospitais regionais e seguem todas as diretrizes obrigatórias publicadas pelo Ministério da Saúde.

Isto confirma que o MMC pode ser incorporado na prática de neonatologia em países de baixo e médio rendimento e que os ministérios da saúde conseguem integrá-lo nas suas políticas³, como por exemplo, fizeram o Brasil, os Camarões, a República Dominicana, o Haiti, o Mali e a África do Sul. A única forma de replicar o MMC é expor os profissionais de saúde a um PMMC a funcionar corretamente. A Fundação Canguru criou, assim, um programa de formação com uma metodologia especial que permite que equipas hospitalares partilhem conhecimentos que adquiriram nos centros de excelência MMC. A Fundação monitoriza também os resultados da prática desenvolvida pelos centros de excelência para assegurar melhorias na prática canguru.

Contacto:

Nathalie Charpak, ncharpak@gmail.com

Nome do projeto: Método Mãe Canguru

Países/Regiões: Camarões, Equador, Gana, Quênia e República Bolivariana da Venezuela

Proposto por: APC – Colômbia, Fundação Mãe Canguru Bogotá.

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.1, 2.2, 3.2

Apoiado por: APC – Colombia and Grand Challenge Canada for Cameroon (GCC)

Entidades implementadoras: Fundação Canguru

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 1994 - presente

URL da iniciativa: <http://fundacioncanguru.co>

³ Por exemplo, na Colômbia, as seguradoras de saúde pública e privada pagam por um "pacote canguru" que cobre os cuidados até ao ano de vida. Isto permite atingir uma sustentabilidade a longo prazo.

Manual de Saúde Materno-Infantil na Indonésia

Melhorar os conhecimentos e os serviços de saúde materno-infantil

Desafio

Em geral, as mulheres em países desenvolvidos, especialmente em aldeias remotas, não estão bem informadas quanto à saúde materno-infantil (SMI) e não dispõem de ferramentas para registrar a sua saúde. Esta falta de conhecimentos sobre questões de SMI levou a um elevado risco de mortalidade infantil e materna.

Rumo a uma Solução

Para abordar o desafio acima mencionado, em 1994, o Governo da Indonésia desenvolveu um manual de Saúde Infantil e Materna inspirado por uma prática similar no Japão, como uma ferramenta para informar os pais sobre cuidados infantis e melhorar a qualidade dos serviços de cuidados de saúde. O Manual dá informações úteis para grávidas e pais recentes, incluindo ilustrações e figuras para os que não sabem ler. Também dá informações sobre serviços de planeamento familiar, vacinação, nutrição, desenvolvimento e crescimento infantil, anomalias congénitas, alimentação de bebés e crianças pequenas (ABCP), proteção infantil e um guia parental para crianças portadoras de deficiência. Há espaço para um registo de saúde da gravidez, parto, vacinação e crescimento da criança com vista a promover a comunicação entre as mães e os profissionais de saúde e melhorar a qualidade dos serviços. Desde 2016 que todas as províncias da Indonésia utilizam o Manual. Em geral, a sua utilização na Indonésia contribuiu para melhorar a saúde das mães e das crianças.

A partir das boas práticas na adaptação do Manual SMI, o Governo da Indonésia e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) chegaram a um acordo para disponibilizar cursos a outros países em desenvolvimento com desafios idênticos para aprenderem mais sobre questões técnicas relativas à implementação do Manual SMI nas suas comunidades. Isto inclui a criação de aulas de gravidez e amamentação para mães, obtenção de apoio sustentável da comunidade, desenvolvimento de um centro integrado de serviços SMI e utilização diária de um Manual de SMI.

O curso irá servir como uma plataforma para partilhar experiências sobre os serviços de SMI em cada país e para discutir estratégias para expandir e adaptar o Manual de SMI através de uma participação de várias partes interessadas, quer com governos locais ou em colaboração com outros programas e setores. O curso irá permitir que os participantes maximizem a utilização e o âmbito do impacto de um manual idêntico para reduzir as taxas de mortalidade materna e melhorar a saúde infantil. **O projeto é um exemplo de como uma parceria pode contribuir tanto para a saúde da criança e da mãe como para o empoderamento das mulheres dentro da comunidade, especialmente relativamente à saúde reprodutiva.**

Espera-se que este curso aumente o conhecimento dos participantes, especialmente em termos de implementação de estratégias para reforçar os serviços de SMI através da utilização do Manual de SMI e para identificar abordagens com vista à obtenção do apoio do governo local, de vários setores e da comunidade.

O curso é atualmente realizado uma vez por ano num quadro de três anos (2017 – 2019) da Cooperação Técnica no seio do Programa de Países em Desenvolvimento. A Direção de Saúde Familiar, Ministério da Saúde do Governo da Indonésia foi nomeada para implementar a formação com base no quadro da cooperação de três anos (2017-2019).

3 SAÚDE DE QUALIDADE



©Governo da Indonésia

Os participantes elegíveis são responsáveis pelo programa em setores da SMI de países em desenvolvimento em África, na Ásia e no Médio Oriente, que trabalham no Programa de SMI para o Ministério da Saúde, gabinetes de saúde locais ou serviços de saúde locais. Este curso tem como objetivo partilhar conhecimentos e experiências dos responsáveis pelo serviço de SMI na implementação do Manual de SMI e o seu sucesso em cada país. Irá ainda discutir a estratégia de aumento de cobertura do serviço de SMI através da colaboração com programas relacionados.

No final deste curso, espera-se que participantes do Afeganistão, Quênia, Filipinas, Tajiquistão e Tailândia melhorem os seus conhecimentos e competências em serviços de SMI integrados utilizando o Manual de SMI, e ainda em cooperação de planeamento com programas e setores relacionados, incluindo envolvimento com o governo local, os papéis dos quadros legais, TI e a comunidade para sustentabilidade e implementação do Manual de SMI. Bangladeche, Camarões, República Democrática Popular do Laos, Myanmar, Marrocos, Palestina, Sudão, Timor-Leste, Uganda e Vietname já concluíram a formação.

Contacto:

Dr. Harry Papilaya, Direção de Saúde Familiar, Ministério da Saúde da República da Indonésia, harry.kemenkes@gmail.com



Nome do projeto: Programa de Formação de País Terceiro: Manual de Saúde Materno-Infantil

Países/Regiões: Afeganistão, Quênia, Filipinas, Tajiquistão, Tailândia, (Bangladeche, Camarões, República Democrática Popular do Laos, Marrocos, Myanmar, Palestina, Sudão, Timor-Leste, Uganda e Vietname reuniram cursos anteriores)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3.1, 3.2, 3.4, 5.6, 17.9, 17.16

Apoiado por: Governo da Indonésia, JICA

Entidades implementadoras: Ministério da Saúde da Indonésia, Ministério da Secretaria de Estado da Indonésia

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2017-2019

URL da iniciativa: N/D

Tailândia: Projeto de Desenvolvimento do Hospital da Província de Bokeo na RPD do Laos

3 SAÚDE DE QUALIDADE



Reforçar e melhorar os serviços de cuidados de saúde para mães e crianças

Desafio

Apesar do progresso significativo na melhoria da saúde pública e dos esforços encetados pelo Governo da República Democrática Popular do Laos (RPD Lao) na última década ainda existem muitos desafios. Estes incluem questões relacionadas com doenças transmissíveis, a prevalência crescente de doenças não transmissíveis, a mortalidade materna, a esperança de vida e o acesso a serviços de cuidados de saúde para grupos étnicos. Estes exigem esforços para criar serviços de cuidados de saúde mais eficientes e robustos que estejam em linha com o crescimento socioeconómico do país e com a crescente procura de saúde pública.

Rumo a uma Solução

A Tailândia acredita que ninguém deve ser deixado para trás no processo de desenvolvimento. Desde os anos 1970, a Tailândia tem vindo a trabalhar arduamente para assegurar que o desenvolvimento na Ásia se centra na sustentabilidade e na redução de disparidades regionais na medida do possível. A este respeito, a Tailândia, através da Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (Thailand International Cooperation Agency, TICA), que faz parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tem vindo a trabalhar de perto com o Governo da República Democrática Popular do Laos na área da saúde pública, área em que a Tailândia tem grandes conhecimentos através de várias formas de cooperação para o desenvolvimento.

Esta cooperação começou com uma série de formações sobre a cooperação para o desenvolvimento mais abrangente que levou ao estabelecimento do Projeto de Desenvolvimento do Hospital da Província de Bokeo em 2007. O projeto fornece o hardware que inclui a construção de um departamento de internamento (DI) e uma área de cuidados materno-infantis e equipamento médico e o software que inclui uma série de cursos de formação e formação prática para funcionários médicos do Hospital da Província de Bokeo. O objetivo foi contribuir para a melhoria dos serviços médicos e do sistema de saúde pública da República Democrática Popular do Laos.

A Fase I centrou-se na construção de um departamento de ambulatório (DA) e criar o sistema DA. Após os resultados satisfatórios da primeira fase, a Tailândia e a República Democrática Popular do Laos concordaram em reforçar a capacidade do hospital, particularmente na área da saúde materno-infantil. Isto levou à implementação da Fase II que envolveu três componentes principais: (1) a construção do DI e do edifício de cuidados materno-infantis; (2) desenvolvimento de recursos humanos na área de cuidados materno-infantis, e (3) fornecimento de equipamento médico para o DI e para os cuidados materno-infantis.

A implementação do projeto evidenciou que o sucesso depende da cooperação estreita entre os dois países. A Tailândia dá muita importância à cooperação para o desenvolvimento “participativa” e “inclusiva” “participativa”. Por outras palavras, tem em consideração o envolvimento dos parceiros durante todo o processo, desde a conceção do projeto à implementação e avaliação pós-projeto. Desde as etapas iniciais do projeto, a Tailândia e a República Democrática Popular do Laos têm vindo a trabalhar em conjunto para assegurar que o projeto é orientado pela procura. Durante a implementação, as agências do governo central e as autoridades locais em ambos os países desempenharam um papel importante na modelação, ajuste e reajuste das operações com vista a assegurar que correspondem às necessidades do hospital e das comunidades locais.

17 PARCERIAS PELAS METAS



© TICA

Para além disso, **através de uma série de cursos de formação para funcionários médicos hospitalares (dados pelo Hospital Chiangrai Prachanukroh) e formação sobre a aquisição e utilização de equipamento médico (dada pelo Hospital Somdej Phra Yupparaj Chiang Khong na Província de Chiangrai, Tailândia), as interações entre as agências locais de ambos os países reforçaram as relações de amizade entre a Tailândia e a República Democrática Popular do Laos no que diz respeito à cooperação a longo prazo.** De uma forma mais importante, o projeto ajudou a criar uma rede de gabinetes de saúde na fronteira que incluem encaminhamento efetivo, SME e transferência de conhecimento. Para além disso, a Tailândia acredita que o fornecimento de recursos humanos e o desenvolvimento de infraestruturas irá beneficiar as pessoas da província de Bokeo e os residentes das áreas mais próximas.

O Projeto de Desenvolvimento do Hospital da Província de Bokeo abriu caminho para o desenvolvimento sustentável de serviços médicos e de saúde pública na Província de Bokeo. Oferece infraestruturas sólidas para a prestação de serviços médicos na Província de Bokeo e províncias próximas e ainda um sistema de networking sistemático entre as autoridades médicas da Tailândia e da República Democrática Popular do Laos. Este sistema irá continuar a operar após o projeto terminar, assegurando, assim, a sua sustentabilidade e o sucesso a longo prazo.

O quadro de cooperação Sul-Sul permitiu que este projeto melhorasse a qualidade dos serviços de saúde pública e equipar os funcionários médicos com conhecimentos e, permitindo que as pessoas da República Democrática Popular do Laos atinjam um melhor nível de vida, conforme indicado nos ODS 3 e 17.

Contacto:

Krongkwan Traitongyoo, Conselheira, Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA),
krongkwant@mfa.go.th



Nome do projeto: Projeto de Desenvolvimento do Hospital da Província de Bokeo, Província de Bokeo, RPD do Laos
Países/Regiões: RPD do Laos, Tailândia
Proposto por: Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA) - Ministério dos Negócios Estrangeiros
Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3.1, 3.2, 3.4, 17.6, 17.9, 17.16
Apoiado por: TICA
Entidades implementadoras: TICA e Ministério da Saúde Pública do Reino da Tailândia
Estado do projeto: Concluído
Período do projeto: 2015 - 2018
URL da iniciativa: N/D



Banco de Preços de Medicamentos para a União de Nações Sul-Americanas

Reforçar o poder de negociação dos Governos para obtenção de melhores preços de medicamentos

Desafio

Governos de todos os países enfrentam o crescente impacto económico causado pelo aumento dos custos dos medicamentos, especialmente os de uma única fonte e outras tecnologias na área da saúde. É sabido que, para uma gestão de saúde adequada, o acesso a informações de qualidade é essencial para reforçar a tomada de decisão quanto à utilização racional e à gestão de medicamentos e, sempre que adequado, o controlo ou a regulação dos preços para a aplicação mais eficiente de recursos. O acesso a informações sobre preços negociados para medicamentos e outros produtos de saúde que são adquiridos por partes interessadas do sistema de saúde com fundos públicos é uma ferramenta importante neste processo.

Estes registos, particularmente informações relativas a preços de medicamentos, são úteis para garantir a transparência de processos de gestão pública e assegurar que os recursos públicos são alocados de forma eficiente. São também úteis em termos de promoção de uma rede internacional de partilha de informações que reforça a posição de negociação dos diretores de compras e dos pagadores públicos/financiadores fornecendo dados sobre os preços que as empresas farmacêuticas propõem em diferentes circunstâncias e em pontos diferentes da cadeia de valor.

Rumo a uma Solução

Para abordar este desafio, o Grupo Técnico de Acesso Universal a Medicamentos (Group on Universal Access to Medicines, GAUMU) da União das Nações da América do Sul (UNASUL), com o apoio do Instituto Sul Americano de Governança da Saúde (ISAGS), desenvolveu uma iniciativa que tem como objetivo reforçar a capacidade de negociação no seio dos decisores responsáveis pela aquisição de medicamentos utilizando fundos públicos. A iniciativa também serve como uma ferramenta informativa que fornece preços de aquisição na região como ponto de referência. A ideia é partilhar informações sobre os preços que cada país paga para os medicamentos selecionados para que os países possam reforçar a sua posição de negociação com a indústria. O Banco de Preços de Medicamentos da UNASUL (BPMU) irá, assim, reforçar o poder de negociação dos Estados e a capacidade de negociar preços de medicamentos mais favoráveis.

Como parte do movimento no sentido de uma política de medicamentos adequada, desde 2012, as nações da UNASUL comprometeram-se a criar uma base de dados com os preços dos medicamentos adquiridos publicamente em todos os países da região como estratégia de negociação. O objetivo do BPUM é, assim, reforçar a capacidade de gestão das partes interessadas do sistema de saúde responsáveis por produzir medicamentos e gestão de recursos públicos e a capacidade das autoridades competentes para fazer cumprir os controlos de preço (sempre que aplicável). Isto deve ser atingido através de um sistema informático com informações sobre os preços de aquisição de medicamentos e dados relacionados nos Estados-Membros da UNASUL. O BPMU é um reservatório de informações sobre preços obtidos pelos países UNASUL através da negociação do governo, aquisição e/ou contactos com empresas farmacêuticas. Os governos fornecem as informações periodicamente com base nas definições comuns previamente acordadas.

Uma boa governação, mecanismos de responsabilidade fortes e concretos e maior transparência são impulsores-chave da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável. Diferentes mecanismos de responsabilidade e níveis de transparência são importantes



para garantir uma política coerente nas áreas de direitos humanos, comércio, propriedade intelectual e saúde pública. De facto, para ganhar um retorno justo do investimento público, as partes interessadas do governo e os fornecedores de financiamento público necessitam de informações claras sobre os custos de inovação e a introdução de tecnologias de saúde específicas no mercado. Existem algumas bases de dados públicas de preços de medicamentos, vacinas e dispositivos médicos; são geralmente referenciadas às de organizações multilaterais ou organizações da sociedade civil. No entanto, abordam condições muito específicas e não refletem necessariamente informações reais e corretas. A aquisição pública é um mecanismo que algumas regiões implementaram para enfrentar o poder económico da indústria farmacêutica.

Os principais passos metodológicos do projeto envolvem:

- identificação de iniciativas nacionais e regionais similares, pontos fortes e pontos fracos;
- identificação de oportunidades para coordenar com outras iniciativas regionais;
- desenvolvimento de apresentações e análises da legislação de aquisição nacional (por partes interessadas do sistema de saúde pública);
- realização de discussões sobre como organizar as listagens;
- realização de estudos da legislação relevante de cada país envolvido relacionados com políticas e aquisições de medicamentos (por partes interessadas dos sistemas);
- avaliação das informações necessárias para os países registarem no Sistema do Banco de Preços de Medicamentos da UNASUL;
- avaliação da lista dos medicamentos de interesse dos países e a padronização das descrições de produtos;
- obtenção da aprovação das alterações realizadas no sistema; e
- dar formação aos utilizadores.

Até à data, 10 países registaram compras de 30 medicamentos e sete vacinas e um total de 313 aquisições entre 2011 e 2015 foram registadas. O país coordenador GAUMU gere agora a plataforma.

O desenvolvimento deste projeto promoveu uma interação ativa entre entidades tecnológicas regionais administradas pelo Secretariado-Geral da UNASUL, países membros GAUMU, e ainda os gestores do setor público dos Estados UNASUL de aquisição e financiamento de medicamentos.

Como resultado desta interação, a BPMU tornou-se um facilitador estratégico para o bloco. Para além disso, a sua consolidação permite o diálogo com outros órgãos regionais como, por exemplo, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a Organização de Saúde Andina (Organismo Andino de Salud – Convenio Hipólito Unanue (ORA/CONHU)) e a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS). A principal vantagem deste projeto é o facto de poder ser utilizado como referência para outras regiões para lidar com compromissos de transparência e políticas de aquisição pública de medicamentos.

Contacto:

Carina Vance, Diretora Executiva, ISAGS – UNASUR, isags@isags-unasur.org, carinavance@isags-unasur.org

Nome do projeto: Banco de Preços de Medicamentos da UNASUL

Países/Regiões: Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, República Bolivariana da Venezuela

Proposto por: ISAGS UNASUR

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3.8, 17.6, 17.16

Apoiado por: ISAGS e GAUMU (Grupo Técnico de Acesso Universal a Medicamentos da UNASUL)

Entidades implementadoras: GAUMU

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2015 -2017

URL da iniciativa: goo.gl/763453

Plano de Assistência Técnica Regional: Região UNASUL Livre de Cancro do Colo do Útero



Reduzir as taxas de incidência e eliminar a mortalidade devido a tumores causados pelo vírus do papiloma humano na América do Sul

Desafio

Onze por cento das mortes devido a cancro do colo do útero a nível mundial ocorrem na América Latina (mais de 28 000 mortes por ano), sendo que é o segundo tumor mais diagnosticado entre as mulheres. Setenta por cento das mortes na América Latina ocorrem na América do Sul, uma região onde se concentram os países com a mais elevada taxa de mortalidade (20.000 mortes/ano; Fonte: IARC's Globocan 2012).

O cancro do colo do útero é uma doença erradicável. É por esta razão que as autoridades de saúde na América Latina se devem comprometer com a diminuição da incidência e a prevenção de mortes desnecessárias devido à doença na região e apoio para a concretização do ODS Meta 3.4.

Um estudo realizado pela rede de Instituições e Institutos Nacionais de Cancro da América Latina (RINC) em vários países da região demonstrou uma heterogeneidade considerável em termos de programas organizados, das tecnologias utilizadas e das populações-alvo. No entanto, estes programas são também caracterizados pela cobertura precária, pela baixa qualidade e prestação limitada dos serviços envolvidos. Em geral, os países enfrentam problemas relacionados com o acesso à despistagem, com longas listas de espera, baixa cobertura da população-alvo, despistagem limitada de mulheres jovens de baixo risco e falta de diagnóstico e tratamento de casos positivos.

Rumo a uma Solução

Nas décadas recentes, como resultado de avanços científicos e tecnológicos, a vacina do vírus do papiloma humano (HPV) surgiu como uma estratégia de prevenção primária, o teste HPV como estratégia de prevenção secundária e o aparecimento de tecnologias de baixo custo, particularmente inspeção visual com ácido acético e iodo Lugol. Estas tecnologias são particularmente adequadas para áreas e populações com acesso muito limitado a serviços de saúde.

A disponibilidade desta tecnologia oferece à América Latina uma oportunidade para eliminar o cancro do colo do útero na região. A este respeito, o Conselho de Saúde da América do Sul (South American Health Council, SAHC) da União das Nações Sul Americanas (UNASUL) trabalhou com a RINC para desenvolver um plano de assistência técnica de cinco anos para países da região com o apoio do Instituto Sul Americano do Governo na Saúde (ISAGS) com vista a controlar o crescimento em novos casos e prevenir mortes evitáveis devido a cancro do colo do útero na região. O plano foi desenvolvido com base num mandato do Conselho de Ministros da Saúde da UNASUL, com fundos do Fundo de Iniciativas Comuns da UNASUL. O plano foi criado em 2016 e 2017 por especialistas da região, em colaboração com a Agência Internacional para Investigação sobre o Cancro (IARC), a OPAS/OMS, a União para o Controlo Internacional do Cancro (International Cancer Control, UICC) e outras instituições internacionais e regionais líderes.

Centra-se na transferência transnacional de boas práticas relativamente aos nove componentes que constituem as áreas de trabalho prioritárias desenvolvidas para atingir os objetivos de despistagem, diagnóstico e tratamento de lesões pré-cancerosas e cancro e vacinação de meninas contra o HPV. Uma plataforma baseada na internet para assistência técnica (PlaTeAT) está a ser criada para apoiar e reforçar as atividades propostas em cada um dos nove componentes. Esta ferramenta procura melhorar as práticas profissionais, a qualidade dos dados e o acesso à informação, encorajar o intercâmbio constante entre todos os envolvidos no sistema de saúde, incluindo decisores, médicos, coordenadores e profissionais de saúde.



© ISAG – UNASUL

O Plano levou a acordos bilaterais como, por exemplo, o acordo entre dois Estados-Membros RINC, a Argentina e o Estado Plurinacional da Bolívia. Também foi reconhecido pela OPAS como uma ferramenta importante e estratégica no contexto do seu próprio Plano de Ação para a Prevenção e Controlo do Cancro do Colo do Útero 2018 – 2030, lançado em maio de 2018.

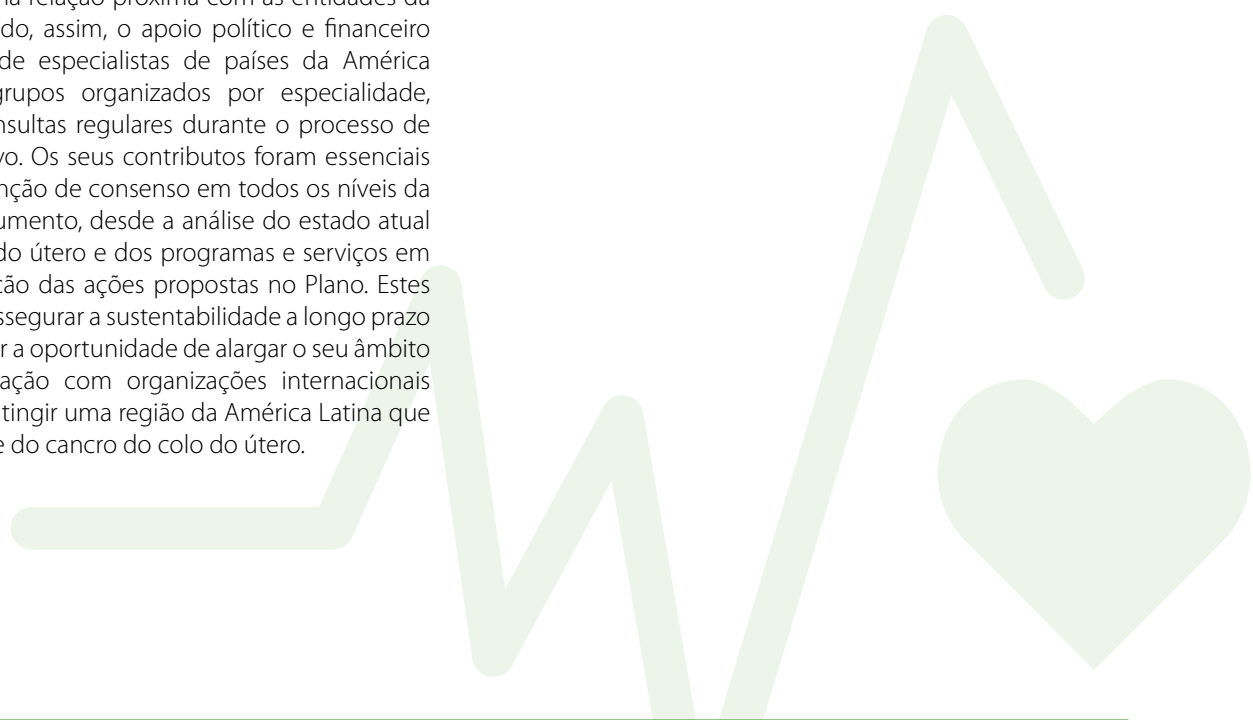
Os resultados adicionais do RINC incluem: a criação de 16 biobancos com amostras de tecidos tumorais para investigação em 19 países da América Latina; inauguração do Centro Latino Americano para Registos de Cancro em colaboração com a IARC/OMS e criação do Grupo de Trabalho para o Controlo do Cancro do colo do Útero, com representantes dos programas de despistagem na região. Este grupo tem sido responsável pelo desenvolvimento da base para o Plano Regional RINC e, desde a sua criação, tem estado comprometido com a partilha de conhecimento e de estratégias. Como resultado do Plano e do Grupo de Trabalho, foram criados padrões de controlo de qualidade para laboratórios de citologia em 2017.

O RINC manteve uma relação próxima com as entidades da UNASUL, assegurando, assim, o apoio político e financeiro e com uma rede de especialistas de países da América Latina, incluindo grupos organizados por especialidade, que permitiram consultas regulares durante o processo de trabalho participativo. Os seus contributos foram essenciais em termos de obtenção de consenso em todos os níveis da preparação do documento, desde a análise do estado atual do cancro do colo do útero e dos programas e serviços em cada país à aprovação das ações propostas no Plano. Estes aspetos irão ainda assegurar a sustentabilidade a longo prazo do Plano e aumentar a oportunidade de alargar o seu âmbito através da colaboração com organizações internacionais com o objetivo de atingir uma região da América Latina que está totalmente livre do cancro do colo do útero.

A implementação do Plano de Assistência Técnica Regional sobre Controlo do Cancro do Colo do Útero é um desafio complexo, dada a sua abordagem multiprogramática e, conseqüentemente, existe a necessidade de envolver e cooperar com os Estados-Membros da região com diferentes sistemas de saúde e níveis de desenvolvimento. O primeiro passo envolveu o desenvolvimento, por parte da IBM em parceria com a Fundação do Cancro do Brasil (Fundação do Câncer), de uma plataforma tecnológica para assistência técnica, o centro da iniciativa é monitorizar, articular e reforçar as atividades propostas com base em cada um dos nove componentes relacionados com os programas de despistagem.

Contacto:

Carina Vance, Diretora Executiva, ISAGS – UNASUL, rinc@rinc-unasul.org – unasur.org, isags@isags-unasur.org – unasur.org



Nome do projeto: Plano de Assistência Técnica Regional RINC/UNASUL: Região UNASUL Livre de Cancro do Colo do Útero

Países/Regiões: Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, República Dominicana, Equador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e República Bolivariana da Venezuela

Proposto por: ISAGS – UNSAUL

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3,4

Apoiado por: Instituto Sul Americano do Governo em Saúde (ISAGS) e a Rede de Institutos e Instituições Nacionais de Cancro (RINC)

Entidades implementadoras: RINC, Institutos Nacionais de Cancro e Ministérios da Saúde

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: Fase de conceção 2016 - 2017. Fase de implementação 5 anos (estimada)

URL da iniciativa: www.rinc-unasul.org



Apoio Cubano à Luta Contra o Surto de Ébola

Fornecer conhecimentos médicos especializados em resposta à epidemia de Ébola

Desafio

O surto de Ébola 2014-2016 na África Ocidental foi o maior e mais complexa desde que o vírus foi descoberto em 1976. Houve mais casos e mais mortes durante este surto do que em todos os outros combinados. Também se espalhou para outros países, a começar pela Guiné e atravessando depois as fronteiras terrestres para a Libéria e para a Serra Leoa.

Para enfrentar esta epidemia, o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Diretor-Geral da Organização Mundial de Saúde (OMS) pediram uma resposta internacional para ajudar as populações dos três países afetados pela epidemia.

Rumo a uma Solução

Em resposta a esta crise, o Governo de Cuba decidiu participar neste esforço global, sob a coordenação da OMS, pedindo a governos e ministérios da saúde de todos os países que se juntassem à luta contra esta ameaça.

As brigadas médicas cubanas enviadas para África fazem parte do Contingente Internacional Henry Reeve de Médicos Especializados em Doenças e Epidemias Graves, criado em 2005, e composto por profissionais de saúde especializados no combate a desastres e grande epidemias. Estes voluntários, com mais de 15 anos de experiência, tinham trabalhado noutros países afetados por desastres naturais e surtos epidémicos.

Os 268 profissionais de saúde cubanos selecionados, principalmente médicos e enfermeiros, receberam a formação padrão da OMS sobre controlo de infeções em Cuba antes de partirem para os países afetados para prestar cuidados diretos aos pacientes. Aí permaneceram seis meses a trabalhar em centros de tratamento para doentes com doença por vírus Ébola (DVE) e em clínicas comunitárias.

O apoio cubano ajudou a conter a epidemia e a salvar centenas de vidas de pessoas infetadas e outras potencialmente ameaçadas pela doença nos três países afetados.

Os principais desafios da brigada incluíram a necessidade de uma ação rápida e atempada, a complexidade da epidemia de uma doença desconhecida que é altamente contagiosa, rapidamente disseminada e altamente letal e que ocorreu em países com sistemas de saúde frágeis. A intervenção exigiu que os profissionais de saúde utilizassem equipamento de proteção individual e trabalhassem sob altas temperaturas, enquanto enfrentavam outras condições de trabalho, ambientais, sociais e culturais específicas.

Outros países podem replicar a abordagem de Cuba na organização à resposta de emergências e surtos epidémicos. A chave para uma resposta de emergência imediata é dar formação especializada sobre cuidados médicos diretos a profissionais selecionados. A coordenação com a OMS é uma boa prática, assegurando que os profissionais de saúde cubanos estavam totalmente integrados nos serviços de saúde nos países destinatários. A coordenação de resposta ao nível global e entre as diferentes equipas de resposta com outros países foi também importante.

Em resposta a esta situação de emergência, vários chefes de estado das Américas estiveram presentes na Cimeira da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA TCP) realizada em Havana. Os participantes pediram o compromisso e o apoio dos governos para combater esta doença na região. Também concordaram em realizar uma



© OPAS/OMS

reunião técnica de especialistas e gestores para abordarem a prevenção e a resposta à doença por vírus Ébola, com a participação de 278 especialistas e gestores de 34 países das Américas.

Posteriormente, o Curso Internacional para a Prevenção e Enfrentamento do Vírus Ébola foi realizado no Instituto de Medicina Tropical Pedro Kouri em Havana, Cuba, para formação e preparação em epidemiologia, clínica, controlo de infeções e proteção pessoal. Estiveram presentes mais de 80 especialistas de 18 países da América Latina e Caraíbas e ainda Moçambique.

Os especialistas cubanos também realizaram várias missões de acompanhamento para orientar e avaliar as capacidades de resposta na eventualidade de surtos DVE na América Central e países africanos de alto risco.

A cooperação Sul-Sul ofereceu um quadro flexível, ágil e inovador que permitiu este tipo de apoio. Em reconhecimento desta iniciativa, no final da Assembleia Mundial de Saúde em 2017, a OMS atribuiu à Brigada Henry Reeve o Prémio Memorial de Saúde Pública Dr. Lee Jong-Wook, o prémio mais importante atribuído por esta organização.

Contacto:

Escritório de Coordenação Nacional e Sub-regional,
OPAS,csc@paho.org



Nome do projeto: Apoio Cubano à Luta Contra o Surto de Ébola

Países/Regiões: Cuba, Guiné, Libéria, Serra Leoa

Proposto por: OPAS/OMS

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3,8

Apoiado por: Ministério da Saúde Pública de Cuba (MINSAP), OPAS/OMS

Entidades implementadoras: Unidade Central de Colaboração Médica (UCCM) do MINSAP; OPAS/OMS

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: Outubro 2014 – Abril 2015

URL da iniciativa: N/D

Tomada de Decisões com Base em Evidências sobre a Resistência aos Antimicrobianos



O programa de controlo de qualidade da América Latina em Bacteriologia e Resistência aos Antimicrobianos

Desafio

A resistência aos antimicrobianos (RAM) afeta todos os países e põe em risco a eficiência da prevenção e tratamento de infeções por vírus, bactérias, fungos e parasitas. A resistência aos antimicrobianos ocorre quando microrganismos (por exemplo, bactérias, fungos, vírus e parasitas) se alteram quando são expostos a medicamentos antimicrobianos (por exemplo, antibióticos, antifúngicos, antivirais, anti-malária e vermífugos). Os microrganismos que desenvolvem resistência aos antimicrobianos são, por vezes, referidos como “superbactérias”. Como resultado disso, os medicamentos tornam-se menos eficientes e as infeções persistem no organismo, aumentando o risco de contaminar outras pessoas. A RAM é uma ameaça cada vez mais grave para a saúde pública global que exige ações no seio de todos os setores do governo e sociedade. Estima-se que 10% de todos os doentes que recebem cuidados hospitalares desenvolvem uma infeção associada aos cuidados de saúde. Nos últimos anos, a região da América Latina e Caraíbas passaram por uma série de surtos causados por bactérias multiresistentes a vários medicamentos, tendo um impacto nas vidas e nos custos hospitalares.

Rumo a uma Solução

Desde os anos 1990, a Organização Pan Americana de Saúde/a Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS) reconheceram a importância da capacidade laboratorial para vigilância da RAM e criou a Rede Latino Americana de Vigilância da Resistência aos Antimicrobianos (ReLAVRA) em 1996 para obter dados microbiológicos fiáveis e informações atempadas e reproduzíveis para melhorar os cuidados ao doente e para reforçar a vigilância através de programas sustentáveis de certificação de qualidade.

Esta rede, que foi criada pela Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e República Bolivariana da Venezuela, criou o Programa de Controlo de Qualidade Latino Americano em Bacteriologia e Resistência Antimicrobiana (LA - EQAS), implementado pelo Departamento Antimicrobiano do Instituto Nacional de Enfermedades Infecciosas (INEI) na Argentina. Este último tem uma função dupla: assegurar a qualidade dos dados de vigilância e reforçar os laboratórios de referência dos países.

O LA – EQAS é fundamental em termos de obtenção de dados laboratoriais fiáveis que são a base da vigilância RAM. Através desta iniciativa, a qualidade de dados é assegurada através de técnicas de padronização para que toda a região “fale a mesma língua” e os países possam comparar e partilhar soluções. Os dados RAM contribuem para reduzir a mortalidade infantil e materna, melhorando a saúde da população e combatendo doenças curáveis e que se podem prevenir através da utilização de antimicrobianos seguros e acessíveis para todos.

O LA – EQAS reforçou os laboratórios dos países da Rede através de cursos de formação, gerando tensões, definindo mecanismos de resistência, edição de publicações e realização de sessões online com os países da Rede.

O sucesso desta cooperação horizontal entre países e em triangulação com a OPAS/OMS baseia-se na continuidade no tempo, compromisso das autoridades de saúde, apoio financeiro inicial e os recursos da OPAS/OMS e os laboratórios dos países, e ainda a grande liderança e a solidariedade da INEI e da ANLIS - Argentina.



@ OPAS/WHO

Os relatórios anuais fornecem os resultados da vigilância laboratorial (www.paho.org: Relavra). No entanto, o sucesso do Programa é evidenciado pelo aumento gradual no número de países que se juntaram ao mesmo com regularidade no tempo, assegurando que a capacidade dos Laboratórios Nacionais de Referência para detetar mecanismos de referência continua a melhorar:

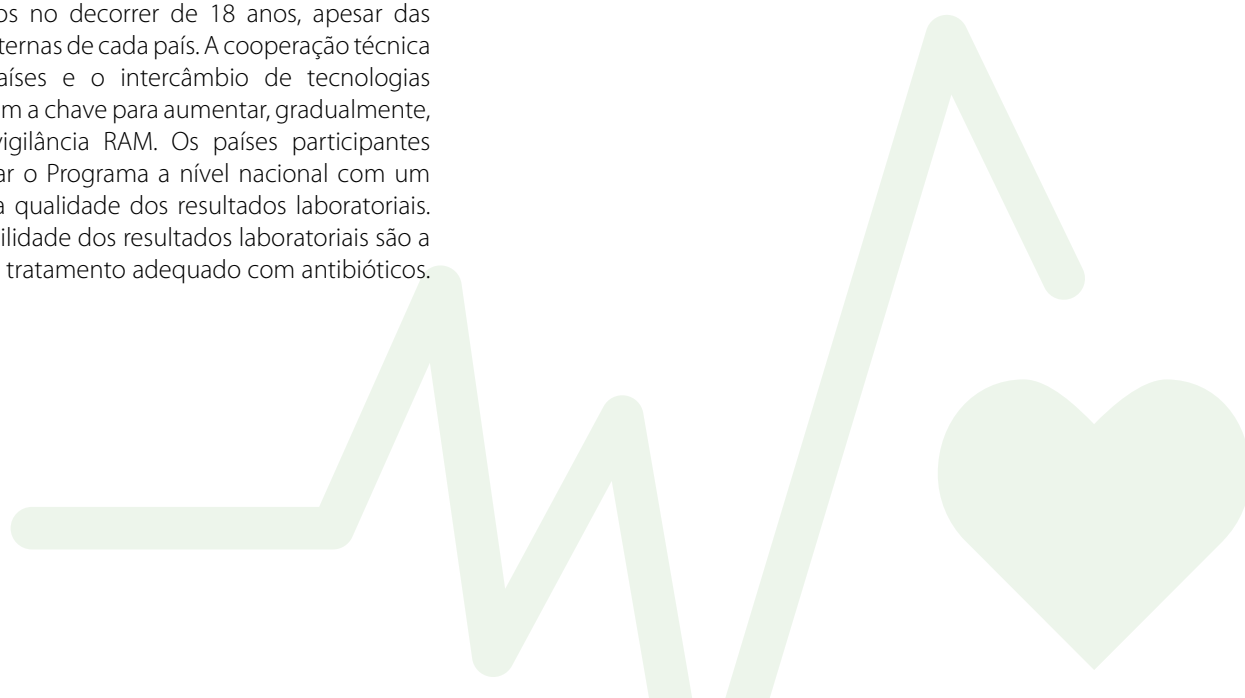
- 2000** Oito países: O Estado Plurinacional da Bolívia, Equador, El Salvador, Guatemala, Paraguai e Peru
- 2002** Quatro países: Costa Rica, República Dominicana, Honduras e Panamá
- 2003** Três países: Chile, Uruguai e Venezuela
- 2005** Um país: México
- 2010** Um país: Colômbia
- 2018** Incorporação do Belize, Cuba e Suriname e os países de língua Inglesa das Caraíbas está a decorrer

Este programa é uma experiência inovadora que conseguiu padronizar processos no decorrer de 18 anos, apesar das regulamentações internas de cada país. A cooperação técnica horizontal entre países e o intercâmbio de tecnologias aplicável à LMIC foram a chave para aumentar, gradualmente, a capacidade de vigilância RAM. Os países participantes conseguiram replicar o Programa a nível nacional com um impacto positivo na qualidade dos resultados laboratoriais. A qualidade e a fiabilidade dos resultados laboratoriais são a pedra basilar de um tratamento adequado com antibióticos.

O projeto ilustra a troca de contactos com resultados claros que são replicáveis e adaptáveis a outros eventos de saúde pública, como por exemplo, doenças arbovirais, tuberculose e doenças bacterianas. No contexto dos Planos de Ação Nacionais RAM, a capacidade foi reforçada para monitorizar e avaliar o impacto destes planos. A triangulação com a OPAS/OMS ajudou a assegurar a sustentabilidade, apoiada pelos mandatos e resoluções dos Estados-Membros.

Contacto:

Escritório de Coordenação Nacional e Sub-regional, OPAS,csc@paho.org



Nome do projeto: Tomada de decisões com base em evidências quanto à Resistência a Antimicrobianos - Programa de controlo de qualidade da América Latina em Bacteriologia e Resistência aos Antimicrobianos (LA-EQAS)

Países/Regiões: Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai, República Bolivariana da Venezuela

Proposto por: OPAS/OMS

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3.1, 3.2, 3.3, 3.8

Apoiado por: OPAS/OMS

Entidades implementadoras: Servicio de Antimicrobianos del Instituto Nacional de Enfermedades Infecciosas (I NEI) – Argentina; OPAS/OMS; Laboratórios nacionais de referência de 17 países nas Américas

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2000 - presente

URL da iniciativa: goo.gl/SyLKTW

Para uma Cobertura de Saúde Universal na Região do Grande Chaco da América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai

3 SAÚDE DE QUALIDADE



Promover a cobertura de saúde universal utilizando os direitos humanos, o género, a equidade, a interculturalidade e as abordagens interprogramáticas

Desafio

O Grande Chaco Sul Americano é uma região que inclui o território de quatro países: Argentina, o Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil e Paraguai. Devido às condições socioambientais, as pessoas que aí vivem enfrentam escassez de água, falta de serviços básicos e bens, acesso limitado aos mercados e baixos rendimentos. Isto tem impacto na qualidade de vida e de saúde, especialmente em populações indígenas e agricultores.

Rumo a uma Solução

Para abordar o desafio indicado, os quatro países decidiram empreender uma iniciativa de cooperação triangular e Sul-Sul conjunta, com base na Cooperação da Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) para enquadramento de Países para Desenvolvimento Saudável (Cooperation Among Countries for Health Development, CCHD), para atingir o acesso universal a cuidados de saúde, reduzir as desigualdades e estabelecer o desenvolvimento inclusivo no Grande Chaco Sul Americano.

O projeto é uma iniciativa transnacional estratégica que está alinhada com as políticas nacionais de saúde dos países participantes que promovem o Pan Americanismo e procuram a convergência programática com o Plano Estratégico da OPAS (SP) 2014-2019 “Liderar a Saúde: Desenvolvimento Sustentável e Equidade” e os ODS. O seu objetivo é atingir o acesso universal a cuidados de saúde para a população do Chaco Sul Americano, reduzindo a morbidade e mortalidade materna, neonatal e infantil, combinado com o empoderamento social, uma abordagem intercultural e igualdade de género. Tem como objetivo dar prioridade às populações indígenas e não-indígenas dos municípios do Chaco dos quatro países, tudo dentro do quadro de cooperação entre os países.

Encoraja tal cooperação e alianças horizontais (cooperação Sul-Sul e cooperação triangular), otimiza as capacidades existentes, boas práticas e as experiências dos países. O projeto tira partido da capacidade que o seu parceiro, o Brasil, desenvolveu, com a experiência no estabelecimento de um sistema de saúde universal, gratuito e equitativo em que os cuidados de saúde são um direito para todos.

Exemplos de cooperação entre os países incluem a partilha de capacidades nacionais e a disseminação de experiências como, por exemplo: (i) Subsistema de Saúde Indígena do Brasil, caracterizado por uma estratégia que é inclusiva de populações nativas no Sistema Unificado de Saúde; (ii) as experiências da Bolívia que dão prioridade à medicina tradicional e à saúde intercultural, reforçando as instituições do Estado entre as populações indígenas através da criação do Vice Ministério de Medicina Tradicional; (iii) A Rede Interinstitucional e Intercultural da Argentina para Pessoas Nativas, SUMAJ KAUSAY (Boa vida); e (iv) o Plano de Saúde Abrangente do Paraguai, Ñamopuã Ñande Chaco Tesairã (Melhorar a saúde do nosso Chaco) 2015–2030.

A estrutura de governação é inclusiva, envolvendo todos os setores e partes interessadas sociais, reconhecendo e respeitando a mundivisão das populações indígenas, liderada pelos Ministérios da Saúde com o apoio da OPAS/OMS em cada país.



© OPAS/OMS

Os projetos incluem 20 municípios nos quatro países dentro do quadro da cooperação e intercâmbio inter-país. Os resultados incluem:

- implementação de um modelo de gestão e coordenação inter-país para o projeto, com base no seu modelo de governação;
- reforço da convergência programática entre os planos nacionais e locais;
- aumento da capacidade dos serviços de saúde (recursos humanos, dotação e logística), com foco na saúde da mãe e da criança;
- reforço das competências de recursos humanos e cuidados de saúde infantil (emergências obstétricas e gestão de emergência de infeções respiratórias agudas e doenças diarreicas agudas em crianças);
- adaptação da experiência de formação para o pessoal de saúde indígena e construção de escolas para a formação de promotores de saúde na Argentina e no Paraguai;
- realização de uma análise quanto à criação de redes de saúde transfronteiriças e uma experiência piloto na fronteira Brasil-Paraguai (Puerto Mourtinho (Brasil) e Carmelo Peralta (Paraguai)); e
- elaboração de planos de segurança de água e restauração de sistemas de água para consumo humano nas comunidades e serviços de saúde.

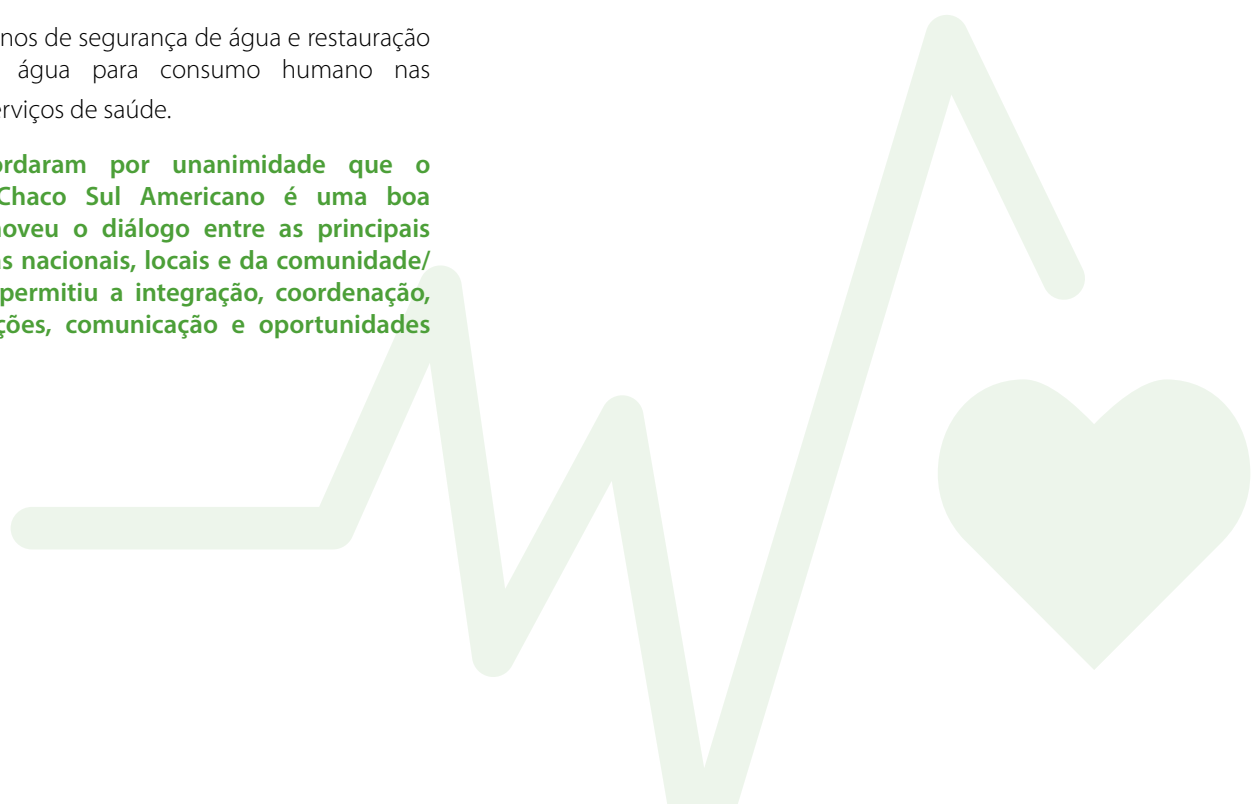
Os países concordaram por unanimidade que o projeto Grande Chaco Sul Americano é uma boa prática que promoveu o diálogo entre as principais partes interessadas nacionais, locais e da comunidade/ sociedade civil e permitiu a integração, coordenação, troca de informações, comunicação e oportunidades para parcerias.

A sustentabilidade da iniciativa baseia-se numa tomada de decisão participativa para que os países possam incorporar a sua aprendizagem, as boas práticas, as competências e as evidências nas suas instituições e capacidade social.

Algumas das boas práticas desta iniciativa que podem ser replicadas são realizadas no âmbito dos acordos inter-país e dos mecanismos de integração regional, por exemplo: (i) capacitação para desenvolvimento de análises da situação de saúde nas áreas locais e fronteiriças; (ii) implementação de redes integradas de cuidados de saúde transnacionais nas áreas fronteiriças; (iii) implementação de planos de ação inter-país para reduzir a mortalidade materna e neonatal; e (iv) apoio às organizações indígenas em áreas onde a vulnerabilidade social, de saúde e ambiental é alta.

Contacto:

Escritório de Coordenação Nacional e Sub-regional, OPAS,csc@paho.org



Nome do projeto: Hacia la Salud Universal de la Población del Gran Chaco Suramericano

Países/Regiões: Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil, Paraguai

Proposto por: OPAS/OMS

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3,8

Apoiado por: Brasil, OPAS/OMS

Entidades implementadoras: Bolívia - Ministério de Medicina Tradicional e Saúde Intercultural; Argentina - Ministério da Saúde da Nação; Paraguai - Ministério da Saúde Pública e da Segurança Social; Brasil - Ministério da Saúde; OPAS/OMS

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2017 - 2020

URL da iniciativa: goo.gl/T77nSL

Transferência de Tecnologia para a Produção da Vacina contra a Gripe e Reforço das Capacidades Reguladoras na Nicarágua

3 SAÚDE DE QUALIDADE



Cooperação triangular para garantir o acesso à vacina contra a gripe

Desafio

A complexidade tecnológica envolvida na produção de vacinas de alta qualidade levou a uma diminuição na sua produção em todo o mundo e está agora limitada a alguns fabricantes, colocando os países em desenvolvimento numa posição vulnerável relativamente à escassez de produção. No caso da vacina contra a gripe, a situação agravou-se devido à necessidade de vacinas sazonais e no caso de pandemias.

O principal desafio na implementação desta iniciativa é estabelecer uma cooperação estratégica entre instituições envolvidas na produção e regulamentação da vacina contra a gripe, e ainda a capacitação dos recursos humanos necessários para realizar todos os processos críticos, assegurando a qualidade, a segurança e a eficácia das vacinas produzidas localmente.

Rumo a uma Solução

Para colmatar este desafio, a Organização de Saúde Pan Americana/ Organização Mundial de Saúde (OPAS/OMS) está a apoiar uma iniciativa que procura estabelecer uma cooperação inter-país, transferindo a tecnologia da vacina e reforçando a autoridade reguladora nacional de modo a garantir o acesso a vacinas de qualidade, segurança e eficácia comprovadas na Nicarágua. Para além disso, este projeto irá permitir que outros elementos do setor da saúde como, por exemplo, o programa de vacinação, o sistema de segurança social e a academia desenvolvam conhecimento e práticas para responder aos desafios da produção da vacina como parte do desenvolvimento do país.

Este projeto para a produção de produtos biológicos e imunobiológicos envolve a transferência de tecnologia a partir da Federação Russa para uma unidade de produção na Nicarágua. É coordenado pela OPAS/OMS para reforçar as capacidades na área da regulamentação de vacinas e outras tecnologias de saúde que terão um impacto positivo na saúde das pessoas da Nicarágua e noutros países da região.

O projeto envolve a criação de uma comissão de aconselhamento técnico, incluindo profissionais de saúde e instituições necessárias para realizar o planeamento, a produção, a regulamentação, a utilização e a distribuição da vacina e, particularmente, a formação de recursos humanos. A comissão inclui os seguintes membros: OPAS/OMS (que coordena a comissão); o Instituto da Segurança Social da Nicarágua (INSS); Ministério da Saúde (MINSAL) - Direção de Farmácia; a entidade reguladora da Nicarágua (NRA); a Universidade Autónoma Nacional da Nicarágua (UNAN); a autoridade reguladora Cubana (CECMED); o Instituto Científico de Vacinas e Sérums de São Petersburgo (IICVSSPb), a Agência Federal de Medicamentos e Biológicos do Ministério da Saúde da Federação Russa; o Instituto Biotecnológico Mechnikov em Manágua e a autoridade reguladora Russa. Foi preparado um plano de desenvolvimento institucional para reforçar a autoridade reguladora na Nicarágua e inclui ações específicas. A implementação de um sistema de gestão de qualidade dentro da NRA, com a capacitação do pessoal da NRA e da UNAN, entre outros, irá assegurar a disponibilidade de recursos humanos que podem apoiar o projeto a longo prazo.

A OPAS apoiou o projeto, particularmente na coordenação e apoio da avaliação da NRA e ajudou com a autoavaliação com vista a identificar pontos fracos e reforçar as funções reguladoras. Também patrocinou: capacitação da NRA em questões reguladoras com especialistas de vários países, particularmente Cuba e Chile e, formação sobre boas práticas, incluindo práticas de fabrico, clínicas, inspeções, licenciamento sanitário e laboratoriais assim como lançamentos de lotes. Receberam quarenta e um profissionais até à data, incluindo 17 da NRA e suas instituições como, por exemplo, a UNAN e fabricantes nacionais de medicamentos.



© OPAS/OMS

Existem avanços significativos com a NRA a seguir um melhor entendimento do seu papel estratégico no projeto. A NRA está totalmente envolvida em todas as atividades que a OPAS/OMS realizaram para a implementação do plano de desenvolvimento institucional.

A OPAS/OMS também desenvolveram e apoiaram o seguinte: intercâmbios com universidades para incluir questões reguladoras no currículo para farmacêuticos e outros profissionais de saúde envolvidos no projeto para assegurar a sua sustentabilidade; a alocação de recursos humanos para a capacitação; implementação da NRA de um sistema de gestão de qualidade e coordenação e monitorização do progresso na implementação do plano operacional 2018, que inclui todas as ações que levam ao lançamento da unidade de fabrico Mechnikov este ano.

A iniciativa é inovadora porque considera sinergias entre as autoridades reguladoras nacionais. É replicável porque pode ser implementada em qualquer país interessado em atingir a autossuficiência em termos de acesso à vacina contra a gripe e outras e biológicos.

Esta boa prática pode ser replicada noutros países em desenvolvimento, com o entendimento de que a sua replicabilidade exige o apoio e a parceria de um governo que queira envolver-se na transferência de tecnologia no desenvolvimento de tecnologias de saúde e vacinas. Isto iria resultar na produção e no desenvolvimento local com o apoio e a experiência de organizações internacionais como a OPAS/OMS.

Contacto:

Escritório de Coordenação Nacional e Sub-regional, OPAS,
csc@paho.org



Nome do projeto: Cooperação Triangular: Projeto de Transferência de Tecnologia para a Produção da Vacina contra a Gripe e Reforço das Capacidades Reguladores na Nicarágua

Países/Regiões: Cuba, Nicarágua, Federação Russa

Proposto por: OPAS/OMS

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3.8, 17.6, 17.7, 17.9

Apoiado por: OPAS/OMS, os Governos Cubano e da Nicarágua e a Federação Russa

Entidades implementadoras: Ministérios da Saúde de Cuba, Nicarágua e a Federação Russa

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2015 - 2019

URL da iniciativa: N/D



Para a Erradicação da Tracoma na Guatemala e Colômbia

Erradicar a tracoma até 2022

Desafio

A tracoma é uma doença infecciosa causada pela bactérias *Chlamydia trachomatis*. A nível mundial, a tracoma é responsável por, aproximadamente, 3% da cegueira e deixou 8 milhões de pessoas com deficiência visual irreversível. Nas Américas, a tracoma ainda é endêmica no Brasil, Colômbia e Guatemala. Mulheres e crianças que vivem em áreas rurais dispersas, isoladas e pobres são os grupos de população com o maior risco de infecção por tracoma.¹

O desafio é manter a prevalência da tracoma abaixo de 5.0 em cada 100.000 habitantes. Um estudo realizado em maio de 2017 encontrou uma prevalência de 2,6 por 100.000 habitantes, o que significa que a Guatemala está no caminho certo para a eliminação da tracoma em 2022.

Rumo a uma Solução

A Guatemala conseguiu abordar este desafio através da estratégia de Cirurgia, Antibióticos, Limpeza facial e Melhorias Ambientais (Surgery, Antibiotics, Face cleanliness and Environmental improvement, SAFE) da Organização Mundial de Saúde (OMS), uma ferramenta baseada em cuidados de saúde primários. Esta estratégia para erradicar a cegueira causada pela tracoma até 2020 consiste em: (i) cirurgia realizada nas comunidades; (ii) a distribuição anual massiva de uma dose oral única de azitromicina; e (iii) uma redução na transmissão através da higiene melhorada, da lavagem da cara e da utilização de latrinas.

A iniciativa teve como objetivo obter dados do estudo quanto à prevalência da doença que ajudou a concretizar o objetivo de eliminar a tracoma até 2022. Estes dados e o conhecimento das contrapartes colombianas quanto à gestão da tracoma foram a chave para implementar uma procura/triagem de casos ativos e para analisar informações através da plataforma Dados Tropicais. A Guatemala beneficiou, em grande medida, do apoio de especialistas na gestão de dados e análise de informações.

Os profissionais de saúde do Departamento Sololá na Guatemala receberam formação na Colômbia por parte de equipas especializadas do Ministério da Saúde da Colômbia. As equipas, compostas por quatro profissionais de saúde, serviram como examinadores para as avaliações oftalmológicas que envolveram a identificação de sinais de tracoma em diferentes estados. Para além disso, um especialista da Colômbia deslocou-se à Guatemala para dar formação à equipa nacional para obter informações a partir do inquérito através da plataforma Dados Tropicais, que facilitou a análise e a tomada de decisão.

Assim que a intervenção foi realizada através do inquérito, foi possível determinar que as áreas selecionadas registaram uma prevalência de menos de 5%. Os resultados demonstraram que estas comunidades tiveram uma prevalência de 2,6, avançando, assim, os esforços da Guatemala no sentido de eliminar a tracoma.

Os profissionais médicos receberam formação para gerir a doença, incluindo o diagnóstico e o tratamento adequados. As contrapartes da Colômbia ajudaram a Guatemala na certificação das cirurgias de triquíase tracomatose, ajudando a criar capacidade nacional e contribuindo para a sustentabilidade da intervenção.

A formação dos profissionais de saúde também incluiu oftalmologistas médicos, particularmente do Centro Oftalmológico Leon e do Hospital Rodolfo Robles Valverde. Estas instalações terão a capacidade de responder à doença nas comunidades locais, levando à certificação da eliminação da tracoma como problema de saúde pública na Guatemala.

¹ See www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=5751&Itemid=4140&lang=



© OPAS/OMS

A promoção de boas práticas ambientais nas comunidades gera alterações de comportamento levando ao treino de outras comunidades em risco na metodologia de água, higiene e saneamento (WASH), como resultado da intervenção do Programa Nacional de Deficiência..

Os materiais educativos foram desenvolvidos para comunidades em risco. O progresso no sentido da eliminação continua sob a liderança do Ministério de Saúde Pública e Assistência Social do país e com a assistência técnica da OPAS/OMS na Guatemala.

As ferramentas e metodologias desenvolvidas para avaliar a prevalência da tracoma neste cenário podem ser replicadas em contextos similares e relativamente a diferentes doenças/ patologias. A experiência é transferível para outros países e locais que necessitam avaliar populações vulneráveis e isoladas. Os resultados dos dados do estudo ajudam os decisores políticos a monitorizar e a avaliar a eficácia das soluções políticas para esta doença.

Contacto:

Escritório de Coordenação Nacional e Sub-regional, OPAS,
csc@paho.org



Nome do projeto: Apoio ao estudo da prevalência da tracoma na Guatemala para atingir a erradicação em 2022

Países/Regiões: Colômbia, Guatemala,

Proposto por: OPAS/OMS

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3,3

Apoiado por: OPAS/OMS

Entidades implementadoras: OPAS/OMS; Ministério da Saúde Pública e Assistência Social da Guatemala

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: Janeiro 2017 – Setembro 2017

URL da iniciativa: N/D



Biblioteca de Saúde Virtual no Contexto da rede ePORTUGUÊSe

Uma rede para facilitar a capacitação e o fornecimento de informações de saúde

Desafio

Apesar de o Português ser a 6ª língua mais falada no mundo e a mais comum no hemisfério sul, falada por mais de 300 milhões de pessoas em oito Estados-Membros em quatro continentes, existe uma necessidade contínua de desenvolver conteúdos em português no setor da saúde. Os profissionais de saúde dos países de língua portuguesa em África pedem constantemente que a Organização Mundial de Saúde (OMS) lhes forneça informações de saúde atualizadas e fiáveis no seu próprio idioma.

Rumo a uma Solução

Foi criada com o apoio da OMS uma Rede ePORTUGUÊSe com vista a apoiar alianças e a cooperação entre instituições de ensino, investigação e cuidados de saúde em países de língua portuguesa, promovendo a saúde e a disseminação de informações técnicas e científicas e conhecimentos de saúde. Para além disso, a Rede possibilita a aplicação de informações e provas científicas em sistemas de saúde e ajuda a ultrapassar barreiras linguísticas e a colmatar a lacuna saber – fazer. Também reflete o princípio do multilinguismo da OMS.

A missão da Rede ePORTUGUÊSe é reforçar a colaboração no seio de países de língua portuguesa, promover a capacitação para recursos humanos em saúde e facilitar o acesso a informações de saúde em português. Um dos principais objetivos é melhorar o acesso a informações de saúde em português através do desenvolvimento de um modelo de Biblioteca de Saúde Virtual (BSV) coordenado pelo BIREME, um centro especializado da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

A rede é um exemplo de alargamento do princípio do multilinguismo em países em desenvolvimento e constitui uma contribuição em termos de concretização dos ODS. Preenche uma procura a longo prazo de profissionais de saúde nos países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) que têm expressado, de forma contínua, as suas necessidades de acesso melhorado a informações e conhecimentos de saúde no seu idioma.

Para além dos principais objetivos, a Rede ePORTUGUÊSe também: **Promoveu o acesso às mais recentes informações de saúde aos níveis local, regional, nacional e internacional; promoveu a visibilidade e o apoio à produção de conhecimentos locais; facilitou a utilização de conhecimentos em política e ação no fornecimento de informações relevantes para os decisores políticos e profissionais; construção de capacidade para recursos humanos na saúde em várias áreas realizando formação em várias áreas (campus virtual) enquanto a comunidade científica gera novas evidências; contribuiu para a iniciativa da Biblioteca de Saúde Global da OMS, uma plataforma para promover o acesso a resultados de investigação e contribuiu para o esforço da OMS para promover o multilinguismo.**

A sustentabilidade da iniciativa depende do apoio, mobilização e coordenação ativa dentro da rede. Algumas das melhores práticas poderão ser retiradas desta experiência e replicadas como se indica:

- Bibliotecas digitais: Biblioteca de Saúde Virtual (BSV): o Centro da América Latina e das Caraíbas sobre Informações de Ciências da Saúde proporciona acesso livre a informações de saúde técnicas e científicas;



- Biblioteca de Saúde Virtual da rede ePORTUGUÊSe: A BSV foi desenvolvida para apoiar o trabalho da rede ePORTUGUÊSe;
- Biblioteca de Multimédia: está disponível online um conjunto de recursos (apenas em português) da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, Brasil; e
- BiblioSUS: a Rede de Bibliotecas e Unidades de Informações de Cooperação de Saúde do Brasil (Rede BiblioSUS) com o objetivo de aumentar o acesso a informações de saúde pública utilizando o modelo BSV. A BiblioSUS desenvolve a base de dados ColecionaSUS de literatura técnica e científica do Sistema de Saúde Brasileiro. Esta página web está disponível apenas em português e está acessível a todos.

As bibliotecas físicas incluem Bibliotecas Blue Trunk (BBT), livros básicos sobre saúde em língua portuguesa doados pelo Ministério da Saúde do Brasil. Entre 2006 e 2011, 153 BLT foram enviadas para países africanos de língua portuguesa e 20 para Timor-Leste. As duas avaliações de impacto sobre a utilização das BBT demonstraram que continuam a ser uma importante fonte de informações, especialmente em áreas rurais.

Contacto:

Escritório de Coordenação Nacional e Sub-regional, OPAS,
csc@paho.org



Nome do projeto: Biblioteca de Saúde Virtual no Contexto da rede ePORTUGUÊSe
Países/Regiões: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste
Proposto por: OPAS/OMS
Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3.b, 4.7
Apoiado por: OPAS/OMS, BIREME, Ministério da Saúde do Brasil, FIOCRUZ
Entidades implementadoras: OPAS/OMS
Estado do projeto: Em curso
Período do projeto: 2005 – atualidade
URL da iniciativa: www.bvs.eportuguese.org; www.who.int/eportuguese

Apoio e Reforço da Vigilância Médica Sub-regional e Pós-Ébola e Recuperação Socioeconómica na África Ocidental

3 SAÚDE DE QUALIDADE



Apoiar países afetados pelo Ébola a atingirem a recuperação socioeconómica

Desafio

A epidemia da Doença por Vírus Ébola (DVE) na África Ocidental entre 2014 e 2016 não teve precedentes desde o início, dado que a doença não era endémica entre os seres humanos na região. Para além disso, a escala da doença não teve comparação com qualquer outro surto de DVE alguma vez registada. As razões que justificam o facto de a epidemia ter sido generalizada incluem os pontos fracos fundamentais partilhados na maioria dos países afetados, Guiné, Libéria e Serra Leoa: serviços e sistemas de saúde de má qualidade, má governação, historial de agitação civil e pobreza crónica.

Rumo a uma Solução

Em resposta à crise, o PNUD trabalhou para apoiar a recuperação e ajudou os países mais afetados a “reconstruírem-se”, incluindo através deste projeto, que se centrou no apoio à cooperação Sul-Sul ao nível regional capacitando as instituições da África Ocidental e formando especialistas e profissionais da África Ocidental através de workshops realizados por estas instituições.

O projeto, Apoiar e Reforçar a Vigilância Médica Sub-regional e pós-Ébola e Iniciativas de Recuperação Socioeconómica na África Ocidental, procurou colmatar os problemas socioeconómicos e abordar as necessidades de prontidão de saúde pública que surgiram após o surto de DVE 2014-2016 na Guiné, Libéria e Serra Leoa. Especificamente, funcionou para melhorar as capacidades operacionais de instituições regionais e apoiar as respostas, mecanismos e políticas de aviso antecipado a nível regional. Isto foi realizado através de parcerias com a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (Economic Community of West African States, ECOWAS), a Organização de Saúde da África Ocidental (West Africa Health Organization, WAHO) e o Instituto Noguchi Memorial para Investigação Médica (Noguchi Memorial Institute for Medical Research, NMIMR) em Acra, no Gana.

O projeto levou à transferência sistemática de boas práticas e conhecimentos dentro da região ECOWAS em geral através da OOAS em áreas transfronteiriças na Costa do Marfim, Guiné e Libéria, através da União Mano River (MRU) e da NMIMR, uma instituição de investigação baseada no Gana, para especialistas técnicos na Costa do Marfim, Guiné, Libéria e Serra Leoa. Estas instituições sedeadas na África Ocidental receberam apoio para realizar atividades respeitantes às sessões de capacitação desenvolvendo, assim, os seus pontos fortes e conhecimentos pedagógicos e e também transmitir conhecimentos preciosos para especialistas de profissionais de saúde da região num amplo leque de tópicos, desde a vigilância da doença à gestão da informação e à comunicação de risco.

A metodologia utilizada para “Assegurar vidas saudáveis para promover o bem-estar para todos e para todas as idades” e “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e criar instituições eficientes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis” incluindo o apoio para permitir que a WAHO participe na organização de workshops de capacitação para conferir aos profissionais de saúde as competências necessárias para prestar serviços de saúde, gerir dados de saúde de forma correta para tomar boas decisões e promover a prevenção de ameaças de saúde em todos os níveis da sociedade. De forma concreta, o projeto financiou um especialista para desenvolver uma base de dados de especialistas em saúde regionais que iriam fazer parte de uma equipa de resposta rápida para responder na eventualidade de uma emergência de saúde em qualquer um dos países membros ECOWAS.



© PNUD

Esta base de dados está agora ativa e é gerida pela WAHO. Também realizou avaliações de necessidades com o Instituto Pasteur de Dakar e com o PNUD em laboratórios de referência e de saúde nos três países do epicentro da DVE e na Costa do Marfim. Com base nas recomendações realizadas após as avaliações, o PNUD conseguiu adquirir equipamento de laboratório para cinco laboratórios (um por país e dois na Serra Leoa) reforçando, assim, a capacidade de monitorização da doença a nível nacional no imediato e a longo prazo.

Através do projeto, a WAHO também desenvolveu a capacidade para mobilizar especialistas com know-how avançado de toda a África para formar os seus especialistas de saúde em questões como o alargamento da coordenação de emergência na eventualidade de uma emergência de saúde e a realização de uma comunicação de risco em cenários de crise. Isto aumentou a responsabilidade de todos os parceiros envolvidos. Em troca, a abordagem reforçou também a capacidade da WAHO para assumir as suas responsabilidades e satisfazer as expectativas dos países beneficiários.

De forma idêntica, mas talvez mais inovadora, o apoio da NMIMR para um instituto de investigação biomédica na Universidade de Acra, Gana, procurou permitir que os seus especialistas formassem especialistas no Gana e encorajassem o Instituto a adotar uma abordagem mais regional. Dada a sua tecnologia e experiência, existe o potencial para expandir o seu valor adicionado na África Ocidental. O projeto procurou ajudar o instituto a este respeito, facilitando uma formação de 36 especialistas em sistemas de informação geográfica para uma vigilância de doença melhorada e na aplicação de métodos para apoiar a avaliação de risco de doença e controlo de surtos.

No decurso do projeto, 398 especialistas dos 15 países da ECOWAS e outros beneficiaram de 11 cursos de formação e workshops num projeto com 24 meses de duração. Através destas formações, muitos dos participantes transmitiram o que aprenderam com as suas respetivas estruturas governamentais e durante os episódios de resposta à doença subsequentes transferindo, assim, o seu conhecimento e apoiando resultados sustentáveis.

Contacto:

Armand – Michel Broux, PNUD,
michel.broux@undp.org
Jessica DuPlessis, PNUD,
Jessica.duplessis@undp.org



Nome do projeto: Reforçar e Apoiar a Vigilância Médica Sub-regional e Pós-Ébola e Iniciativas de Recuperação Socioeconómica na África Ocidental.

Países/Regiões: Costa do Marfim, Guiné, Libéria, Serra Leoa

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3.3, 16.a

Apoiado por: Governo do Japão

Entidades implementadoras: PNUD

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2016 - 2018

URL da iniciativa: N/D



Promoção do Planejamento Familiar

Criar parcerias estratégicas para o planejamento familiar com líderes religiosos muçulmanos

Desafio

Cerca de 214 milhões de mulheres em países em desenvolvimento que querem evitar a gravidez não estão a utilizar métodos de planejamento familiar eficazes e seguros por razões que vão desde a falta de acesso a informação ou serviços à falta de apoio dos seus parceiros ou comunidades. Os líderes religiosos e as instituições religiosas podem desempenhar papéis significativos afirmando uma base religiosa para o conceito de planejamento familiar e fornecendo informações e serviços às suas comunidades. No entanto, muitos líderes religiosos e instituições religiosas ainda não perceberam todo o potencial do seu papel em termos de defesa, pois muitos opõem-se ao planejamento familiar. A falha na abordagem das necessidades não satisfeitas das mulheres em termos de planejamento familiar poderá colocar em perigo a concretização do ODS 3 e ainda prejudicar o progresso económico e os direitos reprodutivos em países com baixa prevalência contraceptiva.

Rumo a uma Solução

Para abordar este desafio, o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP) na Indonésia disponibiliza apoio técnico ao Governo da Indonésia para partilhar as suas experiências através da formação de cooperação triangular e Sul-Sul em parceria estratégica com líderes religiosos muçulmanos em planejamento familiar. Com início em 2013, a formação procurou introduzir o programa de planejamento familiar da Indonésia, centrando-se na forma como o Islão vê o planejamento familiar e como o conceito toma forma através do apoio dos líderes religiosos muçulmanos e instituições Islâmicas para serviços de planejamento familiar e informações em cenários que incluem escolas, hospitais e clínicas. Espera-se que estes esforços contribuam, eventualmente, para a concretização do ODS 3 de saúde e bem-estar, o ODS 5 sobre igualdade de género e empoderamento de mulheres e o ODS 1 sobre a redução da pobreza nos países destinatários.

Para facilitar a transferência transfronteiriça sistemática de boas práticas e conhecimento, a formação de cooperação triangular e Sul-Sul utilizou metodologias únicas e inovadoras. A orientação em aula foi criada para discussões sobre ensinamentos Islâmicos sobre o planejamento familiar. O alcance na área foi desenvolvido para a interação direta com pessoas de recursos base sobre como o líder religioso muçulmano e as instituições Islâmicas implementam os ensinamentos Islâmicos no planejamento familiar. A partilha de experiências entre os participantes de vários países foi também facilitada. Esta cooperação multi-países foi criada para partilhar experiências entre todos os participantes de diferentes países. Desenvolveram as lições aprendidas e os seus próprios planos de ação para a implementação nos seus respetivos países após o regresso.

Como parte da sua política de desenvolvimento internacional, o Governo da Indonésia disponibiliza bolsas para outros países em desenvolvimento para se juntarem à formação de cooperação triangular e Sul-Sul anual. Em alguns casos, o Governo também apoia o envio dos seus funcionários para a realização de ações de acompanhamento juntamente com líderes religiosos muçulmanos nos países destinatários. Os países destinatários, com o apoio do respetivo escritório nacional FNUAP, realizam ações de acompanhamento para aplicar e replicar a experiência indonésia e as lições aprendidas com as comunidades locais que têm características de antecedentes similares, ou seja, uma maioria de população muçulmana.



© UNFPA

Está a decorrer uma avaliação para demonstrar o impacto da formação. No entanto, vários episódios que servem de exemplo de resultados bem-sucedidos que foram partilhados e mostram um impacto significativo.

O Governo da Guiné fez o acompanhamento da missão de cooperação triangular e Sul-Sul com workshops para líderes religiosos (muçulmanos e cristãos) sobre planeamento familiar. O workshop deu azo a uma declaração por parte dos líderes religiosos na Guiné a apoiar o programa de planeamento familiar nacional. Sendo que é difícil determinar a causa, a prevalência contraceptiva na Guiné está a aumentar, no entanto, tem sido muito lenta. O Governo das Filipinas está a implementar as lições aprendidas da Indonésia em cinco municípios das Regiões Autónomas do Mindanao Muçulmano (Autonomous Regions of Muslim Mindanao, ARMM). Muitos líderes religiosos muçulmanos nas regiões estão ainda a tomar providências para promover o planeamento familiar através de estações de rádio locais.

Os Governos da Indonésia e das Filipinas concordaram em alargar a cooperação nos próximos cinco anos, com início em 2018. Através do apoio da FNUAP, o Governo do Nepal também realizou ações de acompanhamento alargando workshops similares às províncias onde a proporção de população muçulmana é alta. O livro, Planeamento Familiar, Saúde Reprodutiva e Género: Perspetivas Islâmicas, desenvolvido pela equipa Indonésia, foi traduzido para os idiomas locais pela FNUAP Nepal.

No Chade e no Níger, o escritório da FNUAP convidou o líder religioso muçulmano indonésio para realizar workshops sobre planeamento familiar e o Islão, no qual participaram líderes religiosos muçulmanos nacionais. Com o apoio da FNUAP, o Governo do Mali irá também realizar ações de acompanhamento, incluindo convidar líderes religiosos muçulmanos da Indonésia para facilitar workshops a nível nacional sobre o Islão e o planeamento familiar.

Isto levou a uma colaboração e a sinergias bem-sucedidas no seio do Governo da Indonésia e países destinatários, com apoio técnico da FNUAP Indonésia e outros escritórios nacionais da FNUAP. É necessário fomentar a colaboração entre os líderes religiosos muçulmanos da Indonésia e os países destinatários de modo a assegurar que as lições aprendidas podem ser aplicadas com calma no país e os resultados planeados atingidos na totalidade.

Contacto:

Dr. Annette Sachs Robertson, Representante FNUAP na Indonésia, robertson@unfpa.org



Nome do Projeto: Parcerias Transculturais Entre Líderes Religiosos Muçulmanos e Instituições Islâmicas para a Promoção do Planeamento Familiar

Países/Regiões: Afeganistão, Argélia, Azerbaijão, Bangladeche, Chade, Etiópia, Gana, Guiné, Índia, Malásia, Maldivas, Mali, Nepal, Níger, Nigéria, Paquistão, Filipinas, Sudão, Sri Lanka

Proposto por: FNUAP Indonésia

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.4, 3.1, 3.2, 3.7, 5.6, 17.9

Apoiado por: Governo da Indonésia e FNUAP

Entidades implementadoras: Comissão Nacional de Planeamento Familiar e População (BBKBN), Ministério da Secretaria de Estado e FNUAP Indonésia

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2013 – Organizado anualmente

URL da iniciativa: goo.gl/PV21Bf

Replicação e Expansão da Monitorização de Programas e Iniciativa de Resposta sobre Saúde e Nutrição Infantil na Região da África Oriental e Austral

3 SAÚDE DE QUALIDADE



Utilização de dados em tempo real para melhorar os serviços de saúde e nutrição

Desafio

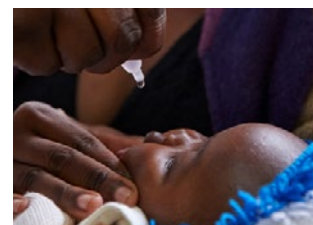
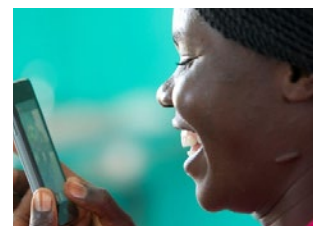
A maioria dos sistemas de prestação de serviço social do governo na região da África Oriental e Austral (Eastern and Southern Africa region, ESAR) são caracterizados pelos sistemas tradicionais de monitorização e avaliação que geralmente monitorizam contributos/resultados e realizam avaliações finais ocasionais. Foram desenvolvidos esforços limitados para monitorizar os resultados intermédios de programas de prestação de serviços, por exemplo, identificar e analisar estrangulamentos ao nível adequado de descentralização e avaliar o progresso dos resultados. Para além disso, os dados não foram utilizados adequadamente para informar o planeamento e as estratégias do programa. Isto levou a uma utilização ineficaz de recursos por parte das agências de prestação de serviços, planeamento e orçamentação ineficazes e grandes populações de crianças que ainda estão sem acesso a serviços.

Assim, houve uma necessidade urgente para reunir dados de “aviso antecipado” para que os resultados intermédios dos programas de serviço do governo pudessem monitorizados. Para além disso, os governos locais poderiam utilizar os dados de monitorização para tomar decisões com base em evidências com vista a ajustar a prestação de serviços públicos de forma atempada durante a fase de implementação, ao invés de aguardar pelos resultados da avaliação.

Rumo a uma Solução

Em resposta a este desafio, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo Americano para a UNICEF e a Fundação Bill e Melinda Gates apoiaram o desenvolvimento da iniciativa Monitorização de Programa e Resposta (MPR) do ESAR na região, centrando-se nos programas de prestação de serviços nos setores da saúde e da nutrição. É o primeiro programa de monitorização quase em tempo real (MQTR) do seu género na UNICEF que combina dados subnacionais com o feedback da comunidade para reforçar a tomada de decisões baseada em evidências e planear a melhoria dos resultados de saúde e de nutrição para mulheres e crianças. **A chave para esta iniciativa é apoiar governos descentralizados para sinterizar o NRTM de dados do lado da oferta localizada quanto a saúde e nutrição e o feedback da comunidade do lado da procura. O programa está também empenhado em incutir uma cultura de utilização de dados e a aplicação no seio dos profissionais de saúde.**

Em 2015, a iniciativa foi lançada em quatro países piloto: Quênia, Suazilândia, Uganda e Zimbabué. Cada escritório nacional da UNICEF adaptou a iniciativa MPR ao seu contexto local. No Quênia, o Governo adotou um quadro de resultados de saúde reprodutiva, materna, de recém-nascidos, infantil e adolescente (RMNCAH) como ferramenta de gestão e responsabilidade para impulsionar as melhorias na saúde materno-infantil. A UNICEF da Suazilândia desenvolveu os primeiros painéis de indicadores do Sistema de Informação de Gestão de Saúde do país (SIGS) para utilização a nível subnacional. A plataforma de envolvimento de cidadãos baseada em SMS da UNICEF, o U-Report, é também utilizada para gerar feedback de clientes de unidades de saúde e promover mensagens de saúde pública. No Uganda, a UNICEF tem um quadro de resultados RMNCAH totalmente automatizado como um painel de indicadores dentro do Software de Informação de Saúde do Distrito (SISD 2), juntamente com quatro outros painéis de indicadores MQTR, incluindo um painel de indicadores de certificação de qualidade de dados, um painel de indicadores de análise de



© UNICEF

constrangimentos, um painel de indicadores de localização de ação e um painel de indicadores de gestão de stock. No Zimbabué, a UNICEF desenvolveu um sistema MQTR de base comunitária para reforçar a base de evidências da Abordagem de Base Comunitária Multissetorial para o Programa Redução da Mal Nutrição (Multisectoral Community – based Approach for Reduction of Stunting, MSCBARS).

Após estas intervenções, os departamentos de saúde locais no Quênia utilizaram os dados do painel de indicadores de forma eficiente para a defesa com base em evidências para conseguir recursos para o setor da saúde. Na Suazilândia, a UNICEF trabalhou com o Governo ao nível nacional para padronizar os campos de contributos em introdução de dados que levou a melhorias na qualidade dos dados. No Uganda, as conclusões do U-Report e as avaliações da qualidade de dados nas instalações de saúde estão a ter um impacto positivo nos resultados nos distritos-alvo, incluindo stocks de medicamentos reduzidos, absentismo reduzido dos profissionais de saúde e aceitação aumentada de serviços RMNCAH. No Zimbabué, os dados constituíram a base para o planeamento por parte de quatro Comissões de Segurança Alimentar e Nutrição. Isto resultou numa distribuição equitativa dos recursos limitados disponíveis e na definição de prioridades em termos de intervenções para evitar a desnutrição infantil, tanto ao nível distrital como subdistrital.

A iniciativa MPR também tem um componente central de intercâmbio de conhecimentos que suporta a aprendizagem entre partes e a partilha de soluções entre os países implementadores e mais além. Ao facilitar a transferência de conhecimentos para outros países em África e globalmente, o sistema de intercâmbio de conhecimentos é um fator-chave para a cooperação Sul-Sul na MQTR em intervenções de saúde e nutrição. No centro deste sistema de intercâmbio de conhecimentos encontra-se uma comunidade online de prática (conhecida como comunidade de monitorização de prática em tempo real, ou MTR CoP) que facilita a partilha de boas práticas, lições e soluções que suportam

a replicação da iniciativa na região e globalmente. O sistema de intercâmbio de conhecimentos também se centra na documentação de lições aprendidas em cada país piloto. Dez lições aprendidas e três estudos de caso foram produzidos até à data, fornecendo conhecimentos importantes para cada país e ainda regionalmente. Para além disso, as reuniões de início, as revisões anuais e as visitas de intercâmbio de estudos facilitam a transferência de conhecimentos presencial em todo o país.

Para apoiar a escalada e a sustentabilidade em cada país piloto atual, as administrações nacionais e descentralizadas, não a UNICEF, detêm e orientam a política e a ação relacionadas com a utilização de dados em tempo real para ações na saúde e na nutrição. Para além disso, todos os países têm medidas de escalada e sustentabilidade incluídas na conceção do programa. A defesa da UNICEF centra-se na institucionalização da iniciativa PMR no orçamento nacional para cada país.

Dado o sucesso dos países piloto na ESAR e os esforços da iniciativa regional para soluções de fertilização transversal para outras regiões, a iniciativa PMR está atualmente a ser replicada na região da África Ocidental e Central (WCAR). No âmbito da ESAR, a UNICEF está a explorar a possibilidade de alargar a MQTR ao Maláui, Tanzânia e Zâmbia em 2018. A UNICEF está ainda a considerar a aplicação da MQTR em outros setores como, por exemplo, a educação e água, saneamento e higiene (WASH).

Contacto:

Nima Fallah, Especialista em Gestão de Conhecimentos Regionais, UNICEF ESARO, nfallah@unicef.org

Nome do projeto: Monitorização do Programa e Iniciativa de Resposta

Países/Regiões: Quênia, Suazilândia, Uganda, Zimbabué

Proposto por: UNICEF

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.1, 2.2, 3.1, 3.2, 3.8

Apoiado por: Fundo Americano para a UNICEF, Fundação Bill e Melinda Gates

Entidades implementadoras: Escritórios nacionais da UNICEF no Quênia, Suazilândia, Uganda, Zimbabué

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2014 - presente

URL da iniciativa: goo.gl/vPXi9r; goo.gl/8JEmqx



Reforço das Competências de Dobragem para Televisão em África

Promoção de intercâmbios culturais e tecnológicos

Desafio

África está a caminho de um rápido desenvolvimento e as suas indústrias culturais necessitam de ser desenvolvidas simultaneamente. Como componente-chave da indústria de radiodifusão e televisão, a dobragem é importante não apenas para introduzir programas estrangeiros excelentes em África com vista a promover o conhecimento e a aprendizagem, mas também desenvolver a televisão africana e a indústria de radiodifusão como um todo. Atualmente, a dobragem em África enfrenta dois desafios: a falta de atores e atrizes de locução profissionais e a falta de tecnologia de dobragem profissional.

Estes desafios podem ser observados particularmente na República Unida da Tanzânia. Tendo em conta os avanços em termos do desenvolvimento económico e social, existe uma maior procura por uma cobertura de transmissão televisiva mais ampla e por conteúdos programáticos mais ricos, especialmente para aprendizagem. A tradução de programas de TV estrangeiros é uma fonte importante para os fornecedores de conteúdos. Assim, o apoio internacional em dobragem, incluindo tecnologias e competências, é amplamente necessário.

Rumo a uma Solução

Para ajudar a promover a capacidade de representação de locução e as respetivas tecnologias na Tanzânia, o Conselho Empresarial China-África (China – Africa Business Council, CABEC), juntamente com o seu parceiro, a Empresa Emissora da Tanzânia, propuseram um programa de formação prática para promover as competências de dobragem para televisão de África. Inclui as seguintes atividades:

- investigação local sobre as indústrias de radiodifusão e dobragem na Tanzânia;
- seleção de estagiários da Tanzânia para um curso de formação profissional na China;
- workshops para resumir a experiência de formação; e
- promoção de tecnologias de dobragem na Tanzânia e em outros países africanos.

Em cooperação com a cadeia de televisão nacional da Tanzânia e outras agências relevantes, o grupo de implementação do projeto, a StarTimes (uma empresa multinacional de média chinesa) enviou especialistas técnicos Chineses para Dar es Salaam, Zanzibar e Arusha, Tanzânia. Através da investigação e da análise do ambiente dos média local, estado do desenvolvimento e do mercado de tradução e dobragem de programas, foi criado um conjunto de soluções técnicas para melhorar o nível de serviços de locução no país. Para além disso, atores e atrizes de dobragem e técnicos de gravação da Tanzânia foram selecionados para se deslocarem à China receberem formação técnica, orientação sobre dobragem e gravação e apoio na tecnologia de gravação e locução. Como resultado disso, dominaram a tecnologia de gravação e locução da China ao mais alto nível.

Os cursos de formação incluem três fases nas quais os alunos recebem equipamento de dobragem avançado (hardware e software) que melhor se adequa à situação atual de África. Os alunos são treinados com o apoio de dobragem de alta qualidade e pós-produção e concluem projetos. Os alunos também frequentam demonstrações de engenharia detalhadas e recebem materiais de dobragem, filmagens e outros documentos internos. No final de cada fase, realiza-se uma avaliação de desempenho, seguida de um workshop para resumir a experiência de formação e os resultados.



© CABEC

A formação em tecnologias de dobragem da Tanzânia atingiu resultados positivos e tornou-se muito popular. De facto, foi reconhecida por outros países africanos devido à conceção dos seus padrões de formação, a formação de vozes profissionais e engenheiros de gravação e design de som. Para além disso, promoveu intercâmbios tecnológicos e culturais sino-africanos.

Os seguintes resultados foram atingidos:

- Foi criada a formação em dobragem para a língua local africana. Durante o processo de ensino, foi definido um conjunto de padrões de formação bem estabelecidos para técnicas de dobragem na língua local que pode ser replicado e promovido em formação de dobragem em outras zonas de África;
- Foi desenvolvido um conjunto de trabalhos de dobragem em suaíli. Como parte do programa de formação, até ao final de dezembro de 2017, os alunos produziram uma série de trabalhos dobrados em suaíli, incluindo 19 séries de televisão, nove filmes, dois espetáculos e um documentário. Após a revisão, sintonização e mistura, cumpriram os requisitos de emissão e alguns foram transmitidos em África. Serviram como modelos e ferramentas úteis para ajudar os públicos africanos a compreenderem o processo de dobragem e a aprenderem técnicas que podem ser utilizadas para a replicação noutros países e para assegurar a sustentabilidade do programa;

- As atividades dos alunos e o programa suscitaram uma reputação forte. Enquanto o curso decorria, as competências dos alunos melhoraram em grande medida. Participaram então em dois fóruns - o Fórum Belt and Road para Cooperação Internacional e o Sétimo Fórum de Desenvolvimento Televisivo Digital Africano - e tiveram um desempenho que foi elogiado por atores e na aula de formação; e
- O programa de formação promoveu intercâmbios culturais e tecnológicos entre a China e África. O programa também forneceu aos formandos uma plataforma para intercâmbios culturais entre a China e África atraindo, assim, mais atenção para o setor da dobragem em África.

Contacto:

Bai Xiaofeng, Conselho Empresarial China-África,
baixiaofeng@cabc.org.cn

Nome do projeto: Reforço das Competências de Dobragem para Televisão em África

Países/Regiões: China, República Unida da Tanzânia

Proposto por: Centro Internacional para Trocas Económicas e Técnicas da China (CICETE)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4.4, 8.1,17.8

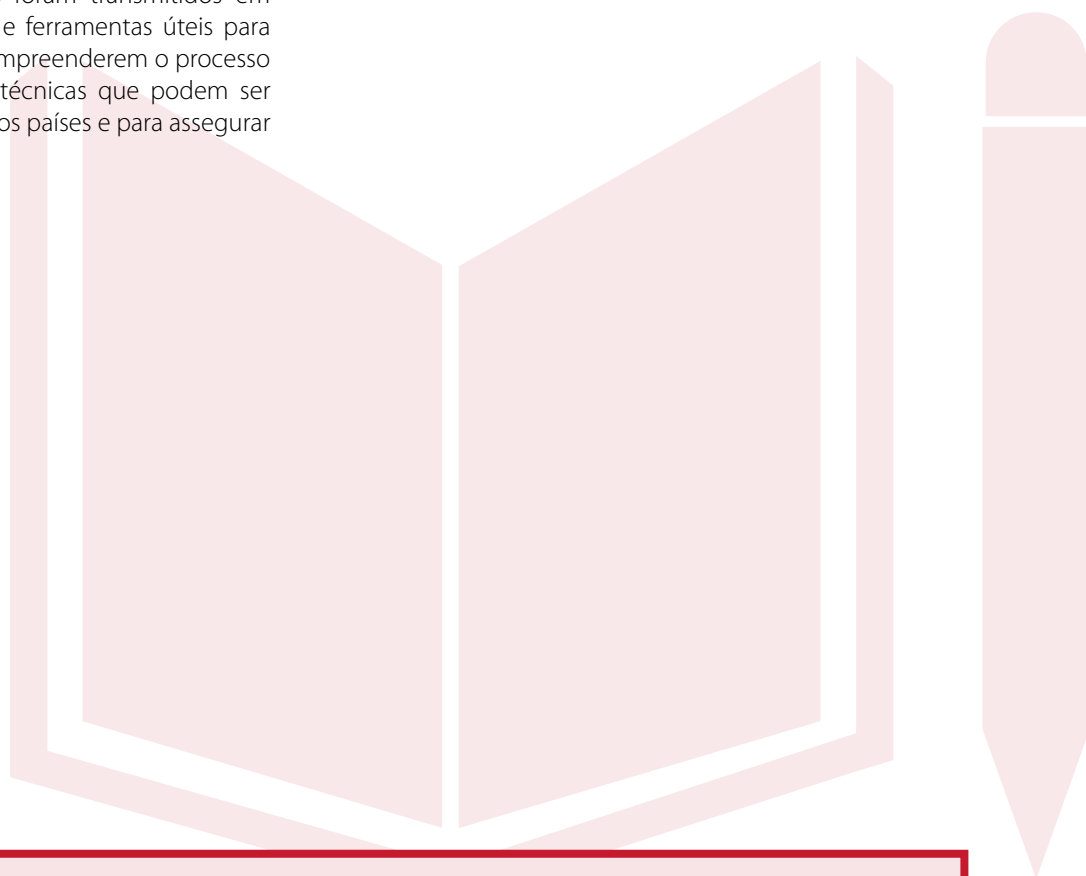
Apoiado por: Conselho Empresarial China-África e Empresa Emissora da Tanzânia

Entidades implementadoras: Conselho Empresarial China-África e StarTimes

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: Novembro 2016 - Outubro 2017

URL da iniciativa: <http://en.cabc.org.cn>





Ensino de Espanhol como Língua Estrangeira

Intercâmbio cultural e cooperação para guias turísticos e estudantes asiáticos

Desafio

De acordo com a Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas (OMT), a Ásia e o Pacífico lideraram o crescimento mundial em turismo internacional em 2016 com um recorde de 308 milhões de chegadas de turistas internacionais, constituindo um aumento de 9% ou 24 milhões de pessoas em 2015. Este é o maior aumento registado, em termos absolutos e relativos, nas cinco regiões OMT.¹ O número de turistas falantes de espanhol a visitar a Ásia também aumentou. Os guias turísticos na região perceberam que têm de aprender espanhol para prestar um melhor serviço a este novo e crescente mercado.

Rumo a uma Solução

Para abordar esta necessidade, em 2012, o Governo da Colômbia introduziu um programa de intercâmbio cultural para guias turísticos asiáticos e alunos de licenciatura e estudos de pós-graduação, dando-lhes a oportunidade de irem até à Colômbia para aprenderem espanhol como segunda língua. As embaixadas da Colômbia em cada país e ainda as dos países participantes e as universidades envolvidas são os principais parceiros para o recrutamento dos alunos interessados.

Esta iniciativa reforça o intercâmbio cultural e a cooperação internacional entre a Colômbia e a Ásia² ensinando espanhol como língua estrangeira e promovendo os valores linguísticos, culturais e turísticos da Colômbia. É também importante para os guias turísticos asiáticos reforçarem a sua interação com turistas que falam espanhol e proporciona à Colômbia uma grande oportunidade para se afirmar como um destino principal para aprender espanhol. O programa procura contribuir para a concretização do ODS 8 uma vez que estes intercâmbios criam maiores e melhores oportunidades de emprego quando os guias turísticos voltam aos seus países na Ásia, o que, por sua vez, gera um maior crescimento económico para o setor do turismo e da hotelaria na região.

O programa é desenvolvido nas universidades colombianas reconhecidas como oferecendo formação de espanhol de alta qualidade. Oferecem um curso de língua que dura um semestre académico (quatro meses) com 15 horas de aulas por semana. Para conferir aos beneficiários uma certificação reconhecida internacionalmente da sua competência linguística, o exame do Serviço Internacional de Avaliação da Língua Espanhola (SIELE) é realizado no final do curso.

Para além destas atividades académicas, são promovidas atividades voluntárias entre os estudantes asiáticos, incluindo 10 horas de voluntariado por semana em projetos comunitários, o que lhes proporciona uma compreensão mais aprofundada da sociedade colombiana. Isto ajuda a atingir o ODS 4, pois os alunos aprendam espanhol em instituições de ensino de alta qualidade e também adquirem conhecimentos importantes sobre as condições sociais e políticas num país da América Latina tão complexo como a Colômbia. Isto é altamente inovador, uma vez que é uma nova forma de reforçar a cooperação entre duas regiões como a Ásia Oriental e a América Latina, caracterizadas por países em desenvolvimento com dinâmicas económicas similares e complementares.

Devido ao sucesso desta iniciativa, o interesse de candidatura ao curso está a aumentar entre alunos e guias turísticos asiáticos. Consequentemente, em 2017, foi criada a iniciativa ELE Ásia + com vista a alargar os benefícios do programa ELE Focalae a outros países na

¹ Consultar www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284419029

² Os principais países envolvidos são: (na ELE Focalae): Austrália, Brunei Darussalam, Camboja, China, Indonésia, Japão, República da Coreia, República Democrática Popular do Laos, Malásia, Mianmar, Mongólia, Nova Zelândia, Filipinas, Singapura, Tailândia e Vietname; (no ELE Ásia +): Bangladeche, Butão, Índia, Maldivas, Nepal e Sri Lanka.



© APC – Colômbia

região como, por exemplo, o Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal e Sri Lanka.

Adicionalmente e como complemento a estes dois projetos, o Governo Colombiano decidiu incorporar o ELE na Asia Competition, na qual professores de universidades e centros de estudos que receberam professores das iniciativas ELE Focalae e ELE Ásia+ se podem candidatar a um curso curto de espanhol numa universidade na China, Indonésia, Tailândia ou Vietname reforçando, assim, as suas competências profissionais e conhecimentos da cultura asiática. Para além disso, podem ser assinados acordos de cooperação com as universidades asiáticas parceiras.

Desde 2013, um total de 223 guias turísticos, jornalistas especializados em turismo, alunos de licenciatura e de estudos de pós-graduação da Ásia Oriental beneficiaram da iniciativa que abre as portas ao intercâmbio cultural e comercial e ao crescimento no turismo da Ásia para a Colômbia. Para além disso, contribuiu para a internacionalização das instituições

de ensino colombianas e consolida o leque de programas de ensino da língua espanhola no país.

Durante estes cinco anos, quase 1 128 pessoas participaram na iniciativa e as candidaturas aumentaram em mais de 74% entre 2013 e 2017, facto que reflete o crescente interesse na América Latina por parte de países asiáticos. Em 2018, o Governo da Colômbia decidiu continuar a iniciativa, oferecendo 60 novas bolsas de estudos.

É importante sublinhar que estas boas práticas beneficiaram todos os países que fazem parte do fórum FOCALAE. O desenvolvimento de projetos similares é importante porque boas práticas como esta podem beneficiar não apenas dois, mas muitos países. Para replicar este projeto, o país anfitrião deverá ter universidades certificadas no ensino do espanhol para que possam oferecer cursos de qualidade.

Contacto:

Maira Galeano Fonseca, mairagaleano@apccolombia.gov.co
Sebastian Giraldo Mejia, Tel: +(57) 3015287019

Nome do projeto: Programas ELE – FOCALAE e ELE – ASIA+, Espanhol como língua estrangeira

Países/Regiões: Colômbia e Países na Ásia (Bangladeche, Butão, Camboja, China, Índia, Indonésia, Japão, República da Coreia, República Democrática Popular do Laos, Malásia, Maldivas, Mongólia, Myanmar, Nepal, Filipinas, Singapura, Sri Lanka, Tailândia e Vietname)

Proposto por: Agência Presidencial Colombiana de Cooperação Internacional (APC - Colômbia)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4.9, 4.10, 8.2, 17.3, 17.6

Apoiado por: Ministério dos Negócios Estrangeiros Colombiano, Icetex, Caro y Cuervo Institute, Parques Naturais Nacionais Colombianos.

Entidades implementadoras: APC – Colômbia, universidades colombianas que têm programas reconhecidos para o ensino do Espanhol (Universidade Autónoma de Bucaramanga e Universidade São Tomás de Aquino em Bucaramanga; Eafit e a Universidade Pontificia Bolivariana em Medellín; Universidade Gran Colombia em Armenia; Universidade Caldas em Manizales; Universidade Pontificia Javeriana e Universidade La Sabana em Bogotá; e o Instituto de Espanhol EHE em El Socorro, Santander)

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2013-2018

URL da iniciativa: goo.gl/hh5E9o



Transferência de um Modelo de Ensino Superior da Colômbia para a Costa do Marfim

Fornecer oportunidades de ensino superior com vista a abordar a desigualdade

Desafio

A Costa do Marfim é um país jovem cuja economia se baseia em grande medida nos seus recursos naturais que são principalmente a agricultura (cacau, café, algodão, óleo de palma e borracha) e minério. No entanto, apesar de fortes perspectivas de crescimento económico, o país evidencia uma desigualdade social significativa, com mais de 42% da população a viver abaixo da linha do limiar da pobreza e mais de 60% de desempregados a trabalharem no setor informal.

Para além disso, 38% da população tem menos de 18 anos de idade. Vivem principalmente em áreas rurais e não existe um modelo de ensino superior eficiente para satisfazer a procura. O modelo atual não oferece: (i) ensino superior que satisfaça as necessidades do setor produtivo e melhoria das condições de vida dos estudantes; e (ii) um modelo educativo que maximize as oportunidades para o segmento mais vulnerável da população aceder ao ensino superior (atualmente, menos de 20% da população frequenta universidades).

Rumo a uma Solução

Procurando contribuir para o desenvolvimento social e crescimento económico sustentável da Costa do Marfim através de um ensino tecnológico superior, a Universidade Minuto de Dios (UNIMINUTO) cooperou com uma organização religiosa Eudista, a Congregação de Jesus e Maria na Costa do Marfim. Com base na sua experiência académica prévia na Colômbia, a universidade procurou identificar a disponibilidade, qualidade, acessibilidade e relevância do ensino superior para as necessidades sociais e económicas do país. A UNIMINUTO concluiu que o atual sistema de ensino superior da Costa do Marfim não era adequado às fortes desigualdades sociais e de género ou suficientemente eficaz para abordar a elevada taxa de desemprego, que deixa a maioria das pessoas sem outra escolha que não seja trabalhar no setor informal.

Neste contexto, a UNIMINUTO propôs a criação de *Institution Universitaire Technologique Eudiste d'Afrique* (a Universidade Técnica Eudista de África, IUTEA) baseada no modelo UNIMINUTO aplicado na Colômbia. Este modelo irá fornecer soluções concretas para os desafios acima indicados através de:

- Aprendizagem equilibrada – educação que promove princípios e valores com um foco na responsabilidade social;
- Formação prática – um equilíbrio entre teoria, prática, adaptação e utilização de laboratórios e tecnologias; e
- Formação relevante e diversificada – programas alinhados com os setores estratégicos definidos pelo Governo e pelo setor produtivo com especializações em várias áreas de conhecimento.

Para lançar este projeto e reforçar a relação entre ambos os governos, a APC - Colômbia deu apoio para reuniões entre instituições dos Governos da Costa do Marfim e da Colômbia. Os participantes incluíram o Ministério do Ensino Superior e da Ciência da Costa do Marfim, a APC - Colômbia, os Ministérios da Educação e dos Negócios Estrangeiros da Colômbia, a Vice-Presidência e Primado da Costa do Marfim, a Câmara do Comércio e da Indústria e instituições estrangeiras como, por exemplo, a Conferência Episcopal Italiana.



© APC – Colômbia

A IUTEA procura desenvolver oportunidades educativas para pessoas, sem distinção de raça, sexo, classe social ou religião, que não têm acesso ao ensino superior devido às quotas que afetam a sua aceitação em universidades públicas e aos elevados custos das universidades privadas. Adicionalmente, a IUTEA promove o desenvolvimento de projetos de formação contínua através de Certificados de Aptidão Profissional (CAP) para pessoas com o ensino secundário que necessitam de desenvolver competências de trabalho e projetos produtivos. Finalmente, a IUTEA tem como objetivo desenvolver projetos de investigação que podem contribuir para o desenvolvimento social e para o crescimento económico e que estão relacionados com as seguintes áreas: empreendedorismo, inovação social, soberania alimentar e superação da pobreza através de uma economia solidária.

Graças aos recursos fornecidos através da cooperação triangular entre Itália, Colômbia e Costa do Marfim, a IUTEA foi criada no distrito de Yopougon – Abidjan e foram desenvolvidos programas académicos (oito em agroecologia, gestão, informática e construção civil, que oferecem quatro graus de licenciatura e quatro programas técnicos superiores). Adicionalmente, 47 professores costa marfinenses receberam formação para se tornarem professores IUTEA através do Curso Virtual de Docência em Ensino Superior. A IUTEA obteve todas as autorizações necessárias para abrir a universidade e iniciar as atividades docentes em fevereiro de 2018.

O projeto contratou uma equipa de trabalho administrativo local; oito alunos do primeiro ano da educação geral começaram a sua formação na IUTEA e 147 pessoas receberam formação em cursos de agroecologia - workshops de agricultura urbana com materiais recicláveis.

Se outros países quiserem replicar ou adaptar o modelo UNIMINUTO, os seus contextos sociais, educativos e económicos devem ser similares aos da Colômbia. Qualquer entidade que procure apoio para a transferência, total ou parcial, do modelo UNIMINUTO deve:

- partilhar a visão da UNIMINUTO relativamente ao combate à pobreza e criação de inclusão social;
- participar ativamente para a capacitação local;
- demonstrar uma elevada consciência social, particularmente relativamente a princípios de boa governação, transparência e à otimização dos recursos disponíveis;
- dispor de recursos suficientes para financiar a assistência técnica; e
- assegurar que a lei no país de replicação cumpre com os critérios de direitos de autor e direitos de propriedade intelectual da UNIMINUTO.

Contacto:

Jorge Enrique Gallego Vásquez, Co-Diretor da IUTEA e Diretor Internacional da UNIMINUTO,
jorge.gallego@uniminuto.edu
Padre Moise Boni, Diretor da IUTEA, tuobifa@yahoo.fr

Nome do projeto: Transferência do modelo de ensino superior da UNIMINUTO para a Congregação Jesus e Maria na Costa do Marfim com vista à criação da Universidade Técnica Eudista de África (IUTEA)

Países/Regiões: Colômbia, Costa do Marfim, Itália

Proposto por: APC – Colômbia

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4.3, 4.4, 4.5, 4.7, 4.b, 8.3, 8.5, 8.6, 8.8, 8.9, 8.b, 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.b

Apoiado por: UNIMINUTO, Congregação de Jesus e Maria - Vice-Província CJM de África, Governo da Costa do Marfim, Governo da Colômbia, Conferência Episcopal Italiana

Entidades implementadoras: UNIMINUTO, Congregação de Jesus e Maria - Vice-Província CJM de África

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2015-2025

URL da iniciativa: <http://iutea.edu.ci>, <http://uniminuto.edu>

Iniciativa para a Primeira Infância México – Uruguai: Coexistência entre Arte, Direitos Humanos e Cidadãos

4 EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE



Abordar as necessidades educativas das populações vulneráveis para evitar comportamentos violentos na primeira infância

Desafio

A cidade de Juárez, México, tem sido um dos municípios mais afetados pela violência nos últimos anos. Elevadas taxas de homicídio deixaram um número significativo de crianças órfãs. São negligenciadas pela suas famílias e professores e também pelas políticas públicas. As crianças e adolescentes experienciam violência familiar e relacionada com gangues, stress, angústia e ansiedade e ainda outros problemas de saúde e vícios. Estas questões refletem-se na violência escolar, bullying e outros problemas comportamentais.

Rumo a uma Solução

Para abordar este desafio, o México e o Uruguai desenvolveram uma iniciativa “Primeira Infância: Coexistência entre Arte, Direitos Humanos e Cidadãos” para reforçar a educação sobre direitos humanos desde a primeira infância através da arte em escolas localizadas em áreas com tendência para a violência com o objetivo de reduzir todas as formas de discriminação social.

A iniciativa foi orientada para crianças dos 3 aos 8 anos de idade, para as suas famílias, professores e tutores e procurou atingir os seguintes ODS: ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Fortes) e ODS 17 (Parcerias para os Objetivos).

Cada participante/parceiro - Montevideo, a capital do Uruguai e Ciudad Juárez - abordou estes objetivos a partir de diferentes estratégias curriculares e metodológicas, que reforçaram a propriedade do projeto e ajudaram a melhorar os resultados. O ponto de partida em ambos os países foi convidar escolas para se juntarem ao projeto realizando atividades para evitar a violência e a discriminação.

As principais atividades do projeto foram estruturadas em torno de duas áreas de intervenção. Os objetivos foram:

- desenvolver uma dimensão artística em projetos de educação institucional (*Proyecto educativo institucional*, PEI) promovendo um sentido de pertença, cooperação e respeito pelas diferenças dentro das comunidades de aprendizagem; e
- melhorar as competências de ensino ao “problematizar” as práticas de ensino, ou seja, utilizando estudos de caso para resolver um problema ou questão e contribuir para o desenvolvimento da criança em termos de criatividade, expressões emocionais e afeto.

Em geral, **o projeto foi bem sucedido ao avançar com um modelo pedagógico que integrou, de forma eficiente, a arte e os direitos humanos através de um conteúdo curricular e um mapa educativo definidos.** O modelo provou ser adequado para a implementação de ações de prevenção orientadas para crianças e adultos e para o desenvolvimento de workshops para formação de educadores utilizando um guia metodológico. Embora seja ainda muito cedo para medir a eficácia real desses materiais, os mesmos tornaram-se material de referência permanente para os utilizadores.

Nas escolas piloto foram realizados quatro tipos de workshops para pais que receberam formação em artes performativas (teatro de fantoches), artes visuais e direitos humanos.



© AMEXCID

Através de cada workshop os alunos receberam ferramentas para interpretar histórias utilizando fantoches. Os temas principais das histórias foram os direitos humanos e a prevenção do bullying.

Cada escola foi equipada com material didático e literário, uma pasta - teatro de fantoches, um mural de arte e um curso para a criação dos seus próprios fantoches de luvas.

Os workshops ajudaram o projeto a atingir o progresso através de uma transformação pedagógica eficiente criando um modelo de intervenção no qual a comunidade educativa foi responsável por criar e colocar em prática ações que integram os direitos humanos e as artes em cada escola. As equipas treinadas nas sessões de formação deram contributos e produziram ferramentas de trabalho para abordar problemas que afetam grupos prioritários (incluindo famílias, crianças, colegas de trabalho e organizações locais).

As sessões de formação produziram resultados importantes em termos de construção e aquisição de conhecimentos. Também ajudaram a desenvolver capacidades práticas que aumentaram as competências críticas dos destinatários relativamente a leitura, interpretação e compreensão de perspetivas de direitos humanos.

Em termos de sustentabilidade, foram criadas, em ambos os países, parcerias com outras instituições e entidades públicas. Estas ajudaram a assegurar a continuidade do projeto e a sua incorporação na agenda pública.

Do projeto resultaram duas concretizações importantes que permitirão que os resultados sejam replicados:

- No México, a série de programas DENI (www.deni.org.mx) está atualmente a ser produzida. Incorporam os temas do projeto num idioma e num formato adaptados a crianças e foram incorporados como uma ferramenta de trabalho nas escolas Mexicanas; e,
- No Uruguai, ao abrigo do Plano Nacional de Educação para os Direitos Humanos, o Ministério da Educação e da Cultura comprometeu-se a financiar horas adicionais para atividades de formação de professoras em Montevideo e acompanhamento em três novas escolas piloto.

Contacto:

Dra. Martha Navarro, Diretora Geral da Cooperação Técnica e Científica – AMEXCID, Secretariado dos Negócios Estrangeiros do México, mnavarroa@sre.gob.mx

Nome do projeto: Iniciativa para a Primeira Infância México – Uruguai: Coexistência entre Arte, Direitos Humanos e Cidadãos

Países/Regiões: México, Uruguai

Proposto por: Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4.1, 16.1, 17.9

Apoiado por: Fundo de Cooperação Conjunta México - Uruguai

Entidades implementadoras: No México: Comissão de Direitos Humanos do Estado de Chihuahua (CEDH), SUPERARTE A.C. No Uruguai: Câmara Municipal de Montevideo, Teatro Solís.

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2015–2017

URL da iniciativa: Relatório CEDH (em Espanhol) goo.gl/T6Y'bu; Vídeo (em espanhol) goo.gl/pmk4Jx

Intercâmbio Recíproco de Pessoal Sul-Sul no Âmbito do Quadro de Cooperação Institucional

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Uma metodologia versátil para a partilha de conhecimento e capacitação para concretização da Agenda 2030



Desafio

Os problemas colocados pela desigualdade de género, pela falta de acesso à formação profissional para jovens e pela falta de aconselhamento psicossocial para os desfavorecidos são três problemas cruciais que impedem a realização plena do potencial humano. Estes problemas são especialmente prevalentes nos países do Sul. As estratégias-chave para o alívio da pobreza deverão abordar as causas que prejudicam o progresso no sentido de atingir a igualdade de género, ajudar os mais jovens a conseguirem competências adequadas ao mercado e ligá-los aos mercados de trabalho e ainda assegurar que grupos específicos como, por exemplo, deficientes e vítimas de violência, são tratados com um cuidado extra.

Rumo a uma Solução

A FK Noruega é uma agência de gestão de financiamento sob a alçada do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Noruega, mandatada para facilitar e apoiar o intercâmbio de pessoas no quadro da cooperação institucional, intitulado FK - Exchange. A componente-chave desta iniciativa envolve deslocar pessoal profissional de uma organização nacional para trabalhar durante um ano com um parceiro anfitrião noutro país com base no pressuposto de que ambos têm algo para contribuir e algo para aprender e levar para casa.

A incorporação mútua de profissionais em cada uma das organizações permite a partilha de conhecimentos e o intercâmbio de ideias e competências. O elemento humano cria ainda um melhor entendimento e confiança entre as organizações. O conhecimento obtido é sustentado sob a forma de métodos de trabalho melhorados e outras formas de capacitação permanente, mesmo após o fim do programa de intercâmbio.

Redes internacionais de agências públicas, empresas do setor privado e organizações da sociedade civil estão envolvidas no programa. Os participantes advêm de um vasto leque de profissões relevantes para os ODS.

O conceito de facilitação da FK Noruega fornece reuniões de planeamento e revisão, formação do parceiro nacional/anfitrião e cursos preparatórios e reuniões de balanço para os participantes que se deslocam para o estrangeiro. Mais de metade do programa baseia-se em intercâmbios triangulares e Sul-Sul. Em qualquer altura, existem cerca de 50 parcerias triangulares e Sul-Sul ativas com aproximadamente 250 profissionais a trabalhar fora do país. Entre 2001 e 2018, cerca de 160 redes parcerias triangulares e Sul-Sul fizeram o intercâmbio de mais de 3.000 pessoas da África, Ásia e América Latina.

Exemplos de intercâmbios entre países do Sul incluem o seguinte:

- O Fórum de Mulheres Educadoras Africanas (Forum of African Women Educationalists, FAWE) é um projeto que funciona através de capítulos nacionais em África para promover a educação de raparigas e mulheres. Com o apoio da Noruega, tem como objetivo criar capacidades institucionais e competências nos capítulos nacionais da FAWE no Quênia, Maláui, República Unida da Tanzânia, Uganda e Zâmbia, fazendo o intercâmbio de pessoal profissional para os ajudar a ganhar mais especialização em lobbying e defesa. Tudo isto é realizado de modo a assegurar a partilha de competências e conhecimentos, particularmente nas áreas da imprensa e comunicações, lobbying e campanhas.



© FK Norway

Um total de 30 membros do pessoal com competências relevantes realizaram intercâmbio no seio dos membros da rede FAWE, cada um permanecendo fora do país com uma organização-irmã durante um ano. Isto permitiu o intercâmbio de conhecimentos, competências e ideias ao nível operacional e melhorou o funcionamento geral da rede FAWE. Também incluiu a melhoria e o reforço de ferramentas de defesa e lobbying e a melhoria da mobilização de recursos no seio dos participantes; e

- O Projeto de Intercâmbio FUNDATED e CEDEHCA procura reforçar e melhorar o tratamento psicossocial na Guatemala e na Nicarágua no seio de comunidades onde trabalham as seguintes *ONG Fundación Asistencia Técnica para el Desarrollo* (FUNDATED) na Guatemala e *El Centro de Derechos Humanos, Ciudadanos y Autonómicos* (CEDEHCA) na Nicarágua. O programa dirige-se a dois grupos: crianças portadoras de deficiência na Guatemala e vítimas de violência do sexo feminino na Nicarágua. O projeto facilita o reforço do tratamento psicossocial e as competências médicos fazendo o intercâmbio de pessoal entre as duas organizações/os dois países. Estes intercâmbios permitem a partilha de conhecimentos e competências ao nível operacional e ainda a capacitação da FUNDATED e do CEDEHCA.

Para a FUNDATED, o projeto reforçou um processo que tinha como objetivo melhorar os conhecimentos, as competências e a estratégias no trabalho com crianças e jovens com problemas de aprendizagem e jovens em risco de abuso de substâncias. O CEDEHCA embarcou num programa de mobilização de crianças e jovens nas comunidades para identificar e ajudar os jovens com problemas de aprendizagem e vítimas de violência numa tenra idade. Convidou psicólogos e estudantes de psicologia para participarem para reforçaram o trabalho.

Os intercâmbios também proporcionaram um efeito a longo prazo através do aspeto motivacional e inspirador de trabalhar fora do país durante um ano. Algumas evidências demonstram que quando os participantes voltam a casa, envolvem-se, de uma forma mais ativa, na vida da comunidade e na vida pública e aumentam as suas oportunidades de emprego.

Um aspeto inovador do programa é a sua conceção totalmente horizontal em que todas as partes na rede se reúnem à mesa para aprender e contribuir com competências e conhecimentos. O reconhecimento do valor do conhecimento de todos cria uma maior liderança, participação e sustentabilidade.

Contacto:

Helge Espe, Conselheiro Principal, FK Noruega,

helge.espe@fredskorpset.no

Marit Bakken, Diretora do Programa

marit.bakken@fredskorpset.no

Nome do projeto: Intercâmbio Recíproco de Pessoal Sul-Sul no Âmbito do Quadro de Cooperação Institucional

Países/Regiões: Países em África, Ásia e América Latina

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4.7, 17.9

Apoiado por: FK – Noruega

Entidades implementadoras: Agências públicas, empresas do setor privado, ONG e OSC

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2001 – Presente

URL da iniciativa: www.fredskorpset.no

Criação de um Centro de Aprendizagem para o Desenvolvimento de uma Agricultura Sustentável com Base na Filosofia da Economia de Suficiência da Tailândia

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Fornecer o conhecimento e as competências necessárias para uma gestão eficaz e produtiva do setor agrícola

Desafio

Apesar de uma elevada percentagem da população da República Democrática Popular do Laos (RPD Laos), aproximadamente 80%, trabalhar na agricultura, as pessoas ainda não têm um entendimento e know-how sobre gestão agrícola. Isto cria um desafio à RPD Laos em termos da sua produtividade agrícola.

Rumo a uma Solução

Assim, a Tailândia desenvolveu iniciativas concebidas para fornecer conhecimentos relevantes e as competências necessárias para colmatar o problema. Entre 2010 e 2016, a Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (Thailand International Cooperation Agency, TICA) deu um amplo apoio à Escola Técnica Agrícola de Dongkhamxang, incluindo bolsas de estudo para o pessoal, materiais didáticos e instalações laboratoriais. Em 2016, a agência criou um centro de aprendizagem para o desenvolvimento da agricultura sustentável, com base na aplicação da Filosofia de Economia de Suficiência (FES). **O centro de aprendizagem tinha como objetivo servir como centro que iria gerar e disseminar conhecimento de competências em práticas agrícolas sustentáveis que, por sua vez, iriam melhorar a qualidade de vida dos alunos, professores e da comunidade.**

Este centro de aprendizagem foi criado com base num acordo entre a Tailândia e a RPD Laos para abordar os desafios da produtividade agrícola na RPD Laos e, especificamente, a gestão agrícola, resultante de uma falta de know-how e de um entendimento sólido da gestão agrícola. O centro de aprendizagem foi desenvolvido para fornecer conhecimento e competências relevantes para gerir o setor agrícola de forma eficiente e produtiva, ajudando, simultaneamente, as pessoas da RPD Laos a atingirem os ODS 1, 2, 4, 12 e 17.

A FES defende uma forma de vida equilibrada na qual as dimensões económica, social, ambiental ou cultural não poderão ser seguidas com custos para outra dimensão. É essencialmente uma forma de pensar que orienta a conduta em todos os níveis da sociedade, desde o individual ao nacional, para atingir a sustentabilidade. Os seus princípios predominantes são a moderação, a razoabilidade e a autoimunidade, com a aplicação de conhecimento e moralidade. As práticas centradas na agricultura sustentável deverão, assim, ser o resultado de um processo de tomada de decisão moderado, razoável e prudente baseado na consideração das quatro dimensões referidas acima e em conhecimento e moralidade.

Ao seguir a orientação da FES, o centro de aprendizagem cobre um vasto leque de estações de aprendizagem como, por exemplo, a agricultura orgânica, incluindo fertilizantes orgânicos e Boas Práticas Agrícolas (BPA), pecuária, artesanato e contabilidade doméstica. No entanto, devido ao crescente interesse e procura por parte da comunidade, espera-se que o âmbito e a escala do centro de aprendizagem cresçam ainda mais. As suas três fases envolveram muitas atividades, incluindo uma visita de estudo à Tailândia por parte de 16 executivos e professores da escola na fase I (Outubro de 2016 - Março de 2017); a criação do centro de aprendizagem; uma reunião da Comité Diretor do Projeto (CDP); quatro cursos de formação para o pessoal docente sobre gestão do centro de aprendizagem, gestão agrícola e de produção, melhoria da produtividade e marketing; introdução de abordagens de ensino a ser utilizadas no centro de aprendizagem; um seminário para jovens sobre agricultura sustentável com base na FES e uma visita de estudo à Tailândia na fase II (Abril - Setembro de 2017).



© TICA

A fase III ainda está a decorrer (Outubro de 2017 - Setembro de 2018) e tem atraído vários visitantes, incluindo professores de 40 instituições de ensino, 100 estudantes e 30 agricultores. Têm sido realizados workshops sobre empreendedorismo agrícola e serviços profissionais.

Neste contexto, o centro de aprendizagem ajudou a RPD Laos a fazer progressos no sentido de atingir as metas de vários ODS, incluindo *Objetivo 1*: assegurar a mobilização de recursos, incluindo através de uma cooperação de desenvolvimento melhorada de modo a fornecer os meios adequados e previstos para os países em desenvolvimento implementarem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões; *Objetivo 2*: aumentar o investimento, incluindo através de uma cooperação internacional melhorada, em infraestruturas rurais, investigação agrícola e serviços de extensão, desenvolvimento tecnológico e bancos genéticos de gado e plantas para melhorar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento; *Objetivo 4*: até 2030, assegurar que todos os alunos adquiram os conhecimentos e as competências necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, incluindo através da educação para estilos de vida sustentáveis e desenvolvimento sustentável; *Objetivo 12*: até 2030, atingir a gestão sustentável e a utilização eficiente de recursos naturais e *Objetivo 17*: alavancar parcerias globais através da transferência de tecnologia, capacitação e parcerias de várias partes interessadas.

O processo de criação do centro de aprendizagem e aprender a forma como a FES pode ajudar a atingir uma agricultura sustentável levou a uma interação próxima entre, por exemplo, o pessoal do setor agrícola de ambos os países, levando a uma transferência sistemática de boas práticas e conhecimentos entre países através do quadro da cooperação Sul-Sul. Esta abordagem participativa permitiu que as partes interessadas laocianas, professores e alunos, comesçassem, de forma gradual, a assumir a responsabilidade pelo funcionamento do centro de aprendizagem.

(Isto tornou-se mais visível a partir da fase III) Adicionalmente, este centro de aprendizagem provou ser inovador uma vez que, na abordagem nacional da Tailândia ao desenvolvimento sustentável, a FES foi implementada pela primeira vez na RPD Laos.

Após o primeiro centro de aprendizagem ter sido criado, outros dois, localizados no Khammoune Technical Vocation College e na Sekong Integrated Technical Vocational School, foram criados fora de Vienciana em 2018.

Contacto:

Panitee Srisawang, Diretor de Cooperação para o Desenvolvimento, Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA), panitees@mfa.go.th

Ratchada Moryadee, Professor de Educação Especial, Universidade de Agricultura e Tecnologia Udon Thani piuy.ratchada@gmail.com

Chittakhone Sisanonh, Subdiretor, Escola Técnica Agrícola de Dongkhamxang, chithakone@yahoo.com

Nome do Projeto: Criação de um Centro de Aprendizagem para o Desenvolvimento de uma Agricultura Sustentável com base na Aplicação da FES na Escola Técnica Agrícola de Dongkhamxang na RPD Laos

Países/Regiões: RPD do Laos, Tailândia

Proposto por: Agência de Cooperação Internacional da Tailândia (TICA) - Ministério dos Negócios Estrangeiros, Tailândia
Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.a, 2.a, 4.7, 12.2, 17.6, 17.9, 17.6, 17.17

Apoiado por: TICA – Ministério dos Negócios Estrangeiros, Tailândia

Entidades implementadoras: Tailândia: Udon Thani College of Agriculture and Technology, Office of Vocational Education Commission, Ministério da Educação, Tailândia; RPD Laos: Escola Técnica Agrícola de Dongkhamxang

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2016 - 2018

URL da iniciativa: goo.gl/XEGKeR

Melhoria da Formação de Professores para Colmatar a Falta de Qualidade do Ensino em África

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Melhorar a formação de professores na África Subariana através das Tecnologias de Informação e Comunicação

9 INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA



Desafio

O facto de existirem mais crianças na escola do que nunca antes no mundo reflete o evidente progresso de desenvolvimento. No entanto, muitas destas crianças ainda não saem da escola com literacia ou competências matemáticas básicas. A principal razão para tal é a falta de professores com formação adequada. Os professores são o fator mais importante na qualidade da educação e os resultados de aprendizagem dos alunos, portanto, a falta de professores formados põe em risco a qualidade, a inclusão e a equidade da educação. Sendo a falta aguda de professores com formação adequada ma preocupação global, a maior falta regista-se na África Subariana.

Rumo a uma Solução

Lançado em 2012, o Projeto de Fundos t da UNESCO-China (CFIT) é um projeto bandeira para a melhoria da formação de professores de qualidade em África através da Cooperação Sul-Sul. Com o apoio do governo da República Popular da China, a UNESCO alavancou 12 milhões de dólares para fornecer apoio adequado a 10 países africanos.¹

O projeto tem como objetivo utilizar Tecnologias da Informação e de Comunicação (TIC), incluindo computadores, a internet e dispositivos móveis para apoiar os países-alvo na melhoria das capacidades das suas instituições de formação de professores. O objetivo é aumentar a quantidade e melhorar a qualidade dos professores antes e em serviço. O projeto contribui para a obtenção do ODS, particularmente o ODS 4 sobre educação inclusiva e equitativa de qualidade e, especialmente, o objetivo 4.c sobre o aumento do número de professores qualificados através da cooperação internacional para formação/educação de professores em países em desenvolvimento e ainda o ODS 9 quanto a infraestruturas e inovação.

Mais especificamente, o projeto CFIT apoia um número selecionado de instituições de formação de professores chave a nível nacional nos países beneficiários ao:

- Reforçar os programas de pré-serviço existentes, particularmente através de programas de formação mista apoiados pelas TIC e inovações apoiadas pelas TIC de forma bem-sucedida;
- Reforçar o desenvolvimento profissional de professores em serviço através das modalidades de aprendizagem mista e inovações apoiadas pelas TIC de forma bem-sucedida;
- Melhorar a capacidade dos formadores de professores com competências em TIC para melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem; e
- Melhorar as redes de instituições de formação/educação de professores para a promoção da partilha de conhecimentos através de estratégias e práticas de ensino eficazes.

Desde 2012, o projeto realizou mais de 100 workshops de formação e treinou mais de 10.000 educadores de professores. Mais de 230 módulos de formação de professores ou documentos de política foram desenvolvidos ou revistos e estão a ser institucionalizados. Mais de 2.400 peças de equipamento foram adquiridas e instaladas. Foram criadas sete plataformas de aprendizagem e ensino e três bibliotecas digitais, ligando mais de 30 instituições de formação de professores.



© UNESCO – CFIT

¹ Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Etiópia, Libéria, Namíbia, República Unida da Tanzânia e Uganda (desde 2012) e ainda o Togo e a Zâmbia (desde 2017).

Tendo o projeto definido um conjunto de objetivos comuns, as partes interessadas locais em cada um dos dez países beneficiários conseguiram definir prioridades e criar estratégias para satisfazer necessidades locais e nacionais. As partes interessadas nacionais conseguem criar sinergias entre o projeto e iniciativas nacionais ou regionais similares apoiadas por outros parceiros. “Qualquer que seja o material de aprendizagem desenvolvido através do apoio de outros doadores, disponibilizamo-lo online e integramo-lo na plataforma que foi desenvolvida pelo projeto”, afirmou o professor universitário e Diretor da Universidade de Kyambogo, Uganda. Para além disso, a colaboração próxima entre os parceiros locais, especialistas internacionais e Escritórios de Campo da UNESCO em África aumentou a rede de contactos e a partilha de conhecimentos e boas práticas, com apoio do Instituto Internacional para a Capacitação em África da UNESCO (IICBA).

Os países beneficiários também se juntaram a várias visitas de estudo para aprendizagem entre pares e a cooperação Sul-Sul. Os formadores de professores dos países beneficiários são também encorajados a juntar-se à Bolsa da Grande Muralha da China - UNESCO frequentando um programa especialmente concebido de um ano na Universidade Normal da China Oriental em Xangai, China.

As abordagens UNESCO - CFIT bem-sucedidas como, por exemplo, a co-criação de projetos com as partes interessadas locais centrados nas necessidades específicas de cada país-alvo em termos de formação de professores e criação de estratégias específicas para satisfazer estas necessidades, com fortes componentes de aprendizagem entre pares e partilha de conhecimentos, incluindo através de programas de bolsas, podem ser aplicadas noutros países em desenvolvimento. Os projetos não devem ser “replicados” per se, mas sim personalizados de acordo com o contexto nacional específico com a participação inclusiva de várias partes interessadas e tem como objetivo capitalizar ainda nas iniciativas já existentes. Deverá existir primeiramente uma avaliação de necessidades do país e uma identificação das instituições/partes interessadas relevantes.

Contacto:

Edem Adubra, e.adubra@unesco.org

Florence Ssereo, f.ssereo@unesco.org

Aurora, Sze – Ming Cheung, a.cheung@unesco.org

Yanqing TAN, y.tan@unesco.org

Nome do projeto: Melhoria da Formação de Professores para Colmatar a Falta de Qualidade do Ensino em África
Países/Regiões: Congo, Costa do Marfim, República Democrática do Congo, Etiópia, Libéria, Namíbia, República Unida da Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia
Proposto por: UNESCO
Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4.c, 9.5
Apoiado por: Governo da China
Entidades implementadoras: UNESCO
Estado do projeto: Em curso
Período do projeto: Fase I (2013 – 2016), Fase II (2017 – 2018)
URL da iniciativa: goo.gl/T5EJZT



Fundo Malala para o Direito das Mulheres à Educação

Alargaro acesso de raparigas a educação de qualidade, especialmente em países afetados por conflitos e desastres

Desafio

Nascer rapariga pode ser uma sentença de vida de desigualdade e injustiça. As raparigas e mulheres estão sujeitas a várias formas de discriminação em todas as esferas das suas vidas, incluindo na e através da educação. Em muitos contextos, têm menos probabilidade do que os rapazes de ir à escola, o seu desempenho educativo é normalmente desigual quando comparado com o dos rapazes e homens e, por sua vez, estas oportunidades perdidas geram mais desigualdades. Para aumentar a consciência e galvanizar novos recursos para a educação de raparigas e mulheres, são necessárias mais parcerias inovadoras com mais financiamento, conhecimentos especializados e maior alcance.

Rumo a uma Solução

O Fundo Malala para o Direito das Mulheres à Educação da UNESCO foi criado em 2012 após uma brutal tentativa de assassinato de Malala Yousafzai, uma jovem paquistanesa e ativista pela defesa da educação das raparigas. É parte da Parceria Global Better Life, Better Future para a Educação de Raparigas e Mulheres que tem como objetivo alargar o acesso de raparigas a uma educação de qualidade e sensível ao género e assegurar ambientes de aprendizagem seguros, especialmente em países afetados por conflitos e desastres. O Paquistão inicialmente comprometeu-se com 10 milhões de dólares para o Fundo e foram mobilizados mais 700.000 dólares por outros doadores, incluindo o apoio anual do Grupo CJ, um consórcio Sul Coreano.

O Fundo tem como objetivo 1) alargar o acesso à educação para mulheres e raparigas, especialmente as mais difíceis de alcançar e que são afetadas por conflitos e desastres; 2) melhorar a qualidade e a relevância da educação, assegurando que os conteúdos, as práticas de ensino, os processos e os ambientes de aprendizagem são sensíveis ao género; e 3) reforçar a política e a capacidade para assegurar ambientes de aprendizagem seguros. Está a ajudar países a atingir sociedades igualitárias, inclusivas e justas e a avançar na agenda de desenvolvimento transformador indicada nos ODS, especialmente no ODS 4 relativamente à educação de qualidade e no ODS 5 relativamente à igualdade de género.

Até à data, 10 países foram apoiados pelo Fundo e beneficiaram da Cooperação Sul-Sul, incluindo Camboja, Egito, Guatemala, Mauritânia, Moçambique, Nepal, Nigéria, Paquistão, República Unida da Tanzânia e Vietname. O Fundo Malala para o Direito das Mulheres à Educação oferece oportunidades de partilha de conhecimento e boas práticas quanto ao reforço do acesso de raparigas a uma educação de qualidade e sensível ao género e à garantia da existência de ambientes de aprendizagem seguros. Na República Unida da Tanzânia, por exemplo, mais de 2 500 raparigas beneficiaram da criação de espaços seguros em 40 escolas secundárias, e 120 professores e 620 alunos receberam formação sobre a gestão destes espaços utilizando ferramentas desenvolvidas pela UNESCO. Oitenta e dois professores receberam ainda formação quanto a pedagogia sensível ao género, educação para os direitos humanos e educação anti-bullying e saúde sexual e reprodutiva. Nestes locais, registou-se um aumento na retenção entre raparigas devido à redução da gravidez na adolescência.



Em Moçambique, mais de 50 técnicos (80% de mulheres) receberam formação em literacia familiar e mais de 580 jovens, mães, prestadores de cuidados e pais (95% de mulheres) construíram competências de literacia, linguagem e aritmética. Treze turmas implementam programas de literacia regulares, beneficiando 475 formandos (71% de mulheres). No Egito, a UNESCO está a melhorar as competências de literacia de 940 mulheres e raparigas e a construir competências de vida relativamente a saúde, subsistência e envolvimento dos cidadãos através de Centros de Aprendizagem Comunitários (CAC). Um programa de Formação de Formadores foi testado e concluído e 60 facilitadores de literacia receberam formação dos nossos quatro governadores.

O projeto desenvolveu ainda plataformas de conhecimento sustentáveis, como por exemplo, a Plataforma de Gestão de aprendizagem que inclui programas digitailizados para escolas secundárias instalados na escola digital UNESCO/SAMSUNG e acessíveis a alunos de 4 escolas secundárias (Arash, Emanyata, Loliondo e Soitsambu,) em Ngorongoro na República Unida da Tanzânia. Levou ainda a reformas políticas, através da generalização de género no planeamento, gestão e fornecimento de educação e apoio a alterações de normas de género através de intervenções dos media.

No Vietname, por exemplo, foi desenvolvido e aprovado pelo Ministério da Educação e da Formação um Plano de Ação para a Igualdade de Género no Setor da Educação para o período de 2016-2020. Recentemente, em março de 2018, foi assinado um acordo com a Agência Coreana de Cooperação Internacional (KOICA) no valor adicional de 3,4 milhões de dólares para apoiar a capacitação nacional para satisfazer o direito de raparigas à educação na província do Punjab do Paquistão e em Gilgit-Baltistan, através de intervenções orientadas para funcionários educativos, líderes de comunidade, professores e pais.

Contacto:

Justine Sass, Chefe, Secção de Educação para a Inclusão e Igualdade de Género, UNESCO
j.sass@unesco.org

Nome do projeto: Fundo Malala para o Direito das Mulheres à Educação

Países/Regiões: Camboja, Egito, Mauritânia, Moçambique, Nepal, Nigéria, Paquistão, República Unida da Tanzânia, Vietname

Proposto por: UNESCO

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4.4, 4.5, 4.6, 4.a, 4.c, 5.2, 5.3

Apoiado por: Paquistão e Grupo CJ

Entidades implementadoras: Varia dependendo do país e inclui ministérios da educação, mulheres, saúde e trabalho aos níveis central, provincial e distrital; ONG e parceiros da sociedade civil, incluindo associações de mulheres, jovens e grupos particulares (como, por exemplo, populações indígenas); instituições de ensino incluindo escolas, centros de aprendizagem comunitários e outras estruturas de educação não formal e agências de transmissão de media incluindo rádios comunitárias para a defesa e alcance da comunidade

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2012 - presente

URL da iniciativa: goo.gl/eMzXVN

Programa de Cooperação Malásia – UNESCO para a Melhoria da Cooperação Sul-Sul

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Promover a cooperação Sul-Sul com foco especial em PMD e PEID na Ásia Pacífico e em África

Desafio

Os países menos desenvolvidos (PMD) e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento (PEID) da Ásia e do Pacífico e ainda África partilham um número de desafios estruturais e constrangimentos geofísicos que resultam em desafios económicos, sociais e ambientais desproporcionalmente grandes que prejudicam o seu desenvolvimento. Estes países enfrentam desafios significativos quanto à implementação do Programa de Ação de Istambul (PAI), a Agenda 2030 e outros objetivos acordados internacionalmente. Existe uma necessidade urgente de melhorar a qualidade, eficácia e eficiência na educação, na gestão sustentável da água, na formulação e implementação da política CTI e promoção de abordagens baseadas nos direitos humanos abordando a igualdade de género e a redução da pobreza, especialmente na região da Ásia-Pacífico.

Rumo a uma Solução

Do ponto de vista da criação de políticas, treino de competências e turismo sustentável para educação para desenvolvimento sustentável e prontidão em caso de tsunamis e , os projetos que funcionam sob a alçada do Programa de Cooperação Malásia-UNESCO (Malaysia – UNESCO Cooperation Programme, MUCP) são um modelo para a cooperação Sul-Sul. A operar desde 2013, o MUCP coloca uma ênfase especial nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e Países Menos Desenvolvidos na Ásia e Pacífico e em África. Baseia-se na experiência de instituições malaias, incluindo o Centro Internacional de Cooperação Sul-Sul para a Ciência, Tecnologia e Inovação (ISTIC) e o Centro Regional de Recursos Hídricos e Hidrológicos dos Trópicos Húmidos para o Sudeste Asiático e Pacífico (HTC) criado sob a alçada da UNESCO. Até à data, foram implementados 29 projetos em mais de 70 países, incluindo a Gâmbia, Moçambique, Myanmar, Nigéria, Timor-Leste, Tuvalu e Vanuatu.

Os projetos sob a alçada do MUCP contribuíram para a concretização dos ODS. Os projetos do MUCP incluem educação para o desenvolvimento sustentável nos estados insulares do Pacífico, capacitando os Estados-Membros do Oceano Índico em termos de resposta e prontidão em caso de tsunamis; reformas nos sistemas educativos e cumprimento das exigências do século XXI, educação para as alterações climáticas para pequenas ilhas, aumento da segurança da água na Ásia e em África; gestão de base comunitária em locais Património Mundial e reforço dos currículos STEM para reparar em África e na Ásia Pacífico. No total, 13 ODS estão a ser abordados através do Programa.

O âmbito e alcance da cooperação do MUCP inclui projetos sobre políticas e reformas educativas, Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), desenvolvimento de competências, redução de risco de desastre, ciência da sustentabilidade, melhoria dos Padrões de Ciência, Engenharia e Tecnologia, inclusão social, proteção de património documental e melhoria da capacidade dos media, entre outros, ao mesmo tempo que tiram partido das instituições e conhecimentos malaios.

O MUCP centra-se na promoção da cooperação Sul-Sul para melhorar os padrões de ciência, engenharia e tecnologia na Ásia e Pacífico com o objetivo de reforçar as instituições de engenharia, melhorar a qualidade da educação e permitir a mobilidade de engenheiros entre a região da Ásia Pacífico e África. Levou ao desenvolvimento de currículos modulares e encorajou os países a unirem-se ao sistema de acreditação da Federação de Instituições de Engenharia da Ásia e do Pacífico (Federation of Engineering Institutions of Asia and the Pacific's, FEIAP). No enquadramento deste projeto, a UNESCO foi co-anfitriã de vários workshops regionais e inter-regionais sobre Cooperação Sul-Sul para o Reforço dos Padrões de Engenharia e Mobilidade de Profissionais com vista a apoiar as diretrizes de padronização da qualificação em engenharia da FEIAP e promover a Cooperação



© UNESCO MUCP

Sul-Sul para o desenvolvimento sustentável. Mais de 60 participantes do Azerbaijão, China, Indonésia, Irão, Malásia, Myanmar, Paquistão, Sri Lanka, Tajiquistão, Timor-Leste e Reino Unido participaram no workshop de dezembro de 2017 em Jacarta.

Para além disso, o MUCP apoia a melhoria da capacidade dos decisores políticos nos países ASEAN, particularmente Camboja, Malásia e Timor-Leste para promover a inclusão social através de políticas públicas. Utilizando o financiamento do projeto, a UNESCO criou e lançou o Laboratório de Política Inclusiva para apoiar a implementação do pilar ODS sobre o desenvolvimento inclusivo através de quadros políticos informados e coesos.

Outra prática bem-sucedida é o apoio do desenvolvimento sustentável em locais que são Património Mundial (e em locais da lista provisória) no Sudeste Asiático através do apoio a gestores do local e partes interessadas-chave na gestão de base comunitária incorporando a gestão de turismo sustentável. Isto levou à publicação da Paisagem Cultural da Estratégia de Turismo Sustentável da Província de Bali: o Sistema Subak como Manifestação da Filosofia Tri Hita Karana; Mapa: Socalcos de Arroz das Cordilheiras Filipinas e ainda Estratégia de Turismo Sustentável para George Town e Malaca.

Através da capacitação e da facilitação de investigação colaborativa, cooperação e conhecimento regional Sul-Sul, o MUCP provou ser um mecanismo eficaz para reforçar a Cooperação Sul-Sul de forma sustentável no seio dos Estados-Membros da UNESCO. Por exemplo, para reforçar a partilha de conhecimento, a cooperação e o diálogo a longo prazo, o MUCP estabeleceu 3 plataformas de conhecimento sobre ciência da sustentabilidade (<http://mucp-mfit.org/knowledge-platform-on-sustainability-science/>), Cooperação Sul-Sul para Qualificações em Engenharia e Cooperação Sul-Sul para Segurança da Água.

Contribuiu ainda para a melhoria da capacidade dos decisores políticos nos países ASEAN, particularmente Camboja, Malásia e Timor-Leste com vista à promoção da inclusão social através de políticas públicas, que também incluiu o desenvolvimento de um Laboratório de Política Inclusiva (<http://en.unesco.org/inclusivepolicylab/>). O trabalho que realizou para desenvolver curricula modulares em padrões de ciência, engenharia e tecnologia que depois podem ser adaptados para entidades profissionais e universidades para formação certificada de profissionais é outro excelente exemplo de como a UNESCO está a reforçar a capacidade institucional através do MUCP. A mesma abordagem pode ser partilhada com outros parceiros de desenvolvimento que querem utilizar as suas experiências de desenvolvimento, bem como os seus conhecimentos e especialização técnica para apoiar PMD e PEID a alcançarem os ODS através da criação de plataformas de conhecimento partilhado, curricula e sistemas de acreditação como, por exemplo, o sistema de acreditação da Federação de Instituições de Engenharia da Ásia e do Pacífico (FEIAP).

Contacto:

Shahbaz Khan, Diretor, Escritório UNESCO em Jacarta e Gabinete Regional para a Ciência, s.khan@unesco.org

Nome do projeto: Programa de Cooperação Malásia - UNESCO (MUCP)

Países/Regiões: Ásia-Pacífico: Afeganistão, Austrália, Bangladeche, Butão, Brunei, Camboja, China, Ilhas Cook, Fiji, Índia, Indonésia, Irão, Japão, Cazaquistão, Kiribati, República da Coreia, Quirguistão, RPD Lao, Malásia, Maldivas, Ilhas Marshall, Micronésia, Mongólia, Myanmar, Nepal, Nova Zelândia, Niue, Palau, Paquistão, Papua Nova Guiné, Filipinas, Samoa, Singapura, Ilhas Salomão, Sri Lanka, Tajiquistão, Timor-Leste, Tailândia, Tonga, Turquemenistão, Tuvalu, Uzbequistão, Vanuatu, Vietname
África: Argélia, Benim, Camarões, Cabo Verde, Chade, Costa do Marfim, Cômoros, Egito, Etiópia, Gâmbia, Gana, Guiné, Quênia, Libéria, Madagáscar, Mali, Maurícias, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Senegal, Seychelles, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, República Unida da Tanzânia, Togo, Tunísia, Zimbabué.

Proposto por: UNESCO

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3.9,4.3,4.5,4.6,4.7,4.a, 4.b,4.c,5.c,6.1,8.2,9.5,9.a,11.4,11.b,12.b,13.2,13.b,14.a,15.9,16.6,16.a,17.6,17.7,17.8,17.9

Apoiado por: Governo da Malásia

Entidades implementadoras: UNESCO Nova Deli, UNESCO Banguocoque, UNESCO Jacarta, UNESCO Apia, Instituto Internacional para o Planeamento Educativo (IIEP), Gabinete Internacional para a Educação (IBE)

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2013 - presente

URL da iniciativa: <http://mucp-mfit.org/>

Universidade no Brasil Apoiou o Desenvolvimento de um Currículo Nacional para o Ensino na Primeira Infância em São Tomé e Príncipe

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Melhorar a qualidade e o acesso universal à educação pré-escolar

Desafio

O acesso a serviços de desenvolvimento precoce, incluindo educação pré-escolar de qualidade, dá um apoio crucial durante os primeiros anos de vida do desenvolvimento de uma criança ao mesmo tempo que também facilita a preparação e aprendizagem escolar. Reconhecendo este facto, vários compromissos globais como, por exemplo, os ODS e a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) sublinham a importância do reforço da qualidade e a implementação da educação pré-escolar.

No entanto, o sistema de educação pré-escolar em São Tomé enfrentou vários desafios. A taxa de inscrição em pré-escolas foi de cerca de 36%. Para além disso, apenas 60% dos educadores recebeu formação em educação pré-escolar.¹ A qualidade da formação que os educadores receberam foi insatisfatória e as pré-escolas tinham falta de infraestruturas adequadas.

Rumo a uma Solução

Tendo em conta estes antecedentes, a UNICEF e o Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação (MECCC) de São Tomé e Príncipe escolheram o desenvolvimento na primeira infância (DPI) como prioridade estratégica no seu plano de cooperação 2012-2016. Posteriormente, a UNICEF identificou a Universidade Católica Pontifícia do Rio de Janeiro (UCP - Rio) como uma instituição académica que poderia fornecer especialização técnica ao Governo para desenvolver e criar um currículo DPI nacional para crianças na pré-escola com idades entre os quatro e os cinco anos. Para além disso, a Universidade foi também mandatada para formar educadores pré-escolares.

Em 2013, o Governo, a UNICEF e a UCP-Rio assinaram um memorando de entendimento (ME). Posteriormente, quatro professores do Laboratório Interdisciplinar Design de Educação (LIDE/LPD) da UCP visitaram São Tomé e Príncipe para uma missão de avaliação preliminar. Isto levou ao desenvolvimento de um acordo de parceria e cooperação (APC) e a um plano de trabalho detalhado com várias etapas e missões a ser cumpridas. Durante o decorrer do projeto, a equipa do LIDE/LPD realizou nove missões em São Tomé. Para além disso, foram enviadas duas missões de imersão de educadores e assistentes de São Tomé e Príncipe para a UCP - Rio durante 15 dias cada. Isto ajudou os educadores de São Tomé e Príncipe a aprender em primeira mão como o Brasil reforçou a qualidade e o acesso à educação pré-escolar. Paralelamente às missões, foi disponibilizada educação continuada online aos educadores para implementarem, de forma bem-sucedida, os conhecimentos adquiridos sobre o desenvolvimento de currículos no Brasil.

Isto resultou no desenvolvimento de um novo currículo em São Tomé e Príncipe que inclui um módulo sobre a teoria pedagógica sublinhando o currículo e oito módulos curriculares, distribuídos por 320 cartões com sugestões de atividades para os educadores. Para criar um novo currículo, foram também criadas uma equipa de monitorização e uma equipa de coordenação nacional. No total, 17 coordenadores/monitores receberam formação para testarem o novo currículo.



© UNICEF

¹ INE, 2016

Um desafio-chave nesta altura era a falta de material pedagógico para apoiar a implementação do currículo. Para ultrapassar esta limitação e assegurar uma maior apropriação nacional e sustentabilidade do novo currículo, funcionários do governo do MECC e técnicos, incluindo inspetores e diretores de escolas, coordenadores e assistentes do pré-escolar, participaram em discussões para definir as diretrizes de desenvolvimento de competências para crianças nas quatro áreas que se indicam: matemática, línguas, expressão artística e ambiente físico e social. Com base nestas diretrizes foram produzidas, imprimidas e distribuídas 200 cópias de materiais pedagógicos. O Banco Mundial e a Parceria Global para a Educação contribuíram para a impressão.

As equipas nacionais e a UCP - Rio desenvolveram ainda critérios para a escolha de jardins de infância piloto para o teste do currículo e definiram os parâmetros básicos de espaço e infraestruturas em pré-escolas. O teste piloto foi realizado em sete jardins de infância em diferentes zonas sociogeográficas em São Tomé e Príncipe. Após o sucesso inicial dos testes piloto, foi alargado a 17 jardins de infância e, finalmente, a todas as pré-escolas no país.

A UCP - Rio assumiu a missão de avaliação de diagnóstico no final do projeto. A avaliação revelou que o projeto reforçou a capacidade institucional do MECC na educação da primeira infância. Ajudou ainda a expandir a capacidade de São Tomé e Príncipe para criar ambientes de aprendizagem criativos e inovadores para crianças em idade pré-escolar e para formar educadores e assistentes de educação na primeira infância. Isto ajudou a promover a educação na primeira infância, particularmente no seio das comunidades mais desfavorecidas como, por exemplo, as das áreas rurais urbanas e periféricas e as crianças com necessidades educativas especiais. As evidências sugerem ainda que os alunos que concluíram o novo currículo estão preparados para entrar na escola primária, facto que irá melhorar os resultados de aprendizagem.

A chave para o sucesso desta iniciativa tem sido o envolvimento dos educadores na formulação do programa, desenvolvimento das atividades do currículo pré-escolar, implementação piloto e, finalmente, o alargamento a nível nacional. Para além disso, pela primeira vez em São Tomé e Príncipe, introduziu-se uma abordagem holística na primeira infância na formação dos educadores. Com a adoção do novo currículo, introduziu-se formalmente no país uma abordagem de aprendizagem baseada na brincadeira ligada aos objetivos de desenvolvimento infantil.

O projeto já está a ser expandido através de um novo Acordo de Cooperação existente entre a UCP - Rio, o MECC, a Universidade de São Tomé e Príncipe e o Instituto Superior de Educação e Comunicação (ISEC). O novo programa irá disponibilizar formação e gerar conhecimentos e orientação política para apoiar o desenvolvimento DPI no país.

Contacto:

Mariana Ruth Leal, Especialista em Educação, UNICEF São Tomé e Príncipe, mrleal@unicef.org

Mirabel Ribeiro, Diretora, Planeamento e Inovação, Ministério da Educação (MECC), São Tomé e Príncipe, mirabel.ribeiro@mecc.gov.st

Dr. Rita Maria de Souza Couto, Coordenadora, Equipa do Laboratório Interdisciplinar de Design Educativo (PUC – RJ), ricouto@puc-rio.br

Nome do projeto: Educação de Qualidade para Todos

Países/Regiões: Brasil, São Tomé e Príncipe

Proposto por: UNICEF

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4,2

Apoiado por: UNICEF, Banco Mundial

Entidades implementadoras: UNICEF, MECC, Universidade Católica Pontifícia (PUC) do Rio de Janeiro, Brasil

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2013 - 2017

URL da iniciativa: goo.gl/Nmed8w

Cooperação Regional como Ferramenta Eficaz para o Progresso da Igualdade de Género

5 IGUALDADE DE GÉNERO



Criar uma mudança institucional aumentando a consciência de género entre os membros das forças armadas

Desafio

De modo a que as necessidades e prioridades de homens e mulheres sejam abordadas de forma adequada numa sociedade, ambos os géneros devem estar envolvidos e representados nos processos de tomada de decisão e na criação e implementação de políticas. O mesmo se aplica também ao setor da segurança. A Reforma do Setor da Segurança (RSS) nos Balcãs Ocidentais (BO) abordou apenas marginalmente a questão do género no setor da segurança e, em particular, o acesso igual a oportunidades de carreira para mulheres nas forças militares. Apesar de as carreiras militares estarem abertas a mulheres, é necessária uma abordagem mais sistemática para atrair e reter as mulheres na defesa e nas forças armadas, particularmente em cargos de gestão e comando. Para assegurar tal objetivo, os ministérios da defesa nos BO devem integrar perspetivas de género nas políticas e práticas de recursos humanos, institucionalizar e formar pontos focais de género e sensibilizar o seu pessoal para as questões de igualdade de género.

Rumo a uma Solução

Para abordar esta questão, o Centro Regional de Intercâmbio de Informações da Europa do Sudeste e Oriental para o Controlo de Armas Ligeriras e de Pequeno Calibre (SEESAC) e o PNUD lançaram uma iniciativa regional, Apoio à Generalização de Género na Reforma do Setor da Segurança nos Balcãs Ocidentais, com o apoio dos Ministérios da Defesa da Bósnia e Herzegovina, da antiga República Jugoslava da Macedónia (ARJM), Montenegro e Sérvia para integrar a igualdade de género na reforma do setor da segurança através da cooperação regional. O objetivo do projeto é melhorar a integração, a retenção e o desenvolvimento profissional de mulheres nas forças armadas, aumentar a sua participação na tomada de decisão e reforçar uma mudança sensível ao género na cultura organizacional dos Ministérios da Defesa.

Em linha com os principais objetivos deste projeto, a consciência de género aumentou no seio do pessoal das forças armadas. Os quatro Ministérios da Defesa dos países participantes criaram uma rede regional de formadores que incluiu 33 formadores de género regionais. Até à data, já realizaram formações para mais de 2.000 pessoas.

Os membros desta rede regional serviram normalmente como pessoal de recurso em formações de género. Por exemplo, os formadores de género montenegrinos participaram em workshops na Geórgia, Grã-Bretanha, Moldávia, Sérvia e Ucrânia.

A formação foi ainda realizada para 15 equipas das forças armadas do Gana, Nigéria, Ruanda e Uganda, durante a qual concluíram o Curso de Formação de Formadores de Género (FFG). O FFG foi organizada pelo PNUD/SEESAC em parceria com o Centro Nórdico para o Género em Operações Militares (NCGM) e o Centro de Operações de Manutenção de Paz das Forças Armadas Sérvias. O curso foi realizado por formadores de género do PNUD - apoiados pela Rede Regional de Formadores de Género nos Balcãs Ocidentais, com sete instrutores da Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Sérvia e ARJM. O curso foi um excelente exemplo de cooperação internacional com os mesmos objetivos atingidos e criação de fortes laços de amizade.

Os participantes do projeto dos países acima mencionados criaram uma plataforma online para a rede regional de formadores de género dos quatro países, sob a alçada do PNUD/SEESAC, e utilizaram-na para troca e partilha de conhecimento.



© Governo do Montenegro

Graças às suas atividades, implementadas pelos Ministérios da Defesa da Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Sérvia e ARJM e sob a alçada do PNUD/SEESAC, o projeto regional atingiu os seguintes resultados:

- Criou políticas e práticas de recursos humanos proativas em termos de género que asseguram o recrutamento e a retenção de mulheres;
- Criou mecanismos de género fortes e eficazes; e
- Aumentou a consciência de género entre os membros das forças armadas.

O projeto ajudou a chamar a atenção para a perspetiva de género em todos os níveis. No Montenegro, por exemplo, o Ministério da Defesa incluiu políticas de género em todos os documentos estratégicos importantes (Revisão de Defesa Estratégica, Plano de Desenvolvimento a Longo Prazo e Estratégia de Gestão de Recursos Humanos), criou mecanismos institucionais fortes dentro do sistema, definiu padrões em educação e formação para os militares nesta área e continuou a participar na rede regional de formadores e especialistas na área de outros países. Levou ainda à adoção de um Plano de Ação Nacional (UNSCR 1325) que tem como objetivo aumentar a representação feminina no setor da segurança. Isto contribuiu para um aumento no número de oficiais do sexo feminino que atualmente se situa em 9,75%.

No decorrer da sua implementação, o projeto apoiou os ministérios da defesa participantes na capacitação em termos de mecanismos de igualdade de género, melhorando as condições para um recrutamento e retenção eficaz de mulheres, incluindo a sensibilização dos membros das forças armadas para as questões de igualdade de género, revendo as políticas e procedimentos de recursos humanos e apoiando o progresso das mulheres nas forças armadas. A abordagem regional do projeto promoveu o intercâmbio de conhecimento e informações e contribuiu para a criação de confiança e maior segurança nos Balcãs Ocidentais.

Contacto:

Žana Špadijer, Conselheira Principal no Departamento de Cooperação Internacional, Direção de Política de Defesa Ministério da Defesa do Montenegro, zana.spadijer@mod.gov.me

Major Sanja Pejović, Conselheiro Principal na Direção de Recursos Humanos e Conselheiro de Género, Ministério da Defesa do Montenegro, sanja.pejovic@mod.gov.me



Nome do projeto: Cooperação Regional como Ferramenta Eficaz para o Progresso da Igualdade de Género

Países/Regiões: Bósnia e Herzegovina, antiga República Jugoslava da Macedónia, Montenegro, Sérvia

Proposto por: Ministério da Defesa do Montenegro

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 5.1, 5.2, 5.5, 5.c

Apoiado por: PNUD/SEESAC

Entidades implementadoras: Ministérios da Defesa da Bósnia e Herzegovina, antiga República Jugoslava da Macedónia, Montenegro e Sérvia

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2012 - 2015

URL da iniciativa: <http://www.seesac.org/Women-in-the-Military/>



Banco Familiar no Sudão

Combater a pobreza empoderando as mulheres e os jovens através do financiamento de pequenos projetos

Desafio

Os países da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI) enfrentam inúmeros desafios, incluindo a falta de financiamento, competências e capacidades limitadas, especificamente para empresas geridas por mulheres. No Sudão, mulheres e jovens não conseguem obter ajuda financeira através de bancos uma vez que não conseguem dar garantias e colaterais em garantia exigidos.

Rumo a uma Solução

O Banco Familiar foi criado com um capital de 35 milhões de dólares americanos para ajudar empresas geridas por mulheres a desempenharem o seu papel no crescimento económico dos seus países. O portefólio do banco fornece microcrédito para start-ups, famílias produtivas, mulheres e jovens.

Desde a sua criação, o Banco expandiu-se por todo o Sudão, com 42 filiais a oferecerem serviços aos segmentos alvo da sociedade. O principal objetivo do banco é aliviar a pobreza e disponibilizar emprego a mulheres e jovens.

A Associação Sudanesa de Mulheres de Negócios, que faz parte da Federação Sudanesa de Homens de Negócios e Empregadores, procurou o apoio da Câmara do Comércio, Indústria e Agricultura Islâmica (Islamic Chamber of Commerce, Industry and Agriculture, ICCIA), do estado de Cartum e do Banco Central em 2008 para criar uma instituição de microcrédito que iria, principalmente, ajudar mulheres através do financiamento de pequenos projetos e microempresas. O Banco Familiar foi criado como resposta a este pedido para uma maior inclusão financeira. **O projeto foi implementado para ajudar a aliviar a pobreza, criar emprego e facilitar o desenvolvimento de projetos e outras iniciativas de licenciados, jovens e mulheres, assegurando um maior acesso ao financiamento.**

Antes de finalizar as localizações para as filiais do banco, foi realizado um estudo com vista a garantir que as filiais iriam ser distribuídas geograficamente e iriam ter em consideração as condições sociais, económicas, técnicas e orçamentais. Com base nas conclusões do estudo, foram criados escritórios em áreas densamente populadas e foram disponibilizados recursos para fornecer microcrédito às populações-alvo. As filiais foram criadas para assegurar à população-alvo o acesso adequado a serviços. As Janelas são escritórios que servem certas categorias ou segmentos da população-alvo do microcrédito como, por exemplo, centros de pensões, Sindicato das Mulheres, centros de licenciados e Sindicato de Artesãos.

O Banco trabalha através de entidades complementares como, por exemplo, organizações sociais que apoiam o seu papel para atingir a cobertura financeira. Estas organizações são representadas no seguinte: Projeto Nacional de União dos Jovens - Estabilidade dos Jovens; Fundo Nacional para o Emprego de Licenciados; Associação de Mulheres Trabalhadoras e várias outras organizações e associações.

Algumas iniciativas bem-sucedidas (projetos de mulheres) incluem: projetos familiares (pastelaria e bolos, processamento alimentar, fabrico de cosméticos à base de ervas, fabrico de perfumes, secagem e salmoura de peixe); projetos de frangos de carne; atividade pecuária e artesanato e oficinas. O total de financiamento de instalações para projetos de mulheres ascendeu a 577,6 milhões



© Banco Familiar

de libras sudanesas e o número de beneficiários totalizou 84 363 (32% do total de beneficiários). Esta iniciativa de Banco Familiar foi possível implementando planos anuais adequados desenvolvidos com base no Primeiro Plano Estratégico (2009-2013) e no Segundo Plano Estratégico (2015-2019). Estes Planos procuram empoderar e reabilitar segmentos da sociedade mais fracos que estavam economicamente ativos, mas que necessitavam de apoio adicional. Esta iniciativa foi também aprovada e apoiada pelo estado de Cartum e pelo Banco Central em 2008. A posição financeira do Banco reflete um desempenho sólido e sustentável.

Algumas das principais e bem-sucedidas iniciativas do Banco incluem o Produto Educação, um produto bancário inovador através do qual o banco financia o valor das propinas em todos os níveis de educação. Através do Projeto de Dimensão Social, o Banco do Sudão aprovou recentemente o financiamento social com produtos de microcrédito para iluminação de aldeias, redes de água e construção de centros de saúde através de comissões populares e representantes das aldeias, em coordenação com municípios e unidades administrativas oficiais. Adicionalmente, o produto Incubadora Empresarial é uma forma de financiamento coletivo. Oferece vantagens adicionais porque apoiar empreendedores com ideais ambiciosas, ajuda a financiar estudos técnicos e económicos e fornece os recursos e o ambiente de trabalho necessário durante os primeiros anos críticos de um projeto.

Em cooperação com o Centro Internacional Árabe para o Empreendedorismo e Investimento do Bahrain (AICEI) e o UNIDO, o Banco criou ainda o Centro Nacional para o Empreendedorismo que presta serviços não financeiros a start-ups e jovens empreendedores. No período de 2008-2017, financiou um total de 1,82 mil milhões de libras sudanesas e os beneficiários totalizaram 269 046. Este projeto contribuiu em grande medida para o bem-estar social e económico do país. O Banco ajudou a aliviar a pobreza, criar emprego e auxiliar no desenvolvimento de projetos de licenciados, jovens e mulheres, oferecendo serviços de inclusão financeira aos mesmos.

O ICCIA já abordou os decisores políticos da OCI com vista à introdução de políticas, legislação e um quadro regulamentar adequados que irão apoiar a replicação destes projetos e ideias noutros países em desenvolvimento. Prevê-se que tal seja proposto durante a Reunião Ministerial da OCI a realizar em novembro de 2018.

Contacto:

Câmara do Comércio, Indústria e Agricultura Islâmica (Islamic Chamber of Commerce, Industry and Agriculture, ICCIA),
[Paquistão icciaoic@gmail.com](mailto:Paquistão.icciaoic@gmail.com)

Nome do projeto: Banco Familiar

Países/Regiões: Países da OCI

Proposto por: Câmara do Comércio, Indústria e Agricultura Islâmica (ICCIA)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.4, 5.5

Apoiado por: Estado de Cartum e Banco Central do Sudão

Entidades implementadoras: Federação Sudanesa de Empresários e Empregadores

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: -2008 - presente

URL da iniciativa: <http://www.familybank.sd>



Igualdade de Género: Inovações e Potencial na Cooperação Trilateral Sul-Sul

Partilha de conhecimento através da cooperação Sul-Sul entre o Brasil e Moçambique

Desafio

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim representou um grande marco para os direitos das mulheres, incitando à criação de mecanismos nacionais para empoderamento das mulheres a nível mundial. No entanto, para a maioria dos países, a generalização de género numa série de organismos executivos e prestadores de serviços e ainda a implementação de políticas multissetoriais continuam a ser um desafio.

O género continua a ser uma questão central para o desenvolvimento de comunidades e países. Por todo o mundo, as desigualdades de género têm um enorme impacto na experiência de vida das mulheres e raparigas e podem manifestar-se sob a forma de discriminação, opressão e violência. Ações e políticas para acabar com a violência sobre as mulheres têm vindo a receber uma maior atenção e investimentos, variando em escala, duração e resultados. No entanto, poucas iniciativas têm como objetivo atingir a proteção social e o empoderamento económico das mulheres. A cooperação Sul-Sul poderá levar à identificação e à partilha de boas práticas, ajudando a colmatar falhas existentes e a incitar a abordagens políticas mais robustas relativamente à igualdade de género.

Rumo a uma Solução

O projeto “Brasil e África: O combate à pobreza e o empoderamento das mulheres através da cooperação Sul-Sul” reuniu os Governos do Brasil e de Moçambique num acordo de cooperação trilateral Sul-Sul que também incluiu o apoio do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (Department for International Development, DFID). Entre 2015 e 2017, a iniciativa conjunta gerou uma abordagem inovadora para promover a igualdade de género e acabar com a pobreza com vista a cumprir três objetivos específicos:

- Contribuiu para o reforço das capacidades institucionais das autoridades moçambicanas para fornecer respostas intersectoriais e integradas e abordar a violência de género;
- Apoiar a mobilização social e a participação da comunidade, especialmente mulheres líderes, na prevenção e resposta à violência de género e empoderamento económico das mulheres; e
- Promover as capacidades institucionais das autoridades nacionais moçambicanas para formular e implementar estratégias e políticas públicas para promover a autonomia económica das mulheres.

A liderança dos países cooperantes definiu as prioridades, objetivos e a estratégia de implementação com apoio técnico das agências das Nações Unidas. A Agência de Cooperação Brasileira (ACB), uma entidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros brasileiro encarregada da cooperação Sul-Sul, assumiu um papel de liderança na coordenação das instituições brasileiras, trabalhando em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres. Do lado moçambicano, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação desempenhou um papel fundamental nas mediações iniciais, após as quais, o Ministério do Género, Criança e Ação Social foi responsável pela mobilização de gestores e equipas técnicas, com o apoio dos pontos focais de género em cada instituição. As contrapartes da sociedade civil também se envolveram, particularmente em Moçambique: ativistas rurais ligados à *Rede de Margaridas no Mundo*, uma rede global de mulheres rurais, de ambos os países, partilharam análises e estratégias e o Fórum de Mulheres Moçambicanas realizou atividades de sensibilização para a violência contra as mulheres. A FNUAP e a ONU Mulheres no Brasil e em Moçambique forneceram assistência técnica e logística e apoio operacional às contrapartes.



© UNFPA

O projeto promoveu o registo e a análise de leis, políticas, programas e instituições destinadas à promoção da igualdade de género e o empoderamento das mulheres no Brasil nos últimos 20 anos. Foram escolhidas iniciativas relevantes em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres no Brasil, tendo em conta o Plano de Ação para a Promoção da Igualdade de Género (2014-2016) da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Em linha com o princípio de apoio baseado na procura da cooperação Sul-Sul, foram identificadas e partilhadas boas práticas para responder ao pedido de Moçambique para cooperação em três áreas: proteção social, empoderamento económico das mulheres e violência contra mulheres e raparigas.

Foram apresentadas às autoridades moçambicanas e ao pessoal técnico iniciativas como, por exemplo, a *Bolsa Família* (programa de transferência de rendimento condicional), a *Casa da Mulher Brasileira* (unidades que oferecem apoio social primário, serviços de aconselhamento jurídico e policial para sobreviventes de violência contra as mulheres), o programa *Mulher, Viver sem Violência* (um programa multissetorial para acabar com a violência), serviços de saúde integrados para sobreviventes de violência sexual e políticas sociais orientadas para mulheres do meio rural. Para além disso, as instituições brasileiras apresentaram estratégias para aumentar a eficiência dos serviços como, por exemplo, assegurar a confidencialidade e a sensibilização do pessoal de serviço. Foram apresentados às agências de cooperação brasileiras acordos de coordenação intersectorial existentes no Conselho Nacional Moçambicano sobre o Avanço das Mulheres e o formulário de registo único (*ficha única*) para sobreviventes, uma ferramenta para evitar a re-vitimização assegurando que todos os serviços recolhem e partilham informações sobre casos que irão eventualmente permitir a unificação dos registos administrativos. **Como resultado do projeto, foi partilhado conhecimento multissetorial num amplo leque de agências governamentais brasileiras e moçambicanas e de organizações da sociedade civil e cada agência contribuiu com o seu conhecimento sobre inovações específicas.**

Na Agenda 2030, a cooperação trilateral e Sul-Sul dispõe de recursos-chave para implementar a capacitação orientada e eficaz nos países em desenvolvimento com vista ao apoio de planos nacionais. Para tal, o projeto Brasil e África convida à apreciação dos potenciais benefícios do intercâmbio de experiências orientadas por princípios e transferência de conhecimento entre países do Sul global. A este respeito, a cooperação trilateral é uma plataforma que promove a igualdade de género e os direitos das mulheres, contribuindo para alcançar os objetivos definidos na Agenda 2030.

Ao mesmo tempo, os projetos de cooperação Sul-Sul orientados para a igualdade de género deverão adotar uma perspetiva a longo prazo e ter em conta a complexidade dos acordos institucionais resultantes de uma abordagem multissetorial. Ao nível nacional, os programas para a promoção da igualdade de género exigem esforços conjuntos por parte das agências governamentais tão diversos como educação, saúde, assistência social, sistema de justiça e segurança. Os desafios multiplicam-se quando as ações envolvem governos, agências das Nações Unidas e a sociedade civil, tal como acontece com as potenciais vantagens. A este respeito, as partes interessadas poderão beneficiar do papel de liderança atribuído às agências de relações estrangeiras que coordenam ações e podem encorajar o envolvimento de várias entidades governamentais ao mais alto nível. Estes esforços não beneficiam apenas as iniciativas internacionais, mas também oferecem abordagens multissetoriais a nível nacional renovando o compromisso para com a igualdade, incitando à inovação e colmatando lacunas nas políticas nacionais.

Este projeto é sustentável através de duas abordagens: criação de conhecimentos no seio das agências governamentais relevantes que poderia levar, eventualmente, à formulação de política e a uma melhor programação e empoderamento de organizações da sociedade civil para defesa das políticas necessárias aquando da prestação dos serviços exigidos.

Contacto:

Ana Claudia Pereira, Conselheira Programa Género, Raça e Etnia/Cooperação Sul-Sul, FNUAP, anpereira@unfpa.org

Nome do projeto: Partilha de conhecimento através da cooperação Sul-Sul entre o Brasil e Moçambique

Países/Regiões: Brasil, Moçambique

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 5.1, 5.2, 5.c

Apoiado por: FNUAP, ONU Mulheres, DFID

Entidade implementadora: Governo do Brasil, Governo de Moçambique

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2015–2017

Recursos relacionados: goo.gl/PDo2th; goo.gl/52p45R



Escolas para Maridos do Níger

Maridos promovem o acesso das mulheres à saúde reprodutiva

Desafio

O Níger tem a mais elevada taxa de fertilidade do mundo e uma das mais elevadas taxas de mortalidade materna (648 mortes maternas/100.000 nados vivos em 2006: 545/100.000 em 2011). Foi criado um espaço de tomada de decisão onde os maridos podem encorajar outros a promover o acesso das mulheres à saúde reprodutiva. De acordo com a análise da situação deste fenómeno, a autoridade exercida pelos maridos é uma barreira significativa à utilização dos serviços de saúde reprodutiva por parte das suas mulheres.

Rumo a uma Solução

Em 2007, o Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), em colaboração com o Governo do Níger (Ministérios da Saúde e Promoção da Mulher e Proteção Infantil), desenvolveu uma estratégia para abordar as barreiras socioculturais na utilização dos serviços de saúde reprodutiva, ou seja, a criação da Escola para Maridos (EM). A EM tem o objetivo de:

- envolver os homens na promoção da saúde reprodutiva; e
- facilitar uma mudança comportamental positiva ao nível da comunidade por parte dos maridos que, assim, se tornam agentes da mudança e promovem o diálogo no seio do casal sobre decisões familiares.

A EM é uma rede de maridos modelo que foram selecionados pelos centros de saúde e receberam formação para se tornarem líderes. Estas escolas são formadas por grupos de 12 maridos voluntários. Estão estruturadas e seguem determinados métodos de funcionamento, mas não têm hierarquia. Todos os membros são iguais e são pares.

Cada escola está ligada a um centro de saúde nas áreas mais vulneráveis onde os indicadores de saúde reprodutiva (SR) são fracos. Os maridos modelo reúnem-se regularmente para discutir e oferecer soluções para se conseguir um melhor acesso a serviços de saúde para mulheres e crianças. Realizam ainda atividades de defesa e sensibilização com os homens das suas comunidades e desenvolvem parcerias com todas as partes interessadas nos setores da saúde e estruturas locais. Uma vez que a região de Zinder tem alguns dos mais baixos indicadores de SR no Níger, a FNUAP Níger, em colaboração com o Ministério da Saúde (MS), decidiu implementar a estratégia nesta região primeiro.

Em 2008, foi realizado um workshop reunindo todas as partes interessadas envolvidas, as autoridades de saúde e administrativas regionais, agentes de saúde, organizações não governamentais nacionais (ONG) e maridos voluntários, para definir o conceito e os princípios da EM. Esta abordagem participativa é fundamental para a estratégia de modo a assegurar o alinhamento com todos os valores culturais e religiosos e é também utilizada na fase de implementação. A FNUAP Níger criou um sistema de apoio no qual duas ONG locais, a SONGES e a ANBEF, supervisionam as escolas.

Estas ONG são especializadas na criação de capacidade e trabalho comunitário e estão encarregadas do "coach". O coach supervisiona as capacidades de cada escola e ajuda na implementação das suas atividades. O coach ajuda sempre que a escola reúne (em geral, duas vezes por mês). Em média, um coach é responsável por 10 a 12 escolas. O coach não toma decisões para a escola, mas ajuda o grupo a resolver problemas, a encontrar soluções adequadas e a visualizar as suas ideias. O coach ajuda ainda o grupo em termos do desenvolvimento do seu plano de ação e monitoriza o progresso. Para facilitar este trabalho, a FNUAP Níger e os seus parceiros desenvolveram um *Cahier de Suivi* (um diário de monitorização).



© UNFPA

A SONGES oferece apoio técnico fornecendo aconselhamento e informações sobre os serviços de SR (incluindo cuidados pré-natais e métodos contraceptivos) para assegurar que os maridos têm acesso ao conhecimento. Para além disso, os “moderadores” normalmente estão presentes nas escolas. Um moderador poderá ser um agente de saúde local, uma parteira ou um líder religioso, por exemplo, que irá assistir a uma reunião para fornecer informações específicas para uma questão que necessite de esclarecimento. Esta colaboração próxima com os agentes de saúde locais e outras entidades, como por exemplo, as autoridades tradicionais e administrativas, é essencial para assegurar que a estratégia é sustentável.

A estratégia a ser desenvolvida a nível nacional baseia-se nas lições aprendidas, na avaliação dos desafios e no alargamento das chaves para o sucesso nas regiões de Zinder e Maradi. Aplicar-se-ão os 10 princípios-chave identificados por um estudo de capitalização realizado em fevereiro de 2012 como fatores no sucesso destas escolas:

- Direcionamento de homens para chegar às mulheres;
- Definir um bom exemplo como impulsionador para mudança social;
- Não ter uma hierarquia nas estruturas das EM;
- Não pagar aos maridos modelo;
- Criar diferentes parcerias aos níveis local, regional e nacional;
- Melhorar o sistema nacional de saúde;
- Mostrar respeito e expressar um sentido de pertença e um reconhecimento simbólico;
- Transferir conhecimento através da descentralização;
- Passar os participantes de beneficiários passivos a consumidores informados de serviços públicos e cidadãos empoderados; e
- Profissionalismo de todas as partes envolvidas.

A partir de 2014, a iniciativa atingiu os seguintes resultados:

- Maridos como modelos
 - » Membros da EM desenvolveram comportamentos positivos;
 - » Outros maridos admiraram os maridos modelo, levando-os a tornarem-se sensíveis a questões de género; e
 - » Foram atingidas mudanças positivas em termos da utilização de serviços de saúde reprodutiva.

- Defesa da saúde reprodutiva no seio dos líderes das comunidades:
 - » Os membros da EM em defesa contínua com líderes tradicionais; e
 - » Sessões de sensibilização com maridos nas áreas vizinhas e aldeias onde as questões devem ser abordadas.
- Mudanças de comportamento positivas entre homens e mulheres:
 - » Foi criado diálogo entre casais;
 - » Os homens obtiveram um melhor entendimento das questões de saúde da mulher;
 - » As EM e os líderes e tradicionais e desenvolveram relações harmoniosas; e
 - » Foi tomada a decisão de proibir partos em casa.

As EM baseiam-se numa abordagem participativa e podem ser facilmente adaptadas aos valores e às necessidades de cada comunidade. Ao seguir estes princípios básicos, a estratégia pode ser replicada e implementada em muitos outros cenários. Após o arranque no Níger, a estratégia foi replicada por ONG internacionais como, por exemplo, a Save the Children, a CONCERN, a HKI e a PSI. A FNUAP Níger e o Governo do Níger mobilizaram parceiros bilaterais como, por exemplo, a Dinamarca, a Espanha e a União Europeia para obter financiamento. **Finalmente, muitos países da África Central e Ocidental com realidades socioculturais similares à do Níger replicaram a estratégia. Por exemplo, estão a ser partilhados conhecimentos sobre como criar uma escola para maridos no Burkina Faso, Camarões, Costa do Marfim, Guiné, Mali, Mauritânia, Senegal, Serra Leoa e Togo e estão ainda a ser partilhados os fatores de sucesso e as lições aprendidas.** Todos estes países enviaram delegações do governo, da sociedade civil e parceiros técnicos e financeiros para visitar o Níger.

Contacto:

Issa Sadou, Especialista em Direitos Humanos e Género, FNUAP, sadou@unfpa.org

Nome do projeto: Envolvimento dos homens na promoção da saúde reprodutiva através de uma abordagem de base comunitária, Ecole des Maris (Escola para Maridos)

Países/Regiões: Burkina Faso, Camarões, Costa do Marfim, Guiné, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal, Serra Leoa, Togo

Proposto por: FNUAP Níger

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3.1, 3.2, 3.7, 5.6

Apoiado por: FNUAP, Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional (DANIDA), União Europeia, Espanha

Entidades implementadoras: ONG locais

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2007 - presente

URL da iniciativa: goo.gl/cFmcyz

Financiamento Transformador para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres

5 IGUALDADE DE GÉNERO



Reforçar os sistemas de gestão de finanças públicas para promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres

Desafio

Nos últimos anos, o interesse em orçamentos atentos ao género tem aumentado, juntamente com o entendimento de que um planeamento e orçamentação eficientes podem melhorar o impacto das políticas governamentais e reforçar a responsabilidade para mulheres e raparigas. Tem havido uma procura crescente dos parceiros, dentro e fora do governo, por reforço da capacidade de um orçamento sensível ao género. Mas para que tal seja implementado, o reforço da capacidade deverá envolver todas as partes interessadas, ser disponibilizado a longo prazo e gerar vontade política e ações para trazer a análise de género para o centro do planeamento, programação e orçamentação governamental.

Rumo a uma Solução

A Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento de Mulheres (ONU Mulheres) e antes de 2011, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (United Nations Development Fund for Women, UNIFEM), tem apoiado a o reforço da capacidade de orçamentação sensível ao género através da partilha de experiências, práticas promissoras e transferência de conhecimento e transferência. Até à data, a ONU Mulheres apoiou mais de 100 países na generalização da análise de género nos seus planos e orçamentos e nacionais, setoriais e locais. A partir desta experiência e através da colaboração com parceiros e especialistas nacionais, a ONU Mulheres identificou os principais impulsionadores de sucesso, incluindo: (i) fortes requisitos legais; (ii) liderança por parte de ministérios das finanças; (iii) participação ativa das partes interessadas dentro e fora do Governo, especificamente nos parlamentos, nas universidades e na sociedade civil; (iv) alinhamento entre os planos de desenvolvimento e os orçamentos nacionais; (v) disponibilidade de dados desagregados de género robustos; e (vi) assistência técnica orientada e contínua para aumentar a institucionalização e melhorar a sustentabilidade.

Em 2017, a ONU Mulheres e o Fundo Monetário Internacional (FMI) começaram a colaborar para alargar o impacto dos orçamentos atentos ao a nível global com base em vantagens comparativas e mandatos de ambas as instituições. Este esforço conjunto tem uma abordagem de três níveis para desenvolver a base de evidências empíricas, reforçar as capacidades nacionais e aumentar a defesa global de orçamentação sensível ao género.

Para iniciar a parceria, foram realizados eventos de aprendizagem entre pares no Ruanda e nas Maurícias em novembro de 2017 e fevereiro de 2018, respetivamente. Estruturados em volta da aprendizagem experimental e do diálogo interativo, os intercâmbios Sul-Sul têm apoiado a identificação de pontos de entrada para a melhoria dos esforços nacionais e locais na orçamentação sensível ao género.

O evento no Ruanda incluiu apresentações e ainda viagens de estudo de pequenos grupos para projetos centrados na inovação tecnológica, empoderamento económico das mulheres e serviços integrados para abordar a violência contra mulheres e raparigas. Uma visita ao Fórum Parlamentar de Mulheres do Ruanda forneceu pontos de vista chave sobre como a orçamentação sensível ao género tem vindo a ser institucionalizada dentro do Governo. Estes incluíram a colaboração parlamentar com a maquinaria de mulheres nacionais e ainda a criação de uma Comissão Parlamentar para acompanhar o processo de orçamentação desde a criação à execução e para realizar auditorias de desempenho de igualdade de género. O Ministério das Finanças do Ruanda identificou o escrutínio e o envolvimento ativo do Parlamento como sendo fatores críticos para fazer avançar



© ONU Mulheres

a orçamentação sensível ao género que foi essencial para aumentar o investimento em educação e serviços de saúde para mulheres e raparigas. Após esta visita, os Ministérios do Género do Gana e da Serra Leoa reconheceram o potencial da experiência do Ruanda para os seus países e pediram que a orçamentação sensível ao género fosse generalizada no seio de todos os orçamentos dos governos africanos.

No evento de aprendizagem entre pares nas Maurícias, os participantes do Uganda apresentaram a sua experiência de iniciar a orçamentação sensível ao género no contexto da reforma da Lei de Gestão das Finanças Públicas. Os representantes do Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico do Uganda e a Comissão de Oportunidades Iguais também partilharam a forma de utilização um processo participativo e consultivo no desenvolvimento de orientação para apoiar vários setores e o parlamento para haver um envolvimento mais ativo na orçamentação sensível ao género. **Como resultado direto, os participantes do Maláui, Moçambique e República Unida da Tanzânia identificaram ações para replicação nos contextos dos seus países. Por exemplo, os colegas do Maláui comprometeram-se a defender revisões à sua Lei de Gestão das Finanças Públicas, utilizando a experiência do Uganda para apoiar o diálogo político.** Para além disso, os quatro países participantes concordaram em continuar uma aprendizagem contínua através de intercâmbios virtuais e visitas de acompanhamento para ver as práticas de orçamentação sensível ao género em ação.

Para além dos intercâmbios de aprendizagem entre pares, foram realizadas formações de orçamentação sensível ao género pelo Centro de Formação da ONU Mulheres. Estas incluíram componentes online e presenciais e enfatizaram a criação de competências aplicáveis e práticas para implementar uma orçamentação sensível ao género. O curso de formação de vários módulos foi lançado em Inglês, Espanhol e Francês para 108 participantes em mais de 35 países.

Uma orçamentação sensível ao género eficiente exige capacidades e uma colaboração robusta no seio dos ministérios das finanças, planeamento, género e setoriais. É necessário o envolvimento de grupos fora do Governo incluindo parlamentares, organizações da sociedade civil e universidades para reforçar a procura de orçamentação sensível ao género. Através da colaboração FMI/ONU Mulheres, os parceiros governamentais e as partes interessadas não governamentais reúnem-se para examinar o que funciona na criação e implementação de orçamentação sensível ao género, avaliar os desafios no decurso deste trabalho e identificar as boas práticas para a replicação num espectro de países.

Contacto:

Katherine Gifford, Especialista em Política, Governação e Planeamento Nacional, ONU Mulheres,

katherine.gifford@unwomen.org

Monjurul Kabir, Conselheiro Principal e Líder Global, Cooperação Triangular e Sul-Sul, ONU Mulheres,

monjurul.kabir@unwomen.org

Nome do projeto: Financiamento Transformador para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres
Iniciativa bandeira

Países/Regiões: Gana, Maláui, Moçambique, Níger, Nigéria, Ruanda, Serra Leoa, República Unida da Tanzânia, Uganda, Zâmbia

Proposto por: Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento de Mulheres (ONU Mulheres)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 5.c

Apoiado por: ONU Mulheres e FMI

Entidades implementadoras: ONU Mulheres, FMI, Ministérios das Finanças e ministérios dos países participantes

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2017-2021

URL da iniciativa: <http://gender-financing.unwomen.org/en>



Colômbia e Gana Combinam Esforços para Melhorar as Condições Sanitárias

Introduzir uma tecnologia inovadora e de baixo custo para melhorar o saneamento

Desafio

Nyapienya e Langma são comunidades rurais no Distrito de Osudoku da região da Grande Acra, a cerca de 6 km de Dodowa no Gana. Apesar da sua proximidade a áreas semi-rurais e urbanas, os membros da comunidade vivem em circunstâncias precárias e as suas necessidades básicas não são satisfeitas.

Uma vez que apenas 5% das casas estão ligadas a sistemas de esgotos e a maioria das canalizações não são cobertas, algumas famílias defecam em tubos e áreas abertas. O acesso limitado a serviços de saúde, a água limpa e ao saneamento contribuem para 70% das doenças no seio da população e é uma das principais causas de mortalidade. Uma solução importante é a construção de casas de banho que não necessitam de água ou sistemas de esgotos e que podem, assim, melhorar as condições sanitárias nacionais.

Rumo a uma Solução

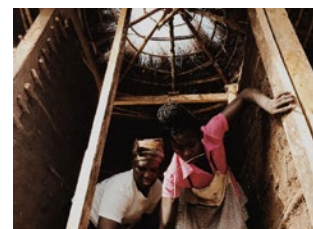
A utilização racional de água e a capacidade do estado para fornecer sistemas de esgotos são altamente relevantes. Consequentemente, a formação em construção de um protótipo de casa de banho de compostagem e posterior construção foram identificadas como passos-chave para abordar os desafios sanitários sociais e ambientais em Nyapienya e Langma. Esta formação promove atividades coletivas e participativas no seio dos membros da comunidade onde o conhecimento tradicional é reconhecido e promovido, tal como acontece com uma gestão residual, e sempre que acessível, tecnologia nova e de baixo custo é introduzida e pode ser replicada para uma gestão adequada dos resíduos humanos. Em resultado disso, as casas de banho de compostagem foram decoradas com elementos simbólicos das comunidades de Nyapienya e Langma.

Em Nyapienya, os líderes comunitários de cada uma das igrejas reúnem a comunidade, o grupo de homens da assembleia que toma decisões comunitárias importantes, os membros do governo local, como o chefe da água e das condições sanitárias, os diretores locais da Rede INDEPTH, os professores das comunidades adjacentes e 40 mulheres e homens da comunidade.

Em Langma, o chefe da tribo local é responsável pelo desenvolvimento comunitário. Aí, os principais beneficiários do projeto são membros da zona de Jamestown e membros de comunidades distantes. O projeto também envolve jovens voluntários da Rojal NU - a Rede de Jovens Africanos para o Desenvolvimento - responsáveis pela replicação do projeto e 44 mulheres e homens que receberam formação para construir três protótipos de sanitas compostoras (a seco) para as suas comunidades.

Todas as novas tecnologias, sejam elas alternativas ou intuitivas, devem ser apoiadas por um estudo apropriado do contexto social e um alto nível de sensibilização sobre a sua necessidade e forma de utilização. Um programa educativo e uma formação fortes são necessários para garantir a conceção, construção e utilização correta das sanitas compostoras que serão utilizadas diariamente de acordo com os recursos locais. Como tal, a Fundação Organismo desenvolveu três etapas para a implementação do projeto: (i) implementação; (ii) sensibilização; e (iii) acompanhamento.

A INDEPTH¹ esteve presente durante todas as etapas. Foi responsável pela formação contínua da comunidade em matéria de tecnologia e possibilitou o acompanhamento direto. Desde o início, existiam planos para replicar a experiência para que quando a formação terminasse os líderes pudessem tornar-se multiplicadores e mudar-se para comunidades adjacentes para partilharem os seus novos conhecimentos.



© Fundação Organismo

Atualmente, cerca de 120 pessoas utilizam estas sanitas todos os dias. Este facto contribui para a gestão adequada das condições sanitárias (ODS 6) e para melhorar as condições de saúde e bem-estar das comunidades (ODS 3). Além disso, a implementação de sanitas a seco contribui para o fim da pobreza (ODS 1) e a igualdade de género (ODS 5), pois existe uma ligação direta entre o abandono escolar feminino e as condições precárias que as mulheres destas cidades enfrentam devido às más condições sanitárias a que estão sujeitas durante a menstruação, o que pode causar infeções urinárias ou vaginais.

A proposta original de implementação deste projeto no Gana foi realizada pela Embaixada da Colômbia no Gana, no âmbito do seu programa humanitário de cooperação. A Embaixada recebeu um forte apoio da agência de cooperação internacional da Colômbia, APC Colômbia, que estabeleceu uma aliança com a Fundação Organismo² com base na sua experiência no desenvolvimento de modelos educativos relativos a técnicas de construção ecológica e tecnologias alternativas. Mais tarde, a Fundação Organismo deslocou-se ao Gana e ensinou a estas comunidades a forma adequada de construir e utilizar as sanitas compostoras. A Rede INDEPTH e a Rojal NU deram apoio durante as etapas iniciais do projeto e realizaram ações de acompanhamento para garantir o impacto e a sustentabilidade do projeto. A Embaixada da Colômbia no Gana contribuiu para a construção de mais dois protótipos de sanita, garantindo, assim, a replicação do projeto.

As sanitas compostoras são uma tecnologia apropriada em locais onde não existe água nem saneamento. A sanita compostora foi concebida para desidratar matéria fecal num processo de decomposição saudável. Inicialmente, a Fundação Organismo aplicou esta tecnologia e o seu programa de formação em comunidades colombianas localizadas no Amazonas, Sucre, Magdalena, Cundinamarca e Chocó, entre outras.

A tecnologia de sanitas compostoras pode ser replicada em qualquer outro país em desenvolvimento onde é necessária a implementação de tecnologias alternativas apropriadas ou intuitivas. Pode ser utilizada para permitir que indivíduos e grupos sociais assumam a responsabilidade de transformar territórios expostos a processos degenerativos em ambientes sustentáveis.

A grande dificuldade na replicação deste projeto é a necessidade de um programa de sensibilização que deve acompanhar a construção da tecnologia das sanitas. Este programa centra-se na criação de uma mudança na dinâmica da comunidade, com o desenvolvimento de uma compreensão diferente do ambiente e dos ciclos da natureza. Para conseguir impactos abrangentes, estas tecnologias devem:

- basear-se no conhecimento tradicional;
- adaptar-se ao território;
- fortalecer o intercâmbio local com princípios de solidariedade;
- ser economicamente acessível à população em geral;
- ter em consideração o contexto sociocultural das comunidades que as constroem;
- otimizar a utilização e o processamento de recursos locais e fontes de energia na sua conceção;
- ser aplicadas ao nível local;
- ser criativas na sua construção; e
- ser apropriáveis e expansíveis pela comunidade.

Contacto:

Ana María Gutierrez, Fundação Organismo, Diretora, Colômbia, anamaria@organismo.org

Nome do projeto: A Colômbia e o Gana unem-se para melhorar as condições sanitárias

Países/Regiões: Colômbia, Gana

Proposto por: Agência Presidencial Colombiana de Cooperação Internacional (APC - Colômbia)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3.8, 3.9, 3.c, 6.2, 6.3, 6.b

Apoiado por: APC - Colômbia, Fundação Organismo, Embaixada da Colômbia em África, Rede INDEPTH e Royal Nu

Entidades implementadoras: Rede INDEPTH, comunidades Rojal NU, Nyapienya e Langma.

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: Agosto 2017 – Novembro 2017.

URL da fundação: www.organizmo.org

¹ A INDEPTH é uma rede global de sistemas de vigilância de saúde e demográficos (health and demographic surveillance systems - HDSS) que proporciona uma compreensão mais abrangente do estado de saúde das comunidades.

² A Fundação Organismo é um centro colombiano de bioarquitetura que tem como ponto focal o empoderamento das comunidades através da formação em bioconstrução e tecnologias intuitivas, da utilização eficiente dos recursos naturais e da promoção de comportamentos ambientais coerentes.

Melhoria da Capacidade de Gestão da Companhia das Águas Urbanas do Sudão do Sul

6 ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO



Melhorar o fornecimento de águas urbanas no Sudão do Sul

Desafio

O Sudão do Sul tornou-se independente em 2011 depois de um longo conflito. A população de Juba, a capital, aumentou drasticamente após o regresso dos refugiados e agora estima-se que seja agora constituída por cerca de 600.000 a 800.000 pessoas. As lacunas nas infraestruturas, como o fornecimento de água, geram uma grande dificuldade na vida diária. A cobertura do fornecimento de água na cidade é de apenas 10%. Uma pequena minoria de cidadãos com acesso a água com ligação de serviço paga a uma tarifa fixa de água mais baixa, enquanto a maioria depende de água do rio não filtrada, de poços desprotegidos e/ou água com uma salinidade elevada. A Companhia das Águas Urbanas do Sudão do Sul (South Sudan Urban Water Corporation, SSUWC), uma companhia de águas responsável pela construção e gestão de instalações de fornecimento de água e que faz parte do Ministério dos Recursos Hídricos e da Irrigação (Ministry of Water Resources and Irrigation - MWRI), é financeira e tecnicamente insustentável devido ao elevado coeficiente de água não faturada água (ANF) e ao baixo coeficiente de cobrança da tarifa de água. Como é necessário aumentar a tarifa e o coeficiente de cobrança de tarifas, a SSUWC tem de melhorar o seu desempenho e atendimento ao cliente para obter a compreensão e a cooperação dos cidadãos.

Rumo a uma Solução

Para aumentar a capacidade da SSUWC no fornecimento de água limpa, segura de forma sustentável em Juba, a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Japan International Cooperation Agency - JICA) e o Sudão do Sul estão, desde 2010, a implementar o Projeto de Melhoria da Capacidade de Gestão da Companhia de Águas Urbanas do Sudão do Sul. A Fase 2 (2016 – 2020) do projeto centra-se no desenvolvimento de capacidades relativas à gestão financeira, à gestão de ANF e ao funcionamento e manutenção de instalações.

A JICA apoia a SSUWC para que esta aprenda com as principais companhias de águas do Uganda e do Camboja. O objetivo das sessões de formação em cada país é que a SSUWC:

- tome conhecimento do que funcionou bem nas reformas das companhias das águas com base nas experiências desses dois países; e
- obter os conhecimentos necessários para elaborar o seu plano de reforma com base na sua própria situação.

A formação no Camboja, Japão e Uganda, em 2017, foi realizada como uma das atividades do projeto. As formações incluíram a aprendizagem com as principais companhias de fornecimento de água dos países em desenvolvimento (a Companhia Nacional das Águas e Saneamento (National Water and Sewerage Corporation - NWSC) do Uganda e a Agência de Fornecimento de Água de Phnom Penh (Phnom Penh Water Supply Authority - PPWSA) do Camboja) sobre as suas experiências bem-sucedidas com reformas e as dificuldades do desenvolvimento das infraestruturas. **Tanto a NWSC como a PPWSA conseguiram melhorias substanciais no desempenho e na mudança organizacional bem-sucedida, apesar de trabalhar em ambientes adversos. Por exemplo, o coeficiente NRW da PPWSA e da NWSC melhorou significativamente, de 72% em 1993 para 6% em 2011 e de 60% em 1998 para 28% em 2018, respetivamente.** Os participantes aprenderam sobre a história do Camboja (por exemplo, infraestruturas deterioradas devido à guerra civil na década de 1970) semelhante à situação no Sudão do Sul.



© JICA

O Ministro dos Recursos Hídricos e da Irrigação e os principais funcionários da SSUWC visitaram grandes companhias de fornecimento de água no Uganda e no Camboja. A formação no Uganda baseou-se no programa de formação da NWSC e nas suas instalações de fornecimento de água. As palestras e formações da NWSC abrangeram uma vasta gama de tópicos de gestão, como as taxas de água, a gestão financeira, a sensibilização pública, a gestão de ANF, o sistema de informação geográfica (SIG), a gestão de distribuição de água e partilha do histórico das reformas da NWSC. A PPWSA realizou palestras sobre o seu histórico de reformas e gestão de serviços públicos.

O Ministro dos Recursos Hídricos e da Irrigação e a SSUWC ganharam confiança no seu plano de reforma. No Camboja, a cobertura do fornecimento de água em Phnom Penh aumentou drasticamente, de 20% em 1993 para 82% em 2003, com uma redução de ANF e revisão de tarifas, resultando num lucro líquido. O plano de reforma da PPWSA (Camboja) foi implementado em pouco mais de 10 anos, demonstrando que as reformas podem ser alcançadas rapidamente. As palestras foram persuasivas, pois a sua maioria foi realizada por executivos da PPWSA que enfrentaram verdadeiras dificuldades desde os anos 1990. Eles concordaram que era possível que a SSUWC melhorasse o seu desempenho e expandisse a cobertura de fornecimento de água.

A formação contínua e em conjunto com a NWSC será eficaz no reforço do desempenho da SSUWC. Como a tecnologia e os métodos de gestão do país vizinho são semelhantes aos do Sudão do Sul, é mais fácil para os participantes da SSUWC aprenderem com as experiências da NWSC.

Realizações:

A sede da SSUWC e a estação de Juba começaram a elaborar um plano de ação de reforma que inclui uma análise das boas práticas e lições aprendidas com a PPWSA e a NWSC (por exemplo, a necessidade de vontade política, liderança forte, pessoal motivado e apoio de parceiros de desenvolvimento).

Os resultados globais da formação foram:

- um plano de reforma para melhorar o desempenho dos serviços públicos e a identificação de ações prioritárias que contribuem para as melhorias eficazes e efetivas, com base nas experiências das principais companhias de fornecimento de água nos países em desenvolvimento e nas lições com elas aprendidas;
- competências práticas e métodos de gestão partilhados por um país vizinho; e
- ligações entre organizações em diferentes países em desenvolvimento, com o apoio de parceiros de desenvolvimento (como a JICA, neste caso), que entendem as dificuldades e o processo de desenvolvimento dos países em desenvolvimento e com os quais estabeleceram um bom relacionamento.

Contacto:

Gabinete para Questões Globais e Parceria de Desenvolvimento, Departamento de Estratégia de Operações, Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), pdgdp@jica.go.jp

Nome do projeto: Melhoria da Capacidade de Gestão da Companhia das Águas Urbanas do Sudão do Sul

Países/Regiões: Camboja, Sudão do Sul, Uganda

Proposto por: Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.4, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.a, 6.b

Apoiado por: JICA

Entidades implementadoras: Companhia Nacional das Águas e Saneamento (NWSC), no Uganda, e a Agência de Fornecimento de Água de Phnom Penh (PPWSA), no Camboja

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2016 – 2020 (Fase 2)

URL da iniciativa: goo.gl/17JxWC

Gestão Integrada de Recursos Hídricos e Águas Residuais nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento dos Oceanos Atlântico e Índico

6 ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO



Gestão integrada de recursos hídricos em áreas marinhas costeiras e de água doce

Desafio

Dois oceanos, seis países, três idiomas distintos: as nações de Cabo Verde, Comores, Maldivas, Ilhas Maurícias, São Tomé e Príncipe e Seicheles podem parecer ter pouco em comum, mas, enquanto pequenos Estados insulares em desenvolvimento (PEID), enfrentam dificuldades semelhantes na gestão de águas residuais e recursos hídricos.

Os seis países, localizados nos oceanos Atlântico e Índico (OAI), diferem profundamente a nível de tamanho e de desenvolvimento económico, mas partilham problemas relacionados com a escassez e a contaminação dos fornecimentos de água doce, com a exploração excessiva e a má gestão dos recursos hídricos subterrâneos, o aumento da pressão sobre a produção agrícola e a rápida diminuição da biodiversidade. Em menor ou maior medida, enfrentam também sérias dificuldades no fornecimento de água potável limpa e instalações de tratamento de resíduos às suas populações.

Rumo a uma Solução

Em resposta a estas dificuldades, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environment Facility, GEF) financiou um projeto completo para abordar a necessidade urgente de Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) e melhorar a eficácia da utilização da água nos PEID dos oceanos Atlântico e Índico. O projeto, Implementação da Gestão Integrada de Recursos Hídricos nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento dos Oceanos Atlântico e Índico (GIRH PEID OAI), implementado conjuntamente pelo PNUD e pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), tem visado o fortalecimento do compromisso e a capacidade dos seis países participantes de implementar uma abordagem integrada, baseada em ecossistemas, para a gestão dos recursos de água doce. O objetivo do projeto é garantir que cada país está adequadamente preparado para gerir os seus recursos hídricos e ecossistemas de forma sustentável.

A metodologia que o projeto utiliza para abordar as dificuldades relacionadas com os recursos hídricos em cada ilha é a promoção e a implementação da GIRH e Eficiência no Uso da Água (EUA). A GIRH é definida como um processo que promove o desenvolvimento e a gestão coordenados de água, terra e recursos relacionados para maximizar o bem-estar económico e social resultante de forma equitativa, sem comprometer a sustentabilidade de ecossistemas vitais. Ao promover a implementação da GIRH, o projeto apoiou os países em matéria de realização dos ODS relativos à água, ao saneamento, à gestão de ecossistemas, entre outros.

O projeto foi concebido de forma a que cada país demonstrasse uma abordagem inovadora para alcançar a GIRH. Todas as demonstrações foram diferentes e, como tal, o projeto permite que os PEID observem e aprendam com os resultados de seis diferentes abordagens através de intercâmbios Sul - Sul. Isto foi conseguido com a realização de formações regionais relativas a competências necessárias a todos os países, incluindo indicadores de comunicação e monitorização, para que os participantes dos seis países possam aprender tanto com instrutores como com colegas de outros países em relação às suas melhores práticas.

Por exemplo, em Cabo Verde, os agricultores de Colonato que participaram na demonstração receberam formação e apoio com kits de microirrigação. No total, foram distribuídos 100 kits para produção agrícola eficiente em termos de água. Foram realizados dois workshops para dar formação aos agricultores sobre a produção agrícola utilizando águas residuais tratadas através de



© GIRH PEID OAI

um sistema de micro-irrigação gota a gota. Também foi dada uma ênfase especial à formação de mulheres agricultoras sobre a plantação de árvores e medidas de proteção de aquíferos, como a prevenção da erosão costeira e a intrusão de água salgada. No total, o projeto facilitou a plantação de 3.000 árvores de fruto e 1.000 plantas halófitas (tolerantes ao sal), formando uma barreira viva contra a erosão e ajudando a melhorar os solos na área agrícola de Colonato.

Nas Comores e em São Tomé e Príncipe, o projeto apoiou o desenvolvimento e implementação de um plano de GIRH para a bacia do rio Mutsamudu e melhorou significativamente a gestão da bacia hidrográfica do rio. O projeto foi implementado de uma forma altamente participativa, com as comunidades, o exército, o município e o governo regional totalmente envolvidos na implementação de várias atividades para proteger a sua própria fonte de água. A campanha de sensibilização incluiu as principais atividades de limpeza dos rios, juntamente com os testes dos serviços de recolha de resíduos sólidos. Os referidos esforços ajudaram a preparar o caminho para o governo regional estabelecer um sistema responsável de gestão de resíduos sólidos na ilha. Além disso, os pequenos agricultores, cujas práticas agrícolas tradicionais resultaram num alto grau de erosão e assoreamento do solo, receberam formação para tornar as suas práticas agrícolas mais produtivas. Essas práticas também estão a ajudar os agricultores a evitar erosão e assoreamento, trabalhando para restaurar as suas terras e melhorar a qualidade da água na zona.

As Maldivas reforçaram a sua capacidade de proteção dos seus aquíferos basais, fonte vital e escassa de água doce para a população insular, ao instalar um sistema integrado de fornecimento de água com recolha e dessalinização de água da chuva e ao melhorar as práticas agrícolas de modo a evitar a contaminação provocada pelos fertilizantes. A demonstração bem-sucedida da GIRH, em particular, os seus benefícios previstos em termos de adaptação às alterações climáticas, catalisou ainda mais o apoio financeiro do Fundo Verde para o Clima para replicação da prática em mais de 20 outras ilhas.

As Maurícias também reforçaram a capacidade de monitorização dos lençóis de água subterrânea para melhorar a gestão conjunta dos recursos hídricos subterrâneos e à superfície e de proteção do Aquífero do Norte contra a infiltração de água salgada.

Através dos esforços combinados destes seis PEID, cerca de 100.000 membros da comunidade já beneficiaram da melhoria da qualidade da água, o que reduz a pobreza, melhora os resultados na área da saúde, facilita a adaptação às alterações climáticas e reduz a ameaça de riscos naturais e causados pelo homem. Os projetos de demonstração de GIRH em cada país também contribuíram para a igualdade de género, reconhecendo e reforçando o papel que as mulheres desempenham na gestão da água e generalizando as dimensões de género em resultados mais abrangentes do projeto.

Os resultados das atividades de demonstração de GIRH foram incluídos nas discussões de políticas a nível nacional, de forma a garantir que as políticas nacionais adotariam a abordagem de GIRH para a sustentabilidade. São Tomé e Príncipe promulgou a sua primeira Lei da Água, totalmente baseada na abordagem de GIRH. As Seicheles também desenvolveram uma política nacional sobre recursos hídricos, um plano nacional de GIRH e um projeto de lei nacional da água para adotar integralmente os princípios de GIRH nas suas disposições legais e institucionais nacionais de gestão de recursos hídricos. Nas Maldivas, o departamento governamental desenvolveu e aprovou uma política nacional de águas e saneamento.

Contacto:

Dr. Akiko Yamamoto, Consultor Técnico Regional para a Administração da Água e dos Oceanos, Centro de Serviço Regional do PNUD em África, akiko.yamamoto@undp.org
Dr. Yegor Volovik, Gestor de Portefólio do GEF, Águas Internacionais, PNUMA, yegor.volovik@unenvironment.org

Nome do projeto: Implementação da Gestão Integrada de Recursos Hídricos e Águas Residuais nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento dos Oceanos Atlântico e Índico

Países/Regiões: Cabo Verde, Comores, Maldivas, Maurícias, São Tomé e Príncipe, Seicheles

Proposto por: PNUD

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.a, 6.b

Apoiado por: GEF, PNUD, PNUMA

Entidades implementadoras: UNOPS, países participantes

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2012 - 2018

URL da iniciativa: <http://aio-iwrm.org/>

Guiné-Bissau Apoia o Saneamento Total Liderado pela Comunidade em São Tomé e Príncipe



Reduzir a defecação a céu aberto e promover práticas seguras de saneamento e higiene nas comunidades rurais

Desafio

Entre 1995 e 2015, o número de pessoas que praticavam defecação a céu aberto em São Tomé e Príncipe diminuiu 20%. No entanto, 54% ainda utilizavam espaços exteriores para defecação (Programa Conjunto de Monitorização para o Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene, 2015). Para reduzir a defecação a céu aberto aumentando o acesso e a utilização de latrinas, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Ministério das Infraestruturas e dos Recursos Naturais do país queriam aproveitar as lições aprendidas de outra iniciativa nacional que possuía uma sólida experiência baseada em evidências nesta área. Elegeram a Guiné-Bissau, pois o país conseguiu reduzir a defecação a céu aberto de 31 para 18%, entre 2006 e 2014.¹ Muito desse sucesso deve-se à UNICEF na Guiné-Bissau e aos seus parceiros, que têm utilizado a abordagem de saneamento total liderado pela comunidade (Community-Led Total Sanitation, CLTS) para reduzir a defecação a céu aberto nas zonas rurais desde 2011. A abordagem CLTS está enraizada nas exigências e liderança da comunidade, centrando-se no comportamento e na mudança social e incentivando a inovação local para eliminar a defecação a céu aberto.

Rumo a uma Solução

Para abordar o desafio acima indicado, a cooperação entre a Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe foi estabelecida em quatro fases distintas: aprender com as evidências, diagnóstico, planeamento e ações piloto. A primeira fase incluiu uma visita de campo à Guiné-Bissau por parte de dois funcionários do governo de São Tomé e Príncipe. Durante a visita, estes trocaram informações sobre a função e as responsabilidades das principais partes interessadas na Guiné-Bissau e em São Tomé e Príncipe, tais como funcionários do governo e parceiros de implementação. Funcionários de São Tomé e Príncipe também visitaram comunidades onde foi implementada a abordagem CLTS. Aqui, tomaram conhecimento sobre a utilização inovadora de smartphones na Guiné-Bissau para monitorizar a implementação do CLTS e do progresso das comunidades para eliminar a defecação a céu aberto. Eles também realizaram discussões com as comunidades, facilitadores e autoridades locais para entender as diferentes fases do processo de implementação.

A visita de campo destacou que São Tomé e Príncipe necessitava de assistência técnica personalizada na segunda fase (diagnóstico), pelo que a UNICEF São Tomé e Príncipe recebeu assistência técnica da UNICEF Guiné-Bissau para desenvolver um Plano de Ação para a Implementação do CLTS. O funcionário de apoio da Guiné-Bissau participou também numa conferência sobre saneamento em maio de 2017 em São Tomé e Príncipe. Ele partilhou a abordagem CLTS na Guiné-Bissau e o progresso e realizações do país. As principais partes interessadas no setor de água e saneamento, incluindo funcionários do governo local, participaram na conferência. Isto permitiu uma discussão detalhada sobre como a experiência da Guiné-Bissau pode ser aplicada às necessidades de São Tomé e Príncipe.

Como parte da terceira fase (planeamento), foram realizadas reuniões bilaterais com vários funcionários do governo dos Ministérios das Infraestruturas e Recursos Naturais, Saúde e Educação, Organização Mundial da Saúde (OMS), Banco Africano de Desenvolvimento e partes interessadas da sociedade civil (organizações não-governamentais e organizações baseadas na comunidade) para discutir as oportunidades disponíveis para uma implementação bem-sucedida do programa de saneamento rural. Estas reuniões também deram ideias sobre como estas oportunidades poderiam



© UNICEF

¹ Inquérito de Indicadores Múltiplos (MICS), 2014.

ser integradas no plano de ação para a implementação do CLTS. Depois da finalização do plano de ação com estes contributos, foi realizada uma reunião final com os funcionários e parceiros do governo para a apresentação da proposta do plano de ação, que foi posteriormente submetido ao Ministro das Infraestruturas e Recursos Naturais para aprovação oficial.

A quarta fase começou no início de 2018, com a realização de uma formação em CLTS para todos os parceiros, incluindo a equipa do governo central do Departamento de Saneamento e as organizações não governamentais (ONG) selecionadas ou organizações baseadas na comunidade (OBC) como parceiras de implementação. Isto será seguido pelo lançamento de um projeto piloto num distrito de São Tomé e Príncipe.

Durante a implementação do projeto, o Governo de São Tomé e Príncipe criou um grupo de trabalho para prestar serviços de consultoria em relação à seleção das comunidades piloto e formação das ONG/OBC selecionadas para iniciar a implementação do CLTS. O sucesso do projeto piloto determinará o potencial de expansão do programa em todo o país. Além disso, será importante confirmar a adesão do Governo a cada etapa da implementação para garantir a expansão e sustentabilidade bem-sucedida do projeto.

Além disso, **a cooperação de São Tomé e da Guiné-Bissau para promover o CLTS através da partilha de lições e soluções é uma iniciativa pioneira, uma vez que o foco no contexto do CLTS é, geralmente, a construção de intervenções baseadas em especificidades locais.**

Finalmente, a implementação da abordagem CLTS não exige que as comunidades contribuam com recursos financeiros, assim, pode ser facilmente replicada nas comunidades mais desfavorecidas. Por esta razão, o CLTS também pode ser utilizado como ponto de introdução a muitas outras questões, como o saneamento seguro em escolas comunitárias, planeamento de segurança hídrica, controlo nutricional e planeamento e implementação da abordagem CLTS, com base na experiência da Guiné-Bissau.

Contacto:

Luis Bonfim, Especialista em Saúde, UNICEF São Tomé e Príncipe, lbbonfim@unicef.org

Fredrik Asplund, Responsável WASH, UNICEF Guiné-Bissau, fasplund@unicef.org

Didier Monteiro, Diretor WASH, UNICEF Guiné-Bissau, dmonteiro@unicef.org

Nome do projeto: Implementação do saneamento total liderado pelas comunidades em São Tomé e Príncipe

Países/Regiões: Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe

Proposto por: UNICEF

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 6,2

Apoiado por: UNICEF

Entidades implementadoras: UNICEF e Ministério das Infraestruturas e Recursos Naturais, São Tomé e Príncipe

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2016 - 2018

URL da iniciativa: goo.gl/aEYVrm



Reforço do Processo de Reforma do Setor da Água na Nigéria

Aprendizagem entre pares com a Colômbia e o Brasil para servir de base às reformas do setor da água da Nigéria

Desafio

O governo da Nigéria reconhece há muito tempo as dificuldades enfrentadas pelo setor de fornecimento de água e saneamento. Como efeitos negativos para a saúde pública apontam-se o acesso reduzido a serviços, a falha de infraestruturas em mau estado de conservação, a capacidade e o desempenho reduzidos dos fornecedores de serviços e os fortes impactos do profundo déficit de saneamento na Nigéria. Em resposta, o Governo definiu como prioridade a melhoria do acesso aos serviços de água e saneamento na sua estratégia de desenvolvimento e no Programa Nacional de Transformação.

O Governo da Nigéria continua a trabalhar para aumentar o acesso sustentável aos serviços de água nas áreas urbanas, principalmente às pessoas pobres, abordando questões institucionais e de administração. Isto exige uma reforma política e legislativa em conjunto com investimento nas infraestruturas.

Rumo a uma Solução

Os funcionários governamentais do setor de água na Nigéria pretendiam obter informações em primeira mão junto dos profissionais do setor de água que haviam realizado reformas bem-sucedidas. O Banco Mundial respondeu com um intercâmbio de conhecimentos financiado pela instituição de Cooperação Sul-Sul para juntar os funcionários nigerianos com os seus colegas da Colômbia e do Brasil. Os países enfrentaram dificuldades semelhantes no setor da água e implementaram recentemente reformas que melhoraram significativamente o seu setor da água. A Colômbia passou por reformas nos últimos 15 anos, parcialmente com o apoio do Banco Mundial, o que melhorou significativamente o seu setor da água. Antes das reformas, a Colômbia enfrentou dificuldades semelhantes aos enfrentados pela Nigéria, incluindo a qualidade e a abrangência de serviços insuficientes, prestadores de serviços com um desempenho fraco e desregulamentado e a recuperação de custos e financiamento ineficazes. O Brasil, que possui um sistema governamental federal descentralizado semelhante ao da Nigéria, teve também de lidar com a urbanização rápida e as ineficácias em grande escala do setor da água. Ambos os países implementaram reformas bem-sucedidas no setor de fornecimento de água e saneamento desde a década de 1990.

O âmbito e a conceção do programa foram beneficiados por vários intercâmbios preparatórios, após os quais duas delegações nigerianas de autoridades federais e estatais visitaram o Brasil e a Colômbia em viagens de estudo, em maio de 2016, para se reunirem com especialistas nacionais e locais do setor da água. As delegações ao Brasil e da Colômbia foram lideradas, respetivamente, pelo Secretário Permanente e pelo Diretor do Ministério Federal de Recursos Hídricos da Nigéria (Federal Ministry of Water Resources - FMWR). No total, participaram 20 autoridades nigerianas, incluindo cinco funcionários do governo federal (FMWR e Ministério Federal das Finanças) e 15 representantes do governo estatal ou gestores da Agência Estatal de Águas.

As visitas de estudo tiveram início com uma sessão introdutória de meio dia sobre a situação e história do setor da água do país anfitrião, seguida de reuniões formais e apresentações realizadas por instituições do setor, algumas visitas a locais (instalações, sistemas) e intercâmbios com o pessoal operacional e discussão com gestores durante as refeições. Cada visita de estudo incluiu uma sessão intermediária e final de discussão de ideias (quatro sessões no total), liderada pelo chefe da delegação, com a equipa do Banco Mundial e o apoio de consultores locais para o registo



© Banco Mundial

das perguntas, reações e conclusões dos participantes. O processo formal de revitalização e reforma do setor da água nigeriano teve início um ano depois, em meados de 2017.

Os resultados alcançados através desta iniciativa são os seguintes:

Novos conhecimentos: Os participantes do intercâmbio obtiveram uma compreensão das dificuldades enfrentadas nos setores de fornecimento de água e saneamento da Colômbia e do Brasil e das estratégias a médio e longo prazo para o desenvolvimento, financiamento e regulação do setor da água. Os nigerianos tiveram a oportunidade de refletir sobre a aplicabilidade destas soluções ao contexto da Nigéria e entender possíveis alterações e opções de reforma para melhorar o alcance e a sustentabilidade dos serviços de água.

Competências melhoradas: O programa de intercâmbio melhorou o conhecimento e as competências da delegação nigeriana em matéria de implementação das reformas do setor da água.

Consenso melhorado: Como os participantes nigerianos no intercâmbio de conhecimentos trabalham nos níveis federal e estatal da Nigéria, esta troca fortaleceu a relação entre estes funcionários governamentais. As visitas de estudo proporcionaram sessões de discussão de ideias e promoveram o consenso entre potenciais promotores estatais e federais de reforma, criando uma coligação de funcionários com uma mentalidade reformista e contribuindo para o estabelecimento de prioridades em termos da reforma.

Ligação melhorada: As delegações dos três países formaram um grupo para continuarem a trabalhar em conjunto. Vários dos participantes do estudo, em particular os Comissários Estaduais e os Diretores de Serviços Estaduais da Água, estão agora na vanguarda do debate sobre a reforma do setor na Nigéria.

Ações novas e melhoradas: **Os conhecimentos adquiridos em reformas setoriais foi amplamente informado e influenciou o debate e a formulação de políticas na Nigéria, incluindo aquelas relacionadas com o esclarecimento da complementaridade das funções dos governos federal e local, o regulamento dos serviços públicos e a concessão de subsídios e financiamento setorial.**

Os delegados ficaram capacitados para defender e mobilizar as reformas do setor de fornecimento de água e saneamento do governo federal e estatal. Isto levou à informação das consultas nacionais da Nigéria para o desenvolvimento do Diagnóstico de Pobreza do Fornecimento de Água, Saneamento e Higiene (Water Supply, Sanitation and Hygiene, WASH) da Nigéria e o Plano de Ação de Revitalização do Setor de 2017 - 2018. O Governo da Nigéria também solicitou apoio do Banco Mundial para conceber e estabelecer um novo Fundo Nacional para a Água.

Após as visitas de estudo, o Governo da Nigéria pediu ao Banco Mundial para desenvolver um diagnóstico atualizado e baseado em evidências das condições do setor, o Diagnóstico de Pobreza WASH da Nigéria de 2017. Também pediu ao Banco Mundial que apoiasse o processo de consulta participativa dos Estados Federais para o desenvolvimento de um Plano de Ação de Revitalização do Setor WASH (aprovado em abril de 2018), que incluía uma série de recomendações de administração e financiamento inspiradas nas experiências brasileira e colombiana. As principais áreas de reforma incluem:

- Fortalecimento da estrutura institucional e parceria do Estado Federal para o desenvolvimento do setor
- Estabelecimento de um regulador económico apropriado ao contexto de baixa capacidade da Nigéria
- Novos esquemas de financiamento de Fornecimento de Água e Saneamento, incluindo concessões baseadas em regras de empréstimos concessionais federais e incentivos concedidos pelo Estado
- Estabelecimento de políticas relativas a taxas e subsídios
- Supervisão e controlo das companhias de fornecimento de água, incluindo o estabelecimento e desenvolvimento das capacidades de um sistema nacional regulador como medida a curto a médio prazo. (Cada estado da Nigéria necessita de um sistema de regulação completo de fornecimento de água e saneamento, mas a sua criação será um processo mais demorado.)

Contacto:

Laurent Porte, Gestor de Programa, Instituição de Cooperação Sul-Sul, Banco Mundial, lporte@worldbank.org, southsouthfacility@worldbank.org

Nome do projeto: Reforço do Processo de Reforma do Setor da Água na Nigéria

Países/Regiões: Brasil, Colômbia, Nigéria,

Proposto por: Grupo Banco Mundial

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 6.1, 6.2, 6.3, 6.a

Apoiado por: Instituição de Cooperação Sul-Sul Banco Mundial

Entidades implementadoras: Governos do Brasil, Colômbia e Nigéria, Grupo Banco Mundial

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: Outubro 2015 – Outubro 2016

URL da iniciativa: N/D



Transferência de Tecnologia de Energia Renovável da China para o Gana e a Zâmbia

Adaptar o conhecimento e as competências técnicas para conseguir energia limpa e acessível para as comunidades rurais

Desafio

O Gana aumentou a sua quota de eletricidade fornecida às famílias de menos de 40%, em 2000, para 60%, em 2010. Atualmente, mais de 70% dos lares em todo o país têm acesso à eletricidade. No entanto, esta média nacional contradiz uma disparidade urbana e rural impressionante, uma vez que apenas 40% das famílias rurais têm acesso à eletricidade. Da mesma forma, na Zâmbia, a maioria das áreas rurais não está ligada à rede nacional e apenas 3% da população rural tem eletricidade. Viver às escuras após o pôr do sol representa dificuldades inimagináveis para as pessoas das comunidades rurais.

Rumo a uma Solução

Para ajudar as comunidades rurais do Gana e da Zâmbia a ter acesso à eletricidade, a Dinamarca financiou dois projetos de transferência de tecnologia de energia renovável (renewable energy technology transfer, RETT) com o Gana e a Zâmbia, com um forte enfoque na permissão da cooperação Sul-Sul coerente entre a China e os países africanos com vista a promover a iniciativa Energia Sustentável para Todos (SE4ALL) da ONU. Os projetos visam adaptar a experiência e as competências técnicas chinesas para promover a produção de tecnologias de energia renovável na África. Os projetos têm uma abordagem holística para operar tanto: 1) a montante, apoiando a criação de um ambiente favorável à transferência de tecnologia e revigorando a capacidade de cooperação Sul-Sul entre a China, o Gana e a Zâmbia; e 2) como a jusante, em termos de transferência real e demonstração de tecnologias com potencial de expansão pelo setor privado.

O Projeto de Transferência de Tecnologia de Energia Renovável Gana/Zâmbia/China é um projeto emblemático na condução da abordagem inovadora do PNUD para a cooperação trilateral. Ao combinar as necessidades e o conhecimento do país recetor com a experiência e os conhecimentos técnicos chinesa, a abordagem trilateral transfere conhecimentos e competências para a promoção de benefícios mútuos para os países envolvidos. É através desta abordagem que o PNUD atua como intermediário de conhecimentos, um criador de competências e um facilitador na resposta às necessidades dos países e fornece uma plataforma para eventos de intercâmbio de conhecimentos.

Muitos parceiros relevantes da China, do Gana e da Zâmbia estão a colaborar nestes projetos, incluindo a Comissão de Energia do Gana, o Ministério da Ciência e Tecnologia da China (Ministry of Science and Technology, MOST) e o Departamento de Energia da Zâmbia, juntamente com os escritórios do PNUD em Acra, Pequim e Lusaca. Todos os parceiros facilitaram o intercâmbio de conhecimentos e tecnologia entre a China, o Gana e a Zâmbia. As seguintes iniciativas foram tomadas através de uma abordagem participativa:

- Foram realizados workshops e sessões de correspondência na China, no Gana e na Zâmbia para facilitar o intercâmbio de melhores práticas, bem como para estabelecer bases sólidas para alianças de partes interessadas que incluam o setor privado;
- Várias delegações da China visitaram o Gana e a Zâmbia a pedido do MOST para participar em reuniões presenciais de coordenação do desenvolvimento dos projetos de demonstração;
- A Comissão de Energia do Gana e o Departamento de Energia da Zâmbia enviaram várias delegações à China para ganhar experiência, facilitar projetos de demonstração e participar em eventos de correspondência; e



© PNUD

- Os Escritórios de País do PNUD em Acra, Pequim e Lusaca serviram como pontes entre todas as partes envolvidas, coordenando com todas as partes relevantes para facilitar e supervisionar todo o processo de RETT.

Os projetos conseguiram os seguintes resultados:

- O estudo da pré-viabilidade e a seleção de tecnologias de energias renováveis transferíveis foi realizado com uma base de dados para soluções RETT a estabelecer;
- O sítio web do projeto, uma plataforma de correspondências online, foi lançado em chinês e inglês. Serão feitas atualizações de forma contínua;
- O Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis do Gana foi concluído e submetido para aprovação parlamentar;
- Empresas tecnológicas da aliança e os institutos de investigação que apoiam a RETT no Gana, na Zâmbia e noutros países parceiros africanos foram instalados na China; e
- Foram realizadas formações anuais sobre tecnologias solares, hídricas e de biogás e os principais processos de conceção de sistemas para as partes interessadas na China e na Zâmbia para eliminar barreiras de conhecimento para a RETT.

A cooperação trilateral, parte integrante da cooperação Sul-Sul, é uma modalidade inovadora emergente que permite aos países partilhar e trocar conhecimentos e experiências. Os projetos trilaterais identificam valor agregado específico e pontos fortes comparativos entre os países parceiros (China - Gana - Zâmbia) e o PNUD num formato de cooperação Sul-Sul, no qual todos os parceiros contribuem e beneficiam da cooperação.

Para garantir a sustentabilidade dos projetos, são implementadas medidas de segurança ao nível da política nacional. **O Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis foi enviado para o Parlamento ganense. Este identificou e iniciou a conceção de mecanismos financeiros institucionais para aumentar a transferência de tecnologia de energia renovável. A Comissão de Energia do Gana também estabeleceu mecanismos para transferir eficazmente conhecimentos técnicos, tecnologia e produtos.** Na Zâmbia, está atualmente a ser elaborada uma estratégia de energia renovável, após a conclusão da análise de políticas.

Além disso, os projetos possibilitaram uma plataforma de aprendizagem para que a China, o Gana e a Zâmbia se envolvessem e cooperassem a nível internacional em tecnologias de energia renovável e transferência de competências. Futuros envolvimento para acelerar o desenvolvimento sustentável e a cooperação Sul-Sul, com vista na procura, no setor de energia são alcançáveis através de discussões e cooperação adicionais entre as partes interessadas relevantes.

Estão em curso discussões sobre a replicação dos projetos com base nos envolvimento existentes do PNUD. Os países e outras partes interessadas envolvidas necessitam de uma forte coordenação e predisposição para cooperar e aprender com as experiências uns dos outros. Além disso, o modelo de cooperação trilateral é replicável e as competências adquiridas do projeto sobre a criação de ambientes favoráveis à transferência de tecnologias de energia renovável também são replicáveis em muitos países em desenvolvimento, o que poderia ter como base os conhecimentos e a experiência dos projetos da China - Gana - Zâmbia.

Contacto:

Peter Morling, PNUD China,

peter.morling@undp.org

Eric Antwi-Agyei, PNUD Gana,

eric.antwi-agyei@undp.org

Lloyd Ngo, PNUD Zâmbia, Lloyd.ngo@undp.org

Xiaoyu Liu, ACCA21, Ministério da Ciência e Tecnologia,

China, liuxy@acca21.org.cn

Nome do Projeto: Cooperação Sul-Sul China - Gana/Zâmbia para a Transferência de Tecnologia de Energia Renovável

Países/Regiões: China, Gana, Zâmbia

Proposto por: PNUD China

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.4, 1.b, 7.1, 7.2, 7.a, 7.b

Apoiado por: Dinamarca

Entidades implementadoras: PNUD e respetivos governos

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2014 - presente

URL da iniciativa: goo.gl/KwGHN9; goo.gl/e4F8BZ



Operacionalização da Eficiência Energética em Marrocos

Planeadores marroquinos aprendem com o México a forma de tornar as suas cidades mais eficientes em termos energéticos através da melhoria da iluminação pública

Desafio

O consumo de energia deve triplicar em Marrocos, como resultado do crescimento económico do país e da rápida urbanização. No entanto, Marrocos continua extremamente dependente das importações de combustíveis fósseis. Com uma taxa de dependência de 96% em 2012, o sistema de energia de Marrocos é altamente dependente do carvão, petróleo e gás importados e da eletricidade proveniente da Espanha. Devido à sua forte dependência de energia importada, o Governo de Marrocos definiu objetivos ambiciosos para aumentar a eficiência energética, contribuindo para a meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7.3.

Além disso, em 2050, 70% da população do país será urbana, o que acrescentará cerca de 10 milhões de pessoas às cidades marroquinas. As cidades consomem muita energia e, à medida que Marrocos se urbaniza, uma área de necessidade clara é a realização de esforços com vista na melhoria da iluminação pública por parte das autoridades municipais, de modo a obter uma melhor eficiência energética.

Rumo a uma Solução

Compreendendo que poderia beneficiar de uma troca de conhecimentos centrada nos setores municipais e na eficiência energética, o Ministério de Energia, das Minas e do Desenvolvimento Sustentável de Marrocos solicitou uma reunião com países que implementaram projetos urbanos de eficiência energética. Para a conceção informada do novo projeto de Eficiência Energética de Marrocos, os marroquinos quiseram aprender sobre iniciativas que permitissem às autoridades municipais alcançar investimentos na área da eficiência energética tangíveis, de curto e médio prazo e prontos para o mercado. Em resposta, a equipa do Banco Mundial responsável pelo projeto utilizou uma doação da Instituição de Intercâmbio de Experiências Sul-Sul (Instituição Sul-Sul) para organizar um intercâmbio de conhecimentos com especialistas mexicanos que haviam concluído recentemente reformas na utilização de energia urbana. O objetivo a longo prazo da iniciativa era tornar as cidades marroquinas mais eficientes em termos energéticos, melhorando a iluminação pública.

O intercâmbio de conhecimentos começou com uma videoconferência para ajudar os participantes a identificar lacunas de conhecimentos, esclarecer objetivos para uma visita de estudo e chegar a um acordo sobre os objetivos de aprendizagem. Durante a parte principal do intercâmbio de conhecimentos, uma delegação de Marrocos visitou o México. Tanto no lado mexicano como no lado marroquino, todos os participantes estavam diretamente envolvidos na preparação e implementação de projetos de eficiência energética. Os 12 participantes marroquinos no intercâmbio provinham de vários departamentos e empresas estatais envolvidas na área da eficiência energética e iluminação pública. Os participantes mexicanos foram selecionados para estarem a par com os seus colegas marroquinos. Os prestadores de conhecimento eram gestores e funcionários da central elétrica mexicana (CFE), que haviam desenvolvido o programa nacional de iluminação pública eficiente em coordenação com a agência nacional de eficiência energética (CONUEE) e o banco de desenvolvimento local (BANOBRA). Os funcionários da Secretaria de Energia do México (SENER) também facultaram orientações valiosas sobre políticas de eficiência energética. Especialistas em energia do Banco Mundial sediados em Rabat e na Cidade do México organizaram o intercâmbio entre os dois governos. Um seminário de divulgação em Rabat, organizado pelo Ministério da Administração Geral e Governação de Marrocos, acompanhou o intercâmbio em junho de 2016.



13 COMBATE AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS



17 PARCERIAS PELAS METAS



© Banco Mundial

A partir desta troca, foram obtidos os seguintes resultados:

Novos conhecimentos: O intercâmbio permitiu que Marrocos aprendesse com outro país em desenvolvimento com desafios energéticos semelhantes relacionados com estratégias e programas de iluminação. Os marroquinos adquiriram conhecimentos sobre o setor energético mexicano, o programa de eficiência energética do México, o seu novo modelo de transição energética, o Programa Mexicano de Iluminação Eficiente, as principais reformas realizadas em agosto de 2014, o estabelecimento de um mercado de certificados verdes e as escolhas feitas pelo México em relação ao preço da eletricidade e aos custos de produção e transporte.

Competências melhoradas: O intercâmbio fortaleceu as competências técnicas e operacionais de Marrocos em relação a programas de eficiência energética. Os marroquinos aprenderam com a estratégia do México relativa ao financiamento e facilitação de investimento em eficiência energética e iluminação pública, padronizando códigos de eficiência energética, disseminando boas práticas e centralizando dados sobre a intensidade energética do setor. Os marroquinos também aprenderam sobre as ações do México na proteção do meio ambiente e na redução do impacto das alterações climáticas.

Ligação melhorada: A parceria resultante ajudou a fortalecer as competências de implementação de uma iluminação pública eficiente marroquinas.

Ações novas e melhoradas: Os conhecimentos e as competências melhoradas obtidas no intercâmbio de conhecimentos tornaram informada a preparação e a conceção do Programa Nacional Marroquino de Transformação da Iluminação, lançado em dezembro de 2016 e concluído em abril de 2018.

O Governo do Marrocos realizou, com a ajuda do Banco Mundial, uma revisão detalhada do setor de iluminação pública como parte de uma estratégia para a implantação de abordagens de parcerias público-privadas (PPP) para melhorar a iluminação pública em todo o país. Após o intercâmbio, as autoridades marroquinas envolvidas na eficiência energética receberam informações sobre como aumentar o número de estudos de viabilidade em várias cidades de Marrocos. Por exemplo, a cidade de Marraxuxeu concluiu uma avaliação preliminar do desempenho energético de alguns serviços municipais no contexto da Conferência COP22 sobre Alterações Climáticas em 2016.

Organizar intercâmbios de aprendizagem entre países em condições de desenvolvimento semelhantes é altamente benéfico, pois estes enfrentam dificuldades e oportunidades semelhantes. Os participantes podem aprender muito com histórias de sucesso e fracasso. No entanto, não existe uma solução do tipo "tamanho único" para promover a eficiência energética: cada país pode aprender com as experiências de outros países e adaptar-se de acordo com o seu contexto.

Para replicar esta boa prática, são necessários um promotor forte e vontade política ao mais alto nível para implementar programas nacionais de eficiência energética. É necessária uma liderança forte para coordenar as partes interessadas locais e estrangeiras relevantes. O apoio financeiro de instituições internacionais não é propriamente um pré-requisito, mas os incentivos baseados no desempenho podem ser altamente persuasivos quando se trata de convencer os líderes sobre a importância da promoção da eficiência energética.

Contacto:

Laurent Porte, Gestor de Programa, Instituição de Cooperação Sul-Sul, Banco Mundial, lporte@worldbank.org, southsouthfacility@worldbank.org

Nome do projeto: Operacionalização da Eficiência Energética em Marrocos

Países/Regiões: México, Marrocos

Proposto por: Grupo Banco Mundial

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 7.3, 13.2, 17.5

Apoiado por: Instituição Sul-Sul Banco Mundial

Entidades implementadoras: Governo do México; Governo de Marrocos; Grupo Banco Mundial

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: Fevereiro 2016 – Setembro 2016

URL da iniciativa: N/D



Fundo de Inovação de Serviços

Desenvolver e implementar soluções inovadoras para abordar problemas centrados no cidadão

Desafio

No Bangladesh, os cidadãos têm de percorrer longas distâncias, muitas vezes, fazer várias viagens, que implicam custos elevados e atrasos consideráveis e frustração para aceder a vários serviços, especialmente aos serviços governamentais. Também carecem de informações sobre como navegar por processos complicados de prestação de serviços públicos. Além disso, o Governo tem de dispendir quantias substanciais para cobrir as despesas administrativas e de transação devido a processos manuais arcaicos e em papel. Devido à natureza centralizada e hierárquica da tomada de decisões, os funcionários nos níveis médio e de campo raramente têm a oportunidade de prestar as suas contribuições, embora estejam numa melhor posição para oferecer ideias e soluções úteis para a melhoria da prestação de serviços às portas dos cidadãos. Da mesma forma, podem utilizar-se várias tecnologias adaptativas para facilitar a vida dos cidadãos, apresentando pequenas inovações para melhorar a acessibilidade e a viabilidade. Funcionários intuitivos e inovadores carecem muitas vezes de recursos ou de um ambiente propício para experimentar potenciais soluções.

Rumo a uma Solução

Para cumprir as metas de desenvolvimento nacional e os ODS, o Acesso à Informação (a2i) tem desenvolvido esforços significativos para fomentar a inovação em todo o país e trazer soluções sustentáveis para os problemas centrados no cidadão. O Fundo de Inovação de Serviços (SIF) foi criado para incentivar a melhoria de soluções inovadoras criadas internamente e garantir que essas soluções localizadas e eficazes são acessíveis. A iniciativa abrange a noção de co-criação e envolve agências governamentais, organizações de desenvolvimento, organizações não-governamentais (ONG), instituições académicas, empresas privadas e até mesmo indivíduos como parceiros ativos em busca da inovação e para ajudar a simplificar a vida dos cidadãos. O a2i promove ideias inovadoras com capital inicial para conduzir projetos piloto numa região específica para a realização de testes de viabilidade e avaliação do potencial adaptativo da solução. Até ao momento, mais de 150 inovações foram criadas através deste mecanismo de financiamento.

O SIF define uma inovação como qualquer ideia ou iniciativa que elimina etapas desnecessárias que os cidadãos devem seguir para ter acesso a serviços e aproveitar a tecnologia para os melhorar. A inovação deve reduzir o tempo, o custo e as viagens ou o número de visitas necessárias para lhes ter acesso e também para melhorar a sua qualidade. Qualquer pessoa pode candidatar-se a qualquer momento, durante todo o ano, a um fundo inicial de um máximo de 32.000 dólares norte-americanos por projeto inovador. As áreas prioritárias incluem a descentralização e prestação de serviços, emancipação de género, emancipação de pessoas com deficiência, serviços de saúde, agricultura, desenvolvimento rural, direito à informação, iniciativas ecológicas de gestão de catástrofes e dispositivos de custo reduzido.

Os inovadores que recebem fundos iniciais para desenvolver e implementar soluções inovadoras são apresentados a especialistas e mentores nas áreas relevantes para melhorar e improvisar a solução desde o início do projeto. O a2i facilita ligações entre inovadores e ministérios/setores do governo relevantes que podem contribuir para o aumento ou a replicação das inovações a nível nacional. Os inovadores tornam-se co-proprietários dos direitos de propriedade intelectual das ideias. Isto possibilita a apropriação por parte dos ministérios e direções para a expansão nacional. Também disponibiliza a base para acordos de partilha de receitas para inovações que têm o potencial de gerar retorno financeiro.



Low Cost Communication Device For Persons with Speech Disability



© Governo do Bangladesh

O SIF criou uma oportunidade sem precedentes de incubar soluções de partes interessadas governamentais e não governamentais. Para possibilitar soluções inovadoras para os problemas nacionais, o a2i fornece um fundo inicial através de vários mecanismos competitivos de acordo com o SIF. Em março de 2018, um total de 208 projetos receberam financiamento piloto inicial; 20 deles foram preparados para expansão nacional. As soluções inovadoras foram cultivadas a partir do serviço civil, startups, mundo acadêmico, organizações não-governamentais (ONG) e de alunos no Bangladesh.

Contacto:

Shahida Sultana, Especialista em Inovação, Programa a2i, Bangladesh, shahida21bcs@gmail.com
Md. Shaheenur Rahman, Diretor Adjunto Principal, Divisão de Relações Económicas, Bangladesh, Ministério das Finanças, Bangladesh, mailshaheenur@gmail.com ou sas-un5@erd.gov.bd



Nome do projeto: Fundo de Inovação de Serviços

Países/Regiões: Bangladesh

Proposto por: Governo do Bangladesh

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 8,2

Apoiado por: Governo do Bangladesh, PNUD e USAID

Entidades implementadoras: Programa de Acesso à Informação (a2i), Divisão de TIC, Bangladesh

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2012 - presente

URL da iniciativa: www.ideabank.gov.bd



Academia de Economia Social e Solidária da OIT

Construir redes e plataformas regionais e inter-regionais para a partilha de conhecimento e experiência

Desafio

A Economia Social e Solidária (ESS) existe em várias formas em todo o mundo. A economia social, a economia solidária, a economia popular e o terceiro setor são apenas alguns dos termos utilizados para representar um conceito que designa empresas e organizações que, através da produção de bens, serviços e conhecimentos, procuram cumprir objetivos sociais e, muitas vezes, ambientais explícitos e fomentar a solidariedade. Devido às suas responsabilidades e deveres, as várias partes interessadas da ESS (incluindo decisores políticos, académicos, organizações de trabalhadores e empregadores e profissionais de ESS) não comunicam necessariamente, o que faz com que as políticas não estejam em consonância com a realidade local. Isto aplica-se em maior medida às partes interessadas da ESS no Sul Global que têm poucas oportunidades para influenciar as políticas, assim como as que mais precisam de políticas favoráveis de ESS.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar este desafio, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) introduziu a Academia de Economia Social e Solidária (ESS) com o objetivo de:

- Contribuir para aumentar a compreensão do conceito de ESS;
- Salientar a relevância da ESS enquanto paradigma de desenvolvimento alternativo/complementar, tanto na Agenda de Trabalho Decente da OIT como na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, especificamente o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 8: Trabalho Decente e Crescimento Económico;
- Criar novas redes de ESS e fortalecer as já existentes;
- Facilitar a partilha das melhores práticas e conhecimentos; e
- Criar e promover uma comunidade de prática no âmbito da ESS.

Graças às bolsas financiadas pelo programa CSST da OIT, a Academia de ESS da OIT inclui participantes do Sul Global. As bolsas cobrem custos de deslocação, alojamento e participação e dão às pessoas selecionadas a oportunidade de frequentarem a Academia e partilharem conhecimentos, melhores práticas e desafios com outras partes interessadas da ESS que normalmente não teriam a oportunidade de conhecer, quebrando, assim, as barreiras que normalmente existem entre elas, em consonância com o ODS 17, meta 17.9 (Aumentar o apoio internacional para a implementação de formações efetivas e específicas nos países em desenvolvimento para apoiar os planos nacionais e implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive através da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular). A dinâmica flexível e interativa da Academia proporciona uma experiência enriquecedora tanto às partes interessadas novas como às partes interessadas mais experientes da ESS. Isto inclui uma série de plenários que estabelecem o cenário para as sessões eletivas que têm como objetivo gerar discussões e interações mais aprofundadas sobre tópicos específicos dentro do tema mais global da Academia.

A Academia também oferece visitas de estudo durante as quais os participantes podem ver, em primeira mão, as iniciativas concretas de ESS na cidade e no país em questão. Estas visitas permitem que os participantes falem diretamente com as partes interessadas da ESS e façam um balanço das experiências locais. Isso permite que os decisores políticos presentes na visita reflitam esta realidade nas suas políticas, promovendo uma abordagem bottom up. Além disso, os participantes têm acesso à Plataforma de Ensino à Distância antes da Academia, assim, todos os participantes se



© OIT

podem familiarizar com os princípios básicos e noções de ESS. **Os acordos Sul-Sul e triangulares podem expandir o impacto da Economia Social e Solidária nos contextos nacionais, construindo redes e plataformas regionais e inter-regionais que permitem a partilha de conhecimentos e experiências. Já existem muitas redes de ESS nos países do Sul**, como, por exemplo, o Gabinete de Coordenação Latino-americana de Comércio Justo (MCLACJ), MERCOSUL Solidário, a rede ASEC na Ásia e RIPESS.

Os participantes são convidados a escrever um artigo sobre a CSST em geral e sobre o tema específico da Academia. Os artigos redigidos já trataram de temas como emprego para jovens, desenvolvimento sustentável, inovação social para o trabalho decente, desenvolvimento local, ecossistemas de ESS inovadores e o futuro do trabalho. Os artigos são utilizados para promover o debate durante as sessões da Academia, incluindo a sessão eletiva sobre a CSST.

A Academia é orientada pela respetiva procura, ou seja, os constituintes pedem à OIT para realizar uma Academia no seu país. Já foram realizadas nove academias (Turim, Itália; Montreal, Canadá; Agadir, Marrocos; Puebla, México; Campinas, Brasil; San José, Costa Rica; Seul, República da Coreia; e Cidade do Luxemburgo, Luxemburgo). A 10.^a Academia será realizada em Espanha, em 2018.

Em alguns casos, a Academia levou à criação de projetos de cooperação para o desenvolvimento com o ministério de financiamento ou diretamente com os próprios constituintes.

Contacto:

Roberto Di Meglio, OIT, dimeglio@ilo.org

Laura Ciccirelli, OIT, ciccirelli@iloguest.org

Nome do projeto: Academia de Economia Social e Solidária da OIT

Países/Regiões: Global (no presente momento: Brasil, Canadá, Costa Rica, Itália, República da Coreia, Luxemburgo, México, Marrocos, África do Sul, Espanha)

Proposto por: OIT

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 8.3, 17.9

Apoiado por: OIT e constituinte parceiro

Entidades implementadoras: OIT, constituinte relevante (normalmente os Ministérios do Trabalho)

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2013 - presente

URL da iniciativa: <http://www.sseacb.net/>



Parceria para Ação pela Economia Verde

Aprendizagem mútua entre o Quirguistão e a Mongólia sobre políticas económicas e práticas verdes para a promoção da Agenda 2030

Desafio

O Quirguistão é um país interior e a sua economia é impulsionada principalmente pela agricultura, pelas indústrias de extração e pelos setores da energia hidroelétrica. A economia depende fortemente da agricultura (cerca de 40% da taxa de emprego total) e dos recursos naturais. A degradação e a desertificação das terras representam um sério desafio económico, social e ambiental.

O governo do Quirguistão está empenhado em reverter a degradação ambiental e promover um crescimento económico inclusivo e sustentável. A transição para vias de desenvolvimento mais sustentáveis foi reconhecida como uma prioridade nacional em vários quadros políticos. No entanto, o país enfrenta desafios no que toca à implementação.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar o desafio referido acima, o apoio adaptado à análise de políticas setoriais, macroeconómicas e temáticas é uma área fundamental para sustentar a Parceria para Ação pela Economia Verde (Partnership for Action on Green Economy, PAGE). Esta iniciativa procura dar prioridade à sustentabilidade no âmbito das políticas e práticas económicas para a promoção da Agenda 2030 e apoiar várias nações e regiões na reformulação das políticas e práticas económicas em torno da sustentabilidade para promover o crescimento económico, gerar emprego e rendimento, reduzir a pobreza e a desigualdade e fortalecer as fundações ecológicas das suas economias. A iniciativa PAGE reúne cinco agências das Nações Unidas – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) e Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (United Nations Institute for Training and Research, UNITAR). Os seus mandatos, conhecimentos especializados e redes combinados podem oferecer apoio integrado e holístico aos países no que toca à criação de uma economia verde inclusiva, assegurando a coerência e evitando a duplicação. Os países da iniciativa PAGE estão envolvidos em diferentes fases de uma transformação da economia verde, o que constitui a plataforma ideal para iniciar a cooperação Sul-Sul entre os países.

A cooperação Sul-Sul e triangular entre o Quirguistão e a Mongólia oferece uma oportunidade para construir e fortalecer a troca mútua de informações sobre o desenvolvimento de políticas de economia verde e prática entre os dois países vizinhos, o que é fundamental para o sucesso da implementação dos objetivos da economia verde.

Esta iniciativa surgiu no âmbito de um acordo entre a OIT e o UNITAR para fortalecer a cooperação Sul-Sul entre os países da iniciativa PAGE. O Quirguistão estava a começar a promover uma economia verde e estava interessado em aprender com a experiência da Mongólia na iniciativa PAGE, incluindo as lições que o país aprendeu, desafios e conquistas, uma vez que a Mongólia se aproximava do final do seu programa apoiado pela parceria PAGE.

Neste sentido, realizaram-se duas visitas de estudo para facilitar a aprendizagem entre os dois países. A delegação do Quirguistão participou na chamada "Semana PAGE" na Mongólia, dedicada a questões relacionadas com economia verde, que foi realizada em setembro de 2017. A delegação incluía representantes do Ministério das Finanças, do Ministério da Economia, do Conselho de Desenvolvimento Empresarial e Empreendedorismo do Parlamento, da Agência Estatal para a Proteção Ambiental e Florestal, bem como da Associação Empresarial, JIA.



© OIT

Esta visita proporcionou uma excelente oportunidade para a troca de informações e conhecimentos entre as partes interessadas envolvidas diretamente no desenvolvimento e implementação da reforma política no âmbito da economia verde. A participação dos homólogos quirguizes numa série de eventos da parceria PAGE organizados durante a semana proporcionou informações importantes sobre como será possível implementar determinadas áreas específicas de trabalho com mais eficácia no Quirguistão, incluindo: uma estratégia de financiamento sustentável; o Fundo de Crédito Verde da Mongólia; plataformas para angariação de capital para projetos globais relacionados com questões climáticas no país; instrumentos financeiros sustentáveis não bancários; e uma melhor compreensão dos princípios de financiamento sustentável entre empresas, associações bancárias e outras partes.

Os quirguizes apreciaram bastante a experiência da Mongólia na introdução de aquisições ecológicas ao nível do governo e assumiram o compromisso de replicar as melhores práticas no contexto nacional do Quirguizistão.

Durante a segunda visita de estudo, uma delegação da Mongólia visitou o Quirguistão em novembro de 2017 e participou no fórum intitulado "Economia Verde, da Teoria à Prática: Novas oportunidades de negócios." Os homólogos da Mongólia partilharam aquilo que conseguiram alcançar com a introdução da economia verde ao nível nacional e ouviram as experiências do Quirguistão no que toca à utilização das tecnologias verdes nos negócios. A delegação mongol incluía representantes do Ministério das Finanças, do Ministério do Ambiente e Turismo, do HacBank e da Corporação Financeira Internacional (International Finance Corporation - IFC) na Mongólia.

A sustentabilidade e os elementos de replicação deste intercâmbio Sul-Sul eram bastante sólidos. Devido às semelhanças dos contextos político, histórico, cultural, económico e social dos dois países, a aprendizagem entre pares foi um método eficaz e as práticas de um país podiam ser facilmente adaptadas ao outro. Os benefícios retirados desta experiência serão colocados em prática a médio e longo prazo. Existem planos para continuar esta cooperação Sul-Sul tão bem-sucedida em 2018 e por aí adiante, tanto com países da parceria PAGE como com países que não fazem parte da mesma. As áreas de trabalho incluem o

financiamento sustentável, contratos públicos sustentáveis, economia verde na educação e competências/empregos ecológicos. Estão previstos planos para explorar o Modelo de Projeção de Emprego Ecológico sob a liderança da OIT em 2018.

A agenda dos empregos verdes foi um elemento transversal e integral da iniciativa. Ambos os países tiveram acesso às conclusões da Avaliação de Competências Verdes realizada na Mongólia pela OIT em 2014 e em 2017 no Quirguistão. No âmbito da iniciativa PAGE no Quirguistão, o trabalho sobre projetos de emprego verde está programado para continuar com a OIT em 2018. Além disso, no que toca à sustentabilidade, os dois países estão a aproveitar a oportunidade oferecida por outros programas semelhantes das Nações Unidas ou do governo para manter e aproveitar a dinâmica e o impulso dado pela iniciativa. O novo trabalho sobre financiamento sustentável liderado pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e a iniciativa do Ministério de Finanças do Quirguistão sobre contratos públicos sustentáveis são dois exemplos.

O intercâmbio entre o Quirguistão e a Mongólia pode servir como uma boa prática para a verdadeira cooperação triangular, baseada na assistência do Programa para o Desenvolvimento Económico Sustentável (PSED) da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) sob a forma de conhecimentos técnicos especializados e contributo financeiro para apoiar as visitas de estudo. Além disso, os conhecimentos partilhados sobre a experiência da Mongólia serviram para integrar elementos novos e específicos na implementação do programa PAGE no Quirguistão, de modo a incorporar o conceito de economia verde inclusiva no seu quadro político sobre desenvolvimento sustentável.

Contacto:

Moustapha Kamal Gueye, Coordenador Programa de Emprego Verde, Departamento de Empresas, OIT, gueye@ilo.org

Nome do projeto: Parceria para Ação pela Economia Verde: Aprendizagem mútua entre a Mongólia e o Quirguistão sobre políticas económicas e práticas verdes para a promoção da Agenda 2030

Países/Regiões: Quirguistão, Mongólia

Proposto por: OIT, PNUMA

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 8.3, 8.4, 13.2, 17.6, 17.7

Apoiado por: OIT

Entidades implementadoras: Parceria para Ação pela Economia Verde (OIT, PNUMA, UNITAR, ONUDI, PNUD)

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2017 - 2019

URL da iniciativa: goo.gl/M9qWLT; goo.gl/VC8guw; goo.gl/vs8jNz



Proteção do Património Mundial nas Rotas da Seda

Apoio ao Património Mundial nas Rotas da Seda na Ásia Central para promover o desenvolvimento e o turismo sustentáveis

Desafio

As Rotas da Seda representaram rotas de integração, intercâmbio e diálogo entre diferentes culturas e civilizações ao longo de mais de dois milénios. Situadas na convergência das várias Rotas da Seda, as Repúblicas da Ásia Central (Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Usbequistão) abrigam inúmeros locais históricos e culturais que atestam o papel das Rotas da Seda no cruzamento das civilizações. No entanto, a Ásia Central é uma das regiões mais sub-representadas na Lista do Património Mundial, não apenas pela tardia ratificação da Convenção para a Proteção do Património Mundial de 1972, mas também pela falta de capacidade e recursos, além da escassez de proteção legal e sistemas administrativos. As cinco repúblicas permanecem igualmente subdesenvolvidas a nível social e económico, embora apresentem um enorme potencial para o desenvolvimento baseado em cultura.

Rumo a uma Solução

As Rotas da Seda permitiram a transmissão de conhecimentos, ideias, culturas e crenças, o que teve um profundo impacto na história e nas civilizações dos povos euro-asiáticos. Há inúmeros locais históricos e culturais que permanecem na Rota da Seda. A UNESCO tem um longo historial de trabalho na proteção da herança cultural das Rotas da Seda e na promoção da sua contribuição para o desenvolvimento e o turismo sustentáveis.

Desde 2003 que o Centro do Património Mundial da UNESCO tem vindo a coordenar a preparação da nomeação transnacional do Património Mundial das Rotas Culturais da Seda na Ásia. O projeto visa orientar os Estados-Partes da Convenção para a Proteção do Património Mundial de 1972 na preparação de dossiês transnacionais de nomeação das Rotas da Seda para Património Mundial com vista a resolver a representação insuficiente das rotas na Lista do Património Mundial. Isto também contribui para a implementação da Estratégia Global para uma Lista do Património Mundial Representativa, Credível e Equilibrada do Comité do Património Mundial, adotada em 1994.

O trabalho realizado no âmbito do projeto de 3 anos da UNESCO/Japan Funds-in-Trust (JFIT) para apoiar a Nomeação Transnacional em Série das Rotas da Seda na Ásia Central, entre 2011 e 2014, preparou o caminho para o estabelecimento das normas de documentação e investigação necessárias para finalizar as duas primeiras nomeações: "Rotas da Seda: Corredor Panjakent - Samarcanda - Poykent", submetido coletivamente pelo Tajiquistão e pelo Usbequistão, e "Rotas da Seda: a Rede de Rotas do Corredor Chang'an - Tianshan", submetido coletivamente pela China, pelo Cazaquistão e pelo Quirguizistão. Uma segunda fase do projeto financiado pelo Japão visa aumentar ainda mais as capacidades das autoridades nacionais, proporcionando-lhes formação adicional em documentação e investigação arqueológica, conservação e planeamento administrativo, a fim de garantir que os corredores das Rotas da Seda são administrados de forma sustentável.

Este processo de nomeação transnacional do Património Mundial ainda está em andamento, graças ao apoio dos governos da China, Itália, Japão, Países Baixos, Noruega e República da Coreia. A China e os cinco países da Ásia Central também forneceram contribuições em espécie, ao passo que o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), o Gabinete Federal de Políticas Científicas da Bélgica, instituições japonesas e o Centro Internacional de Conservação do ICOMOS em Xi'an deram assistência técnica. O Estudo Temático do ICOMOS para as Rotas da Seda constatou que uma seleção de corredores em várias áreas geoclimáticas, que refletem as mudanças cronológicas variadas mais salientes ao longo das rotas, ajudará a garantir a inclusão de uma vasta



© UNESCO, Centro do Património Mund

gama de respostas. A nomeação bem-sucedida dos dois corredores mencionados acima incentiva a abordagem de nomeação transnacional em série na Ásia Central. Esta abordagem está a ser replicada no "Corredor Panjakent - Samarcanda - Poykent - Merv Zarafshan" (Tajiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão), nas "Rotas da Seda do Sul da Ásia" (Butão, China, Índia e Nepal), no "Corredor Fergana - Sir Dária"(Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão) e noutras iniciativas em andamento, como as "Rotas da Seda Marítimas e Mausam: Rotas Marítimas e Paisagens Culturais".

Para responder à crescente procura turística ao longo das Rotas da Seda, está a ser implementado um projeto apoiado pelos Países Baixos **para desenvolver uma Estratégia de Turismo Comum para o Corredor da Rota da Seda na Ásia Central e na China, em cooperação com a Organização Mundial do Turismo (OMT) e a Federação Mundial de Associações de Guias Turísticos**. A estratégia foca-se na formação de guias turísticos e incentiva os visitantes a explorar a região mais amplamente e a aumentar a qualidade e a duração da sua estadia. É também uma valiosa oportunidade para fortalecer as relações interestaduais na região e criar novas oportunidades de investimento na comunidade. O projeto contribuiu para o ODS 8.9 sobre turismo sustentável e 12.b sobre a promoção da cultura e dos produtos locais, bem como o ODS 11.4 sobre a proteção do património cultural e natural e o ODS 16 sobre sociedades sustentáveis e inclusivas.

Contacto:

Roland LIN Chih-Hung, diretor de projetos, Unidade Ásia e Pacífico, Centro do Património Mundial, UNESCO, r.lin@unesco.org

Nome do projeto: Apoio às Normas e Procedimentos de Documentação da Nomeação em Série e Transnacional das Rotas da Seda para Património Mundial na Ásia Central (Fase I); Apoio ao Património Mundial das Rotas da Seda na Ásia Central (Fase II)

Países/Regiões: Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão

Proposto por: UNESCO

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 8.9, 11.4, 12.b, 16

Apoiado por: Governo do Japão

Entidades implementadoras: UNESCO

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2011 – 2014 (Fase I); 2015 – 2018 (Fase II)

URL da iniciativa: goo.gl/HNhwAQ

Marrocos e Tunísia: Facilitação do Acesso ao Mercado para Cadeias de Valor Seleccionadas de Produtos Alimentares Típicos

8 EMPREGOS DIGNOS E CRESCIMENTO ECONÓMICO



Melhorar os meios de subsistência de pequenos produtores rurais

Desafio

Os pequenos produtores rurais muitas vezes têm dificuldade em competir em termos de preço com os produtos padronizados nos mercados de mercadorias. Para estes produtores, uma nova tendência significa grandes oportunidades, uma vez que um número crescente de consumidores procura autenticidade e está disposto a pagar preços mais altos por produtos alimentares típicos, profundamente enraizados na cultura e tradição da sua origem. Os pequenos produtores rurais não só podem ser "libertados" da concorrência de preços, uma área em que estão em desvantagem, como também podem ser recompensados pela manutenção da biodiversidade e do património cultural em nichos de mercado. Contudo, se os pequenos produtores rurais quiserem aproveitar estas oportunidades, são necessárias melhorias em termos de produtividade, cumprimento dos requisitos de qualidade e desenvolvimento de produtos e melhoria da sua posição nos mercados internos e de exportação.

Rumo a uma Solução

O *Projet d'Accès au Marché des Produits Agroalimentaires et du Terroir (PAMPAT)* visa melhorar o desempenho, o acesso aos mercados e as condições socioeconómicas de várias cadeias de valor em Marrocos e na Tunísia. As cadeias de valor seleccionadas incluem as de óleo de argão e figo da Índia em Marrocos e harissa, figo e figo da Índia na Tunísia. O projeto visa abordar o ODS 8 através da melhoria da produtividade e da conformidade com os requisitos de qualidade e desenvolvimento de produtos dos pequenos produtores rurais, com foco no apoio a jovens empreendedores, mulheres e produtores de regiões desfavorecidas. O projeto também aborda o ODS 12 através da melhoria da sustentabilidade ambiental das cadeias de valor seleccionadas.

No âmbito do projeto, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) apoiou o primeiro concurso marroquino de produtos alimentares tradicionais, realizado em Rabat, em Marrocos, em novembro de 2014. O concurso serviu para promover o acesso aos mercados de produtos alimentares tradicionais, ligando produtores e consumidores. Mais de 360 produtos e 100 degustadores participaram no evento. A ONUDI trouxe a Fundação Rural da Suíça da região de Jura (FRI) para apoiar a organização do concurso marroquino.

Participantes da Tunísia estiveram presentes no concurso marroquino para se familiarizarem com os procedimentos organizacionais. Os participantes da Tunísia participaram nas fases de preparação e teste do concurso e a visita de estudo a Marrocos suscitou a oportunidade de debaterem, com os seus homólogos marroquinos, como integrar o concurso na sua estratégia nacional de apoio e promoção dos produtos alimentares tradicionais. Marrocos já identificou os principais produtos do território e está a promover ativamente diversas áreas geográficas, uma experiência que está em consonância com as necessidades da Tunísia, que está na etapa inicial de promoção dos seus produtos alimentares tradicionais. As ferramentas e procedimentos utilizados anteriormente em Marrocos serão adaptados à Tunísia. Serão mantidos intercâmbios estratégicos regulares entre os dois países para permitir que a Tunísia capitalize as experiências e as lições aprendidas em Marrocos.

Como resultado do intercâmbio, a Tunísia iniciou uma análise aprofundada e um mapeamento dos seus próprios produtos alimentares tradicionais e decidiu organizar um concurso nacional em 2017/2018. Os produtos tradicionais seleccionados estão profundamente enraizados nas comunidades rurais locais. Ao adicionar valor ao longo de toda a cadeia de valor, o projeto ajuda a melhorar os meios de subsistência de pequenos produtores rurais, cria empregos e promove o desenvolvimento económico local sustentável e inclusivo.

12 CONSUMO RESPONSÁVEL



© PAMPAT.MA

A sustentabilidade a longo prazo do projeto é garantida pela sua abordagem participativa e forte componente de capacitação. As principais partes interessadas das cadeias de valor selecionadas com base nas solicitações oficiais de assistência formuladas pelo Ministério da Indústria e pelo Ministério da Agricultura da Tunísia participaram no desenvolvimento do projeto. O projeto também trabalhou com instituições nacionais para apoiar a estratégia nacional e fortalecer a capacidade de o país identificar, promover e agregar valor a produtos tradicionais e de qualidade.

Contacto:

Fabio Russo, Diretor Executivo de Desenvolvimento Industrial, Departamento de Comércio, Investimento e Inovação, ONUDI, f.russo@unido.org



Nome do projeto: Projet d'Accès aux Marchés des Produits Agro – alimentaires et de Terroir (PAMPAT)

Países/Regiões: Marrocos, Tunísia

Proposto por: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUUDI)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 8.2, 8.3, 8.5, 12.3

Apoiado por: Secretaria de Estado para os Assuntos Económicos da Suíça (SECO)

Entidades implementadoras: ONUUDI

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2013 -2019

URL da iniciativa: <http://pampat.ma/en>



Bangladeche: Formação em Empatia

Empatia, inovação, capacitação: como levar o serviço até à porta dos cidadãos

Desafio

Os atrasos burocráticos na prestação de serviços públicos são predominantes. O sistema normal de gestão top-down dentro do governo geralmente dificulta um processo de prestação de serviços idela. As decisões tendem a ser tomadas ao nível mais alto, pelo que os funcionários de nível intermédio e de campo raramente têm a oportunidade de apresentar ideias inovadoras para melhorar os serviços e os seus sistemas de prestação. Os funcionários públicos que estão em posição de rever processos e institucionalizar melhorias na prestação de serviços estão longe dos grupos comunitários, onde os cidadãos entram em contacto com o sistema, e são frequentemente incapazes de identificar "pontos problemáticos" do ponto de vista do cidadão.

O Governo do Bangladeche tem vindo a enfrentar grandes desafios devido à falta de cultura inovadora e às restrições às abordagens experimentais para melhorar os serviços públicos. A "formação em empatia" aborda a ineficiência institucionalizada, com o objetivo de reduzir o tempo, os custos e as visitas (TCV) exigidos aos cidadãos para receber serviços públicos, tentando, ao mesmo tempo, estimular a cultura de inovação dentro dos ramos do Governo.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar o desafio referido a setoriais cima, o Governo do Bangladeche introduziu a chamada formação em empatia, uma intervenção inovadora do programa de Acesso à Informação (a2i), inspirado no modelo de design thinking da Nesta. O modelo de formação de cinco dias foi personalizado para se adaptar à identidade sociocultural e institucional do país, garantindo assim a realização de uma iniciativa sustentável com impacto a longo prazo. Através da formação, os funcionários públicos são incentivados a pensar em formas de melhorar a prestação de serviços e reduzir os TCV envolvidos no acesso aos serviços. Através das ferramentas de design thinking, aprendizagem experimental e o conceito de "cliente mistério", os formandos conseguem perceber melhor o ponto de vista do cidadão e sentir empatia para com ele.

A formação é a fase inicial do percurso de inovação desencadeado pela empatia, através do qual o programa a2i ajuda a criar uma cultura baseada na inovação que permite que os funcionários públicos desenvolvam soluções criativas para os cidadãos. Após a formação, os participantes que tiverem apresentado ideias para possíveis intervenções participam num workshop de conceção de projeto e documentação de cinco dias. Também são atribuídos mentores individuais aos inovadores que os ajudam a desenvolver a sua ideia. Além disso, o programa a2i tem mais de 1.000 equipas de inovação de todos os níveis do governo para ajudar os inovadores em todas as fases. Quando a ideia piloto estiver concluída, o programa a2i organizará demonstrações de inovação perante os ministérios, destacando o trabalho e o progresso do inovador e avaliando se a sua ideia pode ser replicada numa escala maior, eventualmente levando a uma iniciativa a nível nacional.

Até hoje, o programa a2i já formou 5.392 funcionários públicos, o que resultou em 1.137 projetos piloto de intervenção em empatia: 555 já estão concluídos e 582 ainda estão em curso. Do total de 1.137 projetos piloto, 57 foram replicados noutros subdistritos. Dezoito foram expandidos ao nível nacional, chegando a mais de 18 milhões de cidadãos. Ao ligar a cultura de inovação ao desenvolvimento económico, o projeto engloba diretamente o ODS 9, permitindo que os funcionários públicos forneçam serviços mais eficientes e estabeleçam plataformas mais abertas para fomentar diálogos colaborativos mais favoráveis. Em conjunto com parcerias do setor privado, a inovação tornou-se uma ferramenta valiosa para catalisar mudanças a longo prazo.



© Governo do Bangladeche

O impacto da formação vai além do ODS 9 e engloba também outros ODS, uma vez que as inovações intervêm em múltiplos setores, incluindo a saúde, educação, agricultura, pesca e direitos humanos e fundiários.

A sustentabilidade e a replicabilidade do projeto estão intimamente ligadas e dependem da adaptabilidade da cultura de serviço público às mudanças resultantes da inovação. Em termos de sustentabilidade, o Governo do Bangladesh já aprovou um código orçamental separado para financiamento da inovação em todos os ministérios, apoiando vários pilotos de inovação, formação e outras atividades, com quase 12 milhões de dólares em financiamento. A formação em empatia tornou-se a ferramenta ideal para exploração entre funcionários públicos no Bangladesh, funcionando como uma bússola que orienta a busca por inovação. Cada ministério constituiu a sua própria equipa de inovação. Durante as reuniões ministeriais mensais são obrigatórias as discussões sobre inovação e analisa-se o progresso rumo à inovação dentro dos ministérios. O grupo "Inovação nos Serviços Públicos" do Facebook permite que funcionários públicos de todos os níveis hierárquicos do Bangladesh partilhem os seus desafios e ideias, tornando-se uma plataforma construtiva que facilita um diálogo aberto e novo sobre inovação dentro da comunidade, enfatizando ainda mais a importância da mudança do seu comportamento institucional.

Até agora, o programa a2i já estabeleceu parcerias com mais de 50 institutos de formação governamentais no Bangladesh, o Centro Eletrónico de Liderança do Governo de Singapura (eGL) sob a égide da Universidade Nacional de Singapura, e a Behavioural Insights Team (BIT) para partilhar experiências e aprendizagem e assegurar a sustentabilidade desta prática.

Para se conseguir uma replicabilidade bem-sucedida, é necessário construir uma cultura que apoie a inovação, o que exige um apoio multidimensional. Tudo começa com a seleção dos participantes certos para a formação em empatia – isto é, funcionários públicos empreendedores que estão ansiosos por melhorar o ambiente atual e que têm as competências interpessoais necessárias para catalisar mudanças – e com o incentivo e inclusão de outras pessoas na resolução de problemas motiva pela inovação em grande escala.

Foram assinados memorandos de entendimento (ME) oficiais com a Monarquia do Butão e com a República das Maldivas onde o programa a2i irá dar assistência técnica em diversas áreas, incluindo na implementação do modelo de formação em empatia. Além disso, o programa a2i encontra-se atualmente no processo de debate com países que demonstraram interesse em adotar este modelo.

Contacto:

Mohammed Sakhwat Hosain, Especialista em Políticas, Programa a2i, Bangladesh, sakhwat.hosain@a2i.gov.bd
Md. Shaheenur Rahman, Diretor Adjunto Principal, Divisão de Relações Económicas, Ministério das Finanças, Bangladesh, mailshaheenur@gmail.com ou sas-un5@erd.gov.bd

Nome do projeto: Formação em Empatia

Países/Regiões: Bangladesh, Butão, Maldivas

Proposto por: Governo do Bangladesh

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 9.5, 9.b, 9.c

Apoiado por: Governo de Bangladesh, PNUD, USAID

Entidades implementadoras: Programa de Acesso à Informação (a2i), Divisão de TIC, Bangladesh

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2012 - 2018

URL da iniciativa: <https://a2i.gov.bd/empathy-training/>



Promoção de Casas Pré-fabricadas a Preços Acessíveis na Libéria

Oferta de habitação adequada à população

Desafio

Com uma população em rápido crescimento e um processo de urbanização acelerado, muitos países africanos enfrentam agora uma pressão crescente para fornecer habitação adequada aos seus cidadãos.

Nos últimos 10 anos desde o fim da guerra civil na Libéria, o país tem desenvolvido vigorosamente as suas infraestruturas, atraindo investimentos estrangeiros, desenvolvendo a produção e objetivando a paz e a estabilidade a longo prazo para revitalizar a economia e melhorar os meios de subsistência. Sendo um dos componentes mais importantes na construção de infraestruturas, o desenvolvimento de edifícios civis, comerciais e industriais e outros projetos são essenciais para melhorar os meios de subsistência e estimular o desenvolvimento económico. No entanto, a falta de materiais de construção locais e um pequeno setor fabril, com apenas uma fábrica de cimento na Libéria, afetaram o desenvolvimento de infraestruturas.

Rumo a uma Solução

Para resolver estes obstáculos e melhorar o estado do setor da construção na Libéria, o Conselho Empresarial China-África (China Africa Business Council,-CABC), juntamente com a Hengtong Lux Wood, criou um esquema de construção de habitação a preços acessíveis. Enquanto unidade de implementação, a Hengtong Lux Wood conta com uma considerável experiência em construção e gestão de materiais de construção. A empresa também fornece serviços completos, incluindo desenho de arquitetura, produção de materiais de construção, aquisição centralizada, logística e transporte, bem como formação técnica no local. Dado o posicionamento da habitação de baixo custo na Libéria, a Hengtong lançou uma estrutura de construção pré-fabricada inovadora. Os principais componentes, tais como paredes, lajes, janelas, portas e estruturas, são pré-fabricados na fábrica. Depois de serem transportados para o local, são montados rapidamente, com base nos desenhos. No programa apoiado pelo CABC, a Hengtong Lux Wood promoveu casas pré-fabricadas na Libéria de acordo com estes três passos:

- Realiza-se uma investigação no local sobre casas pré-fabricadas na Libéria para identificar tecnologias viáveis para construir casas pré-fabricadas no país;
- Realizam-se atividades de demonstração e capacitação em Monróvia utilizando projetos de casas pré-fabricadas existentes; e
- Organiza-se sessões de partilha de experiências e workshops para funcionários e técnicos de habitação na Libéria e na China para intercâmbio técnico.

Durante todo o projeto, foram disponibilizados workshops de capacitação aos trabalhadores locais que aprenderam métodos e competências de construção através de demonstrações de protótipos. A formação centrou-se em métodos de construção, estabilidade estrutural, impermeabilização e tratamentos à prova de humidade e anticorrosão.

O projeto também organizou a conferência "Promoção de Experiências e Oficina Técnica de Construção Agilizada e de Baixo Custo na Libéria", que contou com a presença de funcionários do governo, especialistas em construção e outras instituições com vista a promover métodos de construção de casas prefabricadas. Através das discussões aprofundadas do workshop e das visitas ao local, o gabinete de segurança social local ficou extremamente interessado neste tipo de casas e mostrou-se disponível para assinar um acordo de cooperação com a empresa com vista a desenvolver conjuntamente casas de baixo custo para a população local. O processo de montagem

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



© CABC

da Hengtong Lux Wood não requer equipamento pesado e não está dependente de restrições climáticas. A montagem demora menos 50% do tempo e os custos totais são 30% inferiores aos da construção tradicional. Para países africanos como a Libéria, que têm uma estação chuvosa prolongada, esta tecnologia pode reduzir bastante o período de construção e diminuir os custos, reduzindo a pressão sobre a procura por habitação a longo prazo.

O projeto destaca as vantagens dos edifícios de montagem acessível em termos de velocidade de construção, conforto, segurança, economia e praticidade, o que constitui um novo sistema tecnológico de construção adequado à Libéria e atende à procura básica dos grupos de baixo rendimento nos países africanos vizinhos. E mais importante ainda, o programa contribui positivamente para o desenvolvimento económico e a melhoria dos meios de subsistência da Libéria. Durante a implementação do projeto, a empresa assumiu a liderança na organização e coordenação da participação de mais de

200 pessoas especializadas em design, produção, aquisição, logística e construção, entre outras áreas. Além disso, **criou mais de 300 postos de trabalho para os liberianos em áreas como construção, revenda e distribuição, catering e indústrias de serviços, aumentando o seu rendimento médio em mais de 30%.**

Contacto:

Bai Xiaofeng, Conselho Empresarial China-África,
baixiaofeng@cabec.org.cn



Nome do projeto: Promoção de Casas Pré-fabricadas na Libéria

Países/Regiões: China, Libéria

Proposto por: Conselho Empresarial China-África

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.1, 9.1, 9.a

Apoiado por: Conselho Empresarial China-África

Entidades implementadoras: Hengtong Innovation Lux Wood Technology Co., Ltd.

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: Abril 2017 – Março 2018

URL da iniciativa: <http://en.cabec.org.cn>



Rede Global de Centros Regionais de Energia Sustentável

Um "New Deal" para as economias de escala e a inclusividade na transformação energética e climática

Desafio

O acesso a energia a um preço acessível, fiável e sustentável não faz apenas parte do ODS 7; é também essencial para alcançar outros ODS e está no centro dos esforços envidados para combater as alterações climáticas. No entanto, as taxas moderadas de crescimento dos mercados de Energia Sustentável e Tecnologia Climática (Sustainable Energy and Climate Technology, SECT) em muitos países em desenvolvimento demonstram que os ODS 7, 9 e 13 não poderão ser alcançados até 2030 se a situação permanecer tal como está. Nesse contexto, as parcerias formais, informais, centralizadas e descentralizadas com várias partes interessadas poderão servir para aproveitar redes e recursos flexíveis de uma vasta gama de parceiros com opiniões semelhantes em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Além disso, as parcerias podem tornar-se fatores importantes de desenvolvimento e podem ajudar a gerar economias de escala.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar este desafio, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONU DI), em parceria com as comunidades económicas sub-regionais (CER) e os seus Estados Membros, estabeleceu a Rede Global de Centros Regionais de Energia Sustentável (GN-SEC), uma parceria inovadora de colaboração Sul-Sul e triangular com várias partes interessadas que tem como objetivo acelerar a transformação energética e climática nos países em desenvolvimento. Desde 2010 que a ONU DI tem auxiliado as CER a estabelecer e operar centros sub-regionais de promoção de energias sustentáveis.

A parceria em gradual expansão compreende uma sub-rede de centros para a região africana e árabe em cooperação com a Comunidade da África Oriental (CAO), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (Southern African Development Community SADC), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (Economic Community of West African States, ECOWAS), a Liga Árabe e uma sub-rede para pequenos Estados insulares em desenvolvimento (PEID) em cooperação com o SIDS DOCK¹, a Comunidade das Caraíbas (CARICOM) e o Secretariado da Comunidade do Pacífico (SCP). Atualmente, a rede está em expansão e pretende incluir a América Central, a Ásia Central e a região de Himalaias-Hindu Kush.

Os centros regionais de energia sustentável visam acelerar a transformação energética e climática, criando economias de escala e assegurando o mesmo progresso e as mesmas repercussões entre os países. Em parceria com os Estados Membros e outros participantes sub-regionais (por exemplo, consórcios de energia, organizações de serviços públicos, autoridades regulamentares e bancos regionais), os centros trabalham com vista a criar mercados regionais integrados para produtos e serviços na área de SECT, estabelecendo metas, políticas, normas e incentivos, bem como a diminuição do risco dos investimentos, fornecendo dados fiáveis, agrupamento de projetos e poder de convocação. Cada centro tem as suas próprias prioridades consoante a procura dos EstadosMembros.

¹ A SIDS DOCK é uma iniciativa entre os países membros da Aliança de Pequenos Estados Insulares (APEI) que visa fornecer aos PEID um mecanismo institucional coletivo para os ajudar a transformar os seus setores nacionais de energia num catalisador para o desenvolvimento económico sustentável e ajudar a gerar recursos financeiros para adaptação às alterações climáticas.



© PCREEE



© ECREEE



© ONU DI

Alguns dos obstáculos ao desenvolvimento dos mercados SECT podem ser resolvidos de forma mais eficaz e com menor custo ao nível sub-regional. Os centros GN-SEC desempenham um papel importante na definição de prioridades nacionais, contribuindo para a harmonização e coordenação de doadores e garantindo a sustentabilidade e disponibilidade de resultados após o encerramento do projeto. Os centros proporcionam às CER as capacidades técnicas urgentemente necessárias para coordenar e monitorizar a implementação de políticas/regulamentos sub-regionais em matéria de energia e clima ao nível nacional.

Além disso, os centros GN-SEC servem como recursos de conhecimento e fornecem aconselhamento aos Estados Membros sobre a melhor forma de gerir a transição para a energia sustentável. **Através de abordagens e metodologias transnacionais, os centros complementam e aceleram as iniciativas nacionais nas áreas de política e regulamentação, desenvolvimento de capacidades, gestão de conhecimento e dados, sensibilização, bem como promoção de investimento, inovação e empreendedorismo. Os centros servem como um polo para todos os tipos de parcerias nacionais e internacionais.**

Atualmente, a GN-SEC está a tornar-se uma plataforma global formalizada que sustenta os ODS 7, 9 e 13, além de interesses conjuntos em processos de formulação de políticas internacionais. A organização anfitriã da plataforma é a ONUDI em Viena, na Áustria. Também oferece um mercado virtual para atividades de cooperação Sul-Sul e propostas de projetos conjuntos. Por exemplo, os PEID partilham desafios e oportunidades semelhantes em termos de soluções de mobilidade elétrica e armazenamento. Os países menos desenvolvidos (PMD) da África subsaariana partilham um interesse comum no desenvolvimento de mini-redes de energia renovável (híbrida) para a eletrificação rural e outras utilizações produtivas. A plataforma também oferece um fórum interessante para trocar experiências e lições aprendidas sobre metodologias relacionadas com a cooperação sub-regional e o desenvolvimento institucional.

Os centros são defensores de um novo panorama, em particular conferindo aos PMD, aos países em desenvolvimento sem litoral (PDSL) e aos PEID uma voz mais forte na formulação de processos de transferência tecnológica e climática. O mandato oficial designado pelos Ministros e Chefe de Estado, o caráter intergovernamental (baseado em acordos internacionais) e o estreito vínculo com as CER e os ministérios nacionais (através de pessoas encarregadas em cada país) conferem legitimidade aos centros.

Desde o início que a respetiva organização sub-regional e o seu respetivo Estado Membro têm exercido a sua titularidade e liderança sobre os centros. Os centros estão bem enraizados na estrutura sub-regional de tomada de decisões e geralmente estão subordinados às CER e aos seus Estados Membros. Os centros, onde trabalham funcionários nacionais e especialistas internacionais destacados, funcionam como um polo para todo o tipo de parcerias nacionais e internacionais.

Contacto:

Martin Lugmayr, Especialista em Energia Sustentável,
Departamento de Energia, ONUDI,
M.Lugmayr@unido.org

Nome do projeto: Rede Global de Centros Regionais de Energia Sustentável (GN-SEC)

Países/Regiões: Países das Caraíbas, Ilhas do Pacífico, regiões da África Ocidental e Oriental, Liga dos Estados Árabes, África do Sul, China e, na fase preparatória, a região Hindu-Kush Himalaias

Proposto por: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 7.1, 7.2, 7.3, 7.a, 7.b, 9.1, 9.4, 9.a, 17.6, 17.7, 17.8, 17.9, 17.16

Apoiado por: Agência de Desenvolvimento Austríaca (ADA)

Entidades implementadoras: ONUDI em parceria com CARICOM, CAO, CEDEAO, ICIMOD, ICSHP, ISEC, SADC, SICA, SIDS DOCK

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: Fase I (Julho 2014 – Julho 2016), Fase II (Julho 2016 – Junho 2019)

URL da iniciativa: www.se4allnetwork.org



Workshops Internacionais sobre Aplicações de Nanociência e Nanotecnologia

Promover e acelerar o desenvolvimento industrial inclusivo e sustentável para fomentar a prosperidade e a sustentabilidade ambiental

Desafio

Nos países em desenvolvimento, os cientistas não têm necessariamente acesso a infraestruturas bem equipadas e carecem de recursos para adquirir conhecimentos e experiência prática em nanociência e nanotecnologia, síntese de materiais em nanoescala, processamento de micro/nanodispositivos para salas limpas/estéreis (cleanroom) e otimização de processos e processamento para "salas limpas/estéreis". Isto pode dificultar o avanço da tecnologia e da investigação nos países onde residem.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar o desafio referido acima, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONU DI), o Centro Nacional de Investigação em Nanotecnologia da Turquia (UNAM), a Universidade Bilkent, a Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA) e o Ministério da Ciência, Indústria e Tecnologia da Turquia (MCITT) estão a apoiar programas de formação para apresentar e desenvolver os conhecimentos e a compreensão dos participantes de países em desenvolvimento selecionados na área de aplicação de nanociência e nanotecnologia. O programa visa contribuir para a construção da massa crítica necessária para orientar os conhecimentos sobre o processamento de materiais e dispositivos e o desenvolvimento da nanotecnologia em países em desenvolvimento e/ou em transição. Além disso, o programa ajuda a formar uma rede entre os participantes e serve como veículos para os participantes colaborarem entre si e partilharem conhecimentos.

O programa visa fornecer formação teórica e prática sobre três aspetos e aplicações importantes da nanociência e nanotecnologia: (i) desenvolvimento e síntese de materiais funcionais em nanoescala (formação avançada); (ii) soluções nanotecnológicas para filtração de água (formação intermédia); e (iii) nanobiotecnologia e nanomedicina (formação avançada). Todos os programas do workshop incluirão sessões práticas de laboratório para a realização de projetos de síntese de materiais e fabrico de dispositivos.

Para seu benefício mútuo, o programa levou à transferência sistemática de boas práticas e conhecimentos entre o Irão, a Turquia e o Líbano, permitindo-lhes superar os desafios da nanotecnologia, uma tecnologia avançada sobre a qual os países em desenvolvimento têm dificuldade em aceder a informações. Os participantes do Irão e do Líbano contribuíram para o estabelecimento de centros de nanotecnologia nos seus próprios países. No âmbito do programa e da formação, os líderes académicos das melhores universidades e centros de investigações de países como o Reino Unido e os Estados Unidos da América são convidados a apresentar as suas soluções tecnológicas no âmbito dos tópicos de nanotecnologia selecionados no ano em questão. O resultado é o fortalecimento dos conhecimentos especializados e da compreensão sobre o assunto e a melhoria da experiência dos participantes no campo da ciência e tecnologia em nanoescala, inclusive em materiais funcionais e processamento de dispositivos. Isto irá ajudá-los a estabelecer colaborações futuras e criar um ambiente cooperativo com a UNAM, onde os países participantes podem realizar os seus projetos e ideias de nanotecnologia e alcançar, em última instância, o ODS 9 e o ODS 4. A principal vantagem do programa é que expôs os cientistas dos países em desenvolvimento a ciências e tecnologia de ponta em vários subcampos da nanociência e nanotecnologia.



© ONU DI

Com base no sucesso das séries de workshops de nanotecnologia e cleanroom de 2010, 2012-2014 e 2015-2017, em cooperação com o Governo da República da Turquia, o projeto planeia organizar outra série de workshops para 2018-2023. Portanto, este projeto é uma extensão do programa de formação anterior e é sustentável e replicável.

Contacto:

Serkan Kasirga, Diretor Adjunto da UNAM, serkankasirga@gmail.com



Nome do projeto: Workshops Internacionais sobre Aplicações de Nanociência e Nanotecnologia

Países/Regiões: Irão, Turquia, Iémen

Proposto por: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4.3, 9.5

Apoiado por: Centro Nacional de Investigação em Nanotecnologia (UNAM), Universidade Bilkent, Agência Turca de Cooperação e Coordenação (TIKA), Ministério da Ciência, Indústria e Tecnologia da Turquia (MoSIT)

Entidades implementadoras: ONUDI

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2015 –2018

URL da iniciativa: Em desenvolvimento

Tajiquistão: Modernização dos Ofícios Tradicionais para a Criação de Empresas Competitivas

Modernização de tecelagem, bordados e têxteis tradicionais como forma de empoderamento das mulheres

Desafio

No Tajiquistão é difícil criar uma nova empresa. A localização geográfica remota, a falta de um porto marítimo, a escassez de terra arável, a pobreza generalizada e a instabilidade económica regional afetam todos os empreendedores. E, muitas vezes, as mulheres enfrentam ainda mais obstáculos do que os seus homólogos masculinos, muitos dos quais refletem um cenário de igualdade de género complicado, desde níveis mais baixos de educação entre as mulheres até à persistência da responsabilidade pelo cuidado do lar e dos filhos. Embora haja muitos problemas que afetam todos os empreendedores, como o acesso aos mercados e o financiamento, a compreensão da legislação e do processo de tributação e as dificuldades em registar uma nova empresa, existem também problemas que afetam exclusivamente as mulheres.

Por ser uma indústria de trabalho intensivo que envolve principalmente mão-de-obra feminina, o setor têxtil detém um importante potencial socioeconómico para agregação de valor, criação de postos de trabalho e melhoria dos meios de subsistência da população local. Apesar dos esforços do governo para dar prioridade ao seu desenvolvimento e do apoio dos parceiros de desenvolvimento internacionais, os setores de tecelagem de tapetes e bordados/têxteis no Tajiquistão caracterizam-se pela baixa produtividade e, conseqüentemente, pelos baixos rendimentos para os tecelões. Considerando a rica tradição de tecelagem, bordados e artefactos do país, a modernização e expansão da indústria não só preservariam e manteriam as instalações, como também contribuiriam para a sua expansão com o potencial envolvimento do excesso de mão-de-obra na produção.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar o desafio referido acima, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), em conjunto com o Ministério da Indústria e Novas Tecnologias do Tajiquistão, colaborou num projeto que visa aumentar a produtividade e a competitividade das empresas tajiques no setor de tecelagem de tapetes e bordados. Este objetivo será alcançado através da identificação de mercados de vendas regionais e internacionais, melhoria do ciclo tecnológico e modernização industrial, introdução de ferramentas de marketing inovadoras e desenvolvimento e formação de especialistas e peritos nacionais para o fornecimento de serviços adequados às empresas locais de forma sustentável. Neste sentido, o projeto visa abordar os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): ODS 5, através da redução da diferença salarial entre homens e mulheres e do reforço da posição das mulheres nas empresas beneficiárias; ODS 9, através da modernização das instalações industriais e da promoção do desenvolvimento industrial sustentável; e ODS 17, através da mobilização de recursos adicionais para os países em desenvolvimento através de iniciativas de colaboração Sul-Sul e triangular, como a União Económica Eurasiática e o Cinturão Económico da Rota da Seda.

O projeto fortaleceu a cooperação instituições nacionais governamentais, não-governamentais e de formação profissional, bem como entre empresas do setor privado. Isto resultou no estabelecimento de um centro de formação e um sala de exposições para a demonstração de produtos criados por artesãos e empresas locais. Foram criadas três novas e criativas coleções de tapetes e têxteis para o lar com a marca conjunta "LA'AL Textiles", que foram apresentadas em mais de 16 exposições nacionais e internacionais. Além disso, foram celebrados contratos comerciais para a produção de novos produtos com as principais cadeias hoteleiras e retalhistas internacionais no Tajiquistão.



© ONUDI

A LA'AL Textiles foi fundada em 2015, reunindo nove empresas que produzem principalmente bordados e tapetes, embora tenham dificuldade em conseguir obter vendas suficientes para manter a produção e pagar os salários aos seus funcionários, na sua maioria mulheres. Sendo o projeto de cooperação técnica da ONUDI financiado pelos Governos da China e da Federação Russa, estas empresas beneficiárias piloto foram objeto de estudos intensivos de diagnóstico empresarial. Isto resultou no desenvolvimento e na implementação conjunta de planos de modernização industrial para melhorar o ciclo tecnológico, introduzir ferramentas de marketing inovadoras e desenvolver novos produtos competitivos exclusivos, não apenas para o mercado local, mas também para potenciais mercados de exportação, com base nos estudos de posicionamento de mercado realizados.

No âmbito do projeto da ONUDI, durante um período de dois anos, mais de 500 tajiques, na sua maioria, mulheres e grupos marginalizados, como refugiados do Afeganistão, receberam formação sobre o ciclo de produção e acesso ao mercado, incluindo temas como o design de produtos, gestão de pessoal, gestão financeira de empresas e comercialização de produtos acabados.

O projeto aborda a transferência de conhecimentos especializados, know-how e melhores práticas no desenvolvimento das indústrias de tecelagem de tapetes e bordados do Azerbaijão, Irão, Itália e Federação Russa com o Tajiquistão, o que resultou na criação de coleções de tapetes e têxteis para o lar de maior valor com um nível de competitividade considerável em termos de novos mercados de exportação. Através do envolvimento dos melhores especialistas internacionais, os especialistas tajiques aprimoraram as suas competências, o que ajudou a melhorar a qualidade e o design dos produtos locais, implementando, subsequentemente, estratégias de marketing direcionadas a nichos de mercado locais, regionais e internacionais identificados. As práticas estabelecidas nas empresas beneficiárias como resultado do projeto irão também estimular a adoção de atividades semelhantes noutros setores da indústria transformadora do Tajiquistão. De um modo geral, o projeto irá estimular a diversificação e uma melhor integração da economia do Tajiquistão nos mercados regionais e globais.

Um dos objetivos específicos do projeto é trabalhar com empresas lideradas ou detidas por mulheres para garantir a sua participação no projeto e destacar a importância desta participação na mão-de-obra do Tajiquistão. O projeto facilitou o envolvimento e a criação potencial de empregos para mulheres de áreas rurais, refugiados e mulheres deixadas sem qualquer rendimento pelos seus maridos imigrantes. Para tal, o projeto realizou análises de género e diversas atividades de capacitação com uma grande participação feminina e continua a ajudar as empresas beneficiárias a expandir o seu negócio através da contratação de mulheres.

Dois resultados importantes surgiram da análise de género: em primeiro lugar, embora as mulheres representem aproximadamente 80% da mão-de-obra da maioria das empresas beneficiárias, as maiores empresas beneficiárias empregam mais homens do que mulheres. Em segundo lugar, as mulheres ocupam cargos de gestão inferiores e ganham salários mais baixos nestas empresas.

A fim de abordar estes dados, a ONUDI ajudou as empresas beneficiárias a desenvolver políticas e metas de igualdade de género. Foram realizadas reuniões regulares com a gerência e com os funcionários para abordar questões relacionadas com as condições de trabalho das mulheres.

O alinhamento total com as prioridades nacionais de desenvolvimento e a apropriação nacional garantiram a sustentabilidade do projeto a longo prazo. O projeto foi iniciado na sequência de um pedido de assistência técnica da ONUDI, por parte do Ministro da Indústria e Novas Tecnologias do Tajiquistão, para o desenvolvimento da indústria de tecelagem de tapetes do país através da introdução de novas tecnologias. Durante a fase de implementação, os homólogos nacionais e as empresas beneficiárias assumiram a titularidade total do projeto.

Contacto:

Farrukh Alimdjano, Diretor de Desenvolvimento Industrial, Departamento de Comércio, Investimento e Inovação, ONUDI,
F.Alimdjano@unido.org

Nome do Projeto: Modernização industrial e melhoria da competitividade dos setores de tecelagem de tapetes, bordados e têxteis no Tajiquistão

Países/Regiões: Azerbaijão, Irão, Itália, Federação Russa, Tajiquistão

Proposto por: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 5.1, 5.5, 5.c, 9.2, 9.3, 9.5, 17.3

Apoiado por: Governo da China e Governo da Federação Russa

Entidades implementadoras: ONUDI

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2015–2017

URL da iniciativa: goo.gl/LmBRQT

Microempresas de Serviços Públicos de Energia Solar para a Promoção de Energia Rural e Utilizações Produtivos



Eletricidade limpa, fiável e a preços acessíveis para operacionalizar os centros de saúde rurais no Bangladeche

Desafio

Cerca de 1,3 mil milhões de pessoas no mundo ainda vivem sem eletricidade e 400 milhões de pessoas não têm acesso a serviços essenciais de saúde. No Bangladeche, por exemplo, o crescimento económico sustentado da última década fez aumentar rapidamente a procura por energia. Apesar dos esforços significativos por parte do Governo do Bangladeche, o país enfrenta crescentes défices no que toca ao fornecimento de eletricidade, especialmente nas áreas rurais, onde menos de 50% da população rural teve acesso a eletricidade em 2012. A falta de fornecimento fiável de energia prejudica significativamente o funcionamento das microempresas rurais, bem como das instalações sociais e de saúde.

Rumo a uma Solução

Em 2013, após debates entre especialistas do Bangladeche e da Índia, deu-se início ao projeto Microempresas de Serviços Públicos de Energia Solar para a Promoção de Energia Rural e Utilizações Produtivas para enfrentar este desafio. O objetivo é fornecer eletricidade limpa, fiável e a preços acessíveis às áreas rurais do Bangladeche através de tecnologias solares, operacionalizando, assim, os centros de saúde rurais e melhorando os serviços de saúde. O projeto visa abordar o ODS 9, através do desenvolvimento de infraestruturas energéticas fiáveis, sustentáveis e resistentes que contribuam para o bem-estar humano; ODS 3, através da melhoria do acesso aos serviços essenciais de saúde para as populações rurais mais pobres; e ODS 7. A vasta experiência da Índia com sistemas de energia renovável descentralizados em comunidades rurais adaptam-se bem ao contexto do Bangladeche.

No âmbito do projeto, foram montadas cinco microempresas de serviços públicos de energia solar de 5 kW nas Clínicas Comunitárias Barhar e Vikertech no distrito de Gazipur, na Clínica Comunitária Arunghati no distrito de Jamalpur e nas Clínicas Comunitárias Urfa e Charmodua Namapara no distrito de Sherpur. A eletricidade restante foi vendida às comunidades locais para o fornecimento de outros serviços básicos e as receitas geradas foram utilizadas para apoiar a operação e a manutenção das microempresas de serviços públicos de energia solar. Por exemplo, foi implementado um sistema de microrrede e pagamento na Clínica Comunitária Charmodua Namapara.

A inovação do projeto reside na utilização de sistemas de energia solar descentralizados para operacionalizar os centros de saúde rurais e a propriedade comunitária, que anteriormente estavam inativos devido à falta de acesso a energia. Além disso, foram mobilizados recursos locais em espécie para integrar pequenas empresas situadas à volta dos centros de saúde. **O projeto teve, portanto, um impacto positivo nas populações rurais, especialmente as mais vulneráveis. Especificamente, melhorou o acesso aos serviços de cuidados de saúde reprodutiva, beneficiando tanto as mães como as crianças, e aos serviços de saúde para pessoas com mobilidade reduzida.** Ao oferecer atendimento mais rápido e acessível aos proprietários de pequenas empresas, o projeto visou apoiar as atividades de produção das áreas rurais. Além disso, o aumento da disponibilidade de energia também beneficiou as escolas e famílias das comunidades.

A fim de garantir a sua sustentabilidade, foram envidados esforços especiais para garantir que as comunidades e governos locais tivessem a autoridade necessária e exercessem a liderança que lhes competia. O projeto reforça os acordos institucionais locais baseados na comunidade e todos os deveres administrativos relacionados com a sua implementação foram realizados por cidadãos do Bangladeche, sempre que possível. A sustentabilidade do projeto a longo prazo também foi assegurada pela componente de formação técnica e administrativa e pelo envolvimento da comunidade.



3 SAÚDE DE QUALIDADE



7 ENERGIAS RENOVÁVEIS



© ONUDI

O projeto tem um enorme potencial para replicação e ampliação. Reconhecendo o seu impacto positivo, o Governo do Bangladesh pretende replicar o projeto noutros centros de saúde rurais, para os quais o seu Departamento de Engenharia do Governo Local (DEGL) desenvolveu um protótipo para divulgação de informações. Dada a sua viabilidade técnica e sustentabilidade ambiental, o potencial de replicação do projeto estende-se além do Bangladesh e foram recebidos pedidos de países vizinhos como o Butão e o Nepal.

Em países semelhantes ao Bangladesh, onde iniciativas como centros de saúde rurais ou até mesmo pequenas empresas foram criadas, mas não estão a funcionar devido à falta de fiabilidade do fornecimento de energia, a abordagem adotada na reabilitação do projeto de saúde rural no Bangladesh pode ser aplicada. Acima de tudo, os sistemas devem ser capazes de fornecer energia fiável para operacionalizar os sistemas existentes que anteriormente não estavam funcionais. Deve também haver a oportunidade de integrar outras pequenas e médias empresas (PME), de modo a que o sistema global seja financeiramente atrativo para os investidores e economicamente viável para o Governo, a fim de se considerar uma posterior replicação. Especificamente, se houver algum tipo de infraestrutura implementada – mesmo que não esteja a funcionar – e houver sensibilização por parte da comunidade e algum nível de administração ou coordenação, a replicação e a ampliação deste tipo de projeto são altamente prováveis. A organização de algumas demonstrações de sucesso em locais de fácil acesso e a realização de workshops para partes interessadas importantes e outras autoridades podem garantir a ampliação em massa desses sistemas.

Tendo a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI) desempenhado um papel fundamental na facilitação e coordenação do projeto, o Bangladesh foi responsável por fornecer as infraestruturas e os recursos humanos necessários, com a experiência e os conhecimentos oferecidos pela Índia na formulação e implementação do projeto. A Índia é um país com experiência que já aplicou abordagens baseadas em investigação para a eletrificação de áreas rurais por energia solar fotovoltaica para benefício de vários setores, incluindo o setor da saúde. Deste modo, no âmbito deste projeto, a experiência da Índia foi partilhada através do Instituto de Energia e Recursos (The Energy and Resources Institute, TERI) e do gabinete de Cooperação Sul-Sul da ONUDI na Índia para estudar e planear este projeto no Bangladesh. Além disso, alguns fabricantes indianos forneceram posteriormente alguns acessórios e componentes para completar os sistemas. Na fase de implementação, alguns empreiteiros do Bangladesh também trabalharam com fornecedores da Índia e dos Estados Unidos. Os ministérios do governo do Bangladesh continuam a monitorizar o projeto para garantir o seu funcionamento e administração eficazes.

Contacto:

Rana Pratap Singh, Diretor de Desenvolvimento Industrial, Departamento de Energia, ONUDI, R.P.Singh@unido.org

Nome do projeto: Microempresas de Serviços Públicos de Energia Solar para a Promoção de Energia Rural e Utilizações Produtivas no Bangladesh

Países/Regiões: Bangladesh, Índia

Proposto por: ONUDI

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3.8, 7.1, 7.2, 7.3, 7.a, 7.b, 9.1, 9.4, 9.a

Apoiado por: Centro da ONUDI para Cooperação Industrial Sul-Sul (UCSSIC) – Índia

Entidades implementadoras: ONUDI e Departamento de Engenharia do Governo Local, Governo de Bangladesh (LGED)

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2013 - 2016

URL da iniciativa: goo.gl/HDmuKC



Programa de Instituições Acadêmicas OMPI

Inovação e criatividade: a importância fundamental do conhecimento sobre a propriedade intelectual

Desafio

Os direitos de propriedade intelectual (PI) estabelecem um quadro legal seguro para investimento e comercialização de produtos relacionados com inovação e criatividade, permitindo que empresas, incluindo start-ups inovadoras, naveguem pelo processo arriscado de transformar uma ideia num produto comercialmente viável e compitam no mercado global ao mesmo tempo que protegem os interesses públicos. Como tal, a propriedade intelectual é um fator-chave na criação de um ambiente em que a inovação e a criatividade podem florescer e gerar crescimento e prosperidade no futuro.

Ao longo dos anos, o principal foco da propriedade intelectual em África tem sido estabelecer e desenvolver infraestruturas básicas de PI, além de quadros regulamentares, capacitação e capital humano. Atualmente, o objetivo é colocar estas ferramentas em prática com vista ao cumprimento dos objetivos económicos das economias africanas. África tem uma longa tradição de inovação e criatividade e tem recursos criativos extraordinários, mas, muitas vezes, tem dificuldade em colocar todo o seu potencial económico em prática.

Rumo a uma Solução

Com o apoio da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), foi criado um programa de mestrado através da iniciativa conjunta da Universidade de África (UA), do Gabinete Regional Africano de Propriedade Intelectual (African Regional IP Office, ARIPO) e de outros especialistas, académicos e estudantes da região para criar uma rede de conhecimentos sobre propriedade intelectual no meio académico e no governo e entre outras partes interessadas do setor privado.

O objetivo da iniciativa é permitir que a região africana, particularmente a região subsariana, desenvolva capacidades e competências a nível local e consiga utilizar eficazmente a propriedade intelectual como uma ferramenta para o desenvolvimento social, económico, cultural e tecnológico. Além disso, a utilização e comercialização eficientes de ativos de PI em África dependem do crescimento dos especialistas em propriedade intelectual que têm as competências e os conhecimentos necessários para fomentar o progresso em África.

Os objetivos das iniciativas da OMPI sobre capacitação baseiam-se na Agenda de Desenvolvimento da OMPI e nos ODS. Deste modo, pretende-se desenvolver um sistema de propriedade intelectual equilibrado que reflita, de forma holística, a inclusão de políticas de desenvolvimento inspiradas nas experiências de especialistas regionais e baseadas na capacidade de partilhar as experiências desenvolvidas e adquiridas no Sul global.

As iniciativas da OMPI são sempre criadas de modo a garantir que os cursos de formação oferecidos no contexto da Cooperação Sul-Sul (CSS) vão ao encontro das necessidades e expectativas de desenvolvimento dos Estados-Membros.

Considerando que o ARIPO se concentra no fortalecimento das atividades de capacitação dos seus Estados-Membros, o mestrado em propriedade intelectual tornou-se uma das prioridades do programa. Além disso, em 2010, o Governo do Japão reconheceu que a iniciativa era uma prioridade estratégica para África e expressou a sua intenção de se juntar à mesma através de assistência financeira aos estudantes e professores.



4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



17 PARCERIAS PELAS METAS



© OMPI

O projeto inclui um programa sobre propriedade intelectual criado especificamente para os estudantes dos países africanos. O programa funciona nas instalações de uma universidade africana e a maioria dos professores é proveniente da região. A OMPI oferece alguns módulos de ensino à distância, supervisionados por tutores africanos, com vista a reduzir o tempo e o custo da formação presencial.

O programa contribui para o fortalecimento dos recursos humanos na área de PI, com foco nas convenções internacionais e na utilização da propriedade intelectual para o crescimento económico e desenvolvimento cultural e educacional, tendo sempre em conta os níveis regionais de desenvolvimento e em relação direta com o ODS 17.9.

O grupo de estudantes é constituído por professores universitários, advogados, alunos formados em tecnologia e especialistas em propriedade intelectual do setor público ou privado. Isto permite criar uma ampla rede de indivíduos com conhecimentos sobre propriedade intelectual que têm competências para fornecer aconselhamento no que toca a decisões políticas e debates em áreas relacionadas com a utilização da propriedade intelectual na área de tecnologia e inovação no Sul Global, como saúde, agricultura, tecnologias informáticas, educação, cultura e ambiente.

Muitos dos formandos que obtiveram este grau ocupam cargos relevantes através dos quais contribuem para a infraestrutura de PI nos seus respetivos países, seja como funcionários de gabinetes de gestão de propriedade intelectual, funcionários governamentais, funcionários de uma universidade ou decisores políticos. O principal objetivo da iniciativa é criar uma massa crítica de licenciados com experiência e conhecimentos em propriedade intelectual que apliquem os seus conhecimentos ao desenvolvimento económico e que tomem decisões conscientes sobre os meios necessários para tal.

A iniciativa foi inovadora, uma vez que reuniu recursos e instituições locais/regionais para o desenvolvimento e execução de um programa de pós-graduação numa área tão especializada como a área da propriedade intelectual. No passado, este tipo de programa não era oferecido nos países em desenvolvimento com a intervenção de especialistas do Sul e não se concentrava nas necessidades de desenvolvimento dos países do Sul. Em contrapartida, este programa adapta os programas educacionais para que satisfaçam as necessidades e expectativas dos países beneficiários por um custo muito mais baixo, o que permite formar um grupo maior e mais preparado de Estados-Membros beneficiários nos países em desenvolvimento.

A possibilidade de replicar este programa da OMPI depende da iniciativa dos países em desenvolvimento que constituem Estados-Membros da OMPI, que podem identificar esta iniciativa como uma prioridade estratégica. De facto, com o apoio da OMPI, a Organização Africana de Propriedade Intelectual (OAPI) e o Governo do Japão estão a organizar um mestrado em Propriedade Intelectual na Universidade de Ilaoundé II dos Camarões para estudantes de língua francesa provenientes de África. Seguindo o mesmo conceito, em 2013 foi lançado um mestrado em Propriedade Intelectual na Argentina para os países da América Latina, com a participação de uma universidade nacional e do Gabinete Nacional de PI da Argentina.

Esta iniciativa é considerada sustentável, uma vez que a procura por estes projetos está a crescer significativamente todos os anos, depois de os governos reconhecerem o papel vital do sistema de propriedade intelectual e todo o potencial económico que este pode oferecer. Além disso, conforme referido, os licenciados trabalham em várias instituições e contribuem para as políticas do seu país em áreas de grande relevância (por exemplo, na formulação de políticas e em questões judiciais). Consequentemente, ao aplicarem e partilharem os seus conhecimentos, eles contribuem para o desenvolvimento da propriedade intelectual.

Contacto:

Martha Chikowore, OMPI, Martha.Chikowore@wipo.int

Mohammad Alhabbal, OMPI, mohammad.alhabbal@wipo.int

Nome do Projeto: Programa de Instituições Académicas OMPI

Países/Regiões: Angola, Botsuana, Burundi, Camarões, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Gana, Quénia, Lesoto, Libéria, Maláui, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, África do Sul, Sudão, Suazilândia, República Unida da Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zanzibar, Zimbabué

Proposto por: Grupo Africano

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 4.3, 4.4, 4.b, 4.c, 9.2, 9.5, 9.a, 9.c, 17.9

Apoiado por: OMPI/Organização Regional Africana de Propriedade Intelectual (ARIPO)/Governo do Japão

Entidades implementadoras: Academia da OMPI/Universidade de África (Mutare, Zimbabué)

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2009 - presente

URL da iniciativa: goo.gl/db1e3J; goo.gl/c1Rfms; goo.gl/4xRjWw

Promoção de uma Gestão Abrangente da Migração através da Cooperação Sul-Sul e Triangular

Melhorar as capacidades de gestão da migração dos governos africanos

Desafio

A região africana é afetada por fluxos migratórios mistos substanciais que são originários dos seus países constituintes ou que estão de passagem pelos mesmos. As principais características dos fluxos migratórios mistos incluem a sua natureza irregular e a multiplicidade de fatores que levam a esses movimentos, bem como as necessidades e perfis diferenciados das pessoas envolvidas.

Os fluxos migratórios mistos, que podem incluir refugiados, requerentes de asilo, pessoas desalojadas e migrantes em busca de reunificação familiar, educação ou emprego, podem, se não forem bem geridos, exercer pressão sobre os governos da região que têm dificuldade em lidar com o grande número de pessoas que atravessam as suas fronteiras e passam pelos seus países.

Esta dinâmica regional é agravada por uma debilidade geral dos regimes de gestão de fronteiras e migração em toda a região, que, em alguns locais, se caracteriza por fronteiras permeáveis, funcionários com falta de formação e de equipamentos e uma cooperação técnica regional insuficiente.

Rumo a uma Solução

Estabelecido em 2009 a pedido dos Estados Membros africanos, o Centro Africano de Capacitação (African Capacity Building Centre, ACBC) da Organização Internacional para as Migrações OIM está mandatado para melhorar as capacidades de gestão da migração dos governos africanos, promover uma gestão abrangente e inclusiva das migrações e facilitar uma gama diversificada de projetos e cursos de formação em gestão de fronteiras e imigração.

O Centro é patrocinado pela Academia Regional de Formação em Imigração da Tanzânia (Tanzania Regional Immigration Training Academy, TRITA) no âmbito de uma parceria única entre a OIM e o Governo da Tanzânia. A TRITA é encarregada pelos Chefes dos Serviços de Migração da Comunidade da África Oriental (CAO) com a coordenação e disponibilização de cursos de formação específicos para funcionários dos serviços de imigração dos seis países da CAO: Burundi, Quênia, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia e Uganda.

As principais atividades do ACBC baseiam-se em três pilares:

- Capacitação em gestão de fronteiras e migração, o que envolve o desenvolvimento e a implementação de políticas de migração, estratégias, avaliações de gestão de fronteiras e migração, formação e ferramentas relacionadas e o sistema de informação sobre gestão de fronteiras da OIM (MIDAS).
- Desenvolvimento e investigação em migração, o que combina investigação sobre questões e tendências de migração com o desenvolvimento de respostas e intervenções específicas do contexto.
- Parcerias em matéria de migração, com vista a promover a colaboração em iniciativas de migração através de parcerias transfronteiriças.

Nos últimos oito anos, o ACBC tem vindo a responder a uma quantidade cada vez maior de pedidos dos Estados africanos por assistência para desenvolver capacidades nacionais e criar soluções inovadoras em matéria de gestão da migração. Isto incluiu atividades relacionadas com a gestão de fronteiras e migração (gestão integrada de fronteiras, sistemas de informação fronteiriça, gestão de controlo de identidade, análise documental, segurança e combate ao terrorismo, técnicas de

10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES



© OIM

entrevista e investigação relacionadas com crimes associados à migração e crime organizado transnacional), combate ao tráfico e contrabando de migrantes, fluxos migratórios mistos, políticas de migração, salvamentos no mar, gestão humanitária de fronteiras, mobilidade dos trabalhadores e saúde dos migrantes.

Desde a sua criação que o ACBC já formou cerca de 5.614 funcionários de gestão da migração de 52 estados africanos diferentes. No entanto, os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos deram agora ao Centro a oportunidade de expandir a formação para fora do continente, permitindo que as lições aprendidas no contexto africano possam ser ajustadas e reproduzidas noutros países e contextos, caso tal seja viável. Como resultado, as formações também foram administradas a funcionários do Azerbaijão, Equador, Irão, Iraque, Cazaquistão, Líbano, Malásia e Turquia. Ao mesmo tempo, uma das prioridades para 2018 tem sido aumentar a coordenação com várias Comissões Económicas Regionais (CER) e o parceiro tradicional do ACBC, a União Africana (UA), com foco específico em iniciativas de gestão da migração em todo o continente, no contexto das divisões de desenvolvimento de capacidades e formação dos Estados-Membros.

As atividades regionais de desenvolvimento de capacidades do ACBC focam-se na partilha de estratégias práticas para questões de gestão da migração, bem como para o combate a atividades criminosas como tráfico e contrabando de pessoas, salientando as melhores práticas em aplicação de leis a nível transfronteiriço, regional e internacional. Em junho de 2018, por exemplo, o ACBC da OIM ofereceu uma formação de desenvolvimento de capacidades de quatro dias sobre combate ao tráfico e ao contrabando no Cairo, no Egito, para funcionários da região do Corno de África. Cerca de trinta profissionais dos departamentos de imigração, gestão de fronteiras, polícia e departamentos jurídicos do Djibuti, Egito, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão do Sul, Sudão e Tunísia participaram na atividade.

Assegurar a apropriação nacional e coletiva dos programas do ACBC é crucial para promover a sustentabilidade a longo prazo dos seus resultados em termos de capacidades, investigação, desenvolvimento e parceria. Para tal, é necessário garantir que todas as atividades realizadas pelo ACBC estão em consonância com os objetivos e necessidades declarados dos governos. É política do ACBC, por exemplo,

assegurar que todas as atividades são orientadas para a implementação de quadros multilaterais e regionais relevantes, incluindo, nomeadamente, a Agenda de 2063 da UA e as prioridades identificadas pelos Estados-Membros relativamente à Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030.

Além disso, o ACBC trabalha em estreita colaboração com intervenientes regionais para identificar os responsáveis do governo que podem levar adiante as lições retiradas das atividades do ACBC e garantir a sua implementação e sustentabilidade contínuas. Por exemplo, os seis Estados-Membros da CAO, juntamente com Ruanda, lideram atualmente o fornecimento de plataformas de formação e capacitação para outros governos, com base no apoio que eles próprios receberam do ACBC. O governo da África do Sul também desempenha um papel importante de parceria em várias atividades, oferecendo os seus conhecimentos técnicos e vários formadores para os programas do ACBC. Estas atividades baseadas em parcerias são complementadas por sessões regulares de formação de formadores (FF) com homólogos do governo, que ajudam a promover ainda mais a obtenção de resultados sustentáveis e autossustentados.

A fim de continuar a responder às crescentes necessidades dos Estados-Membros em termos de gestão da migração, o ACBC da OIM manterá o seu foco no desenvolvimento das capacidades nacionais na área de gestão de fronteiras, inclusive fornecendo formação e apoio técnico. No entanto, também haverá um foco especial nas questões de migração de trabalhadores e saúde dos migrantes no seu trabalho. No futuro, pretende-se que o ACBC continue a promover a cooperação Sul-Sul e triangular entre os Estados-Membros, as Comunidades Económicas Regionais de África (ou seja, a União Africana e a Comunidade da África Oriental), organizações internacionais como a INTERPOL e a Frontex, universidades e a própria OIM, na tentativa de padronizar e partilhar melhores práticas internacionais sobre gestão de imigração e fronteiras.

Contacto:

Marcellino Ramkishun, Diretor de Gestão da Migração do ACBC da OIM, mramkishun@iom.int
Nelson Gonçalves, Especialista Principal em Formação em Gestão de Fronteiras e Imigração do ACBC da OIM, ngoncalves@iom.int
OIM, ACBC, Acbc2@iom.int

Nome do projeto: Centro Africano de Desenvolvimento de Capacidades da OIM – ACBC

Países/Regiões: 52 países africanos, Azerbaijão, Equador, Egito, Irão, Iraque, Cazaquistão, Líbano, Malásia, Tunísia, Turquia

Proposto por: Estados-Membros africanos da OIM

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 8.7, 8.8, 10.7, 16.2, 16.3, 16.4, 16.6, 16.8, 17.9, 17.16, 17.17

Apoiado por: Vários doadores

Entidades implementadoras: OIM

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2009 - presente

URL da iniciativa: www.acbc.iom.int



Aliança das Cidades da Rota da Seda Marítima-Continental

Criar parcerias com vista a possibilitar a transferência de conhecimento e a cooperação prática ao nível das cidades

Desafio

O mundo está urbanizar-se rapidamente. Em 2008, pela primeira vez na história humana (de que há registo), mais de metade da população mundial, 3,3 mil milhões de pessoas, viviam em áreas urbanas. Até 2030, estima-se que este número aumente para cinco mil milhões. As cidades desempenham um papel fundamental no crescimento económico e, portanto, tornaram-se a linha de frente das iniciativas de resolução dos desafios de desenvolvimento social e económico.

No entanto, o impacto negativo da urbanização está a ser cada vez mais reconhecido. As cidades podem exibir formas extremas e densamente concentradas de pobreza e desigualdade e contribuir significativamente para outros problemas globais, como as alterações climáticas. Especialmente no mundo em desenvolvimento, as cidades muitas vezes carecem de infraestruturas e planeamento urbano, tendo também instituições com problemas como falta de disponibilidade, recolha e análise de dados e proteção social limitada. Estes problemas podem limitar a capacidade de as cidades contribuírem para a concretização da agenda de desenvolvimento sustentável.

Rumo a uma Solução

Reconhecendo esse cenário, o Gabinete das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (United Nations Office for South – South Cooperation, UNOSSC), o Centro Internacional para Trocas Económicas e Técnicas da China (China International Centre for Economic and Technical Exchanges, CICETE) — uma agência afiliada do Ministério do Comércio da China — a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (United Nations Industrial Development Organization, ONUDI) e um grupo de cidades reuniram-se para explorar a possibilidade de criar uma plataforma para ligar cidades, construir parcerias e trocar conhecimentos, experiências e tecnologias.

A Aliança das Cidades da Rota da Seda Marítima-Continental (Maritime – Continental Silk Road Cities Alliance, MCSR CA) iniciou-se em 2015 como resultado destes debates. Foi desenvolvida com o objetivo de se alinhar com a Iniciativa Belt and Road (9Belt and Road Initiative, BRI)- que reúne países da Ásia, África e Europa. Apoiada pela China em 2013, a iniciativa ganhou o apoio político de mais de 60 países e organizações internacionais participantes.

A MCSR CA tem como objetivo resolver questões de comércio, investimento e outras questões de desenvolvimento sustentável ao nível das cidades, com o envolvimento e a apropriação total por parte das autoridades e outras partes interessadas a nível local. Foi concebida para facilitar a coordenação de políticas, a construção de parcerias, a formulação de projetos/iniciativas locais e o acesso a financiamento em África, na Ásia, na Europa e a nível global.

Em 2017, o UNOSSC assinou um projeto global completo financiado pelo Governo da China com vista a apoiar o trabalho da aliança MCSR CA. O projeto da aliança de cidades MCSR procura alinhar ainda mais o seu apoio às cinco áreas prioritárias da iniciativa BRI, nomeadamente: coordenação de políticas; conectividade de infraestruturas; comércio livre; integração financeira; e trocas de pessoas para pessoas.



A MSCR CA é uma iniciativa baseada em afiliação. Funciona através de vários organismos:

- A Assembleia da Aliança de Cidades é composta por todos os membros da MCSR CA. Funciona como um fórum que reúne presidentes da câmara e outros funcionários executivos com o objetivo de possibilitar o debate sobre questões de alto nível, como o alinhamento de políticas.
- O Conselho Empresarial, composto por representantes do governo, do setor privado e da sociedade civil e outras partes interessadas, que promove o comércio e o investimento dentro das cidades.
- Comissões especializadas com vários intervenientes, cada um com um foco temático específico. Até ao momento, foram criadas comissões que se debruçam sobre temas como cidades inteligentes e indústria emergente; desportos ao ar livre; educação – ciência, cultura e comunicação; investimento e promoção do comércio; e desportos. Prevê-se a criação de comissões sobre finanças; trânsito e logística; medicina tradicional; novas energias; turismo; grupos de reflexão; e proteção ambiental.

Em março de 2018, havia 37 cidades/organizações participantes da MCSR CA.

Seguem-se alguns exemplos concretos de comissões especializadas da MCSR CA:

- Com a ajuda do Conselho Empresarial da MCSR CA, um membro do setor privado da MCSR CA proveniente da província de Fujian, na China, investiu no Parque Industrial do distrito de Hài Hà, em Tinh Quang Ninh, no Vietname. A área de construção prevista do parque industrial é de 3.300 hectares, com um investimento total de 20 mil milhões de dólares norte-americanos. Até agora, o parceiro do setor privado investiu, no total, 1.172 mil milhões de dólares em Tinh Dong Nai, Tinh Quang Ninh e Tinh Thai Binh, no Vietname, e estabeleceu a maior empresa de produção de algodão do Vietname, com sete subsidiárias. A capacidade de fição de algodão do parceiro no Vietname é de 1,25 milhões de fusos, representando 17% da capacidade de produção do Vietname, e a produção anual de 300.000 toneladas representa 43% da produção total do Vietname.

O parceiro também teve uma participação ativa em instituições de caridade locais e doou fundos para patrocinar iniciativas de educação, saúde e transporte. Em termos de gestão de recursos humanos, o parceiro implementa uma estratégia de localização de talentos. O número total de funcionários vietnamitas das três províncias é superior a 20.000, o que ajuda a resolver os problemas locais de emprego. Os funcionários também têm a oportunidade de receber formação na sede que se situa na China continental. Já foram propostos mais projetos de investimento entre a província de Fujian e o Vietname como resultado deste investimento

- em consonância com as áreas prioritárias da iniciativa BRI, o Festival da Cultura de Chongqing-Viena foi organizado em Chongqing de 17 de outubro a 20 de outubro de 2016 para promover intercâmbios interpessoais. Foi o primeiro evento cultural realizado pela Comissão de Cidades Inteligentes e Novas Indústrias da MCSR CA e foi composto por 8 eventos sino-austríacos, incluindo: um espetáculo colaborativo da Orquestra Clássica de Viena e músicos tradicionais chineses; o Fórum Sino-Austríaco de Desenvolvimento da Cultura Urbana; e o Fórum Sino-Austríaco da Indústria do Cinema e da Cultura. A Iniciativa de Chongqing, assinada por convidados chineses e austríacos durante o festival, é um marco na estratégia da iniciativa BRI e na cooperação entre as cidades da Rota da Seda. O festival atraiu milhares de participantes e mais de 2.819 milhões de participantes aderiram à plataforma Sina Weibo.

Através da comunicação e interação culturais, propõe-se uma potencial cooperação entre os países da iniciativa BRI em termos de construção de infraestruturas, investimento industrial, comércio, transferência tecnológica e intercâmbios culturais.

Contacto:

Liu Yang, Diretora de Projetos, Secretariado da MCSR CA, CICETE, liuyang@bicete.org e liuyangpoppy@qq.com

Nome do projeto: Aliança das Cidades da Rota da Seda Marítima-Continental

Países/Regiões: Global

Proposto por: Centro Internacional para Trocas Económicas e Técnicas da China (CICETE)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3.8, 8.2, 9.4, 11.3, 13.1, 17.6

Apoiado por: UNOSSC, ONUDI, PNUD

Entidades implementadoras: UNOSSC, CICETE

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2017 - 2021

URL da iniciativa: N/D



Bósnia e Herzegovina, Croácia, Montenegro e Sérvia: Programa Regional de Habitação

Iniciativa conjunta de quatro países afetados pelo conflito na década de 1990 para resolver a deslocação prolongada em toda a região

Desafio

Como consequência dos conflitos armados na década de 1990, mais de três milhões de pessoas foram deslocadas dentro e fora das fronteiras da Bósnia e Herzegovina, Croácia, Montenegro e Sérvia. Nas últimas duas décadas, os esforços contínuos dos quatro estados afetados, bem como o apoio da comunidade internacional, permitiram que a maioria das pessoas afetadas voltasse para casa ou encontrasse outras soluções duradouras. No entanto, apesar desses esforços, quase meio milhão de pessoas permanecem deslocadas em toda a região.

Rumo a uma Solução

O Programa Regional de Habitação (PRH) é uma iniciativa conjunta da Bósnia e Herzegovina, Croácia, Montenegro e Sérvia. O seu objetivo é contribuir para a resolução da situação de deslocação prolongada dos refugiados e pessoas deslocadas mais vulneráveis após os conflitos de 1991-1995 na antiga Jugoslávia, incluindo os deslocados internos no Montenegro a partir de 1999. O seu principal objetivo é beneficiar aproximadamente 74.000 pessoas (27.000 famílias). O seu custo é estimado em cerca de 584 milhões de euros. Este projeto está relacionado com o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), ODS 1 (Erradicar a Pobreza, objetivo 1.5.) E ODS 10 (Reduzir as Desigualdades, objetivo: 10.2).

O PRH foi iniciado como resultado de atividades diplomáticas levadas a cabo pelos quatro países e parceiros internacionais. O objetivo foi definido com base numa análise precisa dos possíveis beneficiários e das suas necessidades, recorrendo a visitas de campo aos refugiados mais vulneráveis, análise das bases de dados disponíveis das instituições relevantes e uma análise comparativa do número de possíveis beneficiários, legislação e parâmetros económicos nos países parceiros.

Os países da região cooperam no campo da regulamentação do estatuto jurídico das pessoas deslocadas e deslocadas internamente, regulando as obrigações em termos de direitos de pensões e períodos de serviço e questões de propriedade nos países de origem. Os quatro países parceiros trabalham em estreita colaboração para alcançar o seu objetivo comum. Apoiam-se e trocam informações diariamente para implementar o PRH num ritmo constante, identificar sinergias e aprender com os sucessos uns dos outros com o PRH. Todas as partes interessadas concordam unanimemente que o Programa melhorou significativamente a cooperação regional, segurança e reconciliação entre pessoas que estavam em lados diferentes do conflito armado há 20 anos.

O PRH é um exemplo de cooperação bem-sucedida entre países que antes estavam em conflito e oferece um incentivo significativo para iniciativas futuras semelhantes. Ajudou a melhorar as políticas de habitação social em toda a região e também levou à adoção de altos padrões no desenvolvimento de projetos, áreas técnicas e integração social.

Durante a implementação do PRH, aplicaram-se os mais altos padrões em construção, proteção ambiental e eficiência energética. O encerramento de instalações temporárias e ilegais contribuiu para o crescimento das áreas urbanas, reduziu o número de abrigos construídos ilegalmente e as unidades habitacionais recém-desenvolvidas foram construídas de acordo com os padrões urbanos modernos e foram sincronizadas com os Planos de Desenvolvimento da Cidade.



@ Governo do Montenegro

Além de fornecer soluções habitacionais, a iniciativa também inclui uma série de medidas de sustentabilidade para garantir a regulamentação do estatuto jurídico, educação, assistência médica, acesso total ao sistema de assistência social e regulamentação das pensões e oportunidades de emprego para os refugiados mais vulneráveis. Os países parceiros desenvolveram uma série de projetos, documentos políticos, iniciativas e mudanças legislativas para garantir a sustentabilidade do projeto. O principal objetivo é diminuir a dependência das instituições de assistência social e alcançar a plena integração social.

As reuniões regionais regulares dos países parceiros contribuíram para uma melhor comunicação entre as instituições dos quatro países parceiros e reforçaram a resolução conjunta das questões pendentes. As iniciativas regionais mais importantes resultantes do PHR são a regulamentação do estatuto jurídico, a regulamentação das questões relacionadas com pensões e a verificação das necessidades dos beneficiários nos países de origem.

A Iniciativa Igman é uma das iniciativas regionais de sustentabilidade e recebe financiamento da UE. Foi lançada em dezembro de 2017 com a implementação do Projeto CARE, contando com o apoio da Comissão Europeia. O principal objetivo do projeto é apoiar a sustentabilidade e a participação cívica no Programa Regional de Habitação em todos os países participantes. Isso deve ser alcançado por meio de um programa de subvenções que pretende melhorar o acesso a dados e a análise da sustentabilidade do PHR e aumentar os meios de subsistência dos beneficiários, o acesso a direitos e a integração local.

No Montenegro, a Estratégia do Governo para Soluções Duradouras de Questões Relacionadas com Pessoas Deslocadas e Pessoas Deslocadas Internamente no Montenegro descreve as medidas complementares para garantir a sustentabilidade geral do PHR e a integração de PD e PDI. A estratégia foi adotada em julho de 2011 e prolongada até 2019. Os planos de ação para a sua implementação são desenvolvidos para cada ano civil.

Dado que o PHR visa apenas os refugiados mais vulneráveis e que as necessidades de alguns beneficiários não serão completamente atendidas, esta boa prática pode ser estendida a projetos semelhantes de habitação social no futuro, bem como a projetos de integração social. Isto também poderia ser desenvolvido noutros países. Os pré-requisitos mais importantes são informações sobre possíveis beneficiários e as suas necessidades de habitação, terrenos para construção e cooperação a nível municipal.

Contacto:

Budimirka Đukanović, Ministério do Trabalho e Segurança Social, budimirka.djukanovic@mrs.gov.me
Milica Zeković, Assessora, Ministério do Trabalho e Segurança Social, Direção do Programa Europeu de Integração, Programação e Fundos da UE, Departamento de Integração Europeia, milica.zekovic@mrs.gov.me

Nome do projeto: Projeto Regional de Habitação

Países/Região: Bósnia e Herzegovina, Croácia, Montenegro, Sérvia

Proposto por: Ministério do Trabalho e Segurança Social

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 11,1

Apoiado por: A Comissão Europeia, Chipre, República Checa, Dinamarca, Alemanha, Hungria, Itália, Luxemburgo, Noruega, Roménia, República Eslovaca, Suíça, Turquia, Estados Unidos da América

Entidades implementadoras: Ministério do Trabalho e Segurança Social

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2012 - 2021

URL da iniciativa: www.regionalhousingprogramme.org



Melhor Reconstrução para umas Caraíbas Mais Resistentes ao Clima

Assistência para reparação de habitações ajuda os habitantes de ilhas a voltarem a casa depois dos furacões

Desafio

Em 2017, dois furacões de categoria 5 consecutivos, Irma e Maria, atingiram os países das Caraíbas, destruindo casas, estradas, serviços públicos e meios de subsistência. Em Antígua e Barbuda e Dominica, cerca de 65% das estruturas foram seriamente danificadas e mais de 20.000 famílias em ambas as ilhas (Antígua e Barbuda/Dominica) necessitaram de reparações nos telhados. Embora o PNUD e os respetivos governos tenham mobilizado recursos para apoiar a avaliação inicial abrangente e a assistência à recuperação, existe um desejo claro e urgente por parte dos habitantes de voltarem às suas ilhas natais, onde as estruturas físicas, incluindo casas, escolas e estruturas públicas e comunitárias, necessitam de reabilitação. No entanto, ambas as ilhas apresentavam enormes desafios em termos de logística, acesso à população afetada, disponibilidade de mão-de-obra qualificada e fornecimento de materiais de construção.

Rumo a uma Solução

No rescaldo das catástrofes, o governo da China, o PNUD e os governos de Antígua e Barbuda e Dominica iniciaram rapidamente uma iniciativa de recuperação de catástrofes para apoiar os esforços de reconstrução em ambas as ilhas. A iniciativa teve como objetivo facilitar a instalação de telhados em mais de 700 casas e grandes edifícios governamentais prioritários, incluindo escolas e hospitais, complementando e ligando os esforços de reconstrução dos governos.

Esta ajuda crítica e atempada para reparações nas habitações expandiu a cooperação bilateral tradicional e procurou alcançar as famílias mais vulneráveis em ambas as ilhas. A iniciativa adquiriu e distribuiu materiais de construção, ferramentas e equipamentos de qualidade e, o mais importante, deu assistência técnica e formação para garantir uma “melhor reconstrução” e promover a resistência a longo prazo.

O sucesso da iniciativa baseia-se na liderança do governo e na resposta rápida, assistência técnica adequada e “melhor reconstrução” com materiais de construção de qualidade e técnicas resistentes a furacões como o princípio orientador de todas as intervenções apoiadas pelo PNUD. Com a liderança dos governos nacionais e com a participação de órgãos locais e plataformas comunitárias, desenvolveu-se um conjunto de critérios, incluindo vulnerabilidade social, exposição a riscos e prontidão para a reconstrução dos telhados, para que fosse dada prioridade aos edifícios identificados. Os códigos de construção foram aplicados como parte das atividades de reparação e também analisados, exigindo materiais de construção de qualidade e técnicas sólidas de instalação. Os projetos adquiriram materiais e os especialistas em logística têm trabalhado com empresas de navegação, autoridades portuárias e empresas de distribuição para fornecer materiais para telhados a todas as áreas afetadas, independentemente da distância e das dificuldades de acesso. Na Dominica, a colaboração com os Engenheiros sem Fronteiras também garantiu a qualidade técnica de cada etapa da intervenção: desde a recolha de dados utilizando uma ferramenta pioneira que captura danos em todos os prédios das ilhas até ao desenvolvimento de centros de assistência técnica a nível comunitário e a supervisão direta de cada edifício reparado. Em Barbuda, uma equipa do PNUD composta por investigadores, arquitetos e engenheiros em quantidade apoiou a Agência de Controlo do Desenvolvimento (Development Control Agency, DCA), a autoridade nacional responsável pela inspeção dos reparações.



@ PNUD

Além disso, desenvolveu-se e implementou-se uma estratégia abrangente de defesa e divulgação para promoção dos padrões nacionais de habitação e análise das diretrizes para a realização destes padrões, incluindo a produção de cartazes, folhetos e documentos eletrônicos. Mais de 2.000 pessoas beneficiaram de formações e sessões de informações dedicadas e todos os materiais foram descarregados para serem aplicados aos métodos de construção.

A estreita colaboração e parcerias com autoridades governamentais foram fundamentais para a implementação bem-sucedida e sustentável dos projetos. Uma forte parceria com as autoridades do governo central e local ajudou a garantir a sustentabilidade dos resultados alcançados em termos de recolha e gestão de dados, mobilização da comunidade e fortalecimento da resistência, em consonância com os princípios de melhor reconstrução. A implementação do projeto implicou interações diárias com parceiros nacionais e partes interessadas, o que criou uma rede de parceiros do PNUD nas ilhas afetadas que será muito valiosa para futuros compromissos nestes países. Além disso, a implementação do projeto envolveu uma estreita coordenação com instituições especializadas, a fim de aumentar o impacto dos projetos nas capacidades nacionais dos países beneficiários.

Na Dominica, as parcerias China-PNUD catalisaram a participação de outras partes interessadas e o início de outras iniciativas de cooperação Sul-Sul, como o destacamento de 80 trabalhadores cubanos para a reconstrução de telhados.

A iniciativa de cooperação Sul-Sul impulsionou as capacidades nacionais, reuniu dados importantes para o planeamento da recuperação, analisou os códigos de construção, formou inspetores, empreiteiros e a comunidade afetada e acelerou a reparação de centenas de residências e edifícios governamentais prioritários. **Mais de 700 residências e 15 grandes edifícios governamentais foram reparados com sucesso, incluindo escolas, uma faculdade estadual, clínicas médicas e prédios hospitalares. O número estimado de beneficiários diretos é superior a 9.000. Aproximadamente 30.000 pessoas também beneficiaram indiretamente do impacto positivo do projeto**, com base em melhorias na qualidade de vida das comunidades onde os projetos foram implementados e na criação de empregos associados a atividades de reparação.

Os projetos de apoio comunitário do PNUD e as atividades entre agências complementaram muito a iniciativa financiada pela ajuda chinesa. Além disso, mais de 2.000 profissionais da construção civil e famílias afetadas receberam formação em técnicas de melhor reconstrução e a importância de edifícios resistentes.

A Avaliação de Danos em Edifícios é uma ferramenta pioneira para a recolha rápida de dados abrangentes de danos estruturais que foi utilizada pela primeira vez em Barbuda e Dominica. Esta ferramenta forneceu informações em tempo real para processos de tomada de decisões baseados em evidências.

Além disso, foram estabelecidas parcerias com governos e outras partes interessadas para a instalação adequada de telhados, que funcionaram de forma muito criativa para garantir que os recursos fossem utilizados para obter um impacto máximo. Enquanto a China forneceu materiais adequados, assistência técnica e controlo de qualidade, outros parceiros forneceram o trabalho necessário para realizar as reparações de casas. O equilíbrio entre as aquisições internacionais e a promoção das economias nacionais e das empresas locais também se mostrou fundamental.

A melhor reconstrução e resistência estão intrinsecamente ligadas à sustentabilidade e ao impacto de longo prazo. A iniciativa abordou as vulnerabilidades de base que resultaram na dimensão da catástrofe e analisaram os códigos de construção para reforçar os padrões das habitações. Esta intervenção também foi partilhada com outros países da região para que as lições aprendidas e as melhores práticas possam ser utilizadas em contextos semelhantes.

A iniciativa é replicável à medida que os códigos e diretrizes de construção analisados sejam partilhados com outros países que podem adaptar-se a catástrofes semelhantes.

Contacto:

Ugo Blanco, PNUD Barbados e OECD, ugo.blanco@undp.org
Peter Morling, PNUD China, peter.morling@undp.org

Nome do projeto: Iniciativa de Recuperação Pós-Catástrofe em Antígua e Barbuda e Dominica

Países/Regiões: Antígua e Barbuda, China, Dominica

Proposto por: PNUD China

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.5, 3.8, 4.3, 11.5, 11.b, 13.1

Apoiado por: Governo da China

Entidades implementadoras: PNUD e respetivos governos

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: Outubro 2017 Junho 2018

URL da iniciativa: <http://www.cn.undp.org/global-cooperation>



Resposta de Emergência Pós-catástrofes no Sul da Ásia

Assistência de recuperação imediata apoia pessoas afetadas por catástrofes a reconstruírem as comunidades e a recuperarem os meios de subsistência

Desafio

Nos últimos anos, o Sul da Ásia passou por frequentes crises naturais e causadas pelos humanos. Chuvas fortes sustentadas em 2017 resultaram numa das piores inundações que o Nepal e Bangladesh vivenciaram. Mais de 8 milhões de pessoas foram afetadas e muitas famílias perderam as suas casas, pertences e meios de subsistência. O Território Federal das Áreas Tribais do Paquistão localizado ao longo da porosa fronteira Paquistão-Afganistão, também foi afetado pela militância e operações militares durante mais de uma década. Além disso, o afluxo de refugiados rohingyas de Mianmar suscitou muitos desafios no Bangladesh. Estas crises requerem esforços urgentes de socorro. O desafio é garantir que a assistência de recuperação é disponibilizada rapidamente às pessoas afetadas por catástrofes e tenha impactos duradouros, ajudando os indivíduos afetados a reconstruírem as suas comunidades, restaurando os seus meios de subsistência e fortalecendo as suas capacidades para alcançar um desenvolvimento resistente e sustentável no futuro.

Rumo a uma Solução

Como reconhecimento do desafio acima mencionado e da importância de garantir uma recuperação rápida e eficaz, o Governo da China estabeleceu uma parceria com o PNUD para fornecer assistência financeira no valor total de 12 milhões de dólares ao Bangladesh, Nepal e Paquistão através do Fundo de Assistência à Cooperação Sul-Sul. O objetivo primordial era fornecer apoio imediato, distribuindo materiais de socorro para atender às necessidades das pessoas afetadas por catástrofes, garantir a sua saúde e bem-estar e ajudá-las a reconstruírem as suas vidas. A cooperação assegurou que as famílias afetadas obtivessem abrigos de emergência dignos e pacotes domésticos e materiais não alimentares essenciais nos distritos selecionados. Também forneceu móveis e suprimentos para as escolas locais e impediu que as mulheres e meninas vivenciassem riscos adversos à saúde e à segurança.

No Bangladesh, um plano conjunto de resposta concentrou-se em satisfazer as necessidades de 330.000 pessoas nos seis distritos mais afetados. Na seleção dos beneficiários, foi dada preferência a famílias desfavorecidas chefiadas por mulheres. Os residentes da comunidade participaram ativamente nas sessões de investigação de opinião numa série de discussões em grupo para verificar o estado de riqueza/pobreza dos beneficiários primários e ajudaram o projeto a selecionar os indivíduos mais vulneráveis como principais beneficiários do projeto. O PNUD liderou o FPNU e seis organizações na implementação do projeto.

No Nepal, a região sul do Terai foi duramente atingida pela inundação. O PNUD utilizou um processo de concurso para concessões de microcapital e selecionou sete ONG parceiras, uma para cada distrito. As ONG parceiras trabalharam em estreita colaboração com as Comissões Distritais de Resposta a Catástrofes (District Disaster Response Committees, DDRC) em todos os distritos para obter dados sobre famílias afetadas pelas cheias e municípios selecionados para dar apoio. O PNUD também trabalhou em estreita coordenação com as Comissões Distritais de Risco de Catástrofes e os governos locais. O projeto utilizou dados disponíveis de fontes incluindo, principalmente, DDRC, polícia e agências distritais da Cruz Vermelha, bem como representantes selecionados do município e ward. Os detalhes de cada família beneficiária foram recolhidos utilizando as aplicações baseadas em dispositivos móveis e criaram-se perfis individuais para cada uma das famílias. O PNUD implementou este projeto em estreita parceria com o Projeto de Recuperação de Cheias do Governo/Autoridade Nacional de Reconstrução do Nepal. O chefe do projeto de recuperação de cheias estava ativamente envolvido na definição de critérios de seleção de famílias, coordenação



@ PNUD

e facilitação com agências de nível distrital. A nível distrital, o PNUD associou-se às Comissões Distritais de Resposta a Catástrofes, governos locais eleitos e sociedade civil. A DDRC apoiou a identificação de áreas prioritárias e a criação de uma base de dados das famílias afetadas. A DDRC também facilitou a coordenação com os governos locais e outros parceiros de desenvolvimento para evitar a duplicação e garantir uma maior sinergia. Além disso, o PNUD associou-se à sociedade civil para operações terrestres e coordenação com os governos locais.

No Paquistão, o PNUD convocou uma reunião da comissão consultiva que compreende a Divisão de Assuntos Económicos (federal), o Departamento de Educação, o Governo de Baluchistão e a Autoridade de Gestão de Catástrofes do FATA para acordar a composição e padrões dos pacotes de assistência e mecanismos de coordenação para prestar assistência. Os beneficiários foram selecionados utilizando critérios de vulnerabilidade que davam prioridade a famílias chefiadas por viúvas, portadoras de deficiência ou com doenças crónicas ou pobres. As famílias foram selecionadas através de um processo participativo liderado pela Autoridade de Gestão de Catástrofes do FATA, que envolveu comunidades locais, agências governamentais e militares.

Nos três países, um total de 617.826 pessoas receberam assistência da China, do PNUD e dos governos nacionais para reconstruir as suas vidas.

No Bangladeche, 13.910 famílias receberam e estão a beneficiar de abrigos de emergência e pacotes de família destinados a 69.550 beneficiários. A saúde e a dignidade de 13.750 mulheres e meninas foram protegidas e restabelecidas e 125 profissionais de saúde receberam kits de emergência de resposta à saúde direcionados para 45.000 beneficiários. O apoio crucial de emergência também foi dada à comunidade Rohingya em Cox's Bazar e 118.000 mulheres e meninas refugiadas receberam cuidados médicos e assistência médica.

No Nepal, 31.800 famílias receberam pacotes não alimentares. Um total de 248.776 pessoas beneficiaram do projeto (48,33% das mulheres). No Paquistão, 7.000 famílias recentemente retornadas do FATA, que foram deslocadas devido à crise da região, receberam assistência alimentar suplementar de emergência, pacotes de itens domésticos de emergência essenciais e kits de restauração de abrigos. Trezentos e

setenta e cinco escolas, que beneficiam 18.750 crianças no Baluchistão, receberam assistência de emergência sob a forma de mobiliário escolar.

O projeto no Nepal introduziu um sistema de monitorização inovador baseado em aplicações para monitorizar o progresso do projeto em tempo real. Esta inovação foi possível graças à colaboração com a Microsoft Nepal, onde cada residência beneficiária recebeu cartões QR. Os detalhes das famílias beneficiárias foram registados para criar perfis e as informações foram sincronizadas em bases de dados centralizadas. Isto proporcionou uma oportunidade para monitorizar o progresso em tempo real e determinar onde era necessária ajuda. Também incentivou as organizações implementadoras parceiras a acelerar o ritmo de criação de perfil e distribuição de pacotes de ajuda.

Ao nível político, o PNUD organizou um workshop para partilhar os resultados dos projetos e fornecer aos países em desenvolvimento uma plataforma para o intercâmbio de conhecimento e a obtenção de conhecimentos e tecnologia da experiência da China na recuperação de catástrofes. Cento e cinquenta participantes, incluindo funcionários do governo de 10 países, especialistas globais na área de recuperação de catástrofes, missões estrangeiras e organizações internacionais em Pequim e os funcionários de instituições chinesas participaram no workshop sobre cooperação Sul-Sul ao abrigo da iniciativa Cinturão Económico da Rota da Seda: Assistência Sul-Sul da China para os Esforços de Recuperação de Catástrofes.

Um dos componentes mais importantes da assistência de recuperação é o tempo, pois o apoio à recuperação deve ser dado às pessoas locais o mais rápido possível. Isso requer planeamento, coordenação e implementação proativos com a ajuda do governo nacional, governos locais, sociedade civil e partes interessadas humanitárias. Consequentemente, a coordenação oportuna com as partes interessadas relevantes é importante para a replicação.

Contacto:

Arif Abdullah Khan, PNUD Bangladeche, arif.abdullah@undp.org
Dharma Swarnakar, PNUD Nepal, dharma.swarnakar@undp.org
Aadil Mansoor, PNUD Paquistão, aadil.mansoor@undp.org
Yating Zhao, PNUD China, Yating.zhao@undp.org

Nome do projeto: Iniciativa de Resposta a Emergências

Países/Regiões: Bangladeche, China, Nepal, Paquistão

Proposto por: PNUD China

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.5, 3. 8, 3.9, 4.a, 5.6, 11.5, 11.7

Apoiado por: China

Entidades implementadoras: PNUD e respetivos governos

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: Novembro 2017 Março 2018

URL da iniciativa: <http://www.cn.undp.org/global-cooperation>



Reforço da Gestão do Risco de Catástrofes no Maláui

As comunidades unem-se para construir instalações de evacuação e estruturas de gestão de risco de inundação com vista a fortalecer a resistência local contra catástrofes naturais

Desafio

O MalawiMaláui é propenso a catástrofes relacionadas com o clima, especialmente secas e inundações, levando à perda de vidas, propriedade e meios de subsistência. As inundações de 2015 devastaram o país e o seu povo. Cerca de 230.000 pessoas foram deslocadas, 106 morreram e 172 foram dadas como desaparecidas. Exacerbado por um fraco sistema de alerta precoce, quando as catástrofes aconteciam, as pessoas frequentemente procuravam abrigos de emergência em edifícios públicos, tais como escolas e mesquitas. No entanto, algumas das localizações dos abrigos eram inseguras, levando muitas vezes a surtos de doenças e exploração e abuso sexual. A frequência e gravidade dos eventos climáticos extremos noMaláui e a ausência de locais designados de evacuação segura aumentaram a necessidade de implementar esquemas de redução do risco de catástrofes que possam fortalecer a resistência local.

Rumo a uma Solução

Em 2016, a China, o PNUD e o Governo do Maláui assinaram um acordo para implementar um esquema de pequenas concessões para redução do risco de catástrofes no Maláui para fortalecer a resistência e proporcionar às populações locais abrigo seguro em momentos de catástrofes. Após um processo competitivo, o esquema selecionou cinco organizações comunitárias e uma comissão de proteção civil para implementar microprojetos focados na construção de instalações de evacuação e estruturas de gestão de risco de inundações (proteção de rios, diques e barragens) em cinco dos 15 distritos do Maláui propensos a catástrofes (ODS 1, 9, 11 e 13).

O esquema adotou uma abordagem baseada na comunidade para apoiar projetos que foram concebidos, implementados e geridos por comunidades locais. A capacitação e a participação total dos membros da comunidade são componentes importantes da abordagem, garantindo a apropriação local e a viabilidade a longo prazo dos projetos.

Foi disponibilizada formação e realizaram-se workshops sobre desenvolvimento de propostas, gestão de projetos, gestão financeira, aquisições, monitorização e avaliação para 27 membros da comunidade das cinco organizações comunitárias e uma comissão de proteção civil que eram responsáveis pelo desenvolvimento de propostas, identificação de locais para implementação e implementação efetiva dos projetos. Estas competências sociais ajudam as comunidades a candidatar-se e gerir subsídios no futuro. Além disso, as comunidades locais voluntariaram-se em várias atividades de construção e adquiriram uma série de competências. Por exemplo, os membros da comunidade aprenderam a construir cestos de gabiões, o que é uma competência muito comercializável na indústria da construção.

A cooperação trilateral construiu quatro centros de evacuação, uma proteção para diques e margens do rio para um ponto crítico de inundação que cobre 570 metros e duas barragens para controlar inundações. Cada centro de evacuação acomoda de 200 a 300 pessoas e possui quartos separados para homens e mulheres. Existe também uma arrecadação totalmente abastecida com alimentos, baldes de água, utensílios de cozinha e materiais educativos que fornecem informações sobre a resposta de emergência e recuperação. Além disso, os centros de evacuação têm cozinhas internas separadas localizadas perto do edifício principal para garantir um acesso fácil. Há painéis solares instalados nos telhados para alimentar todos os quartos e áreas exteriores. Esta é uma solução eficiente e renovável para atender às necessidades energéticas dos centros durante as catástrofes.



© Xinhua

No total, os projetos beneficiaram diretamente mais de 23.000 pessoas.

A inovação do projeto está na sua abordagem baseada na comunidade e no design multifacetado dos centros de evacuação que beneficiaram membros da comunidade através de muitos canais. A construção de centros de evacuação envolveu empreiteiros locais que recrutaram membros das comunidades locais. Isto aumentou as competências dos membros da comunidade que também receberam benefícios financeiros do projeto, pois o dinheiro foi devolvido à comunidade. Embora a principal função dos centros de evacuação seja fornecer abrigo para indivíduos e famílias deslocadas em caso de catástrofe, muitas comodidades dentro dos centros ajudaram a melhorar a vida diária dos residentes locais. A energia solar pode ser utilizada tanto para estudantes que estudam à noite como para carregar telemóveis, já que muitas áreas não têm acesso à eletricidade. Os furos nos centros de evacuação também forneceram água portátil para comunidades próximas que não tinham acesso a água limpa.

Os impactos duradouros e a sustentabilidade dos projetos são alcançados através do seguinte:

- Devido à natureza técnica dos projetos, o Conselho Distrital, o Departamento de Habitação, o Departamento de Edifícios e o Departamento de Recursos Hídricos aos níveis nacional e distrital também foram envolvidos para dar orientação técnica na conceção e implementação dos projetos. O envolvimento de departamentos técnicos do governo proporcionou oportunidades para integrar a gestão do risco de catástrofes nas políticas, planos e práticas de desenvolvimento destas instituições;
- Todas as organizações comunitárias desenvolveram planos de sustentabilidade que integraram as atividades empresariais para maximizar o uso local dos centros de evacuação e ajudar a manter as estruturas. Muitos dos centros foram construídos em áreas remotas que não têm acesso a serviços básicos como saúde e educação. Os centros permitiram que muitas partes interessadas e agências fornecessem serviços adicionais de desenvolvimento às comunidades vizinhas. Os parceiros interessados participaram em discussões sobre a utilização dos locais para outras intervenções de desenvolvimento para apoiar as comunidades locais.

Durante o período de implementação, o esquema de pequenos subsídios foi identificado como o modelo para implementar o Plano Nacional de Ação de Redução do Risco de Catástrofes e o esquema foi replicado em 19 distritos do Maláui propensos a catástrofes. Além disso, a replicação depende: 1) da capacidade institucional das organizações locais baseadas na comunidade; 2) do apoio contínuo e orientação fornecida pelos departamentos técnicos do governo para garantir que os problemas são identificados e resolvidos rapidamente; e, 3) dos membros da comunidade que desenvolvem um senso de propriedade dos projetos e apoiam e participam voluntariamente em todas as etapas dos projetos.

Contacto:

Sothini Nyirenda, PNUD Maláui, Sothini.nyirenda@undp.org
Yating Zhao, PNUD China, yating.zhao@undp.org

Nome do Projeto: China - Maláui - Cooperação do PNUD sobre gestão de riscos de catástrofes

Países/Regiões: China, Maláui

Proposto por: PNUD

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.5, 9.a, 11.5, 11.7, 11.b, 11.c, 13.1

Apoiado por: China, PNUD

Entidades implementadoras: PNUD e Governo do Maláui

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2016 - 2018

URL da iniciativa: goo.gl/dPkfz



Programa de Desenvolvimento de Bambu Países Baixos – China – África Oriental

Apoio à redução da pobreza, desenvolvimento sustentável, ação contra as alterações climáticas e comércio internacional utilizando tecnologias de bambu

Desafio

Atualmente, o setor do bambu da África Oriental permanece largamente inexplorado, embora a região abrigue as maiores florestas naturais de bambu da África Subsaariana que correspondem a 3 a 4% da cobertura mundial total de bambu conhecida. Como resultado de produtos de baixo valor e falta de capacidade para cumprir os padrões internacionais, a Etiópia, o Quênia e o Uganda estão amplamente excluídos do comércio global de exportação de produtos de bambu, avaliado em cerca de 2 mil milhões de dólares.

O bambu é uma gramínea lenhosa, renovável, de crescimento rápido, com características de madeira. Pode ser utilizado para criar milhares de produtos, desde papel e embalagens a alimentos e pisos. Também pode ser utilizado para armazenar carbono, restaurar terras degradadas e criar construções resistentes a catástrofes, tornando-se uma parte importante da mitigação e adaptação às alterações climáticas. Como mostra o exemplo do setor do bambu nacional da China, que vale 30 mil milhões de dólares, existe um enorme potencial para que esta planta faça parte das políticas económicas e ambientais dos países.

Rumo a uma Solução

Este programa aplica as experiências e lições aprendidas da transformação muito bem-sucedida do mercado de bambu da Ásia e da Europa para a África Oriental, permitindo assim que a Etiópia, o Quênia e o Uganda participem plenamente e beneficiem da nova economia do bambu do século XXI. Esta iniciativa aborda vários imperativos de desenvolvimento sustentável: redução da pobreza; segurança alimentar, produção e consumo sustentáveis; e mitigação e adaptação às alterações climáticas. O projeto é implementado pela Rede Internacional de Bambu e Rattan (INBAR), com o apoio de parceiros locais, chineses e holandeses.

O projeto utiliza várias formas de cooperação Sul-Sul e triangular num grupo alargado de organizações para se obter o máximo impacto. A transferência de tecnologia e a aprendizagem cruzada ocorrem não só da China e dos Países Baixos para a África Oriental, mas também entre os países beneficiários da África Oriental.

Um grupo alargado de parceiros da China e dos Países Baixos trabalha em conjunto com parceiros na Etiópia, Quênia e Uganda. Estes incluem ministérios e órgãos governamentais e universidades e institutos de investigação. Estes parceiros trabalharam juntos para compilar os inventários de recursos de bambu, produzir três estudos de mercado detalhados sobre os mercados de matérias-primas de bambu mais importantes de cada país beneficiário e partilhar práticas e tecnologias relacionadas com o cultivo e com a gestão do bambu. **Só em 2017, restauraram cerca de 300 hectares de terra degradada com bambu e ajudaram cerca de 200 famílias a plantar mais plantas nas suas quintas, propriedades e como abrigos. Estes também estão a ajudar a desenvolver uma metodologia de carbono para espécies de bambu indígenas, que serão testadas com um projeto de demonstração de carbono.**

A formação e o apoio a políticas também são um componente importante em termos de desenvolvimento do setor do bambu. O Ministério do Comércio da China ministrou “formação de formadores” através de organizações chinesas de investigação e formação a mais de 60



© INBAR

representantes num grande número de assuntos. Entre os beneficiários estavam agricultores, empresários e ministros dos países beneficiários. Em 2017, quase 2.000 participantes foram formados em propagação de bambu, gestão sustentável, criação de produtos com valor agregado e marketing. Além disso, altos funcionários governamentais dos três países beneficiários participaram num curso de formação na China, proporcionando uma oportunidade única aos decisores políticos de testemunharem o potencial transformador de uma economia de bambu no local.

O setor privado e as agências de padrões também estão envolvidos e estão a ajudar a aumentar a conscientização dos consumidores sobre produtos de bambu e padrões de construção dentro dos países beneficiários. Uma empresa nos Países Baixos está a trabalhar com empresas e agências nacionais da África Oriental para desenvolver capacidades e padrões para produtos de bambu. Uma conferência, sediada na Universidade de Wageningen, nos Países Baixos, trabalhou para aumentar a conscientização internacional sobre a utilização do bambu como fonte de tudo, desde alimentos e fibras até a habitação. Finalmente, o projeto está a trabalhar com vista a aumentar a consciência pública sobre o bambu entre os consumidores da África Oriental através de workshops, eventos e exposições de produtos, bem como uma emissão de rádio em cinco estações de rádio de Uganda e um passeio de bicicleta de bambu de 500 quilómetros.

O projeto deverá terminar em 2019, portanto o impacto de longo prazo deste trabalho ainda é desconhecido. No entanto, espera-se que os seus impactos políticos sejam sustentáveis a longo prazo. A Etiópia, o Quênia e o Uganda já estão a integrar o desenvolvimento do setor do bambu nas suas políticas e programas florestais, de alterações climáticas, bacias hidrográficas e desenvolvimento; estes passos impressionantes são baseados diretamente na investigação, formação e assistência fornecidos pelo projeto. Para ajudar a dar apoio após o término do projeto, os parceiros chineses estão a ajudar a estabelecer "centros de demonstração de valor agregado de bambu", que demonstrarão a possibilidade de produtos de bambu de valor agregado. Mais importante ainda, o projeto está a ajudar os governos da China e da Etiópia a estabelecerem um Centro de Desenvolvimento de Bambu China - África. Este centro deve constituir uma poderosa fonte de apoio aos países africanos que desejam

desenvolver os seus setores do bambu.

Há muitas oportunidades para aproveitar a cooperação Sul-Sul e trilateral com vista a encorajar o desenvolvimento sustentável com o bambu mais amplamente nos 44 países membros da INBAR e noutros países produtores de bambu. Isto deve-se, em parte, ao crescente reconhecimento dos benefícios do bambu para a redução da pobreza e proteção ambiental, bem como uma crescente procura por produtos de bambu renovável e de baixo carbono em todo o mundo desenvolvido. Países importadores e empresas internacionais pretendem cada vez mais construir cadeias de fornecimento sustentáveis em países produtores de bambu. Isto, por sua vez, proporciona aos países produtores em desenvolvimento uma oportunidade para aprenderem sobre as muitas maneiras através das quais o bambu é processado e comercializado para os mercados internacionais. Para garantir a replicabilidade, é importante convencer os governos sobre o potencial do bambu, o que pode ser alcançado através da disponibilização de projetos e programas nacionais de demonstração.

Contacto:

Jayaraman Durai, Gestor de Programa, INBAR, jdurai@inbar.int
Charlotte King, Comunicações, INBAR, cking@inbar.int

Nome do projeto: Programa Países Baixos – China – África Oriental

Países/Regiões: China, Etiópia, Quênia, Holanda, Uganda

Proposto por: Organização Internacional de Bambu e Rattan (INBAR)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.1, 1.4, 7.1, 7.5, 12.2, 12.7, 13.1, 17.2, 17.3

Apoiado por: Financiado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos e pela Administração Florestal do Estado da China

Entidades implementadoras: INBAR

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2016 - 2019

URL da iniciativa: goo.gl/rC6Xhh

Colômbia e República Dominicana Participam no Cultivo de Arroz Resistente ao Clima

Validar e disseminar o Sistema de Intensificação do Arroz para apoiar a rentabilidade e a resistência dos pequenos produtores de arroz

Desafio

Embora 26 países latino-americanos e das Caraíbas produzam arroz, a procura excede em muito a oferta. Além dos riscos de mercado, os meios de subsistência e a produção dos produtores de arroz da região são muito vulneráveis às alterações climáticas, especialmente a mudanças de disponibilidade de água, eventos extremos e incidência de pragas e doenças. Esta cultura exigirá mais água num contexto de escassez e os rendimentos podem ser reduzidos em até 10% por cada grau (Celsius) de subida da temperatura noturna. O Sistema de Intensificação do Arroz (SIR) demonstrou as suas vantagens agronômicas, ambientais e económicas em mais de 55 países. No entanto, o SIR, que pretende aumentar a produtividade e os rendimentos ao mesmo tempo que otimiza a utilização de recursos naturais (solo e água) e aumenta a resistência dos sistemas de produção às alterações climáticas, não foi amplamente disseminado ou adotado na América Latina e nas Caraíbas, em parte devido ao tamanho das áreas de produção, às barreiras linguísticas e à escassez e ao elevado custo da mão de obra na região.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar este desafio, os parceiros do projeto¹ estão a trabalhar com pequenos produtores na Colômbia e na República Dominicana para aplicar esta metodologia de produção de arroz flexível a contextos locais, ultrapassar as barreiras e promover a troca de experiências entre especialistas técnicos e produtores destes e de outros países.

Objetivo do projeto era validar o SRI como uma inovação eficaz para reduzir a vulnerabilidade dos pequenos produtores de arroz na Colômbia e na República Dominicana aos impactos socioeconômicos e biofísicos da alterações climáticas. O SIR é uma estratégia de produção agroecológica e climática inteligente baseada em quatro princípios fundamentais² que modificam a gestão de plantas, solo, água e nutrientes, aumentando assim a eficiência na utilização de recursos e a produtividade do sistema e reduzindo a vulnerabilidade às alterações climáticas. É um sistema flexível, intensivo em termos de conhecimento, implementado através de práticas que são contextualizadas em resposta às necessidades, prioridades e competências de cada produtor.

O SIR não requer ou depende da utilização de variedades melhoradas ou novas ou de agroquímicos sintéticos para obter maior produção. Ao reduzir as necessidades dos agricultores por sementes (plantando uma plântula jovem por colina numa rede de aproximadamente 25x25cm), água (através de humedecimento e secagem alternados) e outros suprimentos, o SRI oferece maiores retornos dos seus recursos disponíveis de terra, mão de obra e capital, aumentando os lucros e, ao mesmo tempo, beneficiando o meio ambiente.

No início do projeto, especialistas técnicos e produtores da Colômbia, Costa Rica e Panamá visitaram as suas contrapartes na República Dominicana para trocar experiências sobre contextualização local e aplicação dos princípios do SIR. Trocaram dados, discutiram desafios, desenvolveram primeiras versões de protocolos para implementar e monitorizar pacotes de validação e estabeleceram um processo e canais de comunicação para a troca regular de informações. Ao longo do projeto, as informações e experiências dos pioneiros que trabalham com o SIR na região foram incorporadas

¹Entre os parceiros estão o Fundo Regional de Tecnologia Agropecuária (FONTAGRO), o Fundo Mundial para o Ambiente (GEF), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), o Instituto Dominicano de Investigação Agrícola e Florestal (IDIAF) e o Conselho Dominicano de Investigação Agrícola e Florestal (CONIAF) e a Federação Nacional de Produtores de Arroz da Colômbia (FEDEARROZ - FNA).

²O SRI tem quatro princípios básicos interdependentes: 1. Estabelecimento de plantas recentes e saudáveis; 2. Minimizar a competição entre plantas; 3. Construir solos férteis ricos em matéria orgânica e biota do solo; 4. Gerir a água com cuidado, evitando inundações e stress hídrico e aumentando a aeração do solo.

12 CONSUMO RESPONSÁVEL



© IICA

e foram realizados webinars periódicos para promover novas trocas de sucessos e desafios. A troca contínua de mecanização - ajustes, testes e resultados - foi mantida.

O desenvolvimento de capacidades geralmente começa com uma explicação dos princípios e benefícios potenciais do SIR. Isto é seguido por uma análise dos sistemas locais existentes de produção de arroz durante as discussões e visitas de campo, enquanto o pessoal técnico e os pequenos produtores identificam conjuntamente as possíveis práticas para a aplicação do SIR na região. Os produtores são encorajados a inovar e testar várias práticas para descobrir as melhores práticas com as quais obtêm os melhores resultados do SIR no seu próprio contexto. Os produtores estão comprometidos em continuar a trabalhar com o SIR, já que os ciclos iniciais de produção já comprovaram aumentos de até 25%, redução na utilização de água de até 45%, aumento da eficiência de utilização de sementes de até 96% e redução nos custos de produção de até 10%. Os benefícios adicionais incluíram a utilização reduzida de agroquímicos e a redução do alojamento devido a ventos extremos. Em Tolima, na Colômbia e na República Dominicana, os produtores verificaram até 43% e 68% de aumento na utilidade líquida com SIR, respetivamente, em comparação com a produção convencional.

Para garantir a sustentabilidade do projeto, na Colômbia, a FEDEARROZ integrou os seus esforços de SIR no seu programa mais amplo de adoção maciça de tecnologia (AMTEC), que pretende aumentar a sustentabilidade ambiental e socioeconómica do setor para aumentar a competitividade e produtividade e reduzir os custos de produção. O potencial do SIR para contribuir para os objetivos do Contributo Determinado Nacionalmente (CDN) da Colômbia e da Ação de Mitigação Nacionalmente Apropriada (AMNA), focada no arroz, está a ser explorado. Técnicos da República Dominicana acreditam que o SIR pode contribuir para as metas delineadas no CDN e na estratégia nacional para a gestão integrada dos recursos hídricos e para aumentar a competitividade do setor, o que é importante, dadas as mudanças futuras nas proteções estabelecidas nos acordos de livre comércio.

O SIR é uma verdadeira inovação que muda fundamentalmente as práticas de gestão utilizada na produção de arroz na América Latina e no Caribenhas Caraíbas para aproveitar ao máximo o potencial de cada planta de arroz. Como não é um conjunto prescrito de práticas, os agricultores podem testar e refinar uma série de práticas no âmbito das suas competências e necessidades, reconhecendo que, quanto mais próximas estiverem dos quatro princípios interdependentes, melhores serão os resultados obtidos. Dadas as alterações significativas nas práticas tradicionais e as alterações climáticas, a tecnologia deve ser avaliada e ajustada através de um processo interativo entre investigadores e produtores inovadores. Também exigirá capacidades e políticas institucionais para facilitar a expansão. O pessoal técnico e os agricultores de outras zonas de produção e países podem replicar as experiências do projeto para validar e contextualizar o SIR nas suas próprias zonas agroecológicas. A abertura à mudança, os campos de nível, o controlo adequado dos sistemas de irrigação, a disponibilidade de maquinaria para poupança de mão-de-obra e a inovação contínua (por exemplo, o plantio direto) irão facilitar a replicação em noutros contextos para pequenos e grandes agricultores.

Contacto:

Kelly Witkowski, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, kelly.witkowski@iica.int

Nome do projeto: Colômbia e República Dominicana cooperam na validação do Sistema de Intensificação do Arroz para aumentar a resistência às alterações climáticas na agricultura

Países/Regiões: Colômbia, República Dominicana

Proposto por: TEC/UNFCCC

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 2.1,2.4, 12.2, 13.1

Apoiado por: Fundo Regional de Tecnologia Agropecuária (FONTAGRO) e GEF

Entidades implementadoras: IICA, Instituto Dominicano de Investigación Agropecuária e Florestal (IDIAF), Conselho Dominicano de Investigación Agropecuária e Florestal (CONIAF), Federação Nacional dos Produtores de Arroz da Colômbia (FEDEARROZ - FNA)

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2015 - 2018

URL da iniciativa: <http://sri.ciifad.cornell.edu/>; goo.gl/tFXFJK



Transferência de Tecnologia de um Sistema de Energia Micro-hidroelétrica

Melhorar os meios de subsistência, fornecendo uma fonte limpa de eletricidade

Desafio

Magazen é uma pequena comunidade localizada na parte leste do Maciço Norte do Haiti, perto da fronteira com a República Dominicana. A comunidade é composta por 120 famílias que vivem em condições de extrema pobreza num ambiente altamente degradado. Magazen é muito remota. O acesso à comunidade é limitado e a mesma não pode ser alcançada por transporte motorizado. Os moradores não têm acesso a serviços básicos essenciais, como água potável, serviços de saúde e educação e eletricidade. A iluminação está disponível através de lâmpadas de benzeno ou querosene e alguns moradores nunca viram luzes elétricas.

A economia local baseia-se principalmente na agricultura de subsistência que satisfaz as necessidades básicas das famílias, mas produz muito pouco excedente para vender no mercado local. Práticas agrícolas inadequadas contribuem para a degradação progressiva e contínua da terra, resultando em desflorestação e perda de cobertura de árvores, bem como em solo infértil e improdutivo. A falta de eletricidade tem ramificações de longo alcance para a comunidade e impõe uma barreira ao seu desenvolvimento. Felizmente, Magazen foi integrada no Plano Nacional de Quisqueya Verde, um plano de desenvolvimento que se concentra na disseminação do conhecimento ambiental para as pessoas que vivem na área e no desenvolvimento sustentável.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar este desafio, o Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF SGP) do Haiti iniciou um intercâmbio de cooperação Sul-Sul com o GEF SGP de República Dominicana para aproveitar a especialização deste último no estabelecimento de um sistema micro-hidroelétrico liderado pela comunidade. A República Dominicana foi bem-sucedida na instalação de sistemas micro-hidroelétricos em 48 comunidades que forneceram eletricidade a mais de 4.500 famílias e mais de 20.000 pessoas, com uma capacidade instalada de mais de 1,3 MW. Este projeto foi apoiado pelo GEF SPG e pela ONG Guakía Ambiente. O objetivo do intercâmbio era fornecer à comunidade de Magazen uma fonte limpa de eletricidade e aumentar as oportunidades dos moradores melhorando os seus meios de subsistência.

Entre 2009 e 2010, um grupo de líderes comunitários da Magazen visitou a central micro-hidroelétrica em Fundo Grande, na República Dominicana. No ano seguinte, um especialista da República Dominicana realizou um estudo de viabilidade em Magazen e submeteu uma proposta de projeto ao GEF SGP Haiti para uma concessão. Com o apoio do SGP, o projeto começou em 2012 com a visita de um grupo de jovens membros da comunidade de Magazen às comunidades estabelecidas de centrais micro-hidroelétricas na República Dominicana, onde aprenderam sobre a gestão de centrais diretamente com os habitantes locais. Por sua vez, os especialistas da República Dominicana visitaram Magazen para dar formação aos membros da comunidade a montar e instalar o sistema e as melhores maneiras de dar formação aos técnicos haitianos para estes fazerem a manutenção.



© SGP República Dominicana

Em 15 de junho de 2016, foi inaugurada a central hidroelétrica de Magazen. O sistema fornece 15 kW de energia e foi criado utilizando o rio Arende Merende para garantir o acesso à eletricidade a 74 famílias da comunidade Magazen. Para conseguir isso, vários membros da comunidade trabalharam sem remuneração durante mais de dois anos. Eles construíram uma linha de água de 800 metros de comprimento, colocando 192 tubos de 6" cada (168 PVC SDR - 26 e 20 de ferro) e 4 tubos de ferro de 8" em valas. A eletricidade é produzida por meio de uma turbina Pelton de 10 kW e um gerador síncrono horizontal de 15 kW. É transportada através de uma rede primária com um comprimento total de 1.600 m. Foram utilizados dois transformadores para transmissão - um de 15 kW e um de 25 kW. Cada família recebe uma potência média de cerca de 150 W, o que é suficiente para satisfazer as necessidades energéticas locais. A central também fornece eletricidade suficiente para operar as luzes da rua para toda a comunidade.

O projeto micro-hidroelétrico contou com o envolvimento direto dos beneficiários, que forneceram toda a mão-de-obra não qualificada e participaram em todas as atividades relacionadas com a construção do sistema, com o apoio do GEF SGP e da Guakía Ambiente. O projeto também incluiu formação em alterações climáticas, conservação de recursos naturais, gestão de sistemas micro-hidroelétricos e eletricidade básica. Como resultado, os membros da comunidade estão a contribuir para a concretização do ODS 13: Ação Climática. **Com capacidades técnicas e administrativas melhoradas, estão a gerir as suas novas instalações micro-hidroelétricas limpas sem ajuda externa e a reduzir as suas emissões de CO2, o que está a contribuir para a sustentabilidade do projeto.**

Após este primeiro projeto, iniciou-se uma segunda fase de intervenção em Magazen para melhorar a produtividade local e proteger as bacias hidrográficas. Além disso, outras comunidades haitianas já solicitaram apoio para novos estudos de viabilidade.

Contacto:

Jean Parnell Dimanche, Coordenador Nacional do GEF SGP, Haiti, [jean – parnell.dimanche@undp.org](mailto:jean-pannell.dimanche@undp.org)
Alberto Sanchez, Coordenador Nacional do GEF SGP, República Dominicana, albertosa@unops.org
Michela Izzo, Guakía Ambiente, michela.izzo@gmail.com



Nome do projeto: Transferência de Tecnologia de um Sistema de Energia Micro-hidroelétrica
Países/Regiões: República Dominicana, Haiti
Proposto por: Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente (implementado pelo PNUD)
Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 13,3
Apoiado por: Programa de Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente
Entidades implementadoras: Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente do Haiti e Guakía Ambiente (ONG)
Estado do projeto: Concluído
Período do projeto: 2009 - 2016
URL da iniciativa: goo.gl/UvqAjn

Implementação de Boas Práticas e Soluções para a Proteção Ambiental através de Análises de Desempenho Ambiental da UNECE



Promover a aprendizagem entre pares para o desenvolvimento e implementação de políticas ambientais como apoio à Agenda 2030 em países de rendimento baixo e médio alto

Desafio

As preocupações ambientais raramente estão no topo da agenda dos governos de países com rendimento de baixo e médio, o que leva à existência de instituições ambientais nacionais e políticas ambientais fracas. Em alguns países, as autoridades ambientais nacionais estão subordinadas aos ministérios setoriais. Noutros países, o seu nível hierárquico é inferior ao dos ministérios setoriais. O progresso é lento na integração dos requisitos ambientais nas políticas setoriais (por exemplo, introdução de medidas para melhorar a eficiência hídrica e energética, promover fontes de energia renováveis ou tornar a frota de veículos mais verde). O financiamento fornecido é inadequado para implementar políticas e medidas ambientais, em comparação com as políticas económicas e sociais. A implementação da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 requer ações concertadas por parte de todos os setores e partes interessadas.

Rumo a uma Solução

O Programa de Avaliação do Desempenho Ambiental (ADA) fomenta o diálogo, o intercâmbio de boas práticas e a aprendizagem entre pares nos governos dos países com rendimento baixo e médio alto da região da UNECE no que toca a desafios ambientais atuais e emergentes e propõe soluções para a sua resolução. Proporciona aos governos recomendações específicas para melhorar as políticas ambientais e fortalecer a integração das preocupações ambientais nas políticas setoriais. As recomendações para um determinado país baseiam-se em boas práticas e soluções que, muitas vezes, são aplicáveis e transferíveis para outros países que participam no programa. Desde 2017 que as recomendações têm sido alinhadas com os ODS e as metas dos ODS nacionalizados.

O processo de ADA está bem definido e baseia-se em muitos anos de experiência e lições aprendidas. Também é orientado pela procura, o que garante a devida consideração das recomendações e a sua implementação por parte dos governos. Inclui uma forte componente de aprendizagem entre pares que é especialmente valiosa para a partilha de conhecimentos e experiências entre países com rendimento baixo e médio alto.

A metodologia da ADA permite uma análise independente e imparcial e uma abordagem participativa. A análise é realizada por uma equipa composta por especialistas de países que não o país analisado, com uma forte participação do país em análise. Esta participação envolve todas as partes interessadas (governo central e local, ONG, empresas e universidades) em várias fases do processo (fornecimento de dados e informações, parecer sobre o relatório provisório e participação em análises realizadas por especialistas e por pares/colegas).

As ADA representam um mecanismo para a transferência sistémica de boas práticas, em particular entre os países com rendimentos baixos e médios altos da região da UNECE. Essa transferência ocorre através da aprendizagem entre pares durante várias etapas do processo de preparação da ADA. Estas incluem:

- **Missão de análise:** A equipa de análise, composta por especialistas de vários países e organizações internacionais, facilita o intercâmbio de conhecimentos, experiências e boas práticas. Por exemplo, a equipa de análise da terceira ADA da Albânia incluiu peritos da Bielorrússia e do Montenegro. Esta troca entre pares promove um maior contacto e colaboração;



© UNECE

- **Análise por especialistas:** Durante a análise da ADA provisória, os representantes dos especialistas dos Estados-Membros da UNECE discutem o relatório da ADA com a delegação do país analisado. Por exemplo, em 2018, o Grupo de Especialistas incluiu a Bielorrússia, Geórgia, Montenegro e Cazaquistão (na qualidade de observador). Geralmente, os membros do Grupo de Especialistas dos países com rendimento baixo e médio alto têm uma participação ativa, pois enfrentam problemas semelhantes aos do país analisado. Durante a análise dos especialistas, estes partilham os seus conhecimentos sobre o que funciona e o que não funciona nos seus países com vista a desenvolver soluções que melhorem a situação do país analisado; e
- **Análise por Pares:** A sessão intergovernamental da Comissão de Política Ambiental da UNECE reflete a dimensão internacional de aprendizagem entre pares na ADA. Os Estados-Membros da UNECE partilham os seus conhecimentos e competências coletivos nas discussões sobre a elaboração da ADA com os decisores políticos dos Estados-Membros analisados. O país beneficia desta experiência internacional inclusiva na implementação das recomendações da ADA.

Além disso, há também uma transferência de boas práticas, especialmente entre países com rendimento baixo e médio alto, nos workshops dedicados. Por exemplo, foram organizados workshops de cooperação técnica baseada em temas em países da Ásia Central e do Cáucaso para partilhar boas práticas na implementação das suas recomendações de ADA, com foco em tornar os setores de energia e transporte mais ecológicos. Estes workshops permitiram o intercâmbio aprofundado de boas práticas e experiências entre os países participantes.

A ferramenta de ADA está em constante evolução para poder responder a questões emergentes e novos desafios regionais e globais. Desde 2011 que a maioria das ADA abordou tópicos como economia ecológica e alterações climáticas, tendo a ferramenta sido alinhada com os ODS em 2017.

A metodologia é modificada regularmente, com base nas lições aprendidas, nos processos de nacionalização dos ODS e no contexto nacional dos Estados-Membros, além do feedback das principais partes interessadas nacionais e internacionais.

Por exemplo, as três ADA realizadas em 2017 (Albânia, Bósnia e Herzegovina e Mongólia) fornecem uma avaliação e resultaram em recomendações sobre várias metas dos ODS. Também abordam questões sistémicas, incluindo a existência de estruturas políticas e institucionais para a implementação dos ODS, a adoção de metas e indicadores nacionais, falhas nos dados para os ODS, apropriação nacional e meios de implementação. Estas recomendações fornecem orientações aos governos e a outras partes interessadas sobre a elaboração de políticas e medidas concretas para alcançar os ODS.

As recomendações da ADA são elaboradas com um período de cinco a sete anos. As estruturas de formulação de políticas já mostraram melhorias. Por exemplo, a ADA da Mongólia sustenta agora as Vias para a Implementação dos Acordos Internacionais da Mongólia, que irão orientar as medidas tomadas no país no momento da implementação da Agenda 2030.

A ADA contribuiu para o seguinte:

- Melhoria dos quadros políticos e legais e integração das preocupações ambientais nas políticas setoriais;
- Fortalecimento das instituições de gestão ambiental;
- Aumento dos recursos financeiros para proteção ambiental e tornar a economia mais ecológica;
- Melhoria do controlo ambiental e dos sistemas de informação;
- Reforço da participação pública; e
- Maior cooperação internacional.

Claramente, a ADA contribui para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a implementação nacional dos ODS.

Contacto:

Iulia Trombitcaia, Programa de Avaliação do Desempenho Ambiental, iulia.trombitcaia@un.org

Nome do projeto: Programa de Avaliação de Desempenho Ambiental (ADA)¹

Países/Regiões: Europa Oriental, Cáucaso, Ásia Central: Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Tadjiquistão, Turquemenistão, Ucrânia, Uzbequistão
Europa do Sudeste: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Sérvia, antiga República Jugoslava da Macedónia
Outros países: Mongólia, Marrocos

Proposto por: UNECE

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.6, 3.9, 3.a, 5.a, 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6, 6.b, 7.1, 7.2, 7.3, 7.a, 7.b, 8.2, 8.3, 8.4, 8.8, 9.1, 9.2, 9.4, 9.5, 9.b, 11.2, 11.4, 11.5, 11.6, 11.b, 12.1, 12.4, 12.5, 12.6, 12.7, 12.8, 12.c, 13.1, 13.2, 13.3, 15.1, 15.2, 15.3, 15.4, 15.5, 15.6, 15.7, 15.8, 15.9, 15.a, 15.b, 15.c, 17.14

Apoiado por: UNECE e países participantes

Entidades implementadoras: UNECE

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 1996 – 2019

URL da iniciativa: <https://www.unece.org/env/epr.html>

Fundo Multi-doadores ESCAP para Tsunamis, Acidentes e Preparação para as Catástrofes Associadas ao Clima

Criar resiliência às catástrofes associadas ao clima na Ásia e Pacífico através de alerta precoce em vários países

Desafio

Hoje em dia, uma pessoa que vive na Ásia-Pacífico tem cinco vezes mais probabilidade de ser afetada por catástrofes naturais do que uma pessoa que vive fora da região.¹ Este facto foi observado durante o tsunami do Oceano Índico em 2004, que resultou em mais de 225.000 mortes e perdas económicas generalizadas nos países da Orla do Oceano. O Oceano Índico não possuía nenhum sistema de alerta precoce de tsunamis em vários países antes da ocorrência deste evento destrutivo. Apesar do progresso nas infraestruturas resistentes aos perigos naturais, os riscos estão a superar a resiliência em toda a região. Uma das principais conclusões da edição de 2017 do Relatório de Desastres da Ásia e do Pacífico é a dos 2 milhões de vidas perdidas ao longo do último meio século; a maior parte atribuível à falta de alerta precoce atempado e específico da localização antes dos desastres. Perante este desafio contínuo, são necessários esforços coletivos e atempados para salvaguardar os ganhos de desenvolvimento.

Rumo a uma Solução

Para ajudar a evitar mais perdas de vidas, a Tailândia contribuiu com 10 milhões de dólares para criar o Fundo Multi-doadores para Tsunamis, Acidentes e Preparação para as Catástrofes Associadas ao Clima sob a égide da Comissão Económica e Social das Nações Unidas para Ásia e Pacífico (ESCAP) em 2005. Desde então, outros países doadores contribuíram com um total de 15,5 milhões de dólares. O Fundo serve como exemplo de como, através da modalidade de cooperação Sul-Sul, os países em desenvolvimento emergiram como doadores e fornecedores de cooperação técnica. Com os contributos posteriores da Alemanha, Índia, Japão, Suécia e Turquia, o Fundo demonstrou como a cooperação Sul-Sul pode ser um catalisador para a cooperação triangular. Ao reunir os recursos através da plataforma ESCAP, o impacto para as populações vulneráveis foi efetivamente maximizado.

O Fundo Multi-doadores ESCAP para Tsunamis, Acidentes e Preparação para as Catástrofes Associadas ao Clima (Fundo) fornece apoio financeiro e técnico para atender às necessidades não satisfeitas e falhas nos sistemas de alerta precoce na região da Ásia-Pacífico. Promoveu iniciativas piloto inovadoras, expandiu com sucesso os sistemas de alerta precoce e facilitou a cooperação entre vários países. No âmbito da ESCAP, o Fundo harmoniza processos intergovernamentais e a implementação operacional de várias partes interessadas para uma abordagem de vários perigos e centrada nas pessoas para sistemas de alerta precoce focados em riscos costeiros.

Desde a sua criação em 2005, o Fundo apoiou 26 projetos com um orçamento total de aproximadamente 15,5 milhões de dólares e beneficiou diretamente 19 países. A nível regional, forneceu apoio financeiro sustentado que contribuiu para a criação do Sistema de Alerta e Mitigação de Tsunamis do Oceano Índico (Indian Ocean Tsunami Warning and Mitigation System, IOTWMS), bem como para o Sistema Regional Integrado de Alerta Precoce para Vários Perigos para África e Ásia (RIMES), uma instituição intergovernamental que fornece produtos e serviços de alerta económicos, particularmente para tsunamis e sistemas climáticos extremos. Operando de forma coordenada a nível regional, o Fundo ajudou a reduzir substancialmente o custo total da criação e manutenção de sistemas de alerta precoce, em comparação com a soma dos custos, se cada país mantivesse o seu próprio sistema. Estes são especialmente úteis

¹ Relatório de Catástrofes Ásia e Pacífico 2017, www.unescap.org/publications/asia-pacific-disaster-report-2017-leave-no-one-behind.



para os países que estão em alto risco de catástrofes, mas possuem capacidade nacional limitada na monitorização de perigos e alerta precoce. Para este fim, o Fundo tem sido o veículo mais eficaz para aceder a e partilhar dados, ferramentas e conhecimentos para apoiar a resiliência a catástrofes na Ásia-Pacífico.

Mais recentemente, o papel do Fundo na resposta a catástrofes de início lento foi de particular importância. Estes são fenómenos que são suscetíveis de alerta precoce. No entanto, muitas vezes, não estimulam a ação antecipada devido à falta de compreensão da ação requerida pelo alerta a nível do solo e dos mecanismos institucionais para considerar essas informações regularmente. Para ajudar a superar estes desafios, através do Fundo, a ESCAP apoiou atividades destinadas a capacitar para a preparação para o clima em países altamente vulneráveis como o Camboja, Mianmar e Sri Lanka. Como resultado, os fóruns nacionais de previsão climática (ou “fóruns das monções”, como são popularmente conhecidos devido à sua realização em torno do início da estação das monções), têm apoiado a disseminação de informações de previsão sazonais com vista compreender os possíveis impactos. Os principais utilizadores das informações de risco reúnem-se para identificar as lições aprendidas nas temporadas de monções anteriores, fazer um balanço das ferramentas e serviços disponíveis, partilhar previsões para a próxima temporada e desenvolver as atividades de preparação necessárias.

O Fundo ajudou a desenvolver e promover inovação, ciência e tecnologia em toda a Ásia-Pacífico de modo a abordar as lacunas e necessidades não atendidas em termos de alerta precoce através da aplicação de tecnologias de ponta e avanços na modelação. Os produtos de alerta precoce de segunda geração (isto é, previsão baseada no impacto e alerta precoce informado sobre riscos para catástrofes de início lento), assim como projeções climáticas reduzidas e personalizadas, são regularmente divulgados pelos fóruns de monções para serem utilizados por várias partes interessadas

locais, incluindo ministérios (ex. da agricultura e da saúde), autoridades locais e organizações não governamentais. Hoje, os fóruns de previsão do clima são realizados regularmente em 14 países da Ásia-Pacífico e criaram redes de especialistas técnicos de vários setores, alimentando uma cultura de gestão antecipatória. Estas experiências bem-sucedidas e o conhecimento adquirido através da implementação de fóruns de monção na região estão agora a ser expandidos e introduzidos noutros países-alvo ao mesmo tempo que são estendidos ao Pacífico. O fórum de monções é uma boa prática que pode ser replicada na região e além da região.

O aproveitamento da cooperação regional para a prevenção de catástrofes e a construção de resiliência é muito importante para alcançar as aspirações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O Fundo está a evoluir para enfrentar estes desafios e aproveitar as oportunidades oferecidas pelos novos compromissos globais e regionais.

Contacto:

Fundo Multi-doadores ESCAP para Tsunamis, Acidentes, e Preparação para as Catástrofes Associadas ao Clima, escap-idd@un.org

Nome do projeto: Fundo Multi-doadores ESCAP para Tsunamis, Acidentes e Preparação para as Catástrofes Associadas ao Clima
Países/Regiões: Bangladeche, Camboja, China, Fiji, Índia, Indonésia, Irão, República Popular Democrática do Laos, Malásia, Maldivas, Mianmar, Paquistão, Papua-Nova Guiné, Filipinas, Samoa, Sri Lanka, Tailândia, Timor-Leste, Vietname

Proposto por: UNESCAP

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.5, 2.4, 11.5, 11.b, 13.1, 13.3

Apoiado por: Bangladeche, Alemanha, Índia, Japão, Nepal, Filipinas, Suécia, Tailândia, Turquia

Entidades implementadoras: Centro Asiático de Prevenção de Catástrofes (ADPC), Centro Asiático de Redução de Catástrofes (ADRC), União de Radiodifusão Ásia-Pacífico (ABU), Comissão de Tufões ESCAP/WMO, IOC - UNESCO, Oxfam GB, Fundação Raks Thai, RIMES, PNUD, WMO/ESCAP Painel sobre em Ciclones Tropicais (PTC), et al.

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2005 - presente

URL da iniciativa: <http://www.unescap.org/disaster-preparedness-fund>

Programa Regional de Aplicação Espacial para o Desenvolvimento Sustentável na Ásia e Pacífico

Fornecer dados e imagens de satélite para apoiar abordagens baseadas em evidências para uma tomada de decisão mais informada e oportuna.

Desafio

As aplicações de tecnologia espacial e dados geoespaciais têm desempenhado uma função cada vez mais importante no apoio à implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, do Quadro de Sendai para a Redução do Risco de Catástrofes 2015-2030 e do Acordo de Paris relativo às alterações climáticas. As plataformas e redes de cooperação regional da Ásia-Pacífico relacionadas com aplicações de tecnologia espacial e gestão de risco de catástrofes, incluindo o Programa Regional de Aplicação Espacial para o Desenvolvimento Sustentável (Regional Space Applications Programme for Sustainable Development, RESAP), ampliaram as suas esferas para enfrentar os desafios globais de desenvolvimento sustentável para lá da redução do risco de catástrofes. Apesar dos benefícios disponíveis das aplicações espaciais, muitos países em desenvolvimento ainda não têm acesso suficiente a tais tecnologias inovadoras, infraestruturas ou capacidade humana para utilizar e aplicar eficazmente estas ferramentas, o que continua a ser um desafio.

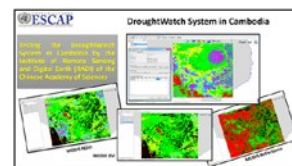
Rumo a uma Solução

As aplicações espaciais podem fornecer soluções de longo alcance para algumas das questões mais urgentes que a humanidade enfrenta, desde a segurança alimentar ao desenvolvimento social, gestão de recursos naturais, alterações climáticas, redução do risco de catástrofes e aumento da capacidade de resiliência. Fornecem dados e imagens de satélite que podem apoiar abordagens baseadas em provas para tomadas de decisão mais bem informadas e oportunas, ambas cruciais para a criação de sistemas de alerta precoce para redução de riscos de catástrofes e para salvar vidas após uma catástrofe. A aplicação dessas informações para o planeamento de desenvolvimento de médio prazo e monitorização e avaliação mais precisas das intervenções de desenvolvimento são igualmente importantes.

Com rápidos avanços na tecnologia espacial e aumentando o acesso a informações espaciais que oferecem várias oportunidades aos gestores de catástrofes na utilização da tecnologia espacial para a gestão de catástrofes, o RESAP desenvolveu esforços concertados para promover serviços geoespaciais com vista a apoiar a redução de riscos de catástrofes e desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Como parte da transferência de boas práticas e conhecimentos entre países, a Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e Pacífico (ESCAP) responde prontamente aos pedidos de apoio dos Estados-Membros afetados por catástrofes, através da mobilização de produtos e serviços. Por exemplo, em 2017–2018, mais de 400 imagens de satélite e produtos para a seca, ciclones, terremotos e inundações foram fornecidos aos países afetados por catástrofes como um serviço permanente com dados gratuitos e apoio dos países membros do RESAP. Estes dados e serviços valem mais de 1 milhão de dólares. O acesso aos dados de observação da Terra para os Estados-Membros não só aborda as lacunas técnicas e dificuldades na acessibilidade, mas também questões de direitos de autor e transfronteiriços em relação à partilha.

Especificamente, foi dada prioridade à monitorização de secas a partir do espaço. Acredita-se que os impactos das alterações climáticas serão particularmente sentidos através de eventos climáticos periódicos, considerados falhas climáticas, como as chuvas de monções e eventos El Niño/La Niña,



causando ondas de calor generalizadas, tempestades de areia e pó, inundações, ciclones e secas. O Mecanismo Cooperativo Regional da ESCAP para Monitorização de Secas e Alerta Precoce (Mecanismo Regional de Seca), que funciona como um programa operacional do RESAP, é um bom exemplo de cooperação Sul-Sul e triangular. Reúne países desenvolvidos e emergentes, com experiência avançada na utilização de aplicações espaciais inovadoras com países de alto risco de catástrofes que poderiam utilizar as informações e ferramentas, mas não têm o conhecimento ou a capacidade para o fazer. Países de alto risco de catástrofes são normalmente países menos desenvolvidos e PEID. O Mecanismo criou uma caixa de ferramentas de produtos, informações e serviços para apoiar os países em desenvolvimento propensos à seca a melhorar a sua resiliência, o que pode ser replicado e adaptado a diferentes contextos nacionais.

Como exemplos de transferência de boas práticas **entre países através dos seus centros de serviços técnicos na China, Índia e Tailândia, o Mecanismo tem fornecido apoio técnico no Camboja e Mianmar através de formação, validação e instalação de sistemas de monitorização de secas.** A recente operacionalização do sistema de monitorização de secas em Mianmar com o apoio técnico da Índia melhorou significativamente a capacidade de monitorização daquele país. O sistema fornece informações sobre a seca agrícola em termos de prevalência, severidade e persistência utilizando dados de resolução moderada, vários índices para avaliação da seca e aumento de bases de dados terrestres.

O Mecanismo forneceu tecnologia de ponta sob a forma de ferramentas e serviços para melhorar a gestão de risco de seca e aumentar a capacidade de resiliência. Com a plataforma, as ferramentas, as tecnologias e os dados espaciais existentes, o Mecanismo pode facilitar a replicação das melhores práticas para os países com base na procura, desenvolvendo sistemas adaptados e o aumento da capacidade institucional por meio dos seus nós de serviço na China, Índia e Tailândia. Isto visa garantir que os governos utilizam continuamente os sistemas para a gestão eficaz do risco de seca. No entanto,

a replicação destas melhores práticas também dependerá dos dados in situ locais e do compromisso do governo em operacionalizar o sistema para melhorar a vida das comunidades vulneráveis. Para este fim, o Mecanismo deu apoio contínuo nos Estados-Membros para capacitação, através de várias sessões de formação temáticas, bem como forneceu aos decisores políticos informações que lhes permitirão tomar decisões baseadas em provas sobre como e quando se preparar para a seca. O Mecanismo fortaleceu a coordenação e as políticas institucionais a nível nacional e construiu uma forte rede de apoio à cooperação regional e Sul-Sul.

Enquanto mecanismo regional único, o RESAP reúne recursos regionais na forma de dados de satélites, produtos de conhecimento, ferramentas personalizadas, serviço atempado e rede de formação para abordar o desenvolvimento sustentável de forma multidimensional. Os fornecedores de informações/serviços e os utilizadores finais estão bem ligados através da plataforma de cooperação regional para garantir a sustentabilidade do programa. No âmbito do Mecanismo regional de seca, três centros de serviços regionais, na China, Índia e Tailândia, deram apoio contínuo a países propensos à seca, estabelecendo parcerias institucionais sólidas entre os ministérios através de capacitação, e partilha de informações e conhecimento. Isto ajudou a integrar a redução do risco de seca na política, planeamento e implementação, fortalecendo assim as capacidades institucionais. Por exemplo, o Mianmar deu prioridade à gestão do risco de seca para melhorar a resiliência às catástrofes e ao clima no setor agrícola ao generalizar a redução do risco de catástrofes para o desenvolvimento da resiliência¹. O Plano de Ação Nacional para a Redução do Risco de Catástrofes (NAP-DRR) 2014-2018 no Camboja também destacou a necessidade de melhorar as capacidades de alerta precoce de seca com foco em tecnologias melhoradas e mecanismos de disseminação baseados na comunidade.

Contacto:

Keran Wang, Chefe da Secção de Aplicação Espacial, TIC e Divisão de Redução do Risco de Catástrofes, UNESCAP, wangk@un.org

Nome do projeto: Programa Regional de Aplicação Espacial para o Desenvolvimento Sustentável na Ásia e Pacífico (RESAP)

Países/Regiões: Camboja, Mongólia, Mianmar, Sri Lanka

Proposto por: Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico - Divisão de Tecnologia das Informações e Comunicações e Redução do Risco de Catástrofe (ESCAP - IDD)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 1.1, 1.5, 1.a, 1.b, 2.3, 2.4, 11.3, 11.5, 11.b, 13.1, 13.2, 13.3, 13.b, 15.1, 15.3, 15.9

Apoiado por: China, Fiji, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Mongólia, República da Coreia, Federação Russa, Sri Lanka, Tailândia, Vanuatu, etc. (um total de 25 países membros da RESAP)

Entidades implementadoras: ESCAP, Instituto de Teledeteção e Terra Digital (RADT) da Academia Chinesa de Ciências; Centro Nacional de Teledeteção (NRSC) da Organização de Investigação Espacial da Índia; Agência de Desenvolvimento de Geoinformática e Tecnologia Espacial da Tailândia (GISTDA)

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2017 -2019

URL da iniciativa: goo.gl/gn88CX; goo.gl/2MERFN

O Nepal Promove a Adaptação Baseada em Ecossistemas em Cooperação com a China



Melhorar a resiliência da comunidade através da recuperação de bacias hidrográficas, melhoria dos meios de subsistência e investigação a longo prazo

Desafio

O Nepal é um país montanhoso no qual cerca de três quartos da população dependem diretamente de atividades agrícolas. Assim, estas pessoas são altamente vulneráveis aos impactos atuais e previstos das alterações climáticas. As comunidades locais já são afetadas por chuvas imprevisíveis e diminuição dos recursos hídricos. As perdas de colheitas devido às secas ou inundações e perda de solo arável devido ao aumento da erosão do solo e deslizamentos de terra representam um risco para a segurança alimentar futura. Eventos climáticos extremos, juntamente com outros riscos induzidos pelo clima, como inundações, avalanches e incêndios florestais, estão a aumentar rapidamente em frequência e intensidade, tornando estas comunidades mais vulneráveis aos impactos das alterações climáticas.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar esta dificuldade, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (ONU Ambiental) e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China (National Development and Reform Commission, NDRC), através do Instituto de Ciências Geográficas e Investigação de Recursos Naturais da Academia de Ciências Chinesa (Institute of Geographic Sciences and Natural Resources Research, Chinese Academy of Sciences, IGSNRR, CAS) implementou um projeto intitulado Adaptação Baseada em Ecossistemas através da Cooperação Sul-Sul (EbA Sul) com o apoio do Fundo Mundial para o Ambiente. O objetivo do projeto é ajudar as comunidades locais a adaptarem-se aos impactos das alterações climáticas, utilizando a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos (adaptação baseada nos ecossistemas (EbA)) com base nas experiências da China e outros países em desenvolvimento. O projeto pretende criar resiliência ao clima fortalecendo a capacidade institucional, mobilizando conhecimentos e transferindo tecnologias de adaptação por meio de intervenções de EbA, que incluem restauração de bacias baseada na comunidade (isto é, restauração de terras degradadas e estêreis, conservação e gestão da água) e melhoria dos meios de subsistência. No âmbito do projeto EbA Sul, estão em curso projetos piloto semelhantes na Mauritânia e nas Seicheles.

O desenvolvimento de intervenções de EbA começa com a avaliação de práticas locais e a determinação de se estas práticas podem ser melhoradas ou ampliadas antes de introduzir novas abordagens. As práticas existentes foram identificadas por um especialista local, através de extensas visitas de campo e entrevistas com as partes interessadas locais, incluindo grupos florestais comunitários, grupos de mulheres, agricultores e dirigentes distritais. Com base nestes resultados, os especialistas chineses e sul-africanos planearam possíveis intervenções em conjunto com o especialista local e aconselharam sobre a sua implementação e monitorização em relação aos indicadores e metas do projeto.

A partilha de conhecimentos e a aprendizagem prática ocorrem principalmente através do desenvolvimento conjunto e implementação das intervenções do Programa de Investigação de Longo Prazo (Long – Term Research Programme, LTRP) e EbA, tais como a criação de viveiros e propagação de mudas, plantações mistas de bambu, banana e salix em margens de rios degradadas para o controlo da erosão do solo e plantações de cardamomo e diversificação de culturas para melhorar os meios de subsistência. Foram ministradas formações por especialistas chineses e sul-africanos sobre metodologias de recolha de dados, incluindo o desenvolvimento e a



© EbA Sul

realização de inquéritos a famílias para avaliar as mudanças de vulnerabilidade e mudanças de conscientização em resposta a intervenções de EbA. Além disso, há partilha de conhecimento entre especialistas chineses e nepaleses, bem como especialistas de outros países pilotos, por meio de workshops inter-regionais de capacitação, visitas de intercâmbio e uma plataforma de conhecimento baseada na web.

O LTRP inclui o estabelecimento de um local de monitorização permanente, bem como investigações sobre os efeitos a curto e longo prazo das intervenções de EbA. Para estabelecer o local de monitorização, os especialistas nepaleses foram convidados a visitar as estações da Rede Chinesa de Investigação Ecosistémica (Chinese Ecosystem Research Network, CERN) na China para ver como os locais de monitorização com parcelas foram instalados, operados e contribuíram para as atividades de investigação. Os dados específicos de investigação e as necessidades de equipamentos para a gestão de bacias hidrográficas do lado nepalês foram identificados conjuntamente com o apoio de especialistas sul-africanos, com base nos quais o projeto para o local de monitorização foi desenvolvido em parceria. O Ministério da População e Ambiente (agora chamado Ministério das Florestas e Ambiente), em conjunto com especialistas chineses, identificou a Universidade de Tribhuvan como parceiro para liderar o LTRP. O local com parcelas de monitorização e uma estação meteorológica foi criado em 2016 e complementado por uma estação hidrológica em 2017. Os dados recolhidos são utilizados a nível local e integrados a nível nacional através do Ministério de Hidrologia e Meteorologia. Este local será administrado de forma independente pela Universidade de Tribhuvan, em conjunto com o Governo do Nepal, para além do período do projeto. O projeto também contribuiu para o processo do plano nacional de adaptação do Nepal.

O projeto incentiva a participação das mulheres na intervenção de EbA e conseguiu, nesse sentido, as áreas de propagação em viveiros, plantio, plantação agroflorestal e colheita. Além disso, procuram-se contributos de homens e mulheres na conceção de intervenções de EbA e inquéritos de famílias e na realização de atividades de capacitação, como formação comunitária e projetos escolares.

A sustentabilidade de longo prazo é garantida por meio das intervenções da LTRP e EbA, que continuaram para além do período do projeto. De acordo com o gestor de tarefas do projeto, gestor de projetos e consultor técnico chefe, a natureza das oportunidades de sustentabilidade variou de acordo com cada local de EbA e incluiu compromissos de investimento de longo prazo, inclusive por departamentos governamentais, universidades, organizações comunitárias e agricultores privados. Os incentivos para os compromissos incluíram desejos de: gerir as alterações climáticas para a sociedade; reivindicar direitos a terras agrícolas abandonadas; aumentar os rendimentos de produtos florestais de madeira e outros; melhorar a estética da paisagem; reduzir a erosão do solo; e deixar um legado para as futuras gerações.

Boa documentação e partilha com potenciais partes interessadas são cruciais para garantir a replicabilidade. Em abril de 2018, a experiência e as lições aprendidas com este projeto foram introduzidas no Workshop de intercâmbio Sul-Sul: Os Cossistemas para Adaptação às Alterações Climáticas e Partilha de Conhecimento de Modos de Vida Sustentáveis. Intervenções detalhadas de EbA, monitorização e investigação de longo prazo, bem como dificuldades mútuas, foram discutidas com representantes do Camboja, China, República Democrática Popular do Laos, Mianmar, Tailândia e Vietname. Isto estabeleceu uma base para os seus projetos futuros.

Contacto:

Diwen Tan, Parceria Internacional de Gestão de Ecossistemas, Programa das Nações Unidas para o Ambiente, diwen.tan@unep.org

Nome do Projeto: Adaptação Baseada em Ecossistemas através da Cooperação Sul-Sul

Países/Regiões: China, Nepal

Proposto por: TEC/UNFCCC

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 13.2, 13.b

Apoiado por: Fundo Mundial para o Ambiente

Entidades implementadoras: Ministério das Florestas e Meio Ambiente (Nepal), Universidade Tribhuvan (Nepal), Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (China), Rede chinesa de investigação ecossistémica (China), Instituto de ciências geográficas e investigação de recursos naturais da Academia chinesa de ciências (China) Instituto Chengdu de Riscos nas Montanhas e Ambiente (China), C4 EcoSolutions (África do Sul), Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP - IEMP), Programa das Nações Unidas para o Ambiente (ONU Ambiental) e Fundo Mundial para o Ambiente (GEF)

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2013 - 2018

URL da iniciativa: <http://ebasouth.org/pilot-country/nepal>



Promoção do Cultivo de Algas Marinhas como Empresa Sustentável

Desenvolvimento do cultivo de algas marinhas como modelo de adaptação aos efeitos das alterações climáticas, proporcionando, ao mesmo tempo, oportunidades de subsistência

Desafio

O desenvolvimento costeiro rápido e descontrolado resultou no aumento da perda de habitat na zona costeira do Belize. Estima-se que cerca de 75% a 80% de todas as terras costeiras no Belize tenham sido compradas para o desenvolvimento de áreas turísticas e residenciais, representando uma séria ameaça aos manguezais, zonas húmidas costeiras e outros ecossistemas costeiros.

A Sociedade Cooperativa Limitada de Produtores de Placencia (Placencia Producers Cooperative Society Limited, PPCSL) foi constituída em 1962, num esforço para consolidar as atividades ocupacionais e o rendimento dos pescadores locais. Desde os anos 50, Placencia, no Belize, tem sido uma próspera comunidade pesqueira; no entanto, devido à má regulação e à pesca excessiva, bem como às pressões antropogénicas sobre os ecossistemas marinhos, nos anos 90, os stocks de peixes estavam em declínio e a PPCSL procurava formas de diversificar os seus meios de subsistência.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar o desafio acima referido, os pescadores da PPCSL viraram-se para o cultivo de algas marinhas como alternativa suplementar de subsistência, inspirados pelos pescadores de St. Lucian. As algas marinhas fornecem um habitat natural para muitas espécies marinhas e também fornecem absorção de excesso de nutrientes como um serviço ecossistémico. Cultivar algas marinhas ajuda a reduzir a pressão da pesca, dando aos pescadores uma fonte alternativa de rendimento e servindo de modelo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

Para implementar esta iniciativa, o Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF SGP) implementado pelo PNUD e pela Fundação das Nações Unidas concedeu um subsídio à PPCSL para orientar um projeto de cultivo comercial de algas marinhas. Os subsídios apoiaram o desenvolvimento de um estudo de mercado e o posterior plano de negócios e o projeto acabou por ser um sucesso, com um mercado e uma indústria próspera a seguir o exemplo. A PPCSL disponibilizou sessões de formação para melhorar a capacidade da comunidade em tecnologias da informação, contabilidade e utilização de QuickBooks, bem como gestão de empresas. Além disso, foi dado apoio para a criação de 20 explorações de algas marinhas com o equipamento necessário para o plantio, monitorização, colheita e processamento da cultura de algas marinhas para venda local e internacional. Foram adquiridos um barco e um motor para realizar estas atividades.

O Departamento de Pescas do Belize, a Associação Ambiental do Sul e a PPCSL assinaram um Memorando de Entendimento para uma Zona Especial de Desenvolvimento de uma milha quadrada dentro da Reserva Marinha de Gladden Spit e Silk Cayes, destinada à expansão do cultivo de algas marinhas. Também se desenvolveu um manual de cultivo de algas marinhas e um currículo de algas marinhas. Isto levou ao estabelecimento de uma parceria de longo prazo com um investidor privado, a Coral Caye Limited, para replicar, expandir e generalizar a indústria de algas marinhas no Belize. A Coral Caye Ltd. está atualmente a construir uma instalação de processamento de 1.500 metros quadrados perto de Independence Village, no distrito de Stann Creek para criar produtos de valor acrescentado para utilização e venda pela PPCSL. Juntos, os parceiros continuam a desenvolver metodologias melhoradas para o cultivo de algas marinhas e fluxos adicionais de rendimento que continuam a partilhar com as partes interessadas.



© SGP Belize

Devido ao sucesso desta iniciativa, o Belize partilhou esta boa prática com os pescadores colombianos que foram introduzidos nas metodologias de cultivo e colheita de algas marinhas da PPCSL. Durante a visita de intercâmbio ao Belize, duas mulheres e quatro homens da Cooperativa de Pesca e Agricultura de Old Providence e Santa Catalina, da Ilha de Providencia, Colômbia aprenderam como projetar uma exploração de algas marinhas, selecionar um local adequado, construir âncoras, montar a exploração e selecionar as melhores sementes para colheitas com altos rendimentos.

Após o intercâmbio inicial no Belize, um membro da PPCSL viajou até à Colômbia para dar formação prática adicional à Cooperativa de Pesca e Agricultura de Old Providence e Santa Catalina. A iniciativa foi replicada pelos Produtores de Algas Marinhas da Turneffe e pela Associação de Pescadores de Sarteneja no Belize.

Como resultado do intercâmbio entre a Colômbia e o Belize, os pescadores colombianos utilizaram a formação recebida no seu próprio país, onde estão envolvidos num projeto piloto - "Projeto Piloto de Cultivo de Algas e Desenvolvimento de Produtos Baseados nos seus Derivados", com a Coralina, Utadeo e Fish and Farm C - Enterprise. Através de explorações de algas estabelecidas, geraram produtos de valor acrescentado, como uma bebida altamente nutritiva, recentemente lançada, chamada Seaweed Punch. Eles estão agora envolvidos na promoção do cultivo de algas marinhas como um meio de subsistência económico viável. Esta prática também foi partilhada com Cuba.

Esta experiência de intercâmbio Sul-Sul demonstra como o cultivo de algas marinhas é replicável em toda a região através da transferência de conhecimento entre pares. Esta transferência de conhecimento dá aos participantes uma melhor compreensão e experiência prática com o cultivo de algas marinhas, uma prática sustentável, ecológica e altamente replicável. As trocas diretas proporcionam aos participantes uma melhor compreensão das práticas e do cultivo de algas marinhas e a oportunidade de obter rapidamente respostas para as perguntas, tornando-as uma ferramenta muito eficaz para transmitir o conhecimento aplicável.

Contacto:

Leonel Requena, Coordenador Nacional do GEF SGP, Belize,
leonel.requena@undp.org

Nome do Projeto: Promoção do Cultivo de Algas Marinhas como Empresa Sustentável

Países/Regiões: Belize, Colômbia, Cuba

Proposto por: Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente (implementado pelo PNUD)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 14.2, 14.7

Apoiado por: Programa de Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente

Entidades implementadoras: Programa de Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente, Sociedade Cooperativa Limitada de Produtores de Placencia

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2009–2017

URL da iniciativa: N/D

Benim e Burquina Faso: Como Melhorar a Produção de Manteiga de Carité e Combater a Degradação do Solo

15 VIDA SOBRE A TERRA



Diversificação como método para garantir a produtividade continuada da terra e proporcionar oportunidades económicas aos jovens

Desafio

A atividade agrícola e a produção de vegetais são as atividades económicas predominantes no Benim e representam 38% da produção interna bruta anual. A produção de carité tem sido, em grande parte, realizada por mulheres e jovens. O processo de produção é extenuante e envolve trabalho pesado. A recolha de lenha e o dinheiro gasto em combustível para as fábricas representam um custo humano e financeiro significativo para as comunidades locais e produtores de carité. A desflorestação e a perda da cobertura florestal contribuem para a degradação da terra, enquanto o fumo da lenha representa um perigo para a saúde e contribui para as emissões de gases com efeito de estufa (GEE). A melhoria deste processo representaria mais rendimento para os produtores e benefícios ambientais consideráveis.

Rumo a uma Solução

Para melhorar a produção local de carité no Benim, a ONG Comissão para a Eliminação da Discriminação Racial (Committee on the Elimination of Racial Discrimination, CERD) - BENIM, solicitou apoio da ONG internacional TREE AID do Burquina Faso. Entre janeiro e fevereiro de 2013, ocorreu uma troca Sul-Sul entre o Benim e o Burquina Faso, durante a qual os agricultores beninenses participantes aprenderam a encurtar significativamente o ciclo de produção de carité, uma espécie extremamente lenta que leva cerca de 25 a 30 anos a atingir a maturidade produtiva, através de um processo de enxertia.

Com o apoio técnico de um engenheiro agrónomo da TREE AID, os agricultores beninenses aprenderam a utilizar a regeneração natural assistida para melhorar a capacidade produtiva das suas árvores. Ao estabelecer um sistema de rotação dos galhos para garantir o rendimento estável dos frutos, eles conseguiram aumentar a produção de manteiga de carité em 3 toneladas em dois anos, a uma taxa de 1,5 tonelada por ano.

Os produtores beninenses também aprenderam a controlar naturalmente as plantas parasitas que são um obstáculo considerável à produção de carité. Finalmente, no Burquina Faso, os agricultores tiveram a ideia de colher rigorosamente o tapinenthus, um género de visco. Eles ensinaram os beninenses a secar o tapinenthus e a adicioná-lo a cinzas para fabricar sabonetes. Isto proporcionou ao Boukoubé outra fonte de rendimento.

Como resultado da troca, introduziram-se técnicas melhoradas para a produção de carité na comunidade agrícola local pela CERD - Benim. Nomeadamente, 12 líderes agrícolas de dez aldeias em Natta aprenderam a enxertar a árvore de carité e a encurtar o seu ciclo de produção. O projeto também procurou dar às populações mais pobres e aos proprietários de terras acesso a uma atividade geradora de rendimentos, utilizando árvores de carité de ciclo de crescimento curto, bem como disponibilizar à organização local de mulheres, Associação Mère d'Elèves (AME), acesso a fontes sustentáveis de subsistência, criando manteiga de carité das nozes de carité. Setenta e seis mulheres tornaram-se fornecedoras de nozes de carité, vendendo as suas nozes de carité ao centro de produção de Boukoubé. Todos os anos, a AME produz e vende 3 toneladas de manteiga de carité em 20 aldeias rurais, resultando num lucro anual atual de aproximadamente 1 milhão de FCFA (1.772 dólares). Parte desse orçamento é dedicado à escolarização de órfãos e crianças vulneráveis nas suas comunidades.



© SGP Benim

O ciclo de produção de carité também aumentou a fertilidade do solo local e contribuiu para a prevenção da degradação do solo, devido ao excesso de biomassa por meio da folhagem, que está agora a ser devolvida ao solo. Esta reaplicação da folhagem ajuda na cobertura do solo e melhora a capacidade de retenção de água do solo. Foi criada uma floresta de carité de dez hectares numa área anteriormente desflorestada de Boukombé.

O projeto também atraiu a atenção da geração mais jovem. A CERD contratou vários estagiários de uma escola técnica agrícola próxima interessados em aprender sobre a produção de carité como atividade geradora de rendimentos. Do ponto de vista económico, as atividades de produção de carité também contribuíram para o aumento dos preços da árvore de carité.

Durante a implementação, surgiram desafios, tais como onde plantar as árvores de carité para criar uma área de produção de carité. A Câmara Municipal de Boukombé contribuiu propondo parcerias de utilização da terra entre proprietários e utilizadores com vista a evitar possíveis conflitos relacionados com a utilização da terra e exigindo a negociação de preços justos para aluguer, tendo em consideração o possível lucro de uma exploração de manteiga de carité produtiva. Uma lição aprendida com este projeto é a realização de reuniões de negociação na câmara municipal com a comunidade local para determinar a terra adequada para estabelecer atividades de produção de carité, com particular atenção para os direitos das mulheres de acesso e utilização da terra.

O projeto contribui para os ODS oferecendo alternativas geradoras de rendimento para aliviar a pobreza local e garantir o crescimento económico local. Contribui também para reduzir as desigualdades entre homens e mulheres, proporcionando às mulheres acesso ao trabalho, bem como uma produção responsável com base nos recursos naturais locais. Além disso, o projeto contribui para os ODS através da reabilitação de terras que tinham sido degradadas para proteger e conservar ecossistemas terrestres.

Contacto:

Mathieu Houinato, Coordenador Nacional do Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF SGP), Benim, Mathieu.houinato@undp.org

Nome do projeto: Como Melhorar a Produção de Manteiga de Carité e Combater a Degradação do Solo

Países/Regiões: Benim, Burquina Faso

Proposto por: Programa das Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente (implementado pelo PNUD)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 15,3

Apoiado por: Programa de Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente

Entidades implementadoras: Programa de Pequenas Subvenções do Fundo Mundial para o Ambiente da Nigéria, e Cultura, Educação e Investigação para o Desenvolvimento do Benim

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2012-2013

URL da iniciativa: goo.gl/rE49gn

Capacitação para o Desenvolvimento Turístico e Proteção da Biodiversidade na África Ocidental e Central

Colocar a conservação da vida selvagem no centro do desenvolvimento do turismo

Desafio

A conservação e a proteção da biodiversidade em todo o mundo é um problema importante identificado como ODS 15. A região de África oferece excelentes oportunidades para vivenciar o turismo da vida selvagem. No entanto, a perda da sua biodiversidade através de políticas de conservação fracas e/ou a caça furtiva terão um grande impacto no desenvolvimento do turismo e na economia global de vários países subdesenvolvidos e em desenvolvimento do continente.¹ As principais ameaças reconhecidas (por exemplo, gestão de resíduos, poluição da água e uso indevido de terras) estão a afetar a biodiversidade local e, portanto, têm impacto no potencial económico dos países como destinos turísticos.

Rumo a uma Solução

Ao implementar workshops de capacitação nos países da África Ocidental e Central, a Iniciativa da Organização Mundial de Turismo (OMT/UNWTO)/Guangdong Chimelong Group Co., Ltd. (Chimelong) pretendeu enfrentar os desafios ambientais relacionados com o desenvolvimento do turismo nas regiões.

As partes interessadas do turismo local e as comunidades devem fazer parte da solução; Devem realizar-se campanhas de consciencialização adequadas e formação em gestão ambiental e proteção da biodiversidade.

Em 19 de maio de 2016, a OMT/UNWTO e a Chimelong assinaram um acordo de parceria para estabelecer a Iniciativa OMT/UNWTO/Chimelong, na qual as partes concordaram em trabalhar em conjunto para alcançar os ODS através do turismo sustentável com um foco particular na conservação da vida selvagem.

Como parte da Iniciativa OMT/UNWTO/Chimelong, organizou-se um workshop de capacitação. Inclui um programa de formação de três dias com o objetivo de melhorar a consciencialização e as competências de conservação da biodiversidade e consciencialização sobre a proteção ambiental das partes interessadas locais. Os seus objetivos específicos são motivar a população local e os funcionários de turismo a agirem como defensores da conservação da biodiversidade e da proteção ambiental nas regiões e garantir a geração de rendimento sustentada para a população local como resultado das atividades de turismo a longo prazo.

Este workshop foi repetido quatro vezes nos países da África Ocidental e Central e beneficiou seis destinos dentro da região: Benim, Congo, Gabão, Guiné, Níger e Zimbábue. Contratou-se um especialista em desenvolvimento de turismo sustentável e proteção da biodiversidade para liderar e supervisionar todos os contributos dos técnicos e da formação relacionadas com a atividade.

O workshop de capacitação foi concebido, sobretudo, para analisar, de forma participativa, as principais ameaças à biodiversidade e ao meio ambiente num destino e, em particular, aquelas causadas pelas atividades de pessoas ou empresas locais. Assim, o especialista deu orientação aos habitantes locais empregados ou trabalhadores por conta própria no setor do turismo sobre como se tornarem defensores da conservação da biodiversidade e da proteção ambiental nas suas comunidades e consciencializar os funcionários do turismo sobre como contribuir para a gestão ambiental (fazer uma utilização otimizada de recursos naturais escassos) e gestão de resíduos

15 VIDA SOBRE A TERRA



© OMT

¹ Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas, 2014.

nas suas empresas. Os quatro workshops reuniram 120 participantes.

Após o sucesso do projeto, organizou-se um seminário regional em Quinxassa, República Democrática do Congo, para analisar os resultados alcançados por cada comunidade após o workshop e as melhorias necessárias para uma maior replicação do projeto em África, na Ásia e no Pacífico. O evento reuniu participantes internacionais e locais dos quatro workshops realizados em 2017, juntamente com funcionários-chave do Zimbábue num total de mais de 80 participantes. Está a ser implementado outro projeto no âmbito da Iniciativa OMT/UNWTO/Chimelong no Zimbábue. Durante o seminário regional, foram identificadas oportunidades para implantar a abordagem recomendada para mais destinos e áreas protegidas na região e para integrar o tópico nos currículos dos institutos de formação existentes, para capacitar um número maior de funcionários de turismo.

Os resultados após o workshop e os futuros projetos planeados nos cinco países beneficiários incluem o seguinte:

Níger

- Obteve financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID);
- Instalou 12 iluminações de rua a energia solar;
- Renovou a torre de água da aldeia e instalação de uma bomba de água automática;
- Renovou vários painéis de comunicação/informação;
- Construiu dois miradouros em betão, duradouros e seguros; e,
- Implementou uma limpeza do parque duas vezes por semana pelos habitantes locais.

Benim

- A Village Association Union deu formação em consciencialização ambiental para a gestão das Reservas de Fauna (AVIGREF) em cinco escolas e em comunidades locais; e
- A AVIGREF proporcionou uma visita ao Benin W Park para 121 estudantes e alunos de duas escolas (Alphakoara e Kandi).

Guiné

- Organizou uma sessão de transferência de conhecimento de dois dias para o gabinete do Ministério do Turismo; e,
- Planeou e orçamentou uma sessão de formação a ser

realizada no final de 2018 (100 pessoas nas quatro regiões diferentes).

República Democrática do Congo

- Implementou as ideias e conceitos de formação do workshop para o projeto nacional de agroturismo: compostagem, consumo de água, gestão de resíduos, agroturismo e turismo participativo, etc.; e,
- Sessões organizadas de conscientização ambiental.

Este seminário regional proporcionou uma oportunidade para reunir todas as autoridades nacionais relevantes envolvidas na Iniciativa OMT/UNWTO/Chimelong. Posteriormente, elaborou-se a Declaração de Quinxassa para incentivar um compromisso com a conservação da biodiversidade e a proteção ambiental na África Ocidental e Central. Os Ministros do Turismo do Gabão, Níger, Benim, Guiné, Zimbabué e República Democrática do Congo leram o comunicado oficial e demonstraram um grande interesse em cumprir os compromissos listados.

Existem oportunidades sólidas para replicar o seminário noutros destinos turísticos que enfrentam dificuldades na área de conservação da biodiversidade e proteção ambiental. Seria necessário algum financiamento inicial para cobrir os custos de um formador. As partes interessadas no turismo local devem demonstrar o compromisso de permitir que os funcionários-chave participem, para que possam tornar-se futuros defensores da conservação da biodiversidade e da proteção ambiental. Se necessário, o manual de formação deveria ser ajustado ligeiramente para atender às dificuldades ambientais do destino (a OMT/UNWTO já tem um manual para destinos costeiros e outro para parques de caça). Se forem realizados mais seminários num país, seria útil organizar primeiro um seminário “de formação de formadores”, de modo a ter um grupo de formadores disponíveis para realizar a formação. Se possível, seria vantajoso realizar o seminário dentro do contexto mais amplo de um projeto que aborda o desenvolvimento do turismo sustentável e/ou a proteção ambiental, para que as lições aprendidas com o seminário possam ser implementadas diretamente dentro desse projeto maior.

Contacto:

Jaime Mayaki, Diretor Adjunto da OMT/UNWTO para o Departamento de África, jmayaki@unwto.org
Marcel Leijzer, Gestor de Projetos de Cooperação Técnica e Serviços da OMT/UNWTO, mleijzer@unwto.org

Nome do projeto: Capacitação para o Desenvolvimento Turístico e Proteção da Biodiversidade na África Ocidental e Central

Países/Regiões: Benim, Congo, Gabão, Guiné, Níger

Proposto por: Organização Mundial do Turismo (OMTUNWTO)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 8.4, 8.9, 12.1, 12.2, 12.5, 12.8, 12.b, 13.3, 15.1, 15.5, 15.6, 15.7, 15.8, 15.9, 15.a.

Apoiado por: OMT/UNWTO e Guangdong Chimelong Group

Entidades implementadoras: OMT/UNWTO e governos anfitriões

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: Junho 2017 – Abril 2018

URL da iniciativa: goo.gl/CLuDHh; goo.gl/s1B2Uo; goo.gl/qJ6BLj; goo.gl/1zz1f4; goo.gl/imfP4Q



Programa ONU-REDD

Apoiar processos liderados nacionalmente para acabar com a desflorestação

Desafio

A desflorestação e a degradação florestal respondem por 12% das emissões de carbono, mais do que todo o setor de transportes e perde apenas para o setor da energia. A destruição das florestas também ameaça milhões de pessoas que dependem delas para a sua subsistência. Muitas dessas pessoas estão entre as mais vulneráveis do mundo. Finalmente, a desflorestação é um fator importante por trás da atual crise da biodiversidade. Sem deter a desflorestação, as metas do Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas e dos ODS não podem ser alcançadas.

Apesar de muitos esforços para combater a desflorestação, esta continua a um ritmo alarmante: Perderam-se 13 milhões de hectares de florestas todos os anos entre 2000 e 2010. Embora existam muitos fatores diferentes para desflorestação, todos eles têm em comum o motivo do lucro: atualmente é mais lucrativo converter uma floresta para outros usos, como a agricultura, do que deixá-la como um ecossistema natural.

Rumo a uma Solução

Para aumentar o valor dos ecossistemas florestais e reconhecer a importância da conservação das florestas na luta contra as alterações climáticas, desenvolveu-se um processo técnico abrangente conhecido como Redução de Emissões por Desflorestação e Degradação Florestal (Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation, REDD+) no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (United Nations Framework Convention on Climate Change, UNFCCC). Tem como objetivo parar as emissões de gases de efeito estufa da desflorestação e da degradação florestal nos países em desenvolvimento. Desde a sua criação há uma década, o Programa ONU-REDD tem estado na vanguarda da ação climática, apoiando os esforços realizados pelos países para implementar o REDD+. Tem desempenhado uma função transformadora no apoio a 64 países parceiros em toda a África, Ásia e Pacífico, e na América Latina e Caraíbas. Uma parceria entre a FAO, o PNUD e a ONU Ambiental, o Programa, além de dar assistência técnica para atender às necessidades do país, facilita a identificação, produção e troca de conhecimento entre os países em desenvolvimento.

A partilha de conhecimentos dos seus 64 países parceiros tem sido uma atividade importante para o Programa. Impulsionada pela procura do país, facilitou com sucesso as trocas Sul-Sul. Todos os anos, são facilitadas várias dezenas de eventos de partilha de conhecimento, entre as quais seis intercâmbios Sul-Sul em 2017, variando entre dois e 11 países participantes.

Especialistas técnicos de 11 países da região da Ásia-Pacífico reuniram-se no Nepal em abril de 2017 para um intercâmbio regional sobre Níveis de Referência Florestal, dando aos países que passam pelo processo de avaliação técnica da UNFCCC a oportunidade de beneficiar da experiência daqueles que já a concluíram. Outro intercâmbio regional de conhecimento da Ásia-Pacífico, em outubro de 2017, reuniu dez países parceiros para discutir questões relacionadas com o financiamento REDD+. O evento também beneficiou de contributos da Costa do Marfim e do Equador, fornecendo uma plataforma para partilhar conhecimento e experiência em planeamento de investimentos REDD+ e mobilização de recursos associados.



© ONU - REDD

Um intercâmbio de conhecimento regional africano em setembro de 2017 testemunhou a participação de 22 especialistas do setor florestal, organizações da sociedade civil e representantes indígenas de 11 países parceiros da região. O evento proporcionou um espaço para o diálogo técnico focado e a partilha de experiências sobre como os países estão a navegar na transição da preparação REDD + para a implementação. Como em todos os intercâmbios de conhecimento Sul-Sul do Programa ONU-REDD, o tema foi escolhido pelos próprios países através de uma pesquisa de avaliação de necessidades.

Na América Latina, o Programa ONU-REDD apoiou o Centro Virtual de Excelência para o Acompanhamento das Florestas a desenvolver o plano de trabalho para a cooperação Sul-Sul para monitorização das florestas, q foi acordado por dez países com base numa avaliação sistémica das lacunas de capacidade e conhecimento necessário para melhorar os seus sistemas nacionais de monitorização das florestas. Isto segue um mandato do Conselho de Ministros da Estratégia Meso Americana para Sustentabilidade Ambiental.

A cooperação Sul-Sul e triangular ajudou a fortalecer a partilha de conhecimento e as lições aprendidas entre os países. Estas trocas levaram a parcerias que foram traduzidas em memorandos de entendimento (ME) bilaterais . Por exemplo, o Programa ONU-REDD apoiou a parceria entre a Costa Rica e a Costa do Marfim, que visa facilitar o intercâmbio eficaz de tecnologias e melhores práticas. A parceria foi formalizada através de ME em 2017 entre os Ministros do Ambiente dos respetivos países. Foi criado um projeto de três anos com o objetivo de fornecer uma estrutura de cooperação para a expansão das melhores práticas e experiências e, por fim, fortalecer os cenbtros de conhecimento na Costa do Marfim e na Costa Rica.

A combinação da presença do Programa no país e o alcance global bem estabelecido permitem a ampliação do conhecimento de experiências locais para lições globais aprendidas e melhores práticas. O Programa apoia os países ao sistematizar e agregar a recolha de know-how e ao converter e elevar o conhecimento local em lições aprendidas, melhores práticas e histórias de sucesso com relevância global, direcionadas para vários públicos. Desta forma, o Programa também estimula o impacto individual e coletivo do conhecimento local e garante a aprendizagem Sul-Sul e a sinergia de ideias e abordagens entre os países.

Apoiado pelas atividades de intercâmbio de conhecimento Sul-Sul e de aprendizagem entre pares, em 2017, o Equador tornou-se o primeiro parceiro a receber pagamentos com base em resultados, o México lançou o primeiro sistema de informações de salvaguardas totalmente operacional do mundo e o Sri Lanka desenvolveu a metodologia de inventário da floresta nacional e a Costa do Marfim desenvolveu a sua Estratégia Nacional REDD +.

Contacto:

Florian Eisele, Coordenador de Comunicação Global e Gestão do Conhecimento, Programa ONU-REDD, florian.eisele@un.org

Nome do projeto: Programa ONU-REDD

Países/Regiões: 64 das três regiões (África, Ásia e Pacífico, América Latina e Caraíbas)

Proposto por: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UN Environment)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 13.2., 13.3., 13.a, 15.1., 15.2., 15.3., 15.5., 15.9., 15.a, 15.b

Apoiado por: FAO, PNUD

Entidades implementadoras: Programa ONU-REDD

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: iniciado em 2008; fase atual 2018-2020

URL da iniciativa: www.un-redd.org

Capacitação Local na Aplicação da Ciência Forense às Investigações sobre os Direitos Humanos

16 PAZ E JUSTIÇA



Transferir conhecimento sobre ciência forense com vista a investigar e documentar violações dos direitos humanos

Desafio

Países em várias partes do mundo têm de cooperar com métodos e técnicas de diferentes ramos da ciência para investigar e registrar casos de violência política, étnica e/ou religiosa, particularmente no que diz respeito a violações dos direitos humanos.

Estima-se que 30.000 pessoas desapareceram durante a ditadura militar argentina (1976 - 1983). Quando a democracia foi restaurada, o país percebeu que não dispunha de um sistema forense adequado para investigar casos relacionados com violações dos direitos humanos nem um sistema para conduzir investigações independentes. Além disso, as suas relações com as famílias das vítimas eram fracas. Deste modo, foi necessária uma estratégia para determinar o paradeiro dos "desaparecidos" para permitir o uso multidisciplinar das ciências forenses nas investigações legais.

Rumo a uma Solução

Para enfrentar esta dificuldade, a Equipa Argentina de Antropologia Forense (EAAF), uma ONG registada legalmente, foi criada para oferecer uma alternativa forense às famílias das vítimas de desaparecimento forçado no período de 1974 a 1983. Desde a sua criação em 1984, já aplicou os métodos e técnicas de vários ramos da ciência para investigar e registrar casos de violência política, étnica e/ou religiosa em várias partes do mundo, particularmente no que diz respeito a violações dos direitos humanos. Nos últimos 34 anos, a EAAF trabalhou no âmbito do sistema judicial para exumar e analisar restos humanos, com o objetivo de os identificar e devolver aos seus entes queridos, fornecer provas aos tribunais e reconstruir o nosso passado recente.

Nos últimos 10 anos, a EAAF também investigou feminicídios e crimes contra migrantes. Além disso, há mais de 25 anos, no âmbito da cooperação Sul-Sul, a EAAF facultou formação a promotores, juizes, advogados, agentes da polícia, médicos legistas, outros especialistas forenses e ONG em todo o mundo que investigam casos de violência, desastres naturais, crimes contra migrantes e feminicídio. E, ainda, desde sua criação, um dos objetivos da EAAF tem sido transferir a experiência argentina para outros países que passaram por processos semelhantes de violência, particularmente fora da América Latina.

A EAAF colabora com o Fundo Argentino para Cooperação Sul-Sul e Triangular (FO.AR) e a Direção Geral de Cooperação Internacional (DGCIN) do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Culto da República Argentina. Essa colaboração ocorre no âmbito da assistência técnica que a Argentina oferece a vários países do mundo. O objetivo do FO.AR é construir competências através do intercâmbio de conhecimentos, tecnologias e melhores práticas e criar instrumentos que permitam um processo de desenvolvimento mais dinâmico através de assistência técnica prestada no contexto de projetos de cooperação internacional.

A capacitação no Sul é compatível com a Agenda 2030 e contribui para os ODS 16 e 17. A experiência conjunta, que ajudou a fortalecer instituições que desempenham um papel fundamental no processo de construção da paz, gera ideias para ações conjuntas noutras partes da região ou do mundo que envolvem novas aplicações de ferramentas de genética forense.

Graças à aliança estratégica entre o FO.AR e a EAAF, o Estado e a sociedade civil, os seguintes países beneficiaram de um modelo de cooperação Sul-Sul: Bolívia, Colômbia, El Salvador,

17 PARCERIAS PELAS METAS



© EAAF

Guatemala, Quênia, Paraguai, Peru, África do Sul, Tailândia e Vietname.

Por exemplo, autoridades locais no Vietname solicitaram assistência para identificar os restos mortais de soldados vietnamitas que morreram durante o conflito com os Estados Unidos nos anos 1960 e 1970. Com o apoio da embaixada argentina no Vietname e em coordenação com o FO.AR, foi realizada uma visita de diagnóstico inicial. Naquela época, definiu-se um plano específico com as autoridades locais com objetivos, atividades, indicadores de implementação, resultados e impactos previstos e avaliações periódicas.

A assistência e a colaboração também podem ter impacto a nível regional como no exemplo da Escola de Ciências Forenses e Direitos Humanos que a EAAF criou na África do Sul, em 2012, com o apoio do FO.AR. Aproximadamente 15 especialistas forenses africanos recebem um mês de formação em aplicação de ciências forenses para investigar violações de direitos humanos e partilhar experiências, discutindo problemas comuns a nível regional. Como resultado, os especialistas africanos são capazes de partilhar conhecimentos e experiências, reunir novos conhecimentos para os poderem aplicar nos seus próprios países e melhorar as suas competências de investigação nas áreas relevantes.

Este tipo de assistência, que é o resultado de 17 anos de colaboração entre a EAAF e o FO.AR, alcançou cerca de 250 pessoas em 25 países da América Latina, África e Ásia.

Outro aspeto interessante deste tipo de cooperação é que as relações entre as partes continuam para além da assistência específica, criando novos projetos no futuro.

Este projeto gerou interesse nos níveis regional e local, já que, muitas vezes, é uma das poucas opções para aqueles que desejam melhorar a capacidade dos sistemas forenses locais com vista na melhoria dos serviços às vítimas de violações dos direitos humanos e a administração da justiça.

Contacto:

Luis Fonderbrider, EAAF, fonderbrider@yahoo.com

NOME DO PROJETO: Capacitação Local na Aplicação da Ciência Forense às Investigações sobre os Direitos Humanos

Países/Regiões: Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, El Salvador, Guatemala, Quênia, Paraguai, África do Sul, Tailândia, Vietname

Proposto POR: Direção Geral de Cooperação Internacional - Ministério dos Negócios Estrangeiros e Culto - República da Argentina

META(S) E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 16.1, 17.1, 17.9

APOIADO POR: Fundo Argentino para a Cooperação Sul-Sul e Triangular (FO.AR) - Direção Geral de Cooperação Internacional - Ministério dos Negócios Estrangeiros e Culto

ENTIDADES IMPLEMENTADORAS: Equipa Argentina de Antropologia Forense (EAAF) - República da Argentina; Escola Africana de Ação Forense Humanitária; Ministério Público Estatal - Instituto de Investigação Forense - Estado Plurinacional da Bolívia; Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses - República da Colômbia; Serviço Forense - República do Quênia; Instituto de Medicina Legal - República de El Salvador; Direção Geral de Verdade e Justiça - República do Paraguai; Instituto Central de Ciência Forense - Reino da Tailândia; Instituto Militar de Medicina Forense e Secretaria de Devotos Nacionais do Ministério do Trabalho, Inválidos e Assuntos Sociais - República Socialista do Vietname

ESTADO DO PROJETO: Em curso

PERÍODO DO PROJETO: 2001 - presente

URL DA INICIATIVA: www.eaaf.org

TCV: Uma Ferramenta de Medição de Inovação para Melhorar a Prestação de Serviços Públicos



Avaliar a inovação do serviço público do ponto de vista dos cidadãos

Desafio

Para garantir um melhor acesso aos serviços públicos por parte dos cidadãos, o Bangladesh está a implementar várias inovações. Estas incluem a simplificação do processo de prestação de serviços, a conversão de serviços manuais para online e a entrega de serviços à porta do cidadão. Na fase preliminar da e-governance, o Bangladesh não conseguiu muitas vezes justificar e medir a eficácia destas inovações piloto simplificadas, digitalizadas e "à porta". Na fase inicial, quando se discutia a inovação no serviço público, os funcionários públicos e os profissionais de desenvolvimento não estavam certos em relação à conceptualização da "inovação do serviço público". Não conseguiam sequer identificar os indicadores a registar e localizar para medir a inovação no serviço público. Assim, o Bangladesh enfrentou dificuldades na implantação de uma ferramenta adequada que desmistificaria a inovação e colocaria os cidadãos no centro dos esforços para melhorar a prestação de serviços públicos.

Rumo a uma Solução

Uma medição de tempo, custo e número de visitas (TCV) é um sistema único de avaliação do programa de Acesso à Informação (a2i) para avaliar o sistema de serviços atual, medindo o impacto do ponto de vista do cidadão. O TCV ajuda a melhorar a eficiência em todos os serviços governamentais e explora como desenvolver serviços online mais fáceis de utilizar com base em provas empíricas.

O termo "TCV" é um acrónimo para três palavras que denotam os três indicadores de prestação de serviços: tempo, custo e (número de) visitas necessárias para um cidadão comum aceder aos serviços. A investigação do TCV considera o tempo relativo ao tempo de deslocação, ao tempo de espera e ao tempo de processamento do serviço. Da mesma forma, considera os vários custos, como viagens, o tempo do representante do governo, as taxas de serviço para assistência com aplicações e custos de comunicação, como telemóveis e Internet. A análise da visita considera os custos de visitas para aplicações, acompanhamento ou atualização de estados e prestação final do serviço.

Os estudos do TCV também exploram as poupanças de TCV estimadas e projetadas para determinados períodos de tempo. A análise de TCV estimada e prevista é calculada com base na poupança média e no número de beneficiários atendidos ou que serão atendidos pela intervenção dentro do período de tempo definido. Além da análise de TCV, são exploradas a satisfação dos beneficiários, as razões subjacentes, os principais fatores de mudança, utilização de excedente de tempo e custo, dificuldades, lições aprendidas e sustentabilidade da intervenção.

A investigação de TCV é conduzida principalmente para compreender as mudanças causadas pela mudança para serviços online. Centra-se nas inovações do TCV nas áreas da agricultura, saúde, educação e outros setores de serviços públicos, que ajudam a reduzir a frustração na obtenção de serviços específicos. Esta é uma ferramenta simples para gerar provas fáceis de entender, claras e transparentes.

Até ao momento, o programa a2i realizou 102 estudos de TCV sobre serviços de inovação simplificados, digitalizados e à porta. Os resultados revelaram que estas 102 inovações reduziram aproximadamente 65% do tempo necessário, 66% do custo total envolvido e 38% das visitas necessárias. Os estudos de TCV justificam a eficácia destas inovações.

O TCV apresenta um enorme potencial de prestação de serviços amigos do consumidor, avaliando os serviços públicos e a satisfação dos destinatários. Tornou-se um indicador para medir os serviços do governo a partir da perspetiva nacional. O governo tornou-se mais pró-ativo e ávido para prestar



© Governo do Bangladesh

serviços inovadores aos cidadãos que reduzirão o TCV dos consumidores.

OTCV tornou-se uma ferramenta de gestão de resultados para medir a investigação, o conhecimento e a inovação. A redução do TCV é agora sinónimo de inovação no governo do Bangladesh. Reduzir o TCV dos cidadãos no acesso a informações e serviços públicos coloca os cidadãos no centro e oferece parâmetros simples para medir e comunicar esforços com vista na melhoria dos serviços públicos e dos seus sistemas de distribuição. A investigação do TCV permite que o governo promova as suas atividades, o que, por sua vez, incentiva o governo a prestar mais serviços centrados no cidadão. A medição do TCV ajuda o governo a decidir se alarga esta inovação e estimula a implementação de mais projetos online ou de automação.

Outros países em desenvolvimento podem utilizar a investigação do TCV para realizar inovações nos seus serviços públicos. Em dezembro de 2017, o Bangladesh partilhou as experiências destas inovações no workshop internacional

Sul-Sul, organizado em Dhaka, no Bangladesh. O modelo TCV foi apreciado pelos países participantes.

Contacto:

Rumana Sharmin, Especialista em Gestão de Resultados e Conhecimento, Programa de Acesso à Informação (a2i), Bangladesh, rumana.sharmin@undp.org

Md. Shaheenur Rahman, Diretor Adjunto Principal, Divisão de Relações Económicas, Ministério das Finanças, Bangladesh, mailshaheenur@gmail.com ou sas-un5@erd.gov.bd



Nome do projeto: Tempo, Custo e Visita (TCV)

Países/Regiões: Bangladesh

Proposto por: Governo do Bangladesh

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 16,6

Apoiado por: Governo do Bangladesh, PNUD e USAID

Entidades implementadoras: Programa de Acesso à Informação (a2i), Divisão de TIC, Bangladesh

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: Abril 2012 - Presente

URL da iniciativa: goo.gl/bKtbCF



Instituto Nacional para a Coordenação da Ablação e Transplantes de Órgãos

Construir e fortalecer sistemas de doação e transplante de órgãos

Desafio

Muitos países da América Latina não possuem sistemas de doação e transplante totalmente instalados a funcionar e políticas de doação que cubram todos os procedimentos. Isto pode colocar os doentes que receberão os órgãos e os doadores em risco e esta situação deve-se principalmente aos custos associados a tais procedimentos e ao nível da competência técnica do país.

Rumo a uma Solução

O Instituto Nacional de Coordenação de Ablação e Transplantes de Órgãos da Argentina (INCUCAI) lidera, regula, coordena e supervisiona as atividades de doação e transplante de órgãos, tecidos e células. Também promove, regula e coordena a aquisição e transplante de órgãos, tecidos e células a nível nacional, garantindo transparência, equidade e qualidade. O Instituto pretende construir um sistema inserido na estrutura de saúde que responda às múltiplas exigências dos transplantes, apoiado pela confiança da comunidade e na atitude positiva em relação à doação.

As ações cooperativas desenvolvidas por esta instituição de excelência atendem às metas do ODS 3: "Garantir uma vida saudável e promover o bem-estar de todas as pessoas e de todas as idades". Estas ações facilitam o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade, ao mesmo tempo que incentivam alianças entre as instituições da região, o que também é um objetivo do ODS 17.

Há mais de 25 anos que o Fundo Argentino para a Cooperação Sul-Sul e Triangular (FO.AR), sob a égide da Direção Geral de Cooperação Internacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Culto, tem vindo a estabelecer e manter parcerias de desenvolvimento. Apoia o INCUCAI com o objetivo de partilhar as suas experiências com agências de doação e transplantes na Bolívia, Costa Rica, Paraguai e Peru, que estavam interessadas em desenvolver projetos de cooperação bilateral para melhorar os seus sistemas nacionais.

O seu objetivo é a capacitação através da troca de conhecimentos, tecnologias e melhores práticas e criar instrumentos que possibilitem processos de desenvolvimento mais dinâmicos através da assistência técnica prestada no contexto de projetos de cooperação internacional.

Ao designar o INCUCAI como Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)/Centro Colaborador da OMS, esta tornou-se o centro de referência na região e a terceira no mundo (as outras duas encontram-se em Itália e Espanha). Com o apoio do FO.AR, o INCUCAI coopera com os países da região, incluindo:

- o fortalecimento da implementação do modelo de gestão institucional, que envolve uma reorganização regulatória da gestão clínica e administrativa dos processos de doação e transplante;
- a prestação de ferramentas que permitam às autoridades de saúde dos países referidos criar esquemas legais e éticos para o desenvolvimento de processos de doação e transplante baseados em critérios autorizados;
- a troca de experiências com estruturas de regulação que garantam uma lista de espera única para transplantes e registos nacionais;
- a condução de transferência de capacidade junto às instituições para melhorar as práticas de gestão e atenção à doação e transplante de órgãos, tecidos e células, incluindo o diagnóstico precoce de morte encefálica e preservação cadavérica, e na aquisição, preservação e distribuição de tecido musculoesquelético; e,
- a oferta de formação ao pessoal de saúde sobre as melhores práticas administrativas e clínicas para a implementação de um laboratório único de histocompatibilidade e fornecimento de soro para apoiar a doação institucional e a rede de transplantes.



© INCUCAI

Com o apoio do FO.AR, o INCUCAI tem colaborado para oferecer formação profissional a aproximadamente 300 pessoas na região. Além disso, **como resultado da cooperação com o INCUCAI, foi criado no Peru o Registo Nacional de Doadores de Células Estaminais/ Progenitoras hematopoéticas (CPH). Este registo mantém uma lista de candidatos dispostos a doar células destinadas a utilização em transplantes. No Paraguai, a lista de espera e os critérios de distribuição de órgãos foram desenvolvidos através do projeto com o FO.AR.**

O INCUCAI fez progressos na preparação de materiais de formação, que estão disponíveis na sua página da internet. Um curso online de acesso gratuito, que está a ser desenvolvido em conjunto com a OPAS/OMS, estará disponível no Campus Virtual da OPS: <https://www.campusvirtuallsp.org/>.

Em suma, as ações de cooperação Sul-Sul, promovidas pelo FO.AR, podem fortalecer os laços de reciprocidade em toda a região em termos de doação e transplante. Isto facilitou o diálogo entre as instituições envolvidas e os intercâmbios sobre modelos de gestão bem-sucedidos, colocando esta questão nas agendas dos ministérios (sempre de acordo com princípios bioéticos de igualdade, qualidade e transparência) e facilitando a melhoria dos indicadores de transplantes nos países da região. A experiência prestada tem sido utilizada para desenvolver regulamentos e políticas na área. A Rede Ibero-americana/Conselho da Rede de Doação e Transplante/Conselho (RCIDT), com Espanha como presidente e a Argentina como vice-presidente, também desenvolve recomendações que servem de base à elaboração de regulamentos na região. A replicabilidade e o impacto desta boa prática dependem significativamente da prioridade que a agenda do país atribui à doação e ao transplante.

Contacto:

INCUCAI, smadera@incuca.gov.ar

NOME DO PROJETO: Instituto Nacional de Coordenação de Ablação e Transplantes de Órgãos (INCUCAI)

Países/Regiões: Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, Costa Rica, Paraguai, Peru

Proposto POR: Direção Geral de Cooperação Internacional - Ministério dos Negócios Estrangeiros e Culto da República da Argentina

META(S) E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: 3.8, 17.9

APOIADO POR: Fundo Argentino para a Cooperação Sul-Sul e Triangular (FO.AR) - Direção Geral de Cooperação Internacional - Ministério dos Negócios Estrangeiros e Culto

ENTIDADES IMPLEMENTADORAS: INCUCAI - Ministério da Saúde - República da Argentina; Ministério da Saúde - Estado Plurinacional da Bolívia; Caixa Costarriquense de Seguro Social - Costa Rica; Instituto Nacional de Ablação e Transplante - República do Paraguai; Ministério da Saúde - República do Peru

ESTADO DO PROJETO: Em curso

PERÍODO DO PROJETO: 2018 - presente

URL DA INICIATIVA: goo.gl/Y9KpwY



Seguidor de ODS

Ferramenta online do Bangladesh para monitorizar a evolução dos indicadores para a concretização dos ODS

Desafio

Sem dados de qualidade é quase impossível fornecer as informações certas no momento certo e conceber, monitorizar e avaliar políticas. Para que um governo possa planear e monitorizar o impacto das suas políticas, deve ser capaz de criar pontos de referência em relação aos dados e verificar o progresso de ano para ano. O âmbito da Agenda 2030 requer dados desagregados de alta qualidade que sejam oportunos, abertos, acessíveis, compreensíveis e fáceis de utilizar. No entanto, até há pouco tempo, o Bangladesh não possuía um sistema de acompanhamento e repositório de dados online para monitorizar o progresso da concretização dos ODS. Os dados produzidos por diversas agências eram mantidos em diferentes silos e não eram integrados. Como resultado, juntar os dados manualmente e utilizá-los nas decisões de políticas colocava grandes desafios. Neste contexto, havia uma necessidade crucial de uma ferramenta de monitorização para acompanhar o progresso dos ODS. O Seguidor de ODS é a resposta a esta necessidade.

Rumo a uma Solução

O Seguidor de ODS é uma ferramenta simples, mas poderosa, desenvolvida pelo Programa de Acesso à Informação (a2i) do Governo de Bangladesh para o estabelecimento de metas abrangentes e acompanhamento do progresso de cada ODS, indicador a indicador. É uma plataforma de medição e análise online que aproveita a enorme revolução dos dados. O Seguidor de ODS tem como objetivo criar um repositório de dados para monitorizar a implementação dos ODS. Isto torna possível fortalecer a recolha oportuna de dados e melhorar a análise da situação e a monitorização do desempenho para alcançar os ODS, bem como outros objetivos de desenvolvimento nacionais. O custo de desenvolvimento deste seguidor foi de aproximadamente 62.000 dólares. Foram atribuídos mais 50.000 dólares para que seja mantido durante o período 2018-2020. Quando este período terminar, o contrato de manutenção será prolongado em conformidade. Este sistema é mantido pela iniciativa a2i.

O Seguidor de ODS recolhe dados eletronicamente de várias fontes de dados, tendo em consideração diferentes áreas geográficas. Os dados recolhidos são processados no sistema para visualizar o estado e o progresso dos ODS através de vários esquemas de visualização e relatórios. Assim, ele suporta o seguimento de cada objetivo e indicador em relação aos marcos estabelecidos para que estes possam ser alcançados no período de tempo estipulado.

O design inovador do Seguidor permite que seja personalizado para qualquer idioma e qualquer país. Além dos ODS, também pode acompanhar o progresso de outras agendas de desenvolvimento relacionadas com os ODS. Deste modo, é facilmente replicável e pode economizar tempo e recursos valiosos para que outros países possam desenvolver os seus seguidores, especialmente os do Sul global. **A partilha de conhecimentos neste Seguidor está em curso em 11 países do Sul global ao abrigo da cooperação Sul-Sul: Butão, Equador, Fiji, Malaui, Maldivas, Paraguai, Peru, Filipinas, Somália, Tunísia e Uganda.**

O Seguidor de ODS pode ser ajustado para cada contexto de desenvolvimento e conjunto de dificuldades enfrentadas. O apoio de parcerias, a disponibilidade de dados e análises de qualidade e responsabilidade são temas cruciais para uma implementação bem-sucedida. Como tal, tem o potencial de desempenhar um papel crucial na minimização da formulação de políticas mais informadas e na orientação da distribuição de recursos, bem como na tomada de decisões em todo o Sul Global.



© Governo do Bangladesh

Contacto:

Md. Rezaul Karim, Consultora - Implementação Aberta de Dados Governamentais , Programa a2i, Divisão de TIC, Bangladesh, rezaul.karim@a2i.gov.bd

Md. Shaheenur Rahman, Diretor Adjunto Principal, Divisão de Relações Económicas, Ministério das Finanças, Bangladesh, mailshaheenur@gmail.com ou sas-un5@erd.gov.bd



Nome do projeto: Seguidor de ODS do Bangladesh

Países/Regiões: Bangladesh

Proposto por: Governo do Bangladesh

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 17.18, 17.19

Apoiado por: Governo do Bangladesh, PNUD e USAID

Entidades implementadoras: Programa de Acesso à Informação (a2i), Divisão de TIC, Bangladesh

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: Primeira fase: 2016-2018

URL da iniciativa: www.sdg.gov.bd



Centro de Desenvolvimento Sul-Sul China

Partilhar conhecimentos do sul através do desenvolvimento de capacidades e concessão de pequenos subsídios

Desafio

As crescentes capacidades económicas e técnicas do Sul e o surgimento de um crescente grupo de países do Sul, como Brasil, China, Índia, África do Sul e países do Golfo, como influentes interessados nas relações económicas internacionais, criaram importantes oportunidades para o a cooperação para o desenvolvimento Sul-Sul como complemento da cooperação Norte-Sul.

A China, como grande país em desenvolvimento com uma vasta experiência em desenvolvimento, sempre foi um promotor e firme defensor da cooperação Sul-Sul. No entanto, apesar deste compromisso, as partes interessadas no governo chinês reconhecem que o potencial total da partilha de conhecimentos e experiências chineses com o mundo e de trazer soluções sulistas para a China ainda não foi concretizado. Por exemplo, a maioria das atividades da CSS na China ainda são realizadas numa base bilateral, lideradas pelo governo, com uma participação mínima do setor privado. Como muitas iniciativas Sul-Sul, a mobilização de fundos e a eficiência de utilização são limitadas.

Rumo a uma Solução

O Centro de Desenvolvimento Sul-Sul China (CDSSC), com o seu secretariado em Pequim, foi criado em 2008 para abordar algumas destas limitações. É uma parceria entre o Centro Internacional para Trocas Económicas e Técnicas da China (China International Centre for Economic and Technical Exchanges, CICETE), sob a égide do Ministério do Comércio da China e do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (United Nations Office for South – South Cooperation, UNOSSC). A missão geral do CDSSC é promover experiências e práticas da CSS bem-sucedidas e desenvolver a capacidade de desenvolvimento no Sul global. É composto por uma rede de quase 30 Centros de Excelência com base na China.

O CDSSC foi concebido para:

- Construir parcerias fortes entre as partes interessadas nacionais, incluindo o setor privado, para maximizar o potencial dos recursos da CSS na China.
- Facilitar a partilha de informações e experiências dentro da China e entre a China e outros países do sul.
- Criar uma lista de especialistas em cooperação Sul-Sul.
- Proporcionar exposição internacional às pequenas e médias empresas (PME) chinesas através da participação em atividades de cooperação Sul-Sul.
- Aumentar o número de projetos triangulares e parcerias público-privadas (PPP).
- Fornecer financiamento catalítico em pequena escala para atividades de cooperação concretas.

Desde a sua criação, o CDSSC promoveu trocas económicos e técnicas entre os países em desenvolvimento através de formação, workshops e um programa de pequenos subsídios. O secretariado também produz conhecimento sobre a cooperação Sul-Sul, incluindo o Relatório de Desenvolvimento Chinês sobre a Cooperação Sul-Sul, que apresenta estudos sistemáticos sobre a cooperação Sul-Sul da China em matéria de comércio, investimento e ajuda externa; analisa o impacto da cooperação Sul-Sul da China e identifica dificuldades reais e soluções propostas.



© SSDC

Até ao momento, houve 18 programas de pequenos subsídios no âmbito do CDSSC, que abordaram uma variedade de temas, incluindo a agricultura, silvicultura, energia, trocas culturais e informatização. Estes programas beneficiaram países em desenvolvimento, como o Camboja, a Etiópia, o Quênia, a Libéria, o Mianmar, a África do Sul, o Sri Lanka, o Sudão, a Tanzânia, o Vanuatu e o Vietname. Alguns exemplos dos pequenos subsídios incluem:

- Projeto de demonstração em pequena escala China-Quênia sobre sistemas solares fotovoltaicos e sistemas solares de aquecimento de água;
- Cooperação internacional de promoção de aplicações de TIC nos países em desenvolvimento;
- Tecnologia habitacional a preços acessíveis nos países em desenvolvimento;
- Pacote de transferência de tecnologia para a colocação em funcionamento de uma central de produção de pesticidas ecológicos no Sudão;
- Estudos mais abrangentes sobre desenvolvimento, aplicação e eficácia de sistemas de construção de paredes eficientes em termos energéticos adaptados ao Camboja e ao Vietname;
- Promoção das competências de dobragem televisiva de transmissão em África; e
- Desenvolvimento do processamento de bambu com valor acrescentado em Vanuatu.

O CDSSC atribui uma grande importância à cooperação prática entre os países em desenvolvimento. Ao facilitar a troca de experiências e workshops de desenvolvimento de competências técnicas, o CDSSC está a construir as competências de parceiros noutros países, que podem então transmitir estes conhecimentos aos colegas. Para promover a sustentabilidade, todos os parceiros que recebem pequenos subsídios do CDSSC são obrigados a, pelo menos, igualar o financiamento em dólares de recursos paralelos.

O CDSSC está atualmente a realizar uma avaliação de 10 anos. O resultado desta avaliação será utilizado para definir a próxima fase do projeto, incluindo a melhor forma de associar o CDSSC à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, à Iniciativa Belt and Road promovida pela China e a outras estruturas de desenvolvimento.

Tendo em conta o abrangente âmbito temático do CDSSC, o projeto contribuiu para vários ODS. O CDSSC contribuiu diretamente para o ODS 6 (água limpa e saneamento), ODS 7 (energia limpa e acessível); ODS 8 (trabalho decente e crescimento económico), ODS 9 (indústria, inovação e infraestruturas), ODS 11 (cidades e comunidades sustentáveis), ODS 13 (ação climática) e ODS 17 (parcerias para atingir os objetivos).

Contacto:

Cai Yun, Diretora do Programa, CDSSC, Centro Internacional para Trocas Económicas e Técnicas da China, caiyun@cicete.org

Nome do projeto: Centro de Desenvolvimento Sul-Sul China

Países/Regiões: Global

Proposto por: Centro Internacional para Trocas Económicas e Técnicas da China (CICETE), UNOSSC

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 6.7, 7.4, 8.2, 9.1, 11.1, 13.1, 17.6, 17.9

Apoiado por: UNOSSC

Entidades implementadoras: CICETE

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2008-2018

Promoção e Integração de Pequenas e Médias Empresas da Guatemala e das Honduras através da Plataforma ANTAD.biz

17 PARCERIAS PELAS METAS



Reforçar a competitividade das PME na Guatemala e nas Honduras

Desafio

O desafio consistia na integração de pequenas e médias empresas (PME) na Guatemala e nas Honduras como novos fornecedores de cadeias comerciais e no aumento da sua competitividade na cadeia de fornecimento do setor retalhista. Isto seria conseguido através da replicação da plataforma desenvolvida pela ANTAD, uma associação de retalhistas, aumentando simultaneamente o seu compromisso com a produção e o consumo sustentáveis. Além disso, o projeto enfrentou a dificuldade de convencer os pequenos produtores a adotar práticas limpas, que, por vezes, exigem investimentos iniciais importantes, mas que, a longo prazo, são compensados por custos energéticos reduzidos e um melhor reconhecimento da marca.

Rumo a uma Solução

Para combater esta dificuldade, o projeto da Plataforma ANTAD.biz e o seu componente ambiental, apoiado pela Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID), procuraram contribuir para o desenvolvimento de novos fornecedores para as cadeias comerciais. Além disso, o seu objetivo era aumentar a competitividade na cadeia de fornecimento do setor retalhista, transferindo a plataforma desenvolvida pela ANTAD para as PME na Guatemala e nas Honduras. O projeto estava totalmente alinhado com as políticas e objetivos de desenvolvimento dos ministérios, câmaras e PME dos parceiros beneficiários.

O projeto da plataforma incluiu uma autoanálise ambiental dividida em três componentes temáticos: uma estrutura legal sobre proteção ambiental, práticas para operações mais eficientes e a sistematização de práticas e certificações ambientais.

Uma das dificuldades mais proeminentes enfrentadas pela iniciativa foi a coordenação de um número relativamente elevado de partes interessadas em três países parceiros com os beneficiários, facilitada pela Alemanha e pelo México. Outra dificuldade estava relacionada com o período de tempo limitado definido pela Sociedade Alemã para a Cooperação Internacional (GIZ) em cada escritório do país (Guatemala, Honduras e México) para realizar as atividades de gestão financeira devido às suas políticas internas, normas e procedimentos administrativos. No entanto, todos os parceiros aceitaram o compromisso de se envolverem na aprendizagem conjunta e promoverem a administração horizontal através de reuniões bimestrais e workshops de planeamento. Além disso, um elemento importante do sucesso do projeto foi o papel de liderança do setor privado, particularmente da ANTAD, durante as fases de negociação e implementação.

O projeto proporcionou incentivos para as pequenas e médias empresas da Guatemala e das Honduras realizarem o seu exercício de forma ambientalmente saudável e, deste modo, contribuir para o desenvolvimento económico sustentável. **A plataforma ANTAD.biz tornou possível aumentar a competitividade dos fornecedores das PME na Guatemala e nas Honduras, incorporando as melhores práticas de sustentabilidade ambiental.** Da mesma forma, a plataforma promoveu a transferência de conhecimentos, a capacitação entre as câmaras de comércio e o estabelecimento de vínculos comerciais com compradores de cadeias comerciais no México. Como resultado, 508 empresas foram registadas na plataforma; dessas, 367 participaram numa análise ambiental. Foi ministrada formação a 40 empresas nas Honduras, particularmente PME, sobre práticas empresariais e sustentabilidade, com o objetivo de as promover no setor retalhista.

12 CONSUMO RESPONSÁVEL



© AMEXCID

Fornecedores da Guatemala e das Honduras relataram 180 potenciais ligações comerciais. Estes fornecedores estão a ser monitorizados para apurar quantos deles realizarão oportunidades empresariais concretas com base nessas ligações. Um total de 17 empresas dos dois países participaram como expositores na Expo ANTAD & Alimentaria em 2017 e 2018.

Devido aos resultados positivos, uma segunda fase do projeto foi aprovada para 2018. A sua fase de implementação já se encontra em curso e será concluída em meados de 2019. O objetivo da segunda fase é consolidar a plataforma ANTAD.biz e o seu componente ambiental na Guatemala e nas Honduras, expandindo e diversificando empresas em regiões e setores, bem como implementando estratégias de sustentabilidade financeira. Além disso, o componente ambiental passará de uma perspetiva exclusivamente ambiental para uma de sustentabilidade abrangente, de acordo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Além disso, a segunda fase também procurará desenvolver capacidades locais ao oferecer formação a compradores e fornecedores sobre tópicos como o comércio sustentável e a integração de fornecedores na cadeia de fornecimento do setor retalhista.

A iniciativa recebeu um forte apoio do setor privado, pois correspondia aos seus interesses e modelo de negócios, o que é fundamental para replicar o projeto noutras áreas e garantir a sua sustentabilidade.

Contacto:

Mario Morales Cabrera, Diretor Geral Adjunto da Cooperação Económica, Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID), mmoralesc@re.gob.mx



Nome do Projeto: Promoção e Integração de Fornecedores PME através da Plataforma ANTAD.biz

Países/Regiões: Alemanha, Guatemala, Honduras, México

Proposto por: México

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 12.5, 12.6, 12.8, 17.3, 17.11

Apoiado por: Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AMEXCID) e Alemanha: GIZ, BMZ e COPLAN

Entidades implementadoras: Conselho Coordenador Empresarial (CCE), Associação Mexicana de Lojas de Autosserviço e Departamentais (ANTAD), Câmara da Indústria da Guatemala (CIG), Conselho Hondurenho de Empresas Privadas (COHEP), Câmara de Comércio e Indústria de Tegucigalpa (CCIT) e Câmara de Comércio e Indústria de Cortes (CCIC)

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2015–2017

URL da iniciativa: goo.gl/vXQvuR



Diplomacia da Saúde no Contexto da Integração Sul-americana

Um curso virtual destinado a reforçar as capacidades da diplomacia da saúde no âmbito dos Ministérios da Saúde

Desafio

O termo "diplomacia global de saúde" visa capturar a negociação multinível e multi ação que molda e gere o ambiente político global de saúde.¹ A este respeito, os funcionários que agem na área de relações internacionais dos Ministérios da Saúde atuam como diplomatas, representando os seus países em fóruns multilaterais na área da saúde. Apesar da sua experiência prática, muitos deles carecem de conhecimentos teóricos sobre diplomacia e administração de saúde. O curso foi planeado para contribuir para a consolidação das suas capacidades em diplomacia da saúde e para apoiar o desenvolvimento de projetos destinados a fortalecer a integração regional na América do Sul.

Rumo a uma Solução

O Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) é uma organização pública intergovernamental vinculada ao Conselho de Saúde da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL). Enquanto centro de estudos de alto nível e debate sobre políticas públicas, as suas ações contribuem para o desenvolvimento da administração e liderança em saúde nos países da América do Sul.

Para atingir os seus objetivos, o ISAGS identifica necessidades, desenvolve programas e apoia a formação de recursos humanos e liderança estratégica na área da saúde, em coordenação com organizações nacionais e internacionais.

Para combater a dificuldade acima referida, o ISAGS desenvolveu o curso virtual Diplomacia da Saúde no Contexto da Integração Sul-Americana, em parceria com o Centro de Relações Internacionais da Fundação Osvaldo Cruz (CRIS/FIOCRUZ) e a Universidade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO Argentina) da Argentina. Este curso foi proposto no âmbito do plano operacional anual do ISAGS 2017, em resposta a um pedido da Rede de Escritórios Internacionais de Saúde da UNASUL (REDSSUR ORIS).

Os objetivos do curso eram contribuir para o fortalecimento das competências das equipas técnicas dos escritórios de relações internacionais dos Ministérios da Saúde dos países membros da UNASUL e transmitir a relevância destes escritórios como instrumento das relações internacionais em saúde. Além disso, o curso ajudou a validar o ISAGS como facilitador da diplomacia da saúde na região. Além da capacitação técnica, o curso ajudou a fortalecer a construção de uma identidade sul-americana baseada na visão do direito universal à saúde.

A metodologia do curso incluiu: 21 vídeos gravados, lançados a cada semana, sessões ao vivo no final de cada módulo (grupos em espanhol e em inglês), um fórum virtual, a produção de dois trabalhos escritos individuais e um projeto de grupo final, que deve ser um projeto de cooperação viável envolvendo pelo menos quatro países e o ISAGS. O ISAGS utilizou a plataforma Moodle, adaptada de acordo com as necessidades deste curso. A seleção dos participantes ficou ao critério de cada gabinete de relações internacionais dos 12 Ministérios da Saúde da América do Sul. Deste modo, cada Ministro enviou ao ISAGS uma lista dos seus cinco funcionários que participariam no curso. Assim, entre os participantes encontravam-se desde assistentes técnicos a diretores e vice-



© ISAGS/UNASUR

¹ Kickbusch, Silberschmidt and Buss, 2007.

ministros.

O curso é um exemplo de trabalho com vista no alcance do ODS 17 (fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável), meta 17.16 (melhorar a parceria global para o desenvolvimento sustentável), complementado por parcerias entre várias partes interessadas que mobilizam e partilham conhecimentos, experiência, tecnologia e recursos financeiros para apoiar o alcance dos ODS em todos os países, em particular nos países em desenvolvimento.

Sessenta pessoas dos Ministérios da Saúde e dos Negócios Estrangeiros de 12 países inscreveram-se no curso. Os participantes apresentaram 10 projetos finais, incluindo propostas de cooperação técnica entre países em diversas áreas da saúde, migração, aquisição de medicamentos, vigilância da gripe, rotulagem de alimentos, inclusão social, etnia, utilização racional de medicamentos, saúde fronteiriça, promoção da saúde e acesso a medicamentos de preço elevado. Alguns países, juntamente com o ISAGS, a Organização Andina de Saúde (Organismo Andino de Salud – Convenio Hipólito Unanue, ORAS – CONHU) e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), estão a avaliar a viabilidade de implementação de um dos

projetos, que propõe a criação de um observatório regional sobre migração e saúde.

A iniciativa é replicável, já que todos os vídeos gravados estão disponíveis aos grupos interessados através do site do ISAGS. O ISAGS está a trabalhar numa versão mais curta do curso para ser transmitida online.

Contacto:

Carina Vance, Diretora Executiva, ISAGS – UNASUR, isags@isags-unasur.org, carinavance@isags-unasur.org



Nome do projeto: Curso Virtual sobre Diplomacia da Saúde no contexto da integração sul-americana

Países/Regiões: Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, República Bolivariana da Venezuela

Proposto por: ISAGS UNASUR

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 17,16

Apoiado por: ISAGS - ONUASUR, Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/FIOCUZ) do Brasil e Universidade Latino-Americana de Ciências Sociais da Argentina (FLACSO Argentina)

Entidades implementadoras: ISAGS - UNASUR, Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz (CRIS/FIOCUZ) e Universidade Latino-Americana de Ciências Sociais da Argentina (FLACSO Argentina)

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: Agosto – Dezembro 2017

URL da iniciativa: <http://isags-unasur.org/en/courses>

Programa Especial das Nações Unidas para as Economias da Ásia Central (SPECA): Cooperação Sub-regional no âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

17 PARCERIAS PELAS METAS



Desenvolver uma cooperação sub-regional entre os países da Ásia Central sem litoral para enfrentar as dificuldades relacionadas com o desenvolvimento sustentável

Desafio

Os países do SPECA declararam o seu compromisso em cumprir os ODS, mas a região enfrenta graves dificuldades de desenvolvimento sustentável. O foco exclusivo das economias e exportações dos países num número limitado de matérias-primas (principalmente hidrocarbonetos) apresenta sérios problemas para o desenvolvimento sustentável, criação de empregos decentes e proteção ambiental. Ao longo dos anos, o SPECA tem vindo a provar a sua vantagem comparativa como plataforma sub-regional para enfrentar as dificuldades associadas ao desenvolvimento sustentável, como melhorar a conectividade, a gestão transfronteiriça de recursos naturais e a gestão de fronteiras para facilitar o comércio e conferir um carácter inovador às estratégias e aos documentos políticos. Os países participantes estabeleceram-na para tratar de assuntos cruciais relativos à cooperação regional, com base em instrumentos legais internacionais, normas, padrões e recomendações das duas Comissões Regionais.

Rumo a uma Solução

As Nações Unidas lançaram o SPECA em 1998, por iniciativa dos países, para fortalecer a cooperação sub-regional na Ásia Central e integrá-la na economia mundial. As atividades do Programa combinam assistência técnica e capacitação com discussões políticas interministeriais de alto nível, intersetoriais, e diálogo regular entre as comunidades políticas, comerciais e de investigação. Os países participantes do SPECA consideram o Programa muito importante e um instrumento único que os une para identificar soluções conjuntas. Em 2018, o governo do Cazaquistão descreveu o SPECA como “a única entidade que inclui apenas os países da Ásia Central... proporcionando possibilidades sólidas para os países da Ásia Central resolverem os problemas”.

Em 2015, após a adoção da Agenda 2030, o Conselho do SPECA decidiu que o Programa se tornaria uma plataforma de cooperação sub-regional para a implementação dos ODS. Em 2016, os seis grupos de trabalho do SPECA mapearam as suas intervenções, prioridades e necessidades dos países participantes da SPECA em relação aos ODS, tendo chegado às conclusões que se seguem:

- O Grupo de Trabalho sobre Água, Energia e Ambiente contribui para os ODS 6, 7 e 12;
- O Grupo de Trabalho sobre Transporte Sustentável contribui para os ODS 3, 9 e 11;
- O Grupo de Trabalho sobre Comércio contribui para o ODS 17;
- O Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Baseado no Conhecimento contribui para os ODS 8, 9 e 13;
- O Grupo de Trabalho sobre Género e Economia contribui para os ODS 5 e 8; e
- O Grupo de Trabalho sobre Estatísticas para apoiar a monitorização dos ODS contribui para o ODS 17.

Os resultados dos grupos de trabalho do SPECA demonstram o sucesso do SPECA como plataforma sub-regional para apoiar a implementação dos ODS.

O Grupo de Trabalho sobre Comércio desenvolveu um conjunto de princípios para o comércio em consonância com os ODS e ofereceu-os aos governos dos países do SPECA para inclusão nos seus planos nacionais de desenvolvimento sustentável. Avaliações da prontidão do Azerbaijão e do Cazaquistão para implementar os Acordos de Facilitação do Comércio da OMC, utilizados



© UNECE

em ambos os países nas suas negociações na OMC (ODS 17.10), e a inclusão do Cazaquistão e Quirguistão na base de dados global da UNCTAD sobre Medidas Não Pautais (TRAINS) tornaram-se boas práticas. O Grupo de Trabalho da SPECA sobre Desenvolvimento Baseado no Conhecimento possibilitou a partilha de boas práticas e a análise por pares de recomendações de políticas feitas a autoridades nacionais de países que realizam avaliações de desempenho em inovação¹. Para aproveitar os fortes progressos até à data, decidiu-se, no Fórum Económico de 2017 e no Conselho do BCE (Dushanbe, dias 5 e 6 de dezembro de 2017), desenvolver uma estratégia regional sobre inovação para cumprir os ODS.

O Grupo de Trabalho sobre Água, Energia e Ambiente, que se concentra no desenvolvimento de quadros legais e institucionais nacionais para a segurança de barragens no Quirguistão e no Tajiquistão, ajudou a estabelecer um novo sistema de monitorização da segurança na barragem Ortotokoy, no Quirguistão. No plano sub-regional, produziu-se um modelo de regulamentação nacional para o estabelecimento de um cadastro para instalações hidrotécnicas.

Graças à cooperação transfronteiriça bem-sucedida nas bacias dos rios Chu e Talas, o Cazaquistão e o Quirguistão partilham as águas dos rios Chu e Talas para irrigação e geração de energia hidroelétrica. As instalações para regular esses rios (barragens, reservatórios de água e canais) estão localizadas a montante no Quirguistão, enquanto o Cazaquistão depende da sua operação e manutenção adequada. A Comissão da Água de Chu-Talas (Chu – Talas Water Commission, CTWC) visa alcançar a partilha e a utilização equitativa de recursos hídricos nas bacias dos rios Chu e Talas em resposta às mudanças climáticas, que afetam os recursos hídricos da região. Os dois países desenvolveram uma Análise Diagnóstica Transfronteiriça (ADT) e um Programa Estratégico de Ação (PEA), aprovados por ambos os governos e apoiados pelo PNUD e UNECE no âmbito do projeto Fundo Mundial para o Ambiente, Possibilitação da Cooperação Transfronteiriça e Gestão Integrada de Recursos Hídricos nas Bacias dos rios Chu e Talas (2015 – 2018).

As atividades do CTWC beneficiaram toda a Ásia Central, permitindo uma cooperação bilateral bem-sucedida em recursos hídricos transfronteiriços. Enquanto inovação regional, a abordagem colaborativa com dois países da Ásia Central que exercem a apropriação local total da ADT e do PEA resultou num compromisso do mais alto nível— o Conselho Intergovernamental do Cazaquistão e Quirguistão, liderado pelos primeiros-ministros dos dois países. A implementação bem-sucedida do PEA nas bacias hidrográficas de Chu e Talas gerou interesse em replicá-lo dentro e fora da região do SPECA.

A experiência com o SPECA é replicável noutras regiões e bacias hidrográficas, onde países vizinhos ou ribeirinhos reconhecem os benefícios da cooperação transfronteiriça e a necessidade partilhada de estabelecer regras para a gestão da água, ao mesmo tempo que cria vontade política para um programa conjunto e uma ferramenta legal para gerirem os recursos hídricos em conjunto.

Contacto:

Mario Apostolov, Consultor Regional, Comércio, mario.apostolov@un.org

Batyr Hajiyev, Diretor de Assuntos Económicos, Ambiente, batyr.hajiyev@unece.org

Christopher Athey, Responsável Assuntos Económico, Cooperação Económica e Integração, christopher.athey@unece.org

Nome do projeto: Programa Especial das Nações Unidas para as Economias da Ásia Central (SPECA): cooperação sub-regional para alcançar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Países/Regiões: Afeganistão, Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão

Proposto por: UNECE

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 3.6, 3.9, 6.5, 7.1, 7.2, 7.3, 7a, 7b, 8.2, 8.3, 9.1, 9.4, 9.5, 9b, 9c, 11.2, 12.2, 12.3, 12a, 13.1, 13.2, 13.3, 17.10, 17.11, 17.18, 17.19

Apoiado por: UNECE e UNESCAP

Entidades implementadoras: UNECE e UNESCAP

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 1998 - 2019

URL da iniciativa: goo.gl/GFC8fa; goo.gl/tNbWq7



Rede de Investigação e Formação em Comércio Ásia-Pacífico – ARTNeT

Uma rede aberta para capacitação em comércio baseado em evidências, investimento e políticas relacionadas

Desafio

O comércio internacional há muito que é reconhecido como um motor eficaz de crescimento e desenvolvimento e tem contribuído para tirar centenas de milhões de pessoas da pobreza na região Ásia-Pacífico nas últimas duas décadas. No entanto, nem todos beneficiaram de igual forma, e os países em desenvolvimento da Ásia-Pacífico enfrentam dificuldades em explorar o potencial do comércio internacional e do investimento para cumprir os ODS. Para superar essas dificuldades, a investigação aplicada sobre comércio e investimento é essencial, por exemplo, para identificar setores prioritários, formular estratégias de promoção, avaliar iniciativas passadas e propor políticas apropriadas para serem incorporadas em estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável. Não obstante, a capacidade de investigação para apoiar a formulação de políticas baseadas em provas em países em desenvolvimento é limitada e a comunicação entre investigadores, analistas e decisores políticos continua a ser fraca e ineficaz. Ambos resultam na falta de integração das políticas de comércio e investimento nas estratégias nacionais de desenvolvimento, levando o comércio e o investimento a contribuir de forma insuficiente para o desenvolvimento sustentável.

Rumo a uma Solução

A Rede de Investigação e Formação em Comércio Ásia-Pacífico (ARTNeT) foi criada pela Comissão Económica e Social das Nações Unidas para a Ásia e Pacífico (United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific, ESCAP) em 2005 para aumentar a qualidade e a quantidade de investigações relevantes na região nas áreas de comércio, investimento, integração e desenvolvimento. Visava cumprir esses objetivos utilizando de forma mais eficaz a capacidade de investigação disponível e desenvolver capacidades adicionais para desenvolver o comércio e o investimento como meios-chave para implementar o ODS 17. A ARTNeT opera segundo três pilares: (i) produzir investigações voltadas para a procura e desenvolvidas no plano nacional sobre questões de políticas relacionadas com o comércio; (ii) desenvolver a capacidade de investigação de instituições em países menos desenvolvidos; e (iii) divulgar conhecimentos e informação aos principais interessados e facilitar a interação entre eles. A ESCAP presta serviços de Secretariado e fornece a plataforma online para a rede.

Desde a sua criação, a ARTNeT facilitou parcerias entre países em desenvolvimento em termos de objetivos partilhados de desenvolvimento de capacidade e soluções e análises escaláveis para os países em desenvolvimento onde são mais necessários e também para permitir a harmonização das políticas de comércio e investimento para aumentar a competitividade regional. A ARTNeT adota uma abordagem inovadora para promover a cooperação Sul-Sul e triangular. Ao reunir a capacidade de investigação dentro e fora da região, a ARTNeT incuba projetos conjuntos de investigação de política de maneira eficiente e eficaz. Por exemplo, um projeto recente, Apoio ao Desenvolvimento Económico Equitativo na Associação das Nações do Sudeste Asiático (Association of South – East Asian Nations, ASEAN), reuniu autoridades e investigadores desses países para conduzir investigações colaborativas. Os resultados contribuirão para a gestão da utilização e avaliação do impacto de medidas não pautais, e do impacto geográfico, no contexto de uma resposta eficaz e orientada para o desenvolvimento nas áreas de política comercial. Ao promover o desenvolvimento económico equitativo na ASEAN, a ARTNeT ajudou a criar instituições fortes, diminuir as lacunas no desenvolvimento e contribuir ainda mais para o crescimento sustentável na região.



© UNESCAP

A ARTNeT inicia o seu programa de investigação com base num processo participativo. A Secretaria da ARTNeT inquiriu os seus membros sobre temas relevantes, incluindo a priorização de questões de investigação e métodos de comunicação. Realizam-se periodicamente reuniões temáticas de consulta com diversas partes interessadas para proporcionar às instituições de investigação e decisores políticos uma oportunidade de partilhar informações, dados e ideias, analisar e refinar descobertas de investigação e examinar recomendações. Os resultados das reuniões consultivas foram utilizados em quatro fases do programa de investigação. Durante a fase I, a investigação da ARTNeT concentrou-se na facilitação do comércio além das negociações, incluindo a avaliação aduaneira e a implementação de acordos relacionados com a Organização Mundial do Comércio (OMC). A segunda fase incidiu na coerência das políticas, na liberalização multilateral do comércio e na integração regional. A Fase III centrou-se nos impulsionadores da competitividade e nas estratégias de diversificação económica para os países em desenvolvimento. Na fase IV, a prioridade da investigação era apoiar o desenvolvimento económico equitativo. Através da aprendizagem transversal e da sinergia de ideias, a rede ARTNeT manteve a sua centralidade na defesa de políticas na Ásia-Pacífico.

A assistência técnica e a capacitação estão no centro do trabalho da ARTNeT, garantindo a assimilação e a sustentabilidade a longo prazo da pesquisa de políticas de qualidade. Até à data, já foram organizadas mais de 110 workshops e sessões de formação para investigadores e decisores. Sessões de formação foram organizadas para pesquisadores e decisores políticos, especialmente de países menos desenvolvidos. A rede ARTNeT colabora desde 2014 com os seus membros institucionais, nomeadamente com o Centro de Estudos da OMC da Índia para dar formação a decisores políticos e investigadores de topo em Mianmar. A formação tem criado capacidade interna para formular políticas comerciais no contexto das obrigações da OMC. Da mesma forma, em colaboração com o Instituto Internacional de Comércio e Desenvolvimento (International Institute for Trade and Development, ITD) da Tailândia, a rede ARTNeT desenvolveu e apresentou uma série de sessões de capacitação sobre negociações comerciais para funcionários de países de baixo rendimento na região. As sessões de formação prática reforçaram as competências e técnicas de negociação comercial dos funcionários do governo e criaram uma rede de negociadores comerciais para troca de opiniões e experiências.

A investigação e a formação da rede ARTNeT são orientadas pela procura e voltadas para o futuro. Os projetos da rede ARTNeT levam à formulação de estratégias de desenvolvimento que aumentam a competitividade dos países em desenvolvimento, incluindo diversificação económica, transformação estrutural, infraestrutura e serviços (relevantes para as metas dos ODS 3, 5, 8, 9, 10 e 17). Por exemplo, em 2017, a rede ARTNeT, em colaboração com o ITD e o Ministério do Comércio da Tailândia, organizou o curso "Comércio Eletrónico e Agenda do Comércio Digital Emergente", para funcionários de países menos desenvolvidos. A formação contribuiu para o desenvolvimento de competências de base sobre investigação e elaboração de políticas em matéria de comércio eletrónico, incluindo a forma de promover este último para pequenas e médias empresas (PME) e empresas em fase de arranque.

O alcance da rede ARTNeT estende-se além da região. Servindo como elo entre mais de 1.500 investigadores, decisores políticos e outras partes interessadas, além de mais de 70 membros institucionais de 23 países, a ARTNeT estimula a cooperação sul-sul e triangular na troca intelectual e inspira solidariedade internacional na tentativa de enfrentar os obstáculos para cumprir a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ao prestar serviços de Secretariado à rede no âmbito do seu programa de comércio e trabalho investimento, a ESCAP ajudou a garantir a sustentabilidade do impacto do projeto. Para a sustentabilidade contribuiu a existência de uma plataforma online (artnet.unescap.org) que concede acesso livre a produtos e recursos de conhecimento e promove trocas interativas entre membros e não membros. Por funcionar com eficácia, a rede ARTNeT foi incluída nos relatórios do Go Go Think Tank Index de 2016 e 2017, publicados pelo Programa de Sociedades Cívicas e Grupo de Reflexão da Universidade da Pensilvânia.

Contacto:

Mia Mikic, Diretora, Divisão de Comércio, Investimento e Inovação, mikic@un.org

Nome do projeto: Rede de Investigação e Formação em Comércio Ásia-Pacífico (ARTNeT)

Países/Regiões: Ásia e região do Pacífico

Proposto por: UNESCAP

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: a maioria das metas dos objetivos 3, 5, 8, 9, 10, 17

Apoiado por: Divisão de Comércio, Investimento (TIID) da UNESCAP

Entidades implementadoras: UNESCAP, TIID através do secretariado da rede ARTNeT

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2005 - presente

URL da iniciativa: [//artnet.unescap.org](http://artnet.unescap.org)



Recenseamento da População e da Habitação de Mianmar

Cooperação Sul-Sul: rumo a um objetivo comum de obtenção de dados de elevada qualidade para o desenvolvimento

Desafio

A falta de dados abrangentes da população nos planos nacional e subnacional ao longo de mais de três décadas dificultou a formulação, execução, monitorização e avaliação de programas em Mianmar e a capacidade de acompanhar o progresso das metas de desenvolvimento, como os ODM e os ODS.

Isto não só criou uma lacuna nos dados estatísticos, como também afetou significativamente a capacidade do governo de implementar uma enorme atividade de recolha de dados. A maioria do pessoal técnico envolvido no recenseamento de 1983 já não trabalha com o governo. Consequentemente, o recenseamento da população e da habitação do Mianmar de 2014 envolveu inúmeros desafios em todos os aspetos: planeamento, logística, finanças, publicidade/sensibilização e técnica (elaboração de questionários, formação, tratamento de dados, análise e divulgação de dados). O Mianmar teve de procurar assistência técnica de especialistas em recenseamentos na região para garantir o êxito deste recenseamento e para cumprir as normas internacionais.

Rumo a uma Solução

Embora vários países tenham feito um recenseamento da população, pelo menos, três vezes em três décadas e alguns até seis vezes, incluindo o inquérito a meio da década/intercalar, o Mianmar realizou apenas um desses recenseamentos, durante este período, devido a conflitos internos. Sem dados, os esforços de desenvolvimento do país não podem ser bem-sucedidos. Não deixar ninguém para trás, com ênfase na resposta às necessidades de grupos específicos numa população, incluindo os mais vulneráveis — o princípio fundamental da Agenda 2030 —, não será viável sem dados fiáveis em que basear os planos, programas, metas e compromissos assumidos nos ODS.

No âmbito dos esforços globais para garantir que o Recenseamento do Mianmar de 2014 cumprisse as normas internacionais de qualidade dos dados, adotou-se a modalidade de cooperação sul-sul para aproveitar os conhecimentos internacionais e aumentar os requisitos de competências técnicas do recenseamento. A cooperação Sul-Sul, facilitada pelo Escritório de País do Fundo das Nações Unidas para a População (United Nations Population Fund, UNFPA), permitiu intercâmbios técnicos entre o Departamento de População (DP) e os gabinetes nacionais de estatística na região.

Através desta modalidade, tomaram-se várias providências relativamente à assistência técnica, nomeadamente: (i) capacitação sobre metodologia de formação e desenvolvimento de diretrizes de formação, com manuais de enumeradores e supervisores feitos por consultores internacionais da Índia e da Austrália; (ii) visitas de estudo da equipa do DP à Índia e à Tailândia; (iii) oportunidades para o DP realizar análises internas das experiências de recenseamento do Camboja e da República Democrática da Coreia; (iv) formação regional sobre o Sistema de Tratamento de Inquéritos e Recenseamentos (STIR), sediado em Mianmar, financiado pelo UNFPA, com participantes do DP e de quatro países da região; (v) partilha de experiências com o recenseamento do Mianmar em planeamento, abordagens de técnicas e gestão para o recenseamento da população do Egito, Haiti e Paquistão; e (vi) criação do Conselho Consultivo Internacional para o Recenseamento do Mianmar, que incluiu especialistas da Austrália, China, Índia, Japão, República da Coreia, Singapura, Suíça e Estados Unidos da América (diversos funcionários de gabinetes de estatísticas, professores universitários e consultores independentes), um local para prestar assistência e um fórum para discussão sobre



© UNFPA

aspectos técnicos, políticos, gerenciais, administrativos e todos os outros aspectos do recenseamento.

A abordagem inovadora adotada durante a condução da formação ministrada a 128.000 trabalhadores relacionados com o recenseamento garantiu que fosse de qualidade. Os funcionários do DP estavam muito bem informados sobre como administrar adequadamente uma formação de quatro níveis para garantir que fosse ministrada de igual forma nos 413 municípios, 74 distritos e 15 estados/regiões do país. Desenvolveu-se um guia de formação para formadores, o que contribuiu para a eficácia da formação, componente vital para assegurar operações de recenseamento bem-sucedidas. Esta abordagem de formação foi replicada pelo DP quando os dados do recenseamento foram divulgados em cerca de 400 municípios no país. Os participantes puderam avaliar a importância dos dados do recenseamento no planeamento, desenvolvimento de programas e monitorização de projetos, especialmente no plano subnacional.

As visitas de estudo de 10 funcionários do DP ao Chefe do Registo Civil e Comissário dos Recenseamentos da Índia e de seis funcionários ao Gabinete Nacional de Estatística da Tailândia permitiram que o DP ficasse a par das boas práticas de recenseamento desses países. Ambos têm uma longa história de operações de recenseamento bem-sucedidas. Aprender com suas experiências facilitou o processo de planeamento do DP, nomeadamente a atenuação dos riscos em todos os aspectos das operações do recenseamento — não só os aspectos técnicos, como também os aspectos políticos, logísticos e administrativos e a gestão em geral. Quatro funcionários do DP estão atualmente em licença de estudo para obter um diploma de mestrado em demografia na Tailândia (Universidade Mahidol) no âmbito do planeamento de sucessão e sustentabilidade apoiado pelo UNFPA.

A formação regional sobre o STIR de novembro de 2014 foi realizado no Mianmar. Os participantes incluíram 21 participantes do DP, Gabinete de Estatística do Laos, Gabinete Nacional de Estatística das Maldivas, Gabinete Nacional de Estatística do Butão e Direção Geral de Estatística de Timor-Leste. Serviu como uma boa plataforma para partilha de informações entre os países do Sul que haviam feito recentemente um recenseamento. Como local para esta

aprendizagem e desenvolvimento de capacidades, Mianmar contribuiu para a cooperação sul-sul na região.

As experiências de Mianmar com o recenseamento também foram partilhadas com funcionários do Instituto Nacional de Estatísticas do Camboja e do Gabinete Central de Estatísticas da República Democrática da Coreia aquando da visita ao DP. Observaram as boas práticas de Mianmar, especialmente no tratamento de dados, para o qual Mianmar adotou a tecnologia de digitalização para recolha de dados.

O próximo recenseamento da população em Mianmar será realizado em 2024. O DP aplicará definitivamente os ensinamentos retirados — o conhecimento, as lições e as competências — através da cooperação sul-sul, que muito contribuiu para o êxito geral do recenseamento de 2014. Esta abordagem, que se provou eficaz, será continuada no próximo recenseamento, especificamente nas áreas de recolha de dados recorrendo-se a entrevistas pessoais assistidas por computador (computer – assisted personal interviewing, CAPI) e à gestão de dados de ponta que outros países no sul já tinham adotado. Por meio de uma cooperação Sul-Sul contínua, o Mianmar procura estar ao nível de outros países da região no recenseamento.

Contacto:

Daniel Msonda, Especialista do Programa, Coordenação do Recenseamento, UNFPA, Mianmar, msonda@unfpa.org

Nome do projeto: Recenseamento da População e da Habitação de Mianmar de 2014

Países/Regiões: Austrália, Camboja, República Democrática da Coreia, Índia, Mianmar, Tailândia

Proposto por: UNFPA

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 17.18, 17.19

Apoiado por: UNFPA

Entidades implementadoras: Departamento de População, Ministério do Trabalho, Imigração e População, Mianmar

Estado do projeto: Concluído

Período do projeto: 2013–2017

URL da iniciativa: www.myanmar.unfpa.org



Desenvolvimento de Capacidades Nacionais de Avaliação na Nigéria

Criar sistemas de monitorização e avaliação liderados pelo país para obtenção de resultados de desenvolvimento sustentável

Desafio

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável exige processos de acompanhamento e análise para medir o progresso rumo à consecução dos ODS. A agenda enfatiza que estes mecanismos devem basear-se em avaliações e dados de elevada qualidade desenvolvidos nos países. Deste modo, capacidades nacionais de avaliação mais sólidas são um pré-requisito para os resultados do desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) realizou uma análise das dificuldades em 2014 para apoiar o desenvolvimento de um plano de trabalho com o Ministério do Orçamento e Planeamento Nacional da Nigéria (MOPN). Além de não existir uma Política Nacional de Avaliação (PNA), uma das principais dificuldades identificadas foi a inexistência de uma cultura de gestão baseada em resultados no seio do MBNP especificamente, e no Governo em geral. Consequentemente, o governo não conseguiu defender com eficácia o desenvolvimento da PNA. Além disso, a Nigéria não tinha organizações voluntárias unificadas para avaliações profissionais (VOPES) que pudessem defender e desenvolver ainda mais a função de avaliação nacional.

Rumo a uma Solução

A UNICEF empreendeu várias estratégias para reforçar as capacidades nacionais de avaliação na Nigéria. Uma estratégia importante consistiu em elevar o perfil da função de avaliação no Governo, apoiando a criação de uma associação nacional de avaliação que defendesse o reforço da procura e a utilização da avaliação nos processos de tomada de decisões. Paralelamente, a UNICEF apoiou o desenvolvimento e a adoção da PNA.

Para alcançar este objetivo, o Governo da Nigéria, apoiado pela UNICEF, participou na Quarta Conferência Internacional sobre Capacidades Nacionais de Avaliação (Conferência NEC) em outubro de 2015. A Conferência proporcionou ao governo da Nigéria e, especificamente, ao Diretor de Monitorização e Avaliação do MBNP uma plataforma para: partilha de experiências referentes ao desenvolvimento de capacidades de avaliação; interação com especialistas em avaliação e outros VOPES nacionais; e partilha de ideias sobre como outros países reforçam as capacidades de avaliação. Os funcionários do governo também interagiram com colegas que trabalham em mandatos e desafios similares no que se refere ao fortalecimento da função de avaliação nacional. Além disso, o Governo participou em intercâmbios e redes bilaterais que permitiram compreender melhor o valor de uma PNA e a importância de defendê-la na Nigéria. E, ao mesmo tempo, este intercâmbio reafirmou a necessidade de o governo nigeriano apoiar o desenvolvimento de uma VOPE nacional que reforce a função geral de avaliação nacional e apoie o desenvolvimento e a implantação da PNA. O principal resultado da Conferência da NEC foi a Declaração de Banguécoque sobre os Princípios para a Capacidade Nacional de Avaliação dos ODS, que comunicou a estratégia da Nigéria para o desenvolvimento de uma PNA.

Após a participação na Conferência da NEC, realizou-se em novembro de 2015, em Abuja, uma conferência sobre avaliação e boa governação, que ajudou o Ministério a elevar o perfil da agenda de avaliação no seio do governo ao mais alto nível e a criar uma visão de avaliação coletiva para a Nigéria. Culminou na importante Declaração de Abuja sobre Avaliação (2015), que reconhece a



© UNICEF

importância de sistemas de monitorização e avaliação liderados por países para alcançar os ODS na Nigéria.

A Declaração de Abuja também ajudou a estabelecer uma associação de avaliação nacional unificada e entusiasta na Nigéria. Na altura, os responsáveis pela avaliação nigerianos concordaram em unir-se numa federação de associações conhecida como a Associação Nigeriana de Avaliadores (ANA), que funcionaria como a VOPE nacional na Nigéria. A ANA visa desenvolver e promover uma comunidade de avaliadores e profissionais que apoiem a institucionalização da avaliação na Nigéria. A UNICEF e o MBNP continuam a apoiar a ANA a organizar conferências anuais ou bianuais para sensibilizar para a importância da avaliação como uma função de gestão pública de relevo. Destaque-se a conferência de 2017 que levou o Departamento Nacional de Estatística (DNE), o MBNP, o Gabinete do Assessor Especial do Presidente sobre ODS e a UNICEF a assinar uma declaração que destaca a necessidade de uma estrutura de prestação de contas nacional que esclareça as responsabilidades e as funções de monitorização e avaliação que contribuem para a implementação dos ODS. Após esta conferência, o Governo comprometeu-se a adotar uma estrutura de monitorização e avaliação, para a qual serão desenvolvidas duas políticas distintas, mas complementares: uma Política Nacional de Monitorização (National Monitoring Policy, NMP), prevista para 2018, e uma PNAP, desenvolvida em 2017 e pronta para a utilização no dia-a-dia. A UNICEF está atualmente a apoiar a elaboração e finalização dessas políticas. No contexto da participação da Delegação da Nigéria no Fórum Político de Alto Nível em 2017, o parlamento nigeriano também pediu ao Ministro de Estado da MBNP que acelerasse a adoção da PNA. No futuro, em 2018-2019, a MBNP, a UNICEF e a União Europeia (UE) também concordaram em colaborar ainda mais na realização de consultas nacionais e subnacionais

para informar o processo legislativo tanto para a PNA quanto para o PNM.

A Nigéria é, portanto, o primeiro país africano a distinguir e reconhecer os papéis diferentes e complementares de duas funções separadas, com duas políticas nacionais de monitorização e avaliação. O NMP trata a monitorização como uma função-chave de gestão, enquanto a PNA a encara como uma função central de responsabilização e aprendizagem.

Além disso, durante a conferência NEC, **27 países africanos demonstraram interesse em desenvolver uma PNE**, mas muito poucos desenvolveram essa política. Dado este interesse e o facto de muitos países africanos enfrentarem desafios semelhantes na criação de um ambiente propício à avaliação, a experiência e a estratégia da Nigéria para desenvolver capacidades de avaliação nacionais pode ser replicada para se adequar a muitos contextos nacionais.

Contacto:

Denis Jobin, Especialista Principal em Avaliação, Gabinete de Avaliação, sede da UNICEF, djobin@unicef.org

Nome do Projeto: Desenvolvimento da capacidade nacional de avaliação

Países/Regiões: Nigéria

Proposto por: UNICEF

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 17,19

Apoiado por: UNICEF

Entidades implementadoras: Ministério do Orçamento e Planeamento Nacional

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2015 - 2018

URL da iniciativa: N/D



Projeto Conjunto Regional de Parceria para uma Economia Verde

Rumo à transformação social, económica e ambiental

Desafio

O modelo de crescimento do século passado foi acompanhado por uma significativa degradação ambiental e pelo aumento da desigualdade social. Assim, é um dos maiores desafios do nosso tempo construir economias que melhorem o bem-estar humano e a equidade social, reduzindo significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica. Reconhecendo este facto, cada vez mais países desejam envolver-se em projetos de crescimento mais verdes e mais inclusivos através da reformulação das suas políticas e práticas económicas em torno da sustentabilidade e do fortalecimento das bases ecológicas das suas economias. A unidade e o entusiasmo dos Estados-Membros são evidenciados na adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris. Estas agendas globais aumentaram a procura nacional por assistência técnica e capacitação para o plano e implementação da transição para uma economia verde inclusiva.

Rumo a uma Solução

A Parceria para a Ação para uma Economia Verde (Partnership for Action on Green Economy, AGE) foi lançada em 2013 como uma resposta ao apelo da Rio+20 para apoiar os países que desejem envolver-se em planos de crescimento mais verdes e mais inclusivos. Ao reunir cinco agências das Nações Unidas — Programa das Nações Unidas para o Ambiente (United Nations Environment Programme, UNEP), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e Instituto das Nações Unidas para Formação e Investigação (United Nations Institute for Training and Research, UNITAR) — a PAGE representa um mecanismo para coordenar a ação das Nações Unidas em relação à economia verde, oferecendo apoio integrado e holístico, garantindo coerência e evitando duplicação.

Enquanto se posiciona como potência económica emergente, a China está a mudar o seu foco de desenvolvimento para a sustentabilidade. Para enfrentar melhor os vários desafios associados à transição, o governo da China expressou o seu interesse e compromisso em trabalhar com a PAGE, começando no plano provincial em Jiangsu.

Com o apoio da PAGE, a Província de Jiangsu da China visa alcançar os seguintes objetivos:

- Identificar boas práticas nos planos político, empresarial e sub-provincial para replicação e melhoria noutras províncias e países. A província de Jiangsu é relativamente avançada na integração de elementos-chave de uma economia verde em planos e políticas de desenvolvimento. Identificar e partilhar essas boas práticas no plano nacional poderia, assim, inspirar novas mudanças noutras províncias.
- Identificar e analisar os principais desafios para a implementação da política de economia verde. Embora se tenham estabelecido algumas políticas de economia verde, a Província ainda enfrenta dificuldades para transformar a sua economia. Através do envolvimento das partes interessadas locais, a PAGE apoia o governo da província a identificar desafios para oferecer soluções direcionadas em fases futuras.

Na fase inicial, a PAGE apoia a província de Jiangsu através de:

- identificação dos sucessos e boas práticas da economia verde da província, em parceria com a Plataforma de Conhecimento do Crescimento Verde (Green Growth Knowledge Platform, GGKP);
- elaboração de um relatório de inventário das principais estratégias, políticas e planos de economia verde, incluindo os incluídos no 13.º Plano Quinquenal da China (2016–2020), constituindo uma base de dados de êxitos e boas práticas.



© www.un-page.org

A PAGE envolve um sem-número de partes interessadas locais em atividades de capacitação para financiamento verde, empregos verdes, indústria verde e inclusão numa economia verde. É inovador porque é a primeira vez que cinco parceiros das Nações Unidas se reúnem para coordenar os seus conhecimentos e recursos no plano nacional. Os esforços conjuntos permitiram que a PAGE entregasse mais do que a soma dos contributos das suas organizações individuais. Nos últimos quatro anos, a PAGE definiu diretrizes e metas claras de políticas para o desenvolvimento verde que poderiam orientar as decisões sobre políticas e investimentos. Em muitas áreas, as atividades do projeto resultaram em mudanças reais nas políticas, um parâmetro importante para o impacto a longo prazo.

- Na Mongólia, através do Plano de Ação da Política Nacional de Desenvolvimento Verde (National Green Development Policy, NGDP), os diferentes fluxos de trabalho temáticos iniciados pela PAGE foram consolidados num documento do governo. Em particular, o PAGE apoiou uma alteração à Lei dos Contratos Públicos, que deverá ser submetida ao Parlamento durante o terceiro trimestre de 2018. O envolvimento da PAGE da UNIDO no país apoiou um estudo sobre a gestão de resíduos para veículos em fim de vida que deverá prestar assessoria política que será integrada nas estratégias nacionais e um plano de ação para a gestão de resíduos de veículos em fim de vida.
- No Burkina Faso, após uma avaliação realizada pelo Grupo de Investigação e Análise Aplicada para o Desenvolvimento (Group for Research and Applied Analysis for Development, GRAAD) em 2015, foi pedida ajuda à UNIDO para atualizar e emendar o documento de política industrial do país e para organizar uma reunião de informação e sensibilização após a sua adoção. O trabalho sobre a ecologização da política industrial seguiu o processo estabelecido no Guia do Profissional para a Política Industrial Verde Estratégica pela UNIDO/PAGE em 2016, recorrendo a especialistas locais do GRAAD. Além disso, foi solicitado à UNIDO que fizesse recomendações para medidas a curto e longo prazo para permitir a transição para uma economia verde através da indústria, o que contribuirá para a sustentabilidade da política de ecologização.

- Em Barbados, a UNIDO está envolvida em várias propostas que surgiram do Estudo de Definição do Âmbito da Economia Verde de Barbados (Green Economy Scoping Study, GESS), que consiste na identificação de oportunidades-chave para o ecologização.

A PAGE tem facilitado o espírito de colaboração para o desenvolvimento sustentável tanto do governo como das ONG, incluindo outras iniciativas verdes, como a Iniciativa Global para o Crescimento Verde (Global Green Growth Initiative, GGGI), o Projeto Educação para o Desenvolvimento Sustentável (Education for Sustainable Development Project, ESD) e a Iniciativa Pobreza e Ambiente (Poverty and Environment Initiative, PEI).

A PAGE visa a promoção da cooperação industrial sul-sul e triangular como mecanismo para promover a economia verde inclusiva através da troca de conhecimentos sobre economia verde inclusiva, incluindo intercâmbios e visitas a países parceiros da PAGE. Nos últimos anos, **criaram-se várias ferramentas novas, incluindo o Quadro de Política de Economia Verde e o Modelo de Economia Verde Integrado, permitindo processos de aprendizagem mútua e apoiando a economia verde rumo à consecução da Agenda 2030**. Uma série de eventos globais de alto nível, incluindo Powering the SDG em Genebra, e Policy Innovations rumo a uma economia verde na COP 23, permitiu que os países beneficiários do PAGE partilhassem conhecimentos e experiências. A PAGE tem atualmente 13 países parceiros, envolvidos em vários níveis de uma transformação da economia verde, incluindo o desenvolvimento de políticas nos planos nacional e setorial, capacitação e sensibilização.

Contacto:

Claudia Linke Heep, Diretora de Desenvolvimento Industrial, Departamento do Ambiente, C.Linke@unido.org

Nome do Projeto: Parceria para uma Economia Verde (PAGE)

Países/Regiões: Barbados, Brasil, Burquiina Faso, China, Gana, Guiana, República do Quirguiz, Maurícias, Mongólia, Peru, Senegal, África do Sul, Uruguai

Proposto por: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 8.4, 8.5, 8.6, 17.13, 17.14, 17.15

Apoiado por: Finlândia, Noruega, República da Coreia, Suécia, Suíça, União Europeia e Fundo Multiparceiros da ONU

Entidades implementadoras: PNUMA, OIT, PNUD, ONUDI, UNITAR

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2013-2020

URL da iniciativa: www.un-page.org; goo.gl/jDhAhw



Fundo de Parceria de Desenvolvimento Índia - Nações Unidas

Um modelo único de parceria entre governos com vista à concretização dos ODS

Desafio

No espírito da cooperação Sul-Sul, o Fundo centra-se nos países menos desenvolvidos (PMD), nos países em desenvolvimento sem litoral (PDSL) e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (PEID), que representam 12% da população mundial. Estes países possuem recursos naturais, cidadãos talentosos e trabalhadores e sociedades vibrantes. No entanto, as dificuldades estruturais afetam o seu potencial de desenvolvimento. Esta situação exige investimento e esforços inovadores e colaborativos nos campos de resiliência climática e preparação para desastres naturais, energias renováveis, comércio e transportes, telecomunicações e setores da exportação. Estas economias também necessitam de um esforço concertado, específico e económico para implementar os ODS, com o objetivo de alcançar um efeito de multiplicação e melhorar a subsistência de milhões de pessoas nestes países.

Rumo a uma Solução

O Fundo de Parceria de Desenvolvimento Índia - Nações Unidas é um mecanismo dedicado no âmbito do Fundo das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul. É apoiado e liderado pelo Governo da Índia, administrado pelo Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (United Nations Office for South – South Cooperation, UNOSSC) e implementado em colaboração com o Sistema das Nações Unidas.

O Fundo apoia projetos específicos que contribuem para a implementação de um ou mais ODS num ou mais países do Sul global, acordados com o Governo da República da Índia, de acordo com as políticas do PNUD para acordos subsidiários de fundos fiduciários com doadores e parceiros de desenvolvimento específicos. A alocação de recursos deste mecanismo dedicado a projetos específicos é decidida pelo Conselho de Administração do Fundo de Parceria de Desenvolvimento Índia - Nações Unidas.

A Índia tem como objetivo fortalecer ainda mais a cooperação contínua com todos os países em desenvolvimento. O Fundo de Desenvolvimento Índia - Nações Unidas ajuda o Governo da República da Índia nos seus esforços para uma difusão mais eficaz, até mesmo em países que não possuem uma missão diplomática permanente, e ajuda a fortalecer a colaboração com estes países.

Os acordos de implementação favorecem o desenvolvimento de capacidades locais, incluindo especialistas, instituições e redes. Para tal, os projetos são implementados através de: 1) implementação nacional, em conformidade com os regulamentos do Grupo das Nações Unidas para o Desenvolvimento (United Nations Development Group, UNDG) e beneficiando da supervisão por parte do sistema das Nações Unidas; 2) implementação direta pela agência da ONU; 3) entidades do setor público da Índia; e 4) partes responsáveis da sociedade civil, cumprindo os requisitos de avaliação de capacidades aplicáveis.

Atualmente, este fundo apoia 22 projetos de desenvolvimento sustentável transformacionais orientados pela procura e liderados pelo SUL em todos os 17 ODS, com ênfase na redução da pobreza e da fome; melhoria das condições de saúde, educação e emprego; expansão do acesso a água potável e energia; e melhoria dos meios de subsistência e resiliência.

A sustentabilidade do projeto será garantida pelos governos de todos os países parceiros atualmente apoiados por este fundo.



© PNUD

Por exemplo, nos sete países das Ilhas do Pacífico, o projeto fornece equipamentos de medição das condições meteorológicas, formação para aumentar a capacidade de monitorização e aviso e apoio na coordenação da recolha de dados entre os países parceiros das Ilhas do Pacífico. O objetivo é fortalecer as competências técnicas dos serviços nacionais meteorológicos e hidrológicos, com a assistência dos departamentos meteorológicos dos países e do Escritório do PNUD Pacífico nas Fiji.

Na Libéria, o projeto apoia a construção de um centro de recursos educacionais em Rivercess, com seis salas de leitura e uma biblioteca para melhorar a proficiência de leitura de 300 alunos. Melhora as competências pedagógicas e informáticas de 50 professores e as competências informáticas de 50 alunos. Disponibiliza formação em competências de subsistência económica a 150 mães e aumenta a sensibilização sobre violência sexual e baseada no género entre 150 raparigas adolescentes através de educação sexual e reprodutiva. Os parceiros de implementação são a UNICEF Libéria e o Kids Educational Engagement Project (Projeto de Compromisso Educacional Infantil). Os residentes de Rivercess são incentivados a participarem e a apropriarem-se do projeto e da sua sustentabilidade.

A Agência Uruguaia para a Cooperação Internacional e o PNUD Uruguai estão a implementar um projeto para estabelecer sistemas de acompanhamento digital para o diálogo sobre políticas e programas públicos. Desenvolve software e um portal online para a monitorização direta e trocas entre governos locais e cidadãos sobre políticas em discussão e benefícios disponíveis no âmbito dos programas públicos.

Além do acima exposto, foi lançada recentemente uma Janela da Commonwealth no âmbito do Fundo de Parceria de Desenvolvimento Índia - Nações Unidas. Apoia projetos em países em desenvolvimento que pertencem Comunidade das Nações (composta por 53 nações), uma associação voluntária de estados soberanos independentes e iguais. Os governos membros concordaram em tentar alcançar objetivos partilhados, tais como o desenvolvimento, a democracia e a paz.

Por exemplo, em Granada, estão a ser implementados três projetos em parceria com o Ministério da Saúde e a OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde), o Departamento de Administração Pública e o UNOPS e o Ministério do Desenvolvimento Social e a UNICEF para: 1) melhorar a gestão dos resíduos gerados nas unidades de saúde através da aquisição e instalação de um novo incinerador de resíduos biomédicos e melhorar as práticas de eliminação de resíduos biológicos; 2) melhorar a qualidade da prestação de serviços e competências dos funcionários públicos, oferecendo oportunidades de formação e desenvolvimento profissional; e 3) expandir as creches de qualidade para crianças de famílias com rendimentos baixos e moderados.

O projeto em Tuvalu expande o acesso à energia no ilhéu de Funaota, uma ilha exterior de Tuvalu, com a introdução de equipamentos de energia solar. Em colaboração com o Ministério dos Serviços Públicos e Infraestruturas e o Escritório do PNUD Pacífico, nas Fiji, este projeto também estabelece atividade comercial nesta ilha e os beneficiários receberão formação para utilizar e manter estes sistemas renováveis de energia limpa.

Com a cooperação do Gabinete Nacional de Estatística de Vanuatu e do Escritório do PNUD Pacífico, nas Fiji, o projeto em Vanuatu possibilita uma extensa recolha de dados por parte do gabinete nacional de estatística de Vanuatu. Implementa um inquérito abrangente e tardio que atualiza os valores referentes aos rendimentos e gastos das famílias e sobre indicadores que informarão sobre o progresso no âmbito dos ODS.

Este é um compromisso notável do Governo da Índia, neste momento: investir no multilateralismo e no sistema das Nações Unidas. Possui uma visão para a cooperação Sul-Sul e vê a função do governo indiano no cumprimento das metas e objetivos da Agenda de Desenvolvimento Sustentável de 2030.

Contacto:

Mahesh Kumar, Primeiro Secretário, Missão Permanente da Índia junto das Nações Unidas,
maheshindiaun@gmail.com
Sumeeta Banerji, UNOSSC, sumeeta.banerji@unoss.org

Nome do projeto: Fundo de Parceria de Desenvolvimento Índia - Nações Unidas

Países/Regiões: Antígua e Barbuda, Benim, Belize, Burquina Faso, Chade, Ilhas Cook, Dominica, Suazilândia, Granada, Kiribati, Libéria, Mali, Ilhas Marshall, Mauritânia, Estados Federados da Micronésia, Nauru, Palau, Papua Nova Guiné, São Vicente e Granadinas, São Tomé e Príncipe, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu, Uruguai, Vanuatu

Proposto por: UNOSSC

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 17.6, 17.9 e todos os ODS relevantes

Apoiado por: UNOSSC e Governo da Índia

Entidades implementadoras: Governos participantes, UNOSSC, PNUD, UNICEF, FNPU, UNOPS, FAO, OPAS, OMS

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2017 - 2032

URL da iniciativa: goo.gl/NmJQPi

Pensadores Globais Sul-Sul: A Coligação Global de Redes de Grupos de Reflexão para a Cooperação Sul-Sul



Ligar os grupos de reflexão do Sul e do Norte para avançar na pesquisa de fronteira sobre a cooperação Sul-Sul e triangular

Desafio

A Agenda 2030 apela a uma parceria global nova e inclusiva, da qual a cooperação Sul-Sul e triangular (CSS e CT) formam uma parte integrante. O ODS 17 centra-se na necessidade de melhorar a partilha de conhecimentos através de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes.

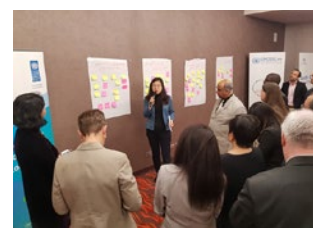
O potencial da CSS e CT em termos do contributo para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza não foi totalmente aproveitado. As lacunas de conhecimento e o acesso desigual a soluções e recursos são grandes obstáculos que impedem o progresso. A disponibilidade de informações e a qualidade da investigação sobre a escala e o impacto da CSS e CT não acompanharam a procura crescente entre os parceiros do Sul de aprendizagem entre pares para melhorar ainda mais os resultados. Além disso, a incoerência das políticas, juntamente com a falta de compreensão dos respetivos ambientes jurídicos e políticos para a cooperação, pode criar "fronteiras densas" entre os países e impedir a expansão da CSS e CT. Abordar estas lacunas de conhecimento será fundamental no contexto da ampliação da CSS para o desenvolvimento sustentável.

Rumo a uma Solução

Os grupos de reflexão globais, e especialmente do Sul global, estão mais bem posicionados para enfrentar estas dificuldades. Enquanto organizações de investigação de políticas públicas, de análise e envolvimento, os grupos de reflexão podem desempenhar um papel vital nas arenas políticas e de políticas nos níveis local, nacional e global e ajudar os governos a entender e tomar decisões informadas sobre questões de interesses nacionais e internacionais. Deste modo, podem defender estrategicamente a liderança de pensamento na CSS e CT para ajudar os governos a tomarem decisões informadas sobre a utilização da CSS e CT nos fóruns nacionais, regionais e globais.

No entanto, a escala e a complexidade da CSS requerem conhecimento e análise multidisciplinares, o que pode ser muito difícil de dominar por parte de qualquer grupo de reflexão ou rede única de grupos de reflexão. É necessária uma plataforma para reunir o conhecimento e a experiência de várias redes de grupos de reflexão para que possam trabalhar em conjunto com vista a abordar as lacunas de conhecimento da CSS.

Para superar essa dificuldade, em 2017, o Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apoiaram o estabelecimento da South-South Global Thinkers, a Coligação Global de Redes de Grupos de Reflexão para Cooperação Sul-Sul. Essa iniciativa reúne seis redes de grupos de reflexão, totalizando mais de 200 grupos de todas as regiões. A iniciativa permite que os grupos de reflexão reforcem laços para darem uma resposta coletiva aos desafios multidisciplinares e encontrarem canais para informar e influenciar a agenda de desenvolvimento global, desenvolvendo pesquisa e conhecimento de



© UNOSSC

ponta.

A iniciativa realiza investigações nas seguintes áreas:

- Conceitos de CSS, tendências, quadros de avaliação e análises de impacto;
- Coordenação de políticas e ambiente legal para a CSS;
- A CSS na transformação estrutural econômica;
- A CSS em ciência, tecnologia e inovação;
- Comércio, investimento e financiamento Sul-Sul;
- A CSS apresenta resultados para os ODS;
- A CSS em infraestruturas e conectividade básicas;
- Gestão de riscos da CSS em contextos frágeis e gestão de risco de catástrofes;
- Mecanismos regionais/sub-regionais e iniciativas de CSS na vizinhança; e
- Envolvimento de várias partes interessadas na CSS (nomeadamente jovens, mulheres, setor privado e sociedade civil).

A iniciativa fornece financiamento inicial a membros da rede de grupos de reflexão para realizarem investigações relacionadas com as áreas acima mencionadas. **Em 2018, foram concedidas dez bolsas de investigação. Os resultados serão incluídos no próximo Relatório Independente do UNOSSC sobre Cooperação Sul-Sul e nos processos preparatórios da Segunda Conferência de Alto Nível da ONU sobre Cooperação Sul-Sul (BAPA+40).** Uma parte fundamental da iniciativa tem sido o desenvolvimento e o lançamento de uma plataforma online para facilitar a discussão e a troca de conhecimento e ideias de investigação entre os membros das redes de grupos de reflexão. As recentes discussões online incidiram no ambiente político e jurídico para facilitar o comércio e o investimento Sul-Sul regional e globalmente. Além disso, a plataforma serve como espaço para os membros da rede de grupos de reflexão partilharem e acederem a conhecimento

relevante para estimular o debate e futuras investigações.

A iniciativa organiza regularmente sessões de formação práticas e simpósios presenciais para promover debates entre investigadores, decisores políticos, profissionais do desenvolvimento e o setor privado. Em 2017 e 2018, os eventos incidiram no ambiente político e legal para o investimento Sul-Sul na Ásia e Pacífico (realizado em Banguocoque) e no ambiente político e legal para o investimento Sul-Sul na Europa e na Comunidade de Estados Independentes (realizado em Praga). Os documentos de delimitação do âmbito publicados como resultado dessas reuniões identificam áreas-chave que irão alimentar uma investigação abrangente sobre investimentos Sul-Sul.

Para garantir a sustentabilidade da Coligação Global, o projeto está a contribuir para o desenvolvimento de capacidades nas redes e instituições e redes de grupos de reflexão lideradas pelo sul, para que possam fornecer serviços de consultoria e investigação relevantes sobre CSS aos países em desenvolvimento. Assim, espera-se que o apoio de cinco anos ajude a expandir a base de clientes para serviços de consultoria para as redes, reforce a capacidade das redes e disponibilize recursos para apoiar uma Coligação Global que funcione de maneira autossuficiente ao mesmo tempo que os membros continuam a mobilizar e a contribuir com recursos de forma conjunta.

Através desta plataforma, o UNOSSC e o PNUD estão a trabalhar para atingir o objetivo 17.16 dos ODS, que apela ao reforço da parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementado por parcerias entre várias partes interessadas que mobilizam e partilham conhecimentos, experiência, tecnologia e recursos financeiros.

Contacto:

Shams Banihani, Especialista em Conhecimento e Investigação, UNOSSC, Shams.Banihani@unosscc.org
Michael Stewart, Analista de Conhecimento e Programas e, UNOSSC, Michael.Stewart@unosscc.org

Nome do projeto: Pensadores Globais Sul-Sul: A Coligação Global de Redes de Grupos de Reflexão para a Cooperação Sul-Sul

Países/Regiões: Global

Proposto por: Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 17.11, 17.13, 17.4, 17.5, 17.16, 17.8, e outros ODS

Apoiado por: UNOSSC, UNDP

Entidades implementadoras: UNOSSC, PNUD e redes de grupos de reflexão

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2017-2021

URL da iniciativa: www.ssc-globalthinkers.org

Reforço do Envolvimento da China no Desenvolvimento do Serviço de Voluntariado Internacional



Voluntariado como força motriz para apoiar os ODS e a cooperação Sul-Sul

Desafio

Os programas de voluntários no Sul Global procuram agora internacionalizar os seus esforços, mas frequentemente não têm redes internacionais e parceiros no estrangeiro e não estão bem integrados no ecossistema internacional de desenvolvimento. Muitos também não estão bem integrados na programação de desenvolvimento no estrangeiro mais alargada dos seus próprios países com parcerias potenciais com mecanismos oficiais, estratégias nacionais e partes interessadas no desenvolvimento (incluindo o governo, o setor privado e o terceiro setor) limitados pela falta de confiança e experiência. Outra dificuldade é a falta de capacidade para avaliar as necessidades de desenvolvimento noutros países e monitorizar e avaliar eficazmente projetos no estrangeiro. Os programas também não têm experiência em garantir que os seus projetos no estrangeiro tenham apropriação local, permaneçam baseados nas necessidades e criem uma relação a longo prazo com a comunidade beneficiária.

Existe ainda uma dificuldade relacionada com as lacunas de conhecimento, um obstáculo à criação de uma base de conhecimento substantiva para o voluntariado Sul-Sul. Estas lacunas de conhecimento impedem os esforços de defesa e prejudicam o desenvolvimento de programas mais eficazes e diminuem o potencial de desenvolvimento de capacidades através da partilha de boas práticas e experiências entre os países em desenvolvimento.

Rumo a uma Solução

Para superar a dificuldade acima, os Voluntários das Nações Unidas (VNU), com o apoio da Federação de Serviços Voluntários de Pequim (FVP), lançaram um projeto com o objetivo de fortalecer o envolvimento e as capacidades das partes interessadas do Sul na mobilização, implantação e gestão de voluntários no quadro das iniciativas de cooperação Sul-Sul e como apoio aos ODS. O projeto visa explorar novas oportunidades de construção de parcerias, desenvolvendo oportunidades através da criação de canais para a troca de informações e boas práticas para voluntários do Sul global e apoiando o seu envolvimento e contributo eficazes para o desenvolvimento sustentável.

O projeto também incide na criação de oportunidades para jovens chineses e do Sul se voluntariarem internacionalmente, partilharem experiências internacionais e desenvolverem as capacidades de organizações de voluntários (OV), e facilitarem a partilha de conhecimentos e a co-criação entre países com forte apoio a investigação conjunta. As atividades do projeto ocorrem principalmente em países em desenvolvimento na iniciativa Belt and Road (BRI), o principal projeto de desenvolvimento internacional da China.

Seguem-se algumas das abordagens/resultados inovadores:

A criação de uma nova plataforma global para a aprendizagem entre pares, com partilha de boas práticas e identificação de desafios e oportunidades para o voluntariado internacional através de parcerias novas e inovadoras. **Através do projeto, a FVP estabeleceu ligações internacionais com 83 OV de 52 países e regiões, recebendo 20 breves visitas com 420 delegados de OV do mundo inteiro e enviando 33 especialistas para visitar possíveis parceiros ou participar em eventos internacionais de partilha de conhecimentos** como a iniciativa tailandesa Voluntariado de Jovens para Troca de Conhecimentos Sul-Sul para os ODS. Em setembro de 2017, o FVP assinou uma proposta de conceito de visão e ação com a ASEAN Youth Leadership Association para a



© UNV



© FVP



© Corpo de Voluntários de Emergência de Pequim

promoção conjunta do serviço voluntário internacional com o BRI.

A Conferência Internacional de Intercâmbio de Serviços Voluntários (IVSEC) na Era Belt and Road (2017 IVSEC): A IVSEC decorreu com êxito entre 12 e 14 de dezembro de 2017, com a participação de 126 OV internacionais e nacionais em toda a região BRI. A conferência partilhou experiências do Sul sobre voluntariado e SSC, voluntariado urbano, gestão e destacamento de jovens voluntários, monitorização e avaliação do programa de voluntariado e o papel do voluntariado empresarial na iniciativa BRI. A Aliança de Serviços Voluntários BRI (BRVSA) foi lançada com representantes internacionais durante a conferência IVSEC com o objetivo principal de facilitar o intercâmbio de experiências e novas parcerias de voluntariado Sul-Sul.

As organizações de voluntariado da FVP e da China aumentaram a sua capacidade de destacar voluntários de forma eficaz através de formação e investigação. O campo de formação para voluntários internacionais chineses e talentos de voluntariado internacionais realizou-se para apoiar a preparação de voluntários para deslocação internacional. No total, foram selecionados 60 participantes. As sessões do campo incluíram 25 palestras (situação e política nacionais e internacionais, costumes culturais e trabalho voluntário Belt and Road, conceitos e competências do serviço voluntário e emergência e ajuste psicológico), seis visitas a empresas e ONG e cinco atividades de teambuilding, ampliando a preparação e competência técnica para os interessados em voluntariado internacional. O seminário de investigação sobre voluntariado chinês para os ODS foi realizado em 9 de junho de 2017. Cerca de 100 participantes de governos, OV, universidades e setores privados partilharam as suas investigações sobre o serviço voluntário. Será lançado um relatório com uma descrição geral do voluntariado chinês e do seu desenvolvimento no exterior, bem como pesquisas sobre normas de gestão de voluntários internacionais chineses.

Foram criadas novas oportunidades para os jovens de Pequim se voluntariarem internacionalmente, como um modelo de cooperação Sul-Sul "pessoas para pessoas" que poderia servir de exemplo para futuras implantações de outras organizações voluntárias chinesas e do Sul. O projeto contribuiu para o desenvolvimento de novas oportunidades

para os voluntários de Pequim. A FVP colabora com a Fundação para o Alívio da Pobreza (CFPA) da China no Programa de Voluntários de Ajuda Externa da China para enviar 10 representantes chineses ao Nepal e a Mianmar durante 6 a 12 meses em apoio ao desenvolvimento social e económico local. Esta é a primeira vez que o governo chinês e a sociedade civil envidam esforços conjuntos na distribuição e exploração de voluntários internacionais para cooperação inovadora de assistência no estrangeiro. Elaborou-se um manual do voluntário e orientações para o projeto para apoiar a deslocação de voluntários.

Pela primeira vez, ao abrigo desta parceria, a FVP também enviou Jovens Voluntários da ONU para servir no sistema das Nações Unidas em Mianmar e na Tailândia. No âmbito da iniciativa BRI, muitas entidades governamentais chinesas começaram a cooperar com o sistema das Nações Unidas. Por exemplo, aderindo aos princípios da Agenda 2030 e da Estrutura da CSS, a China criou o Fundo de Assistência à Cooperação Sul-Sul para organizações internacionais e ONG chinesas locais com vista a apoiar as suas atividades de ajuda internacional e envolvimento dos cidadãos em projetos de desenvolvimento. O Fundo investiu até 3,5 mil milhões de dólares. A VNU e a FVP estão incluídos na lista de organizações candidatas a projetos para desenvolver e promover o voluntariado internacionalmente. Por exemplo, em colaboração com o Ministério da Educação, Juventude e Desporto (MEJD) do Camboja, a VNU apresentou uma proposta para continuar o seu apoio programático para fomentar a empregabilidade dos jovens através do voluntariado.

Para garantir a sustentabilidade a longo prazo, a VNU implementa a sua intervenção em conjunto com o Ministério e outros parceiros cambojanos (sociedade civil, academia, setor privado, etc.) no âmbito de um programa nacional das Nações Unidas sobre emprego jovem, em consonância com as prioridades nacionais.

Contacto:

Li Lei, Secretário Geral Adjunto, BVF, beijingvf@126.com
Manon Bernier Gestor Regional de Portefólio, UNV, manon.bernier@unv.org
Rafael Martinez Gil, Especialista em Desenvolvimento de Parcerias e Encarregado da CSS, VNU, rafael.martinez@unv.org

Nome do projeto: Fortalecimento do Envolvimento da China no Desenvolvimento do Serviço Internacional de Voluntariado através da Cooperação Sul-Sul e da Iniciativa Belt and Road

Países/Regiões: China, mais de 50 países

Proposto por: Voluntários das Nações Unidas (VNU)

Meta(s) e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: 17.6, 17.9, 17.16, 17.17

Apoiado por: VNU

Entidades implementadoras: Federação do Serviço de Voluntariado de Pequim

Estado do projeto: Em curso

Período do projeto: 2016-2019

URL da iniciativa: <http://www.bv2008.cn/cate/en/>

ANEXO: LISTA DE ODS E METAS¹



¹ <https://sustainabledevelopment.un.org/?menu=1300>

1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA



Erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares

2 ERRADICAÇÃO DA FOME



Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável

Metas

- 1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema em todos os lugares, atualmente medida como pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia
- 1.2 Até 2030, reduzir, pelo menos, para metade da proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais
- 1.3 Implementar, a nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados para todos, incluindo pisos, e, até 2030, atingir uma cobertura substancial dos mais pobres e vulneráveis
- 1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os mais pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais no acesso aos recursos económicos, bem como no acesso aos serviços básicos, à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias e serviços financeiros, incluindo microfinanciamento
- 1.5 Até 2030, aumentar resiliência dos mais pobres e em situação de maior vulnerabilidade, e reduzir a exposição e a vulnerabilidade destes aos fenómenos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais
- 1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento (em particular, os países menos desenvolvidos) possam implementar programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões
- 1.b Criar enquadramentos políticos sólidos ao nível nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos mais pobres e que sejam sensíveis às questões da igualdade de género, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

Metas

- 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os mais pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a uma alimentação de qualidade, nutritiva e suficiente durante todo o ano
- 2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de malnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas
- 2.3 Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e o rendimento dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores de subsistência, pastores e pescadores, inclusive através da garantia de acesso igualitário à terra e a outros recursos produtivos tais como conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola
- 2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às alterações climáticas, às condições climáticas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo
- 2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respetivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas que sejam diversificados e bem geridos ao nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, tal como acordado internacionalmente
- 2.a Aumentar o investimento, inclusive através do reforço da cooperação internacional, nas infraestruturas rurais, investigação e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia e bancos de genes de plantas e animais para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos
- 2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação em paralelo de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Ronda de Desenvolvimento de Doha
- 2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de matérias-primas agrícolas e seus derivados e facilitar o acesso oportuno à informação sobre o mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos

3 SAÚDE DE QUALIDADE



Garantir o acesso a saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



Garantir o acesso a educação inclusiva e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Metas

- 3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 por cada 100.000 nados-vivos
- 3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países a tentarem reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nados-vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 -nados-vivos
- 3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de SIDA, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água e outras doenças transmissíveis
- 3.4 Até 2030, reduzir num terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar
- 3.5 Fortalecer a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas e o uso nocivo de álcool
- 3.6 Até 2020, reduzir para metade, a nível global, o número de mortes e feridos devido a acidentes rodoviários
- 3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planeamento familiar, informação e educação bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais
- 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis
- 3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças devido a químicos perigosos, contaminação e poluição do ar, da água e solo
- 3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controlo do Tabaco em todos os países, conforme apropriado
- 3.b Apoiar a investigação e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que dita o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos
- 3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, formação e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento
- 3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gestão dos riscos nacionais e globais de saúde

Metas

- 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completam o ensino primário e secundário que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade e que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes
- 4.2 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira fase da infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam preparados para o ensino primário
- 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade
- 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo
- 4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de género na educação e garantir acesso igual a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e crianças em situação de vulnerabilidade
- 4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e sejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática
- 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e da não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
- 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e à igualdade de género, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos
- 4.b Até 2020, ampliar substancialmente, a nível global, o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento
- 4.c Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

5 IGUALDADE DE GÊNERO



Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e raparigas

6 ÁGUA LIMPA E SANEAMENTO



Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos

Metas

- 5.1** Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda parte
- 5.2** Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas pública e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
- 5.3** Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como as mutilações genitais femininas
- 5.4** Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
- 5.5** Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública
- 5.6** Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes das suas conferências de revisão
- 5.a** Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso à propriedade e controlo sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
- 5.b** Aumentar o uso das tecnologias, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
- 5.c** Adotar e reforçar políticas sólidas e uma legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e a capacitação de todas as mulheres e raparigas em todos os níveis

Metas

- 6.1** Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos
- 6.2** Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles que estão em situação de vulnerabilidade
- 6.3** Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando o despejo e minimizando a libertação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo para metade a proporção de águas residuais não-tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e a reutilização, a nível global
- 6.4** Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência no uso da água em todos os setores e assegurar extrações sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água
- 6.5** Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado
- 6.6** Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas húmidas, rios, aquíferos e lagos
- 6.a** Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados com a água e saneamento, incluindo extração de água, dessalinização, eficiência no uso da água, tratamento de efluentes, reciclagem e tecnologias de reutilização
- 6.b** Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais para melhorar a gestão da água e do saneamento

7 ENERGIAS RENOVÁVEIS



Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos

Metas

- 7.1** Até 2030, assegurar o acesso universal, de confiança, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia
- 7.2** Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global
- 7.3** Até 2030, duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética
- 7.A** Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso à investigação e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa
- 7.b** Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos os países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com os seus respetivos programas de apoio

8 EMPREGOS DIGNOS E CRESCIMENTO ECONÓMICO



Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos

Metas

- 8.1** Sustentar o crescimento económico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto (PIB) nos países menos desenvolvidos
- 8.2** Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive através da focalização em setores de alto valor agregado e dos setores de mão-de-obra intensiva
- 8.3** Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e a crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros
- 8.4** Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção e empenhar-se em dissociar crescimento económico da degradação ambiental, de acordo com o enquadramento decenal de programas sobre produção e consumo sustentáveis, com os países desenvolvidos a assumirem a liderança
- 8.5** Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor
- 8.6** Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação
- 8.7** Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas e assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldados, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas
- 8.8** Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros para todos os trabalhadores, incluindo trabalhadores migrantes, em particular, as mulheres migrantes e pessoas em empregos precários
- 8.9** Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais
- 8.10** Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos
- 8.a** Aumentar o apoio à iniciativa de Ajuda ao Comércio (Aid for Trade) para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive através do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os Países menos desenvolvidos
- 8.b** Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

9 INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

10 REDUÇÃO DAS DESIGALDADES



Reduzir ad desigualdades no interior dos países e entre os países

Metas

- 9.1** Desenvolver infraestruturas de qualidade, de confiança, sustentáveis e resilientes, incluindo infraestruturas regionais e transfronteiriças, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, focando-se no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos
- 9.2** Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais e duplicar a sua participação nos países menos desenvolvidos
- 9.3** Aumentar o acesso de pequenas empresas industriais e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível, e sua integração em cadeias de valor e mercados
- 9.4** Até 2030, modernizar as infraestruturas e as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos, com todos os países atuando de acordo com as suas respetivas capacidades
- 9.5** Fortalecer a investigação científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivar à inovação e aumentar substancialmente o número de trabalhadores na área de investigação e desenvolvimento por milhão de pessoas e a despesa pública e privada em investigação e desenvolvimento
- 9.a** Facilitar o desenvolvimento de infraestruturas sustentáveis e resilientes em países em desenvolvimento, através de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento
- 9.b** Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a investigação e a inovação nacionais em países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às matérias-primas
- 9.c** Aumentar significativamente o acesso às tecnologias da informação e comunicação e empenhar-se para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à Internet nos países menos desenvolvidos, até 2020

Metas

- 10.1** Até 2030, progressivamente alcançar e manter o crescimento de forma sustentável, o crescimento do rendimento dos 40% da população mais pobre a um ritmo maior do que o da média nacional
- 10.2** Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, económica e política de todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra
- 10.3** Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive através da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a esse respeito
- 10.4** Adotar políticas, especialmente ao nível fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade
- 10.5** Melhorar a regulamentação e monitorização dos mercados financeiros e instituições globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações
- 10.6** Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições económicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, credíveis, responsáveis e legítimas
- 10.7** Facilitar a migração e mobilidade das pessoas de forma ordenada, segura, regular e responsável, inclusive através da implementação de políticas de migração planeadas e bem geridas
- 10.a** Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular para os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da Organização Mundial do Comércio
- 10.b** Incentivar à assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com os seus planos e programas nacionais
- 10.c** Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas de migrantes e eliminar os mecanismos de remessas com custos superiores a 5%

11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis

Metas

- 11.1** Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos, e melhorar as condições nos bairros de lata
- 11.2** Até 2030, proporcionar acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária através da expansão da rede de transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
- 11.3** Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis em todos os países
- 11.4** Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo
- 11.5** Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e diminuir substancialmente as perdas económicas diretas causadas por essa via no produto interno bruto global, incluindo as catástrofes relacionadas com a água, focando-se sobretudo na proteção dos pobres e das pessoas em situação de vulnerabilidade
- 11.6** Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
- 11.7** Até 2030, particularmente em especial para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
- 11.a** Apoiar relações económicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planeamento nacional e regional do desenvolvimento
- 11.b** Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos que adotaram e implementaram políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, resiliência a desastres e desenvolver e implementar, de acordo com o Enquadramento para a Redução do Risco de Desastres de Sendai 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres, a todos os níveis
- 11.c** Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais

12 CONSUMO RESPONSÁVEL



Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis

Metas

- 12.1** Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países a tomar medidas, e os países desenvolvidos, assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento
- 12.2** Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais
- 12.3** Até 2030, reduzir para metade o desperdício de alimentos per capita a nível mundial, de retalho e do consumidor e reduzir os desperdícios de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo os que ocorrem pós-colheita
- 12.4** Até 2020, alcançar a gestão ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a libertação destes para o ar, água e solo, para minimizar os seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente
- 12.5** Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização
- 12.6** Incentivar as empresas, especialmente as de grande dimensão e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e integrar informações sobre sustentabilidade nos relatórios de atividade
- 12.7** Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais
- 12.8** Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informações relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza
- 12.a** Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer as suas capacidades científicas e tecnológicas para mudarem para padrões mais sustentáveis de produção e consumo
- 12.b** Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais
- 12.c** Racionalizar subsídios ineficientes nos combustíveis fósseis que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive através da reestruturação fiscal e da eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas



Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos*

Metas

- 13.1** Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais em todos os países
- 13.2** Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planeamentos nacionais
- 13.3** Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas
- 13.a** Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de mobilizar em, em conjunto, 100 mil milhões de dólares por ano, a partir de 2020, a partir de variadas fontes, de forma a responder às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações significativas de mitigação e implementação transparente e operacionalizar o Fundo Verde para o Clima por meio da sua capitalização o mais cedo possível
- 13.b** Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planeamento e gestão eficaz no que respeita às alterações climáticas, nos países menos desenvolvidos e pequenos estados insulares em desenvolvimento, e que tenham um especial enfoque nas mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas

* Reconhecer que a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas é o principal fórum internacional, intergovernamental para negociar a resposta global às alterações climáticas.



Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Metas

- 14.1** Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marítima de todos os tipos, especialmente a que advém de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes
- 14.2** Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive através do reforço da sua capacidade de resiliência e tomar medidas para a sua restauração a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos
- 14.3** Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive através da cooperação científica em todos os níveis
- 14.4** Até 2020, efetivamente regular a extração de recursos acabar com a sobrepesca e a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor período de tempo possível, pelo menos para níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado pelas suas características biológicas
- 14.5** Até 2020, conservar, pelo menos, 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional e com base na melhor informação científica disponível
- 14.6** Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada e abster-se de introduzir novos subsídios desse tipo, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios para pesca da Organização Mundial do Comércio
- 14.7** Até 2030, aumentar os benefícios económicos para os pequenos estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive através de uma gestão sustentável da pesca, da aquicultura e turismo
- 14.a** Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de investigação e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contribuição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos
- 14.b** Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados
- 14.c** Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS, que determina o enquadramento legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registado no parágrafo 158 do "Futuro Que Queremos"

15 VIDA SOBRE A TERRA



Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade

Metas

- 15.1** Até 2020, assegurar a conservação, restauração e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais
- 15.2** Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travar a deflorestação, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente os esforços de florestação e reflorestação, a nível global
- 15.3** Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo
- 15.4** Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável
- 15.5** Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, travar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas
- 15.6** Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização de recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos
- 15.7** Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies de flora e fauna protegidas e agir no que respeita tanto à procura quanto à oferta de produtos ilegais da vida selvagem
- 15.8** Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras nos ecossistemas terrestres e aquáticos e controlar ou erradicar as espécies prioritárias
- 15.9** Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contabilidade
- 15.a** Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas
- 15.b** Mobilizar recursos significativos, a partir de todas as fontes, e em todos os níveis, para financiar a gestão florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover a gestão florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento
- 15.c** Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive através do aumento da capacidade das comunidades locais para procurar outras oportunidades de subsistência sustentável

16 PAZ E JUSTIÇA



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis.

Metas

- 16.1** Reduzir significativamente todas as formas de violência e taxas de mortalidade relacionadas, em todos os lugares
- 16.2** Acabar com o abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra as crianças
- 16.3** Promover o Estado de Direito ao nível nacional e internacional e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos
- 16.4** Até 2030, reduzir significativamente os fluxos ilegais financeiros e de armas, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado
- 16.5** Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas
- 16.6** Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis
- 16.7** Garantir a tomadas de decisão responsável, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis
- 16.8** Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governação global
- 16.9** Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registo de nascimento
- 16.10** Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais
- 16.a** Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive através da cooperação internacional, para a construção de melhor capacidade em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e combater o terrorismo e o crime
- 16.b** Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável



Metas

Finanças

- 17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive através de apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para cobrança de impostos e outras fontes de receitas
- 17.2 Os países desenvolvidos devem implementar de forma plena os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento (AOD), inclusive canalizar 0,7% do rendimento nacional bruto para AOD aos países em desenvolvimento e 0,15% a 0,20% da desse valor para os países menos desenvolvidos
- 17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes
- 17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo através de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução, e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e analisar a dívida externa dos países pobres altamente endividados de forma a reduzir o superendividamento
- 17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos

Tecnologia

- 17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular ao nível regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação e aumentar a partilha de conhecimento em termos mutuamente acordados, inclusive através de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente, ao nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global
- 17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento em condições favoráveis, inclusive em termos concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado
- 17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017 e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação

Capacitação

- 17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive através da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

Comércio

- 17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e

equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive através da conclusão das negociações no âmbito da Agenda de Desenvolvimento de Doha

- 17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular, com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020
- 17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da Organização Mundial do Comércio, inclusive através de garantias de que as regras de origem preferencial aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples; e contribuam para facilitar o acesso ao mercado

Questões sistémicas

Coerência de políticas e institucional

- 17.13 Aumentar a estabilidade macroeconómica global, inclusive através da coordenação e da coerência de políticas
- 17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável
- 17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável

Parcerias multissetoriais

- 17.16 Melhorar Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e partilhem conhecimento, perícia, tecnologia e recursos financeiros para apoiar a realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento
- 17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil que sejam eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

Dados, monitorização e prestação de contas

- 17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e fidedignos, desagregados ao nível do rendimento, género, idade, raça, etnia, estatuto migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais
- 17.19 Até 2030, aumentar as iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento



Escritório das Nações Unidas
para a Cooperação Sul-Sul